



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

**A INFLUÊNCIA FRANCESA NA CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR NO BRASIL E EM PORTUGAL**

FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO

Campos dos Goytacazes – RJ  
Março de 2020

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

P654 Pinho, Francine Nogueira Lamy Garcia.

A INFLUÊNCIA FRANCESA NA CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL E EM PORTUGAL / Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

228 f. : il.  
Bibliografia: 199 - 228.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.  
Orientadora: Sílvia Alicia Martínez.

1. História da Alimentação Escolar. 2. História Comparada Brasil e Portugal. 3. Cooperação intelectual internacional. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

**A INFLUÊNCIA FRANCESA NA CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR NO BRASIL E EM PORTUGAL**

FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO

Tese apresentada de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Silvia Alicia Martínez

Campos dos Goytacazes – RJ  
Março de 2020

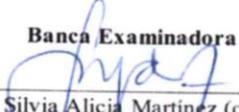
**A INFLUÊNCIA FRANCESA NA CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR NO BRASIL E EM PORTUGAL**

**FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO**

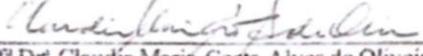
Tese apresentada de doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em  
Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do  
título de Doutora.

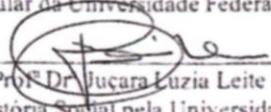
Aprovada em: 23/03/20

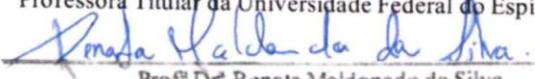
**Banca Examinadora**

  
Prof.ª Dr.ª Silvia Alicia Martinez (orientadora)  
Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ)  
Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

  
Prof. Dr. Joaquim António de Sousa Pintassilgo  
Doutorado em História pela Universidade de Salamanca  
Professor Associado da Universidade de Lisboa

  
Prof.ª Dr.ª Claudia Maria Costa Alves de Oliveira  
Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo  
Professora Titular da Universidade Federal Fluminense

  
Prof.ª Dr.ª Juçara Luzia Leite  
Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo  
Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo

  
Prof.ª Dr.ª Renata Maldonado da Silva  
Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense  
Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos (suplente)  
Doutorado em História Social da América pela Universidade Federal Fluminense  
Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Sérgio Arruda de Moura (suplente)  
Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Para Leandro, Arthur e Edgar,  
Amores da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Leandro, pelo constante incentivo ao meu trabalho, por me acompanhar em todos os hemisférios, por dividir comigo seus livros da História e a compreensão deles.

Aos meus filhos, Arthur e Edgar, pelo apoio incondicional e pela felicidade de poder ter a companhia de vocês em minhas aventuras.

À minha mãe, Mariana, pela força de suas orações e palavras.

À minha irmã, Monique, por abraçar o cotidiano criterioso com nossa mãe.

Aos meus sogros, Dilson e Angela, pelo exemplo de fé e amor.

A minha prima Valéria e minha Tia Ilma pelo contínuo incentivo, carinho e presença. E meu primo Vinícius pela gentileza em fazer o *Abstract* tão carinhosamente.

À nossa amiga Suely Coutinho, pelo estímulo de sempre. Sua sabedoria é um porto seguro para minha família.

À minha amiga Laure Caillaud, por me enveredar na *Francophonie et Culture Française* e instigar em mim a curiosidade sobre a cantina francesa.

Aos meus colegas de turma, Gabriela, Carolina, Josete, Lucas e Geovana, com os quais reparti angústias e desejos. Em especial ao Evandro, com quem compartilho desde 2013, dúvidas, soluções, aprendizado e defesas.

À Ana Paula Caputo, por sua solicitude e paciência em resolver nossas dúvidas de sempre.

A minha querida orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Silvia Martínez, por sua atenção minuciosa e confiança de sempre, aceitando, desde o começo, o desafio em me ajudar pelas veredas da alimentação escolar. Sua presença ao meu lado tornou mais iluminada a minha vida acadêmica. Agradeço muitíssimo a você e ao Professor Marcelo por facilitarem os caminhos em Portugal, mesmo em momentos tão difíceis.

Aos professores Dr. Marcelo Gantos e Dr. Sérgio Arruda agradeço a enorme gentileza em participarem da minha banca de defesa final.

Ao professor Dr. Joaquim Pintassilgo pela valiosa apreciação do meu trabalho.

À professora Dr<sup>a</sup> Claudia Alves que prontamente aceitou participar das minhas bancas, contribuindo de forma inestimável com o meu trabalho, da qualificação à defesa final.

À professora Dr<sup>a</sup> Juçara Leite, agradeço a pronta e gentil disposição de participar da minha banca de defesa final e sua perspicaz visão histórica sobre o meu texto.

À professora Dr<sup>a</sup> Renata Maldonado por me acompanhar no percurso acadêmico, aceitando sempre participar das minhas bancas, me apoiando com suas valorosas observações e pelo

desfecho no Arquivo Municipal de Lisboa para a permissão da utilização das fotos portuguesas na tese.

Aos professores Dr<sup>a</sup> Shirlena Amaral e Dr Giovane do Nascimento que participaram da minha banca de defesa de projeto.

À professora Dr<sup>a</sup> Luciene Burlandy, pela sua participação na minha banca de qualificação.

Ao professor Dr Carlos Manique pela sua prontidão em me recepcionar em Portugal, pela sua Carta de Acompanhamento, atendendo às exigências de minha saída do país e pela interessante conversa sobre as cantinas escolares portuguesas, acompanhada de indicações literárias inestimáveis.

Ao professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa Dr. Casimiro Balsa, pela excelente conversa que acabou em orientação, pelo valioso livro do Policarpo Lopes tão gentilmente a mim presenteado e por me apresentar à Professora Fátima Lopes.

Ao professor José Resende e seus alunos Luís Gouveia e Inês Vicente por sua recepção carinhosa e indispensável aos trâmites legais no território português.

Às professoras da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa), Ana Melo, Margarida Godinho, Conceição Ramos e Ana Goulart; à diretora da Escola Prof<sup>a</sup> Fátima Lopes (pela irrestrita recepção na escola); às funcionárias administrativas Alexandra Gonçalves e Silvia Scavone; e às então alunas Matilde Reis, Inês Barradas e Diana Gonçalves. Agradeço a todas vós pela minha inserção em seus cotidianos profissionais, abrindo os caminhos para uma maravilhosa pesquisa de campo, que não foi incluída na tese devido ao recorte histórico delimitado, mas será utilizado em análises posteriores. A vossa contribuição no meu crescimento pessoal foi incalculável.

Ao diretor do Agrupamento de Escolas João de Barros (Corroios), professor António Carvalho, vossa equipa e à professora Vanessa Melo pela agradável acolhida em vossa escola e apresentação tão sincera de vossas soluções para a cantina escolar.

À Dr<sup>a</sup> Inês Morais pela amável recepção e por um dia inesquecível no ambiente de vosso trabalho nas cantinas escolares de Torres Vedras. Agradeço por ter visto tão bonita paisagem rural convosco.

Às queridas Mônica Mesquita e Silvia Franco pelo carinho e amizade nascidos em terras lusitanas.

À CAPES, pela concessão de bolsa de doutorado durante todo o percurso da pesquisa.

Agradeço a Deus pelo sopro de vida constante. E a Nossa Senhora minha querida Mãe.

A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete, no presente, a própria ação (March Bloch).

## Resumo

Neste estudo a oferta de refeições escolares é entendida como uma política social, de caráter educacional, que é afetada pelas tomadas de decisão dos governos ao longo do tempo. Desta forma, a proposta é analisar a trajetória da construção das políticas de alimentação escolar no Brasil e em Portugal, sob o viés sócio-histórico, dando ênfase à influência francesa na construção destas políticas. Parte-se do ponto em que há uma lacuna de trabalhos acadêmicos nos campos da História e da História da Educação acerca do tema e, assim, o presente texto é um esforço de reunião e análise documental e revisão de trabalhos acadêmicos junto a esses campos, objetivando a construção de novas e elucidativas narrativas. Com base na análise documental de fontes históricas, sob o olhar da História Comparada, torna-se possível compreender que as semelhanças nas trajetórias dessas políticas nos dois países focos de análise da pesquisa foram interligadas pela circulação de ideias sobre as cantinas escolares francesas. São utilizadas principalmente como fontes históricas: legislações, discursos, registros impressos de palestras, periódicos, estatutos institucionais, documentos impressos e relatórios – pertencentes aos arquivos das Bibliotecas Nacionais do Brasil, da França e de Portugal. O recorte temporal delimitado para o estudo abarca o período que vai da metade do século XIX, com mais atenção a partir da década de 1880 quando as cantinas escolares tomaram fôlego na França, até a data do romper da Segunda Guerra Mundial, 1939 – marco da queda da influência cultural francesa no Brasil e em Portugal. Entrementes, pontua-se que a baliza cronológica principal da circulação do ideário da oferta de refeições escolares entre os três países foi o período entreguerras. As limitações impostas pelo recorte espaço-temporal devem considerar as escolhas realizadas na análise das fontes históricas – as quais priorizam a influência francesa – e pela comparação de contextos sociais diferentes. É possível entender que o processo de escolarização foi construído sob a égide de uma ideia republicana e civilizatória, influenciada pelo Higienismo, resultando, entre outros aspectos, em uma demanda pela oferta da alimentação escolar, atrelada ao assistencialismo à infância carente. No período estudado foi possível perceber que a França fora encarada como um modelo a ser seguido pelos dois outros países nos diferentes âmbitos da vida cotidiana, inclusive na educação e na oferta de refeições escolares. As organizações internacionais exerceram o papel de tribuna para os intelectuais de diversas nacionalidades defenderem suas ideias, caracterizando um processo de cooperação intelectual que marcara esse tempo.

**Palavras-chave:** História da Alimentação Escolar; História Comparada Brasil e Portugal; Cooperação intelectual internacional.

## Abstract

In this thesis, school meal programs are understood as a social policy and of an educational nature, which is affected by government decisions over time. Therefore, the goal is to analyze the evolution of school meal program policies in Brazil and Portugal, under socio-historical characteristics with an emphasis on the French influence in building the policies. Assuming the existence of a knowledge gap in academic reports of school meal programs in the fields of history and history of education, this thesis focuses on collecting and reviewing such academic reports with the aim at building novel and elucidative narratives. Based on the analysis of historical documents, under the scope of Comparative History, it is possible to understand that the evolutionary similarities of the policies between the two countries, Brazil and Portugal, were interconnected by the circulation of ideas by French's school cafeterias. The main historical sources used in this study were: legislation, speeches, seminar transcripts, journals, statutes, printed documents and reports - all belonging to the national libraries of Brazil, France and Portugal. This study time frame spans from the second half of the 19th century, with more attention to 1880s decade when school cafeterias expanded in France, to the beginning of the second world war, in 1939 – a landmark for the end of the French cultural influence in Brazil and Portugal. Meanwhile, it is believed that the main period of circulation of ideas on school meal programs among the three countries was the interwar period. Limitations associated with this time frame needs to be considered for the historical analysis, which prioritizes the French influence, and for the comparison of different social contexts. It is possible to understand that the schooling process was built under a republican and civilizing idea influenced by Hygienism, resulting, among other aspects, in a demand for the supply of school meals that was also linked to assistance for child poverty. In the studied period, it is possible to realize that France was considered as a model to be followed by the two other countries in different areas of daily life, including the education and school meal programs. International organizations played a critical role as a platform for intellectuals of different nationalities to defend their ideas, characterizing a process of intellectual cooperation that marked this time period.

**Keywords:** History of School Meals; Comparative History of Brasil and Portugal; International Intellectual Cooperation.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ABE** – Associação Brasileira de Educação  
**ABL** – Academia Brasileira de Letras  
**AF** – Academia Francesa  
**ANL** – Aliança Nacional Libertadora  
**BIE** - Bureau Internacional de Educação  
**BNP** – Biblioteca Nacional de Portugal  
**BnF** – Biblioteca Nacional da França  
**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CICI** - Comissão Internacional de Cooperação Intelectual  
**CIIP** – Conferências Internacionais de Instrução Pública  
**CML** – Câmara Municipal de Lisboa  
**CMP** – Câmara Municipal de Paris  
**CMRJ** – Câmara Municipal do Rio de Janeiro  
**CNAM** - *Conservatoire National des arts et métiers BnF - France*  
**CNME** - Campanha Nacional de Merenda Escolar  
**CNUM** - *Conservatoire numérique – BnF - France*  
**DAMI** – Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância  
**DGIP** – Diretoria Geral de Instrução Pública  
**DGISSE** – Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial  
**DOU** - Diário Oficial da União  
**DRE** – Diário da República Eletrónico  
**DSP-DF** – Direção de Saúde Pública do Distrito Federal  
**EAA** - Escolas de Aprendizes Artífices  
**EUA** – Estados Unidos da América  
**FAO-ONU** - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
**FNF** – Faculdade Nacional de Filosofia  
**IASE** - Instituto de Assistência Social Escolar  
**IFBAC** – Instituto Franco-brasileiro de Alta Cultura  
**IICI** - Instituto Internacional de Cooperação Intelectual  
**IMN** – Instituto Municipal de Nutrición  
**INE** – Instituto Nacional de Estatística  
**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MEN** – Ministério da Educação Nacional  
**MES** – Ministério da Educação e Saúde  
**MESP** – Ministério da Educação e Saúde Pública  
**MIP** – Ministério da Instrução Pública  
**MP** – Mocidade Portuguesa  
**MPF** - Mocidade Portuguesa Feminina  
**OICI** – Organização Internacional de Cooperação Intelectual  
**OMEN** – Obra das Mães pela Educação Nacional  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**SAPS** – Serviço de Alimentação da Previdência Social  
**SCHA** - Sociedade Científica de Higiene Alimentar  
**SDN** – Sociedade das Nações ou Liga das Nações  
**SESHE** – Serviço de Educação de Saúde e Higiene Escolar  
**SGMI** – Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública  
**SIME** – Serviço de Inspeção Médica Escolar

**SMC** – Sociedade de Medicina e Cirurgia

**SOFI** – *Service des Oeuvres Françaises à L'Étranger*

**SSHA** – *Société Scientifique d'Hygiène Alimentaire*

**UB** – Universidade do Brasil

**UDF** – Universidade do Distrito Federal

**UNESCO** – Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**URJ** – Universidade do Rio de Janeiro

**USP** – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Construção da nova escola primária. As fotos se referem à escola anterior e a usada naquele momento.....p.42
- Figura 2:** Folha de rosto do livro *Dictionnaire de la santé ou repertoire d'hygiene pratique a l'usage des familles et des écoles*. Dr. J.B. Fonssagrives, Paris, 1876.....p.44
- Figura 3:** Primeira Instalação de uma ducha de banho em uma escola municipal em Candéran-Bordeaux. A diretora Madame Lafon.....p.46
- Figura 4:** Sala de aula de Ensino Elementar na Comuna francesa de *Creil*, departamento de Oise, ao norte de Paris, datada de 1900. ....p.48
- Figura 5:** Preparação da refeição escolar e transporte para o refeitório – Escola em *Amilis* – França.....p.53
- Figura 6:** Distribuição das porções aos meninos da escola.....p.53
- Figura 7:** Refeitório de escolas em *Cognac* – França. Horário do almoço das crianças menores e das crianças maiores.....p.54
- Figura 8:** Alunos da Escola Paroquial de São Sebastião, aguardando refeição escolar da Cantina Escolar de São Sebastião da Pedreira.....p.108
- Figura 9:** Cantina Escolar d’Alcântara (1909).....p.109
- Figura 10:** Cantina Escolar de São Mamede [à esquerda] na antiga Praça do Brasil (191?).....p.164

## LISTA DE ARQUIVOS CONSULTADOS

1. Arquivo Municipal de Lisboa, Portugal
2. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal
3. Biblioteca Nacional Digital, Brasil
4. Biblioteca Nacional Digital, Portugal
5. Biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Brasil
6. Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal
7. *Bibliothèque nationale de France*, França
8. Centro de Documentação Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura
9. *Conservatoire national des Arts et Métiers France* (CNAM), França
10. *Conservatoire numérique des Arts et Métiers France* (CNUM), França
11. Diário da República Eletrónico, Portugal
12. *Gallica – Bibliothèque Numérique de la Bibliothèque nationale de France*, França
13. Hemeroteca Digital Brasileira, Brasil
14. Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa, Portugal
15. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p.16
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO DA AURORA DAS REFEIÇÕES ESCOLARES (1880-1900): a francofonia</b> .....	p.26
1.1 França: “Um alto e nobre modelo” .....	p.27
1.2 A escolarização e o Higienismo: alguns aspectos históricos.....	p.35
1.3 Cantina escolar: a necessidade da assistência alimentar.....	p.49
<b>2. ENTRE CANTINAS E MERENDAS: os rumos no Brasil e em Portugal (1900- 1930)</b> .....	p.61
<b>2.1 Brasil: quem vai merendar?</b> .....	p.65
2.1.1 “Vaccinar e revaccinar” .....	p.66
2.1.2 Cantinas e caixas escolares francesas.....	p.70
2.1.3 Enquanto isso no Brasil.....	p.74
2.1.4 Dífceis caminhos para a merenda escolar.....	p.78
2.1.5 Caixas escolares no Brasil.....	p.82
2.1.6 <i>Hygiene</i> escolar e merenda.....	p.85
2.1.7 Anarquismo e merenda escolar.....	p.88
2.1.8 A Escola Nova e a merenda.....	p.91
<b>2.2 Portugal: a instituição chamada cantina escolar</b> .....	p.103
2.2.1 Cantinas escolares e escolarização obrigatória.....	p.104
2.2.2 Escola e penúria na Primeira República.....	p.111
2.2.3 Escola, cantina e a <i>hygiene</i> .....	p.117
2.2.4 Cantina e seus periódicos de propaganda.....	p.119
<b>3. ENTRE DITADURAS E ENTREGUERRAS: as refeições escolares e a cooperação intelectual (Década de 1930).....</b>	p.123
<b>3.1 Brasil: revoluções e reformas</b> .....	p.125
3.1.1 A cultura francesa no Brasil.....	p.130
3.1.2 A fome e a merenda.....	p.135
3.1.3 “Percorrendo as escolas...” .....	p.141
3.1.4 A merenda como parte da cultura escolar.....	p.149
3.1.5 Modelo francófono.....	p.158
<b>3.2 Portugal: entre o desenvolvimento econômico e o “medo da subversão”.....</b>	p.161
3.2.1 Dilemas da ampliação da escolarização.....	p.162
3.2.2 As relações com o “estrangeiro” .....	p.165
3.2.3 “A cantina escolar: fator de revigoramento da raça”.....	p.167
3.2.4 “Uma semana de Outubro”.....	p.170
3.2.5 Cantinas escolares e a educação salazarista.....	p.175
3.2.6 Cooperação intelectual.....	p.179
<b>CONCLUSÃO</b> .....	p.194
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p.199

## INTRODUÇÃO

Seremos desculpados: nosso objetivo tem sido dizer muitas coisas em poucas palavras e ser claro, enquanto permacemos o mais próximo possível do que agora consideramos ser a verdade (PASCAULT, 1911, p. 6 – tradução da autora)<sup>1</sup>.

Atualmente a alimentação escolar é uma política social<sup>2</sup> reconhecida pela grande maioria dos países como parte integrante do processo educacional e presente no cotidiano da escola de um canto ao outro do planeta, ainda que emoldurada de maneiras distintas. Entretanto, este consenso é bastante recente e precisara atravessar séculos para se estabelecer.

No último quartel do século XIX, o início da oferta de refeições no ambiente escolar foi caracterizado por iniciativas esparsas e caritativas replicadas à medida que a própria estrutura escolar também foi formada, marcando uma trajetória concomitante. Ao se colocar a lente de observação sobre a instituição escolar e sua cultura própria, entende-se a demasiada complexidade de análise histórica visto que o contexto de sua trajetória é marcado por frenéticos acontecimentos em nível mundial.

É de suma importância sublinhar que o enfoque deste estudo pretende compreender as dimensões culturais que cercam a oferta de refeições nas escolas. Entende-se que a dimensão cultural é tão importante nas decisões políticas como as outras dimensões e que a “história do fato educativo se inscreve na história da cultura, da transmissão cultural, da formação e reprodução de mentalidades e atitudes coletivas...” (SOLÀ, 1995 apud FALCON, 2006, p. 333).

Outro ponto a ser exposto é a própria problemática que envolve os estudos acerca da alimentação escolar no âmbito de sua trajetória histórica. Percebe-se uma lacuna a qual pretende ser construída pelo esforço minucioso na reunião e análise documental e na revisão de trabalhos acadêmicos nos campos da História e da História da Educação resultando em novas e elucidativas narrativas. Assim, foi necessário estudar a história da oferta das refeições escolares no Brasil, na França e em Portugal por conjuntos diferenciados de documentos e de referenciais, uma vez que se atestou a ausência de debates, e mesmo de produção, dentro dos

---

<sup>1</sup> Texto original: *On nous excusera: notre objectif a été de dire beaucoup de choses en peu de mots et d'être clair, tout en restant cependant aussi près que possible de ce que nous considérons aujourd'hui comme la vérité* (PASCAULT, 1911, p.6).

<sup>2</sup> As políticas sociais aqui são entendidas segundo a definição de Eloísa Höfling (2001, p.31) na qual se referem às “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

campos da História e da História da Educação especificamente sobre o tema da alimentação escolar.

Quando se pensa na comparação entre realidades sociais diferentes, principalmente no eixo da educação, é necessário “procurar compreender de que forma os discursos fazem parte dos poderes que unem e dividem os homens e as sociedades” tentando identificar nos dados observados “como eles desencadeiam situações de dependência e lógicas de discriminação, de que forma constroem maneiras de pensar e agir” (NÓVOA, 2009a, p. 52) que podem os particularizar e, ao mesmo tempo, os unir.

Por meio da história comparada é possível perceber os pontos de contato e os pontos de divergência entre as realidades observadas no que se refere à alimentação escolar, confrontando o local e o global (SOUZA; MARTÍNEZ, 2009). São indiscutíveis as dificuldades de comparação entre países de formações sociais diferentes, mas enfatiza-se aqui a possibilidade de comparar as políticas de alimentação escolar tendo como principal fio condutor as influências que refletiram ao longo do tempo nos elementos aproximadores entre Brasil e Portugal. Utiliza-se como ponto de partida um dos caminhos indicados pelo historiador Marc Bloch (1928) para a comparação entre duas sociedades, levando em consideração a proximidade delas no tempo e que, mesmo afastadas espacialmente, tenham possibilidades de mostrar influências mútuas ou a mesma influência que inspira um aspecto social. Desta forma, o esforço aqui empreendido para a construção de uma narrativa histórica se assenta na ideia de que “duas sociedades sincrônicas [...] guardam entre si relações interativas, e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum que as atravessa” (BARROS, 2014, p.51).

Nas palavras da pesquisadora Ana Lucia Fernandes (2009) “apesar de Portugal e Brasil viverem em contextos tão diferentes à época, [...], os referentes que estiveram presentes na construção do conhecimento pedagógico foram, em muitos aspectos, semelhantes” (p. 230). Um dos aspectos de contato entre estes países é percebido pela influência cultural francesa nas ações educativas e, em especial neste estudo, na oferta de refeições dentro do ambiente escolar. Com base na investigação das fontes históricas, parece possível compreender as semelhanças, e também as diferenças, das trajetórias e rumos da alimentação escolar tomando como ponto de alinhavo a cooperação intelectual protagonizada pela França e a circulação de ideias sobre a educação presente no período analisado.

Desde o século XVII a grandiosidade e beleza de Versailles levaram a França a ter um status internacional de modelo de modernidade<sup>3</sup> e, posteriormente, após a Revolução Francesa, de republicanismo. Pode-se dizer que a França, “mais do que qualquer outro país do mundo”, conseguiu “explorar sua influência (*rayonnement*) intelectual, artística e cultural e colocá-la a serviço do seu poder”<sup>4</sup> (JANICOT, 2013, p. 27). Esta característica da influência francesa a permite exercer o chamado *pouvoir d’attraction*<sup>5</sup> (poder de atração) que seduz outras culturas e forma redes de influência de longa duração (CHAUBET, 2016).

O recorte temporal delimitado para o estudo foi da metade do século XIX, com mais atenção a partir da década de 1880, até a data fatídica do romper da Segunda Guerra Mundial, 1939. Entrementes, pontua-se que a baliza cronológica principal da circulação do ideário da oferta de refeições escolares entre os três países foi o período entreguerras, visto que neste período mais restrito se dera a maior efetividade da alimentação no ambiente escolar no Brasil e em Portugal. Este período não pretende minimizar a complexidade que envolve o tema da alimentação escolar, mas possibilita um olhar sobre um determinado momento: entre os primórdios da oferta das refeições nas escolas francesas e o ano de 1939, marco da queda da influência francesa no Brasil e em Portugal, neste contexto. Como será exposto no capítulo 3, assiste-se após a Segunda Grande Guerra, a perda do protagonismo cultural francês abrindo-se espaço ao protagonismo anglo-saxão (RENOLIET, 1999).

É importante ressaltar que, pensando na viabilidade desta pesquisa, a escolha do foco de análise privilegiou o contexto da cidade do Rio de Janeiro – capital do Brasil até 1960 – assim como Lisboa, no contexto português, e Paris, para a análise francesa. Uma investigação mais ampla das particularidades vividas no interior destes países poderá esmiuçar diferenças e nuances entre o que acontecera nas capitais federais.

Entende-se aqui que nesse período histórico a circulação de ideias entre os países, em especial no âmbito da educação, era frequente. E, ainda, que a apropriação de modelos culturais por parte dos países não centrais era acompanhada de uma adaptação modelada por “uma coerência própria” ajustando-se às práticas culturais particulares (CHARTIER, 2002b, p. 60; SCHWARCZ, 2017). Desta forma, considera-se importante o “intercâmbio de modelos e ideias” mediados pelos viajantes enviados pelos governos das nações a diversos lugares “a fim de conhecerem como cada país estava enfrentando o desafio de difundir as primeiras letras, os

<sup>3</sup> Diversas são as definições de modernidade, mas ressalta-se que neste estudo ele é entendida como “um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida” e significando uma ruptura com o passado (SILVA; SILVA, 2005, p.297).

<sup>4</sup> Texto original: [...] “*plus qu’aucun autre pays au monde, on peut dire qu’elle a su exploiter son rayonnement intellectuel, artistique, culturel et le mettre au service de sa puissance*” (JANICOT, 2013, p.27).

<sup>5</sup> Também chamado por alguns autores de *soft power* (JANICOT, 2013).

rudimentos das ciências, a educação física, intelectual e moral” (SCHELBAUER, 2011, p.25). Acredita-se que esta difusão de ideias propiciou a discussão sobre a necessidade da oferta das refeições escolares no Brasil e em Portugal e que algumas organizações internacionais exerceram o papel de tribuna para os intelectuais de diversas nacionalidades defenderem suas ideias e questionarem soluções vizinhas, em processo de cooperação intelectual que marcaria esse tempo.

É preciso ressaltar que, de acordo com Sandrine Kott (2011, p. 11), a interpretação tradicional sobre as organizações internacionais as coloca como espaço de regulação das relações internacionais e de criação de normativas – as quais estariam fora das decisões dos Estados participantes – impostas como universais. Entretanto, neste estudo se enfoca a interpretação suscitada por seu grupo de estudos o qual entende tais organizações, nesse período histórico, como promotoras de pesquisa e apreensão de ideias, tendo sido “espaços sociais abertos a partir dos quais é possível estudar diversas dinâmicas de internacionalização”. Para a autora, elas funcionavam como “locais de troca e circulação, interseção e interação com as redes internacionais, mas também local de encontro de grupos específicos os quais representa[va]m as diferentes sociedades nacionais e/ou locais” (KOTT, 2011, p.11).

Assim sendo, a investigação mostra uma diversidade de documentos que refletem os interesses e impressões dos seus autores sobre os acontecimentos de seus tempos. As fontes utilizadas aqui pretendem mostrar uma versão de determinado fato, visto que se compreende a “impossibilidade de se conhecer todos os aspectos envolvidos em um acontecimento e deste ter objetividade isenta de interpretações subjetivas” (GRESPLAN, 2008, p. 297).

Espera-se esclarecer ao longo do texto, que houve uma mobilização por parte dos sujeitos históricos que consideravam as críticas que faziam em seus contextos sócio-culturais como uma possibilidade de construção de um novo mundo dotado de saber científico a ser propalado pela sociedade. A preocupação se detém em que estes sujeitos – alçados por meio de suas escritas, discursos e impressões – possam ser vistos entrelaçados aos seus contextos socioculturais, bem como dos movimentos políticos próprios do seu tempo. Não houve a preocupação com uma síntese definitiva e fechada da política e do período aqui analisados, visto que esta seria uma preocupação impossível de se resolver.

Faz-se aqui uma asserção no que diz respeito aos documentos consultados e analisados neste estudo, pois, como afirma Le Goff (1996, p.547), todo documento carrega consigo uma intencionalidade inconsciente e, por isso, não pode ser considerado inócuo, neutro. Desta forma, ao se ter acesso aos documentos escritos para tecer uma trama histórica que aqui

procura se apresentar, é preciso ter ciência de que o documento “é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver”.

Outrossim, ao compreender o documento como “resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, uma imagem de si próprias” (LE GOFF, 1996, p. 548), pretende-se acolher a proposição de Le Goff e considerar o documento como monumento, tentando – com a limitação de uma formação da autora fora da História – acessar o máximo de documentações reunidas para que seja construída uma ideia mais ampla do contexto que o produziu.

É preciso fazer menção em como se teve acesso às fontes históricas utilizadas para a construção deste estudo. A reunião delas exigiu um trabalho minucioso. No caso da Biblioteca Nacional de Portugal em especial, de acesso a documentos importantes e de natureza tão frágil que a sua manipulação gerou a sensação de preservar, levando as palavras para outro local, mas também de macular sua integridade ao folheá-los. De uma forma ou de outra, o que permaneceu foi o sentimento de gratidão a todos que utilizaram o texto para deixar registradas suas impressões, seus desejos e os trabalhos realizados, por si ou por outros. E ainda àqueles que tomaram a providência de guardá-los até os dias de hoje.

Já no processo de investigação documental francófona é preciso evidenciar que o acesso aos documentos franceses só foi possível graças à qualidade, quantidade e eficiência com que estes documentos, sob os cuidados da Biblioteca Nacional da França, foram dispostos para consulta e utilização *on line*. Este aspecto se assemelha ao acesso aos impressos jornalísticos da Hemeroteca Digital Brasileira que estão muito bem dispostos e acessíveis por meio de uma grande e apurada diversidade de termos e palavras, atributo imprescindível para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Apesar de se considerar a importância dada aqui a aspectos biográficos de diferentes sujeitos históricos, não foi possível neste trabalho aprofundar-se na análise biográfica. À medida que os textos (discursos, notas jornalísticas, artigos, obras fictícias e acadêmicas e etc.) foram se tornando relevantes à pesquisa, alguns aspectos da vida desses sujeitos, ainda que superficialmente, são importantes para a trama que se queria engendrar, não como mera ilustração, mas sim como frutos de um contexto. Como pontua Alberti (2000, p. 3) os indivíduos carregam consigo as “formas típicas de comportamento e concentram as características do grupo” a que pertencem, e, portanto, considera-se a biografia como mais um ponto do traço histórico. Desta forma, compreende-se as sociedades num determinado tempo como uníssonas, de acordo com Bloch (2001, p. 151) “os homens que nasceram num mesmo

ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas”. Ainda assim, neste estudo percebe-se que alguns sujeitos históricos, construtores de seu tempo, parecem se deslocar do pensamento comum e dar partida em movimentos de mudanças.

Embora nem sempre tenha sido possível conseguir informações a respeito de alguns dos sujeitos mencionados, o esforço foi no sentido de mostrar o imbricamento na trajetória das ações políticas de uma grande parte das fontes utilizada, evidenciando, em muitos casos, a concepção e a visão de mundo exercida por estes defensores dos ideais de importância da oferta de refeições escolares, inseridos em seus tempos, espaços e contextos.

Outras fontes que também se tornaram importantes foram jornais e revistas publicados no período histórico analisado e quando versavam sobre o tema das refeições escolares. Todos os textos e discursos selecionados para este estudo apresentam a grafia *ipsis litteris* aos originais, não tendo sido alterados nem mesmo possíveis erros ortográficos ocorridos no documento original. Quando se tratam de documentos na língua francesa, os trechos são traduzidos pela autora deste trabalho e os originais apresentados como nota de rodapé.

Acredita-se que os jornais e revistas são fontes históricas de suma importância na medida em que estes impressos “não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140).

Longe de ser imparcial, o conjunto de fontes históricas aqui referenciado ajuda a representar o tempo vivido e a impressão sobre os temas elencados pelos sujeitos produtores dessas fontes. Por este motivo, por exemplo, os jornais são fontes importantes de análise quando utilizados em contraponto com outros documentos que possam oferecer o contexto histórico ao qual pertencem (CAPELATO; PRADO, 1980; VIEIRA et al., 1984; CRUZ; PEIXOTO, 2007; LUCA, 2008).

No sentido de pensar os contrapontos do que disseram os impressos, são usadas como fontes as legislações e as diretrizes regulatórias das políticas de alimentação escolar tanto no Brasil quanto em Portugal. Prerrogativa esta assentada na ideia de que as “leis constituem-se em invulgar registros de valores e ideias característicos de um determinado período histórico” (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 217). Também são consultadas outras fontes, como relatórios, conferências impressas, atas das câmaras municipais, que mostram tanto a circulação dos saberes em prol de uma uniformização dos modelos de cantinas escolares como o forte reconhecimento sobre a necessidade destas instituições.

É inegável a percepção de quão peculiares as políticas de alimentação escolar podem ser em diferentes países nos quais há a proposição de oferta de alimentação no ambiente escolar. Torna-se, portanto, extremamente instigante a análise comparativa entre contextos nacionais diferentes para se perceber as nuances, os entraves, os avanços e as possibilidades que contribuíram para a construção desta oferta que hoje é entendida como política, mas que em todo o período do recorte temporal deste estudo mostrou um viés assistencialista. Fato este registrado nos documentos analisados na grande maioria das escolas brasileiras e portuguesas.

A tese que aqui se levanta é de que a necessidade de ofertar refeições em ambiente escolar no Brasil e em Portugal foi fruto do ideário francês a respeito desta oferta, em especial no período entreguerras, visto que o modelo educacional advindo da França fazia parte da cultura escolar destes dois países no período estudado.

Utilizar-se da História para tecer uma narrativa não é uma tarefa simples. Mais difícil se torna quando não se é um historiador. Entretanto, parece atenuado tal trabalho quando se pode recorrer, como lentes de leitura, aos próprios historiadores. É preciso perguntar-se então como foi acessada a história. A perspectiva histórica que aqui se leva em consideração prioriza seus aspectos culturais. Antes de mais nada, não se trata de uma perspectiva, em hipótese alguma, da construção de uma trajetória evolucionista do tema abordado.

Por mais que se reconheça no recorte espaço-temporal selecionado elementos que contribuem para a construção da política de alimentação escolar, acessa-se a história nesse contexto por estes principais elementos: estudos e obras que abordam o tema e uma vasta documentação produzida no período estudado (periódicos, registros impressos de palestras, regulamentações, dossiês, relatórios, entre outras). Certamente a tarefa é complexa quando se pensa em remontar o quebra-cabeça de indícios para formar um desenho narrativo minimamente coeso e luminoso.

É importante salientar que não se tem a pretensa ideia de esgotar as interpretações sobre as mesmas fontes, mas trazer à tona premissas de um passado de forma instigante e parcial. Tampouco se pretende afirmar a influência francesa como única na construção da oferta de refeições escolares no Brasil e em Portugal, mas foi escolhida para ser focalizada neste estudo por ter sido muito evidente nas fontes consultadas. Entende-se que nós “nos aproximamos do passado então, não num estado de virgindade histórica, mas com todas as suposições, pressupostos e preconceitos que não só fazem de nós pessoas reais, localizadas numa tradição histórica particular, mas também torna possível uma aproximação imaginativa a outros tempos” (HARLAN, 2000, p. 26).

Considerando todas essas premissas que envolvem esse estudo, tece-se aqui o resultado das pesquisas sob a forma de três capítulos. Estes são estruturados de maneira cronológica, respeitando os preceitos históricos seguidos e acima enunciados. Um importante aspecto precisa antes ser esclarecido: não se tem a intenção de esquadrihar as análises sobre a alimentação escolar nos dois países pelos mesmos aspectos, visto que os documentos e fontes são diversos e nem sempre tratam do assunto da mesma forma.

Sendo assim, no primeiro capítulo procura-se mostrar como era o contexto histórico em que as refeições escolares começaram a ser oferecidas pela própria escola, na virada dos séculos XIX para XX. O enfoque se subdividiu em como a França foi encarada como um modelo a ser seguido pelo Brasil e por Portugal nos diferentes âmbitos da vida cotidiana; nas características das sociedades no que se refere à escolarização sob a égide de uma ideia republicana de processo civilizatório fundamental e influenciada pelo Higienismo; e, por fim, no que se refere ao processo que levou à demanda por uma oferta da alimentação escolar.

As chamadas cantinas escolares tiveram lugar em terras gaulesas mais precocemente do que nos contextos luso-brasileiros. Já na *Exposition Universelle de 1900* foi reservado um espaço somente para as cantinas escolares de Paris, trazendo maior legitimidade e importância à existência destas obras de assistência (como assim eram denominadas) e consequente aumento posterior do número delas como presença fundamental no processo de escolarização pública. Neste capítulo há um esforço na busca de um panorama geral da afirmação das escolas e obrigatoriedade do ensino nos três países em pauta. Também se analisam algumas opiniões de intelectuais consideradas fundamentais para a consolidação das cantinas escolares.

No segundo capítulo são analisados documentos que registram as trajetórias da oferta de refeições nas escolas do Brasil e de Portugal durante a Primeira República dos dois países. São tratadas as particularidades da oferta das refeições escolares no Brasil e em Portugal até o fim da década de 1920, com a Grande Depressão. É possível observar semelhanças nas particularidades de cada país, bem como a presença da cooperação intelectual. É justamente a possibilidade de ver os elementos aproximadores que permite assim uma comparação, mesmo considerando que os dois países em foco apresentaram construções sociais diferentes.

O alinhavo entre a oferta das refeições escolares brasileira e lusitana no período selecionado foi ainda a constante influência da matriz de pensamento francesa alicerçada pela cooperação intelectual internacional controlada fundamentalmente pela França de 1924 até 1946 (RENOLIET, 1999 apud GOSSELIN, 2001), mas, como se verá, antes presente no Brasil por meio do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les*

*Relations avec l'Amérique Latine*. Os documentos utilizados permitem ter uma ideia de como os intelectuais envolvidos com a educação e os médicos escolares foram construindo a necessidade de ofertar refeições para os alunos no momento em que estavam estudando. Ressalta-se que nesse período, as refeições eram oferecidas somente aos alunos carentes e sua oferta era um ato de benemerência social. O crescimento e o aperfeiçoamento das cantinas escolares francesas no período se apoiavam nas descobertas científicas sobre a nutrição humana e faziam parte do discurso que circulava entre os países, ainda que estes estivessem a viver um período de recuperação após a Primeira Grande Guerra. Foi justamente neste período, que a educação passou a “fazer parte da agenda de associações pacifistas que denunciavam como a propaganda bélica se havia servido da História e do seu ensino como instrumento de ódios antigos e novos” (LEITE, 2011, p.305)

O terceiro e último capítulo se concentra no período entreguerras e ditatorial, tanto no Brasil como em Portugal, e procura mostrar como o avanço da presença de merendas escolares, no caso do Brasil, e cantinas escolares, no caso de Portugal, foram se tornando mais frequentes. Nesse período os médicos escolares da França organizavam as cantinas de suas escolas sob os auspícios da alimentação racional e apresentavam resultados sobre a observação da boa nutrição sobre o desenvolvimento físico e cognitivo, disseminando essas ideias pelos outros países. O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual funcionava em Paris promovendo diversos encontros e eventos científicos que incluíam intelectuais brasileiros e portugueses.

Um dado importante sobre a terminologia utilizada na pesquisa é a diferença de nomenclatura para o mesmo objeto. No Brasil a alimentação escolar é conhecida socialmente como merenda<sup>6</sup> escolar, a qual era oferecida no refeitório escolar. Em Portugal sempre se chamou refeição escolar e era servida na cantina escolar. Na França ela era chamada refeição escolar e era servida também na cantina escolar. Vale lembrar, assim, que não é possível se observar o passado sem se tirar os olhos do tempo presente. Isso significa dizer que ao olhar o ato da oferta de refeições no ambiente escolar procurava-se a expressão alimentação escolar, como hodiernamente é conhecida, entretanto o termo é recente e nem sempre utilizado na prática. Isto é suposto quando se ousa enveredar em diversos tempos históricos e contextos pátrios distintos sendo de se esperar que as nomenclaturas venham a divergir.

---

<sup>6</sup> A palavra merenda aparece no século XIX e bem no início do século XX nos jornais brasileiros com o sentido de uma refeição pequena realizada à tarde, o lanche da tarde. No dicionário português publicado em 1913 o sentido é “*merenda* f. Ligeira refeição entre o jantar e a ceia. \* Bras. Comezaina [refeição abundante] fóra de horas, de noite. \* Foro antigo, que os caseiros pagavam aos senhores, quando tomavam conta dos prazos. (Lat. merenda)” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1292, com grifo da autora).

Desta forma, levando em consideração as diferenças de denominação da alimentação escolar, destaca-se que as pesquisas realizadas junto aos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Nacional Digital do Brasil e da Hemeroteca Digital brasileira e portuguesa tiveram como chave de busca as palavras *cantina*, *cantina escolar*, *refeição escolar*, *alimentação escolar*, *merenda escolar*, *sopa escolar*, *refeitório* e *almoço escolar*. Todos os documentos e impressos que responderam às buscas foram examinados nessa pesquisa<sup>7</sup>. No *Gallica* da Biblioteca Nacional da França, os descritores foram *cantine*, *cantine scolaire*, *repas scolaire*, *restauration scolaire*, *cooperation intellectuelle*, *Institut International de Coopération Intellectuelle*, *Bureau International d'Éducation*.

É fato que a distância temporal do hoje para o “ontem” – aqui escolhido – também evoca outros tantos distanciamentos que se espera serem melhor esclarecidos ao longo do estudo, mas não impede que se possam contemplar os vestígios que vieram a construir o que hoje entende-se por alimentação escolar. As limitações deste estudo não dizem respeito somente aos limites impostos pelo recorte temporal. Devem-se levar em consideração as escolhas que aqui se fazem no âmbito dos próprios indícios históricos com os quais se lida, bem como com a ideia de que há a tentativa de compreensão conjunta dos elementos históricos analisados, inseridos em espaços e contextos do Brasil e de Portugal.

Uma pergunta pode ser feita quando se aprofunda nos fatos ocorridos nos dois países separados pelo Atlântico e unidos pelos costumes, poderá ter sido a influência francesa o elemento aproximador entre Brasil e Portugal que permitiu as semelhanças na trajetória das ofertas de refeições escolares? O modelo civilizatório vinha da Europa e especialmente da França e a cooperação intelectual era inegável. Os países não-centrais partilhavam das discussões e dos modelos a serem seguidos. Sob este prisma o presente estudo quer perceber como a oferta de refeições pela escola esteve ligada ao modelo civilizatório vindo da França.

---

<sup>7</sup> É preciso pontuar que infelizmente houve uma dificuldade de acesso aos jornais da grande imprensa portuguesa devido ao fato de que a maior parte destes impressos ainda não foi digitalizada, mas sim microfilmada. Aqueles os quais foram digitalizados, grande parte não realiza busca por palavras. Apesar de uma análise ter sido realizada *in locu*, tal característica dificultou o acesso peremptório aos mesmos.

## CAPÍTULO 1

### O CONTEXTO HISTÓRICO DA AURORA DAS REFEIÇÕES ESCOLARES

Quando quer Deus que uma idéia se propague pelo mundo, sugere-a ao espírito de um francez (NOTICIARIO, *Diário do Brazil (RJ)*, 5 de dezembro de 1882, p. 3).

O começo da história desta pesquisa pode ser definido pelo começo das perguntas que para ela foram feitas, pois como afirma Paul Veyne (1983, p.45) “a história não é mais do que a resposta às nossas interrogações”. Neste sentido, o questionamento se concentrava em dois grandes pilares: saber como fora iniciada pela escola a ação de oferta de refeições dentro de seu ambiente e de que maneira ocorrera sua difusão no ambiente escolar como prática cotidiana.

O passo inicial foi voltar na linha dos vestígios encontrados (DUBY; LARDREAU, 1989) e entender o começo do novo. A busca se concentrou em documentos brasileiros e lusitanos da segunda metade do século XIX e início do século XX quando a escola passou a desempenhar um papel central na organização social do ocidente.

Foi a partir da busca dos documentos sobre as refeições escolares no Brasil e em Portugal que houve a percepção da forte presença das experiências francesas nas justificativas e nas bases dos documentos portugueses e brasileiros sobre a alimentação escolar. Em diversos documentos analisados havia menção da França como um modelo a ser seguido no que se referia ao âmbito da educação e ao fornecimento de refeições dentro da escola.

Outrossim, enfatiza-se aqui que os documentos consultados por este estudo por vezes citavam experiências de outros países europeus (especialmente Inglaterra e Alemanha), visto que era intensa a circulação de ideias no âmbito da educação (e fora dele) desse período histórico, como afirmam diversos pesquisadores (BASTOS, 2000 e 2002; MOGARRO, 2006; PINTASSILGO et al., 2009; VIDAL, GARCIA, 2012; FERNADES, CORREIA, 2012; XAVIER, 2012; PINHEIRO, 2015; SCHWARCZ, 2017; entre muitos outros). É crucial evidenciar que a escolha pela França como país modelo aconteceu devido a diferentes aspectos que evidenciaram a importância francófila para o Brasil e para Portugal especialmente na estruturação das escolas e de suas cantinas escolares.

Diante do fato da presença dos ideais franceses nos documentos históricos lusitanos e brasileiros sobre as cantinas escolares, fez-se necessária a procura de documentos franceses mostrando como foram sendo criadas estes ambientes de alimentação neste país. Como fontes

para esta busca foram usados alguns relatórios das *Expositions Universelles*, jornais de circulação em fins do século XIX e início do XX, relatórios das organizações internacionais aqui citadas, relatórios da Câmara Municipal de Paris, textos acadêmicos e legislações da época, utilizando-se os descritores já mencionados.

A documentação escrita utilizada como fonte para o alinhavo entre estes três países (Brasil, França e Portugal) é dividida entre documentação de arquivo e aquela bibliográfica e hemerográfica (ARÓSTEGUI, 2006). Os documentos utilizados nesta pesquisa pertencem aos arquivos físicos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), às Hemerotecas digitais de Portugal e do Brasil, à Biblioteca Nacional da França (BnF), pelo órgão *Conservatoire National des arts e métiers*, *Conservatoire numérique* e *Gallica (CNAM; CNUM)*, às legislações disponíveis nas páginas do Diário da República Eletrónico de Portugal (DRE) e Diário Oficial da União (DOU) do Brasil, e finalmente, às obras de autores que trataram o contexto histórico abordado e o tema da alimentação escolar propriamente dito.

Infelizmente, assim como adverte o historiador Dominique Julia (2001), é mais simples atingir os documentos reguladores de um passado escolar do que propriamente a realidade ocorrida na escola. Para tentar minimizar este problema a opção foi diversificar as fontes históricas formando um traçado minimamente coeso e seguramente não unívoco.

### 1.1 França: “Um alto e nobre modelo”<sup>8</sup>

“Um alto e nobre modelo”, expressão utilizada em um discurso sobre a defesa da cantina escolar proferido em 1911, pelo Dr. Cunha e Costa, jurista e vereador da Câmara Municipal de Lisboa, evidencia bem os ânimos e os parâmetros os quais podem ser observados em diversos outros documentos. Recorrendo ao trecho deste discurso, vê-se que o autor assim enfatizava:

Imitemos, pois, já que outra coisa não podemos, nunca poderemos fazer, mas procurando, por uma cultura e por uma sociabilidade cada vez mais intensas, aproximar-nos do espírito da obra imitada. Imitemos a França. É um alto e nobre modelo. [...] Entrem em contacto com a verdadeira França, a que prodigiosamente pensa, trabalha e produz (CUNHA E COSTA, 1912, p.24).

---

<sup>8</sup> Esta frase foi dita por José Soares da Cunha e Costa em uma Conferência realizada no Theatro da República de Lisboa no dia 11 de dezembro de 1911 e publicada em 1912. Cunha e Costa era vereador em Lisboa nesta ocasião. “Orador, publicista, conferencista e causídico brilhante, Cunha e Costa foi ainda responsável por muitos dos artigos constantes do texto da Constituição de 21 de Agosto de 1911” (PEREIRA, 2019)

Eleito para a Câmara Municipal de Lisboa em 1908, Cunha e Costa claramente se referia à França como sendo este “alto e nobre modelo”. Ele defendeu, além de fazer ácidas críticas aos intelectuais portugueses, a ideia da necessidade de ajustar modelos utilizados dos outros países europeus, tidos como mais desenvolvidos no processo então considerado civilizatório e moderno. Sendo assim, pode-se pensar que quando uma referência é tão sólida e concreta para quem a observa, não existe outra saída a não ser seguir o modelo.

No próprio texto do vereador pode-se ver claramente suas críticas à imitação sem adaptação:

Passa-se, pois, a nossa vida a imitar a da França. Mas, o que imitamos nós, afinal? O que n’um assomo de tédio fez exclamar o grande Eça “Portugal é um paiz traduzido do francez, em calão”. A nossa imitação da França é, com effeito, puramente formal, como puramente formal fôra a nossa imitação da Inglaterra. Das leis constitucionaes britannicas importámos uma carta outhorgada que nunca cumprimos; da França e um pouco de toda parte importamos uma constituição democratica que talvez nunca cumpramos. E a razão é simples: uma e outra nos ficaram curtas nas mangas; não entendemos nenhuma.

Imitamos a forma, mas a essencia, o substratum, o perfume, o espirito esses ficaram com quem teceu as idéas e as agglutinou com seu sangue (CUNHA E COSTA, 1912, p. 15)<sup>9</sup>.

Na falta de uma referência sólida em encontrar ecos que pudessem justificar um regionalismo com algo que pairasse como cosmopolita e internacional, a referência estaria entre aqueles que já tivessem alguma experiência em relação ao tema ou tivessem feito da sua experiência algo para além de um regionalismo microscópico.

Esse pensamento também está presente em diversos autores que se debruçaram em seus trabalhos sobre a influência da França no desenvolvimento das instituições escolares e científicas no Brasil e em Portugal.

Na configuração que se fazia à medida que os estados nacionais novecentistas se constituíam, diversas características foram aclamadas para que pudessem dar o tônus integrador a elementos pitorescos/sui generis/regionais/específicos capazes de se plasmarem numa possível identidade única. Identidade esta tida como nacional e sempre que possível ainda imperialista<sup>10</sup>.

Quase como um poema, o argumento de Cunha e Costa em sua análise sobre o povo francês, em comparação com o seu, tenta traçar um perfil que para ele justifica a situação social e econômica diferente em que se encontra no momento da escrita (1911) a população

<sup>9</sup> A grafia de todos os documentos transcritos neste estudo estão *ipsis litteris* aos documentos originais.

<sup>10</sup> Vide as pretensões brasileiras existentes durante o Segundo Império... (SCHWARCZ; STARLING, 2015)

portuguesa e a francesa.

A alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heroes que ella escolhe para amar e para cercar de lenda. O grande rei para os francezes é e será sempre Francisco I<sup>11</sup>, enorme, robusto, ligeiro, rindo alto, batendo-se valentemente, amando mais valentemente ainda, radiante, gosando largamente a vida, poeta em certos momentos, artista por ostentação, e falador eterno... O nosso genuino heroe, e isto resume tudo, é o poético e pensativo D. Sebastião (CUNHA E COSTA, 1912, p. 11)

No Brasil, “o século XIX pode ser considerado como um século de francofonia por excelência, nesse momento nossa cultura absorveu tudo ou quase tudo o que se produzia na França” (BASTOS, 2002). Para contemplar mais uma área de influência, em relação os hábitos alimentares difundidos no Rio de Janeiro nos oitocentos pode-se afirmar que, segundo Lima (1995), a França era o grande modelo. Esta autora aponta dois modelos simultâneos de alimentação que podiam ser vistos: a) “na esfera privada, na mesa familiar, íntima, cotidiana e farta, bastante conservadora, mantinha na sua base a tradição dos colonizadores, não obstante a incorporação de outros elementos, com intensidade variável”; e b) na esfera pública, “a mesa formal, cerimoniosa, renegava as origens e adotava a sofisticada cozinha francesa” (p. 163).

Machado de Assis (1839-1908), em uma análise sobre a literatura (e sobre a política) brasileira chamada *O passado, o presente e o futuro da Literatura* publicada em 1858 expressou o seu descontentamento com as artes brasileiras. Ele assinalou a França como a “capital da civilização moderna”.

Passando ao drama, ao teatro, é palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro, é negar um fato; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha. E todavia assim é. Não somos severos: os fatos falam bem alto. O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da França, a capital da civilização moderna; não! Basta que nos modelemos por aquela renascente literatura que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias (ASSIS, 1994, p.03).

O frenesi social trazido pela Revolução Científico-Tecnológica<sup>12</sup> estaria causando uma

<sup>11</sup> *François Ier* foi rei na França de 1515 a 1547, obteve vitórias em guerras com países vizinhos e era conhecido por ser um grande mecenas das artes (HISTOIRE pour tous, 2019).

<sup>12</sup> Este momento também denominado Segunda Revolução Industrial teve seu auge em 1870 e apresentou um salto quantitativo e qualitativo em “relação à primeira manifestação da economia mecanizada. Resultando da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial” (SEVCENKO, 1998, p.8-9).

“busca sôfrega de modelos que indicava justamente a ausência de parâmetros seguros” (SEVCENKO, 1998, p.541).

Sevcenko (1998) diz que esta situação de intensa influência europeia no mundo pôde ser notada de forma muito intensa na América Latina. No Rio de Janeiro, capital do Brasil de então, foi possível materializar ao mesmo tempo a fantástica capacidade de utilização de novas técnicas e uso de materiais modernos, aliados a um plano de espelhar o modo de vida próprio das elites sociais europeias e reconstruí-la aqui. Além disso, a construção de ferrovias no país respondia à crescente necessidade de rapidez e eficiência própria do advento da modernidade oitocentista. No período entre 1854 e 1889 foram construídos mais de 10 mil quilômetros de ferrovias (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Desde meados do século XIX, quando houve uma grave epidemia de febre amarela na cidade carioca, foi tomado um conjunto de medidas sanitárias voltadas para melhoria da saúde pública. Mesmo assim, a situação da capital ainda viria a se agravar nas décadas seguintes com o aumento populacional (MOTTA, 2016), o que demandaria ampliação e efetividade das medidas. A capital contava com 500 mil pessoas nos primeiros anos da República e o “comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto da população” (CARVALHO, 2002, p.10). A densidade populacional da cidade do Rio de Janeiro demandava adaptações na paisagem urbana que “compelia os grupos carentes” e colocava em destaque “o modo de vida das camadas mais abastadas” (SEVCENKO, 1998, p.544). A reforma da capital brasileira promovida na presidência de Francisco de Paula Rodrigo Alves (1848-1919) que governou de 1902 a 1906, teve o comando direto do prefeito do Distrito Federal, Francisco Franco Pereira Passos (1836-1913). Por tal motivo, ficou conhecida por Reforma Pereira Passos e foi considerada como um marco para a cidade a qual teve, em apenas quatro anos, seu centro totalmente reformulado e sua população mais pobre empurrada à força para os morros. Assim, sob os auspícios do Higienismo e o preceito de modernidade foi trazido para o Rio de Janeiro o modelo parisiense das grandes avenidas. Nota-se que o engenheiro Francisco Pereira Passos estava em estudos em Paris (de 1856 a 1860) quando aquela cidade passou por reformas promovidas por Haussmann em suas avenidas e seus bulevares.

O símbolo máximo da Regeneração, porém, ficou sendo o eixo fundamental do projeto de reurbanização, a avenida Central. Inspirada no planejamento dos bulevares parisienses, conforme o projeto dos amplos corredores comerciais do barão de Haussmann, prefeito plenipotenciário de Paris sob o império de Napoleão III, a Avenida introduzira na capital a atmosfera cosmopolita ansiada pela nova sociedade republicana. Não só os produtos à

venda nas vitrines de cristal eram via de regra franceses, assim também eram as roupas e os modos dos consumidores, tanto quanto os bandos de pardais encomendados pelo prefeito Pereira Passos, por serem típicos de Paris (SEVCENKO, 1998, p.545).

É instigante pensar em como o esforço para que a Avenida Central se parecesse com uma avenida em Paris fez com que se introduzissem aves nativas da França no intuito de tornar o cenário mais realista. Construía-se assim a Paris tropical (NEVES, 2003).

Em Portugal, o projeto urbanístico em Lisboa também seguia a cartilha de Haussmann. Os pesquisadores Silva e Mattos (2000) apontam que devido aos vários surtos epidêmicos de cólera, de febre amarela e de difteria em Lisboa em meados do século XIX e à alta mortalidade ocorrida no período, houve a crescente necessidade de melhorar as condições de saneamento e de habitabilidade dos prédios nas quais a capital portuguesa estava imersa. Na tentativa de resolver estas condições, em 1859 foi indicado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) o engenheiro parisiense Pierre Pézerat para traçar um plano de reurbanização lisboeta sob a inspiração das obras parisienses.

O plano foi traçado em 1865, mas a precariedade financeira do município não permitiu que fossem realizadas grandes obras de melhoria sanitária nesta década (SILVA; MATTOS, 2000). As décadas seguintes conseguiram presenciar algumas melhorias e “embelezamento”<sup>13</sup> da Lisboa oitocentista. Os autores sugerem que as ideias de reurbanização eram principalmente defendidas por políticos simpáticos aos ideais republicanos, em meio à Monarquia Constitucional Portuguesa<sup>14</sup>. Aos poucos o embelezamento de Lisboa tornou-se indispensável também para a realeza no sentido de igualar a sua capital às outras cidades importantes da Europa e acompanhar seus caminhos de ferro já construídos.

O contato com as novidades modernas empurraram a necessidade de uma mudança mais efetiva. E, assim, “Os novos símbolos urbanos de oitocentos desde o conforto doméstico proporcionado pela energia e água canalizadas até aos padrões de sociabilidade e de representação em torno de parques e *boulevards*” foram se constituindo “igualmente como

<sup>13</sup> O termo foi amplamente utilizado nos oitocentos pelos defensores da reurbanização e melhoria do saneamento básico de Lisboa. Segundo Silva e Mattos (2000, p.08) o embelezamento “continha o desejo de conseguir uma melhoria na estética da capital, através do traçado de ruas mais regulares e harmoniosas, de alcançar uma disposição mais ordeira dos prédios junto da orla das ruas e da dotação de equipamentos que tornassem a cidade num local mais aprazível”.

<sup>14</sup> “A Monarquia Constitucional em Portugal foi um sistema governativo que vigorou entre 1820 e terminou com a queda da monarquia em 1910. A aprovação da Constituição de 1822 resultou da Revolução Liberal de 1820, e marca o começo da Monarquia Constitucional de Portugal. No início do século XIX, em resultado das invasões francesas, chega a Portugal a ideia de uma Assembleia Parlamentar enquanto órgão de representação nacional, contrapondo o modelo tradicional das cortes, representados pelas três Ordens do Reino: Clero, Nobreza e Povo. Em 1808, nascem as cortes constitucionais apresentadas pelo tanoeiro José de Abreu Campos, num documento conhecido como a súplica de Constituição” (SERRA, 2011, p.22)

metas a atingir e a impulsionar a intervenção urbanística” (SILVA; MATTOS, 2000, p.8).

Na segunda metade da década de 1870, sob o comando do engenheiro Ressano Garcia<sup>15</sup> (1847-1911), houve uma maior efetivação dos planos discutidos sobre as melhorias das condições sanitárias e de habitabilidade e ao fim da década a construção da Avenida da Liberdade, na capital lusitana, aos moldes dos *boulevards*, seria representativa como símbolo de modernidade. Silva e Mattos (2000) ressaltam que a possibilitação de empréstimos financeiros pela Câmara Municipal de Lisboa, a continuidade de políticos defensores do tema e o maior acesso às técnicas necessárias para as obras deram condições para o início da reurbanização da capital portuguesa.

Em 1900 a construção do Parque Eduardo VII<sup>16</sup>, no centro lisboeta, pode ser entendido “como sinal de avanço da cidade para além do seu centro pombalino e reforçaram a figura axial do centro, que se consolidara no século XIX, entre a Praça do Comércio, o Chiado e o Passeio Público” (MANGORRINHA, 2007, p.117). A cidade tinha então cerca de 350 mil habitantes (SERRA, 2011) e ainda veria diversas mudanças em sua estrutura sanitária e viária.

Tais considerações a respeito da urbanização do Rio de Janeiro e de Lisboa a partir de meados do século XIX servem para ilustrar a forma com que a influência francesa acontecia em diversos aspectos da vida neste século. Um ponto que cabe ser destacado foi a coincidente ida a Paris – no mesmo período cronológico (1856-1859) – dos responsáveis pelos planos iniciais de urbanização, no caso português, e de efetiva urbanização, no caso brasileiro.

Os engenheiros Pereira Passos e Pézerat<sup>17</sup> estiveram em Paris na mesma época para acompanhar as obras levadas a cabo por Napoleão III e Haussmann. “Com orgulho, Napoleão exibiu ao mundo todos estes aspectos da nova Paris nas exposições internacionais promovidas na cidade em 1855 e 1867. Como esperado, o mundo maravilhou-se” (JONES, 2017, p.327). Tais exposições universais tiveram papel importante na disseminação da França como um modelo. Atraídos pelo deslumbramento da Cidade Luz, muitos chefes de Estado, em visita às

---

<sup>15</sup> “Frederico Ressano Garcia (1847 – 1911) foi um engenheiro e professor de engenharia, político e administrador que se notabilizou por ter dirigido a expansão e renovação urbana da cidade de Lisboa no último quartel do século XIX. Entre outras funções, foi ministro, deputado e par do Reino. Devem a ele o planeamento e construção de estruturas tão marcantes da zona metropolitana de Lisboa como a Avenida da Liberdade, a Praça Marquês de Pombal, a Avenida 24 de Julho, os bairros de Campo de Ourique e da Estefânia e a Linha de Sintra”. [...] Ele estudou na *École Nationale des Ponts et Chaussées* (Escola Nacional de Pontes e Estradas), em geral referida simplesmente por les Ponts, é a mais antiga escola de engenharia civil do mundo, mantendo-se como uma das mais prestigiosas escolas de engenharia da Europa” (SERRA, 2011, p. 29).

<sup>16</sup> A homenagem era para o filho da Rainha Vitória da Inglaterra que viria se tornar o rei com a morte de sua mãe em 22 de janeiro de 1901. A sua ascensão “punha fim a um período sufocante e anunciava novo ‘ar de liberalização’, próprio do século que se iniciara” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p.21).

<sup>17</sup> “Pierre Joseph Pézerat (1800 – 1872). Foi um arquiteto e engenheiro francês, radicado em Portugal. Estudou arquitetura na Escola Politécnica de Paris, e foi docente da Escola Politécnica de Lisboa, onde leccionou desenho” (Idem).

exposições, queriam ver com seus olhos a fórmula de Haussmann que “estabelecia Paris em certos sentidos como o paradigma do planejamento urbano moderno” (JONES, 2017, p.358).

Todo este afã na corrida pela modernidade era salpicado de diversas teorias científicas – com gêneses europeias – e novas tecnologias que assaltavam a humanidade. “Nas grandes cidades a entrada deste ideário científico se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento” (SCHWARCZ, 2017, p.44).

Cunha e Costa, o vereador lisboeta citado aqui no início deste capítulo, afirmava que era o papel dos intelectuais aproveitar os ensejos trazidos pela admiração ao modelo francês de civilização para conduzir uma melhoria significativa em seu país. Em 1912, em conferência ele disse: “Seja como fôr, a *sympathia*, que por vezes é paixão e delírio, do português pela França, é uma tendência nossa, a que bem poderíamos chamar orgânica. E, sendo assim, o dever do filósofo, do pensador e do patriota é considerá-la e aproveitá-la” (CUNHA E COSTA, 1912, p. 15).

A influência francesa na literatura nos oitocentos era de grande dimensão. O escritor português (de pai brasileiro) Eça de Queiroz<sup>18</sup> respondeu às críticas que vinha recebendo sobre a sua desnacionalização (MARTINS, s/d) em que apresenta o argumento de que o seu tempo era devotado pela França e o modelo que ela representava.

A tua Carta de Viriatho é, além do que diz de mim, excelente em todos os pontos. A nossa arte e a nossa literatura vêm-nos feitas de França, pelo pacote, e custam-nos caríssimo com os direitos de alfândega. Eu mesmo não mereço ser exceptuado da legião melancólica e servil dos imitadores. Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês – excepto num certo fundo sincero de tristeza lírica que é uma característica portuguesa, num gosto depravado pelo fadinho, e no justo amor do bacalhau de cebolada. Em tudo o mais, francês, de província [...] eu fui educado, e eduquei-me a mim mesmo, com livros franceses, ideias francesas ... ideais franceses. Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há-de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar. Como é feito por dentro o português de Guimarães e de Chaves? Não sei. O Padre Amaro é mais adivinhado do que observado (QUEIROZ, 1884 *apud* RIBEIRO, 2008, p.46).

Deve-se salientar que o fascínio pela França, no caso deste estudo, é também pessoal. Importa dizer novamente que as influências europeias e, no caso de Portugal, de países europeus de maior desenvolvimento e, posteriormente dos Estados Unidos, nas histórias do

---

<sup>18</sup> Há uma divergência na escrita do nome de Eça de Queiroz. Alguns autores, inclusive portugueses, utilizam o sobrenome Queirós. As reformas ortográficas por que passaram a língua portuguesa afetaram os nomes de pessoas e de lugares em Portugal. Tal fato pôde ser observado devido ao contato de documentos produzidos em temporalidades diferentes. Aqui, optou-se por utilizar a grafia utilizada na época das primeiras edições das obras de Eça de Queiroz.

Brasil e de Portugal são tão perceptíveis quanto aquelas exercidas pelos franceses. A peculiaridade aqui foi, para além do interesse, a facilidade com que se encontra farta documentação escrita que evidencia a França como um modelo de civilização e modernidade endossado pela análise documental, exercitada aqui a partir das considerações do historiador espanhol José Aróstegui (2006). Assim, as análises documentais são entendidas aqui como “o conjunto de princípios e operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, p.508).

Fernandes e Correia (2012), por sua parte, afirmam que o projeto que reformou o ensino primário brasileiro em 1890 apresenta uma “marcada influência da reforma empreendida na França por Jules Ferry, em 1881 e 1882, não só na sua arquitetura (dois ciclos de estudos para crianças e jovens dos 7 aos 15 anos, com um total de quatro níveis) como também na introdução da educação moral e cívica de fundo laico” (p.247). Além disso, estes autores afirmam que as reformas curriculares portuguesas de 1911 e 1919 seguem igual referência aos moldes franceses.

Igualmente em Portugal, António Nóvoa (2009b, p.51) acentua que as políticas escolares de Jules Ferry tiveram um grande impacto, tanto em território lusitano como em outros países da Europa, sendo responsáveis pela simbologia que se impõe como “a matriz da modernidade escolar”. De acordo com a pesquisadora Libânia Xavier (2012), a escola teve sua expansão de forma muito parecida ao nível mundial, o que sugere que o “Estado-nação é, ele mesmo, um modelo cultural transnacional” que utilizou do processo de escolarização de massas para formar “laços simbólicos entre os indivíduos e o Estado” (p.258). Diante disso, é bastante perceptível a utilização de modelos estrangeiros para a formação do sistema escolar no Brasil e em Portugal.

A análise de Eça de Queiroz sobre a formação de uma ideia de soberania da França pela própria sociedade francesa exaltada pela imprensa local poderia ter sido utilizada, segundo o escritor, pelo Brasil e por Portugal no que concerne à formação de um espírito mais confiante na soberania nacional. Em sua obra *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* (1893-1896) ele diz:

Há aqui apenas um excelente sistema, desde longos anos adoptado pela imprensa de Paris, que nós deveríamos sofregamente seguir no Brasil e Portugal, e que consiste em afirmar, com afoita certeza, sem escrúpulos, sem pudores, que tudo quanto se diz ou se faz em Paris é perfeito, do mais nobre gosto, de um esplendor soberbo, e desmedidamente superior ao que se faz e se diz nas outras nações subalternas. Excelente e fecundo sistema! Ele

termina por plantar fortemente, no espírito dos outros, como um dogma, a ideia da supremacia total da França – e sobretudo convence a França da sua supremacia, e absolutamente a penetra daquela confiança própria que é sempre a inspiradora dos grandes feitos e das grandes obras (QUEIROZ, 1896, p.54).

No que concerne ao processo de escolarização é possível afirmar ainda que de acordo com a documentação escolar avaliada por Vidal e Garcia (2012, p.222) nas “duas últimas décadas do século XIX, muitas das ideias pedagógicas observadas no estrangeiro faziam parte da cultura escolar da capital federal” do Brasil. Dentre os quais se destaca a presença dos ideais franceses como patente e inegável. Este assunto será tratado mais amplamente no subcapítulo seguinte.

## **1.2 A escolarização e o Higienismo: alguns aspectos históricos**

A contextualização histórico-social em que a alimentação começou a ser oferecida pela escola é imprescindível para o entendimento da transição entre um aspecto que até então era de responsabilidade familiar e passava a ser assumida pelo poder público. Sendo assim, procura-se ressaltar neste momento alguns pontos sobre o contexto histórico sob o pesponto do surgimento da escola (no seu modelo séculos XIX e XX) e de alguns eventos históricos decorridos nos países em destaque neste estudo.

Para Francisco Falcon (2006, p.333) o estudo sobre a educação é fundamental para a “compreensão da formação cultural de uma sociedade” da mesma forma que o conhecimento detalhado do contexto histórico é “imprescindível para a compreensão do sentido da práxis humana e, dentro dela, da intervenção educativa”. De forma nenhuma se teve a intenção de se fazer um levantamento exaustivo da produção acadêmica da história da educação nesse período, mas traçar uma ousada linha cronológica ressaltando alguns dos muitos aspectos importantes e instigantes desta fase em que a escola gratuita, laica e obrigatória tomou forma.

Atualmente parece indissociável a compreensão entre as linhas que conduzem o traçado de como a escola é percebida e de sua cultura própria com os “modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização” (JULIA, 2001, p.11). Neste mesmo raciocínio, a alimentação escolar é fruto de um contexto da sociedade que entendeu a escola como espaço propício para a oferta de uma

alimentação adequada para as crianças, essencialmente para as “crianças necessitadas”<sup>19</sup>. Considerando-se a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p.9), entende-se então que as refeições escolares pertencem ao processo da cultura escolar à medida que fazem parte das práticas que possibilitam o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Nóvoa (1987) o processo de escolarização se estabeleceu em meio ao surgimento da “necessidade da sociedade se ocupar das crianças”; “a interiorização progressiva de um conjunto de regras morais que vão funcionar como mecanismos reguladores das relações entre os homens”; “uma nova ordem sócio-econômica” que traz uma nova relação com a leitura e a escrita; e, “a implantação de uma ‘sociedade disciplinar’ que tem como consequência o encerramento das crianças em espaços que lhes são destinados” (p. 414-415).

Os ideais republicanos e a obrigatoriedade do ensino público foram firmados na Europa e no Brasil em diferentes momentos do século XVIII e XIX. A passagem da escola de responsabilidade das instituições religiosas para aquela de responsabilidade do Estado, gratuita, laica e obrigatória, aconteceu de uma forma tempestuosa pela luta de interesses. Como afirma o historiador Dominique Julia,

o estabelecimento desta nova escola primária não se realizou pacificamente, e eu não preciso detalhar aqui a violência dos combates que pontuaram as lutas das Igrejas e dos Estados neste terreno. É que, no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas” (JULIA, 2001, p. 23).

Em se tratando do contexto histórico destas desavenças pela responsabilidade da escola, o mundo ocidental foi então pulverizado por grandes e rápidas transformações desde fim do século XIX e o início do XX, “concentradamente em especial entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, entre os países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos” (SEVCENKO, 1998, p. 10). As novas invenções e consequentes necessidades, resultantes da Revolução Científico-Tecnológica, tornaram os hábitos cotidianos e modificaram a relações humanas. Dentre essas novidades, destacam-se:

---

<sup>19</sup> Este termo é utilizado por ADENIS (1898) no documento *Les cantines scolaires du XIIe arrondissement* para descrever as crianças que pertenciam às famílias que teriam dificuldades financeiras em arcar com as despesas das refeições escolares.

veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiofusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as roda-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora (SEVCENKO, 1998, p. 09-10).

A extensa lista do historiador Nicolau Sevcenko pode mostrar a diversidade e a amplitude das mudanças ocorridas na *Belle Époque*. Evidenciam-se aqui as mudanças que podem ter vindo a atingir os hábitos alimentares, o cotidiano e os costumes, como por exemplo, os alimentos industrializados e o modo de cozinhar com o fogão a gás. O mundo ocidental então passou a ser percebido pela sua sociedade com um ritmo diferente diante de mudanças nos meios de transporte, na difusão das informações e de novidades que pareciam não ter freios.

É preciso entender que no Brasil estas mudanças da virada do século XIX para o século XX puderam ser sentidas quase exclusivamente nas cidades, como salienta a historiadora Margarida Neves (2003), particularmente no Rio de Janeiro que havia se tornado a capital da recém-criada República do Brasil. É possível um raciocínio a partir desta conclusão de que as modernidades surgidas nessa época se encaixavam especialmente, quase exclusivamente, na paisagem urbana dos países do ocidente.

No que concerne à escola elementar “as instituições de caridade exerceram um papel pioneiro a partir do século XVIII” quando considerado o espaço diferenciado com destino à educação, ainda que em parca quantidade e destinada aos pobres e órfãos (JULIA, 2001, p.13). No Brasil é possível afirmar que as escolas religiosas ganham terreno na disseminação da escolarização no século XIX entre a elite local, firmando o ideário de “valores cristãos, a observância de regras comuns e o mesmo estilo de vida” o que permite o sentimento de superioridade dos alunos que a frequentam (CHAVES, 2012, p.143).

Muito antes da obrigatoriedade do ensino público, ainda no século XVI, documentos mostram que em Lisboa, em 1552, poderiam se encontrar “trinta escolas de ler e escrever, onde há cinco ou seis mil crianças” (NÓVOA, 1987, p. 418). As escolas desta fase histórica, como afirma Nóvoa, eram supervisionadas pela Igreja e as mudanças de responsabilidade para

o Estado só vieram com a Reforma Pombalina em 1772 com objetivos de uniformização das práticas escolares<sup>20</sup>. É interessante apontar que os esforços pombalinos de estatização do ensino levaram à criação de um imposto – *subsídio literário* – direcionado para a instrução pública, medida que se destaca em sua época quando comparada aos outros países europeus (NÓVOA, 1987, p. 419).

Os esforços, no entanto, não apresentaram tantos resultados quanto pretendidos, continuando o analfabetismo a assolar o país, ainda um reino (SAMPAIO, 1978). Em 1822, ano seguinte do retorno compelido do rei à corte, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, assinada por D. João VI, prevê no artigo 237, capítulo IV – *Dos estabelecimentos de instrução pública e de caridade*: “Em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade Portuguesa, de ambos os sexos, a ler, escrever e contar e o catecismo das leis religiosas e civis” (PORTUGAL, 1822, p. 58).

Apesar de indicar esta necessidade de haver escolas, a Constituição de 1822 não contemplou nem a obrigatoriedade do ensino nem o direito a ele. Mais tarde, o conceito de “obrigatoriedade escolar surgiu com a Carta Constitucional de 1826, que instituía a frequência da Instrução Primária entre os direitos civis e políticos para todos os cidadãos portugueses” (MENDONÇA, 2006, p.57). Mas somente em 1835 a gratuidade e obrigatoriedade foram tratadas em conjunto.

Mesmo com algumas outras legislações reforçando a obrigatoriedade, em 1870 havia um número muito grande de analfabetos em Portugal. Nesse ano, estimava-se que “existiam apenas 2.300 escolas oficiais e que 600.000 crianças em idade escolar não a frequentavam” (MENDONÇA, 2006, p.59). Nesta década dos oitocentos, havia em Lisboa um esforço de educadores em prol de um projeto de modernização pedagógica que se construiu tendo como “suporte a circulação internacional de ideias e práticas inovadoras, no âmbito da qual, e das redes que vão entretecendo” e assim os educadores iam se “apropriando, à sua maneira, do que lhes parece funcional à regeneração do país por via da educação” (FERNANDES; PINTASSILGO, 2009, p.2).

No que tange ao processo de ensino e aprendizagem efetuado dentro da escola, há de se ressaltar que somente a partir do século XIX tal perfil da instrução primária tomou sua forma como é conhecida. O historiador Hébrard estuda a evolução da leitura e da escrita francesas e pontua que somente a partir das grandes reformas escolares – as quais

---

<sup>20</sup> Os ideais de civilidade e modernidade só passariam a estar associados ao ensino primário após a Revolução Francesa quando o assunto educação ganhou o status de prioridade nacional e gradativamente diminuiu seu caráter caritativo (FERNANDES, CORREIA, 2012).

aconteceram na primeira metade do século XIX – foi que o “*trivium*” ler-escrever e contar se tornou na França “o instrumento essencial de uma educação do povo urbano ou rural pela escola” (HÉBRARD, 2001, p.117).

Este mesmo autor data de 1833 o ano em que se podem considerar suficientemente generalizadas as escolas na França. Tal fato se deve, possivelmente, à Lei Guizot de 28 de Junho de 1833 que obrigava todo município com mais de quinhentas pessoas a ter uma escola pública ou privada para meninos e cada departamento a ter pelo menos uma escola normal. Porém não obrigava a frequência da criança, mas possibilitava. A lei descreve que quem deveria decidir seria o pai da criança se ela iria estudar ou não, e ainda, se escolheria uma escola religiosa ou secular. Esta legislação ainda previa uma remuneração extra por aluno formado para o professor e, no caso de uma escola pública, o local onde seria instalada a escola serviria também de habitação para o professor (FRANCE, 1833).

Posteriormente o ensino primário para crianças, de ambos os sexos, dos 06 aos 13 anos se tornou obrigatório na França com a Lei Jules Ferry de 28 de Março de 1882 (FRANÇA, 1882). Neste intervalo de tempo, houve a gradativa construção do entendimento da estimada escola normal republicana neste país, bem como o firmamento da profissão de professor (NÓVOA, 1987; VILLELA, 2012).

Quanto ao Brasil, no que concerne à criação de escolas de primeiras letras, a Constituição Federal de 1824 previa a gratuidade de ensino primário para todos os cidadãos, ressaltando-se escravos que não eram considerados como tais. A lei de 15 de Outubro de 1827 obrigava as cidades mais populosas – sem determinação de quantidade de população na lei – a ter escola de primeiras letras para meninos e, caso o presidente da província achasse necessário, também para meninas se poderiam criar (BRASIL, 1827). Destaca-se um ponto desta legislação o fato de que os professores que não tivessem formação adequada deveriam se instruir “em curto prazo e à custa do seu ordenado nas escolas das capitais” (BRASIL, 1827, p.1). Esta lei não menciona a alimentação escolar.

Em 1834 por meio de um Ato Adicional de 12 de Agosto o ensino primário passa para a responsabilidade dos estados, ficando o ensino superior a cargo do governo federal. Este fato pulverizou a efetivação da escolarização e dificultou o processo nos estados mais distantes da capital (VIDAL, 2006; TRINCHÃO, 2009).

Nas décadas seguintes, as várias províncias foram gradativamente tornando o ensino elementar compulsório no Brasil (VIDAL; GARCIA, 2012). Em maio de 1870, findada a Guerra do Paraguai, o imperador Dom Pedro II afirmava em reunião de Sessão Imperial da Assembleia Geral que “o desenvolvimento moral e material do Imperio depende

essencialmente de difundir-se a instrução por todas as classes da sociedade, da facilidade das comunicações, do auxílio de braços livres á lavoura, principal fonte de nossa riqueza” (BRASIL, 1870, p.5).

O imperador mantinha contato frequente com pensadores franceses com os quais compartilhava ideias e ações no sentido de promover a criação de instituições de ensino e pesquisa. Segundo Karl Lorenz (2002, p.2), Dom Pedro II, nas viagens para a Europa em 1871, 1876 e 1877 “manteve contato com ilustres franceses como Louis Pasteur, Alphonse de Lamartine, Ary Renan, Victor Hugo, Artur de Gobineau, George Sand, Fédinand Denis, Gaston Maspéro e outros”. Além disso, foi recebido na *Académie Française* em uma sessão privada em 23 de janeiro de 1872 (ACADÉMIE FRANÇAISE, *on line*).

Nesse período, a sociedade estava influenciada por novo olhar sobre si mesma e havia uma ideia de decisões que não poderiam ser ignoradas frente à modernidade iminente. “O Republicanismo, enquanto projeto de nova sociedade, consubstanciado em um programa de formação de um novo homem, é anterior à República” (FERNANDES; CORREIA, 2012, p.247). Por este motivo, como afirma Dubet (2003), a escola era impulsionada, a partir da segunda metade do século XIX, para um “projeto de instalar uma cidadania nova e pela legitimidade das instituições republicanas”. A escolarização tomaria o papel de formar uma “consciência racional e um sentimento nacional” (p.31) que estariam atrelados à separação entre o Estado e a igreja.

Na contracorrente do processo de responsabilização do Estado pela escolaridade dos seus cidadãos, a Constituição de 1891, no Brasil já republicano, deixou de considerar a escolaridade gratuita como uma atribuição do governo federal, deixando para os estados o encargo educacional (BRASIL, 1891). Houve um retrocesso no que diz respeito à garantia da educação, somado ao adendo da proibição do voto de pessoas analfabetas.

A regulamentação do ensino primário e secundário havia sido feita pelo decreto 891 de 08 de Novembro de 1890 e previa a criação de estabelecimentos escolares públicos e privados. Não há neste decreto, assim como nas outras legislações anteriores, a menção sobre refeições escolares ou mesmo sobre as caixas escolares que viriam a servir posteriormente como subsídios para as crianças mais carentes (BRASIL, 1890).

A partir da segunda metade dos Oitocentos, com um avanço relativo de infraestruturas, ferrovias e estradas, entre outros avanços científicos e tecnológicos recém-chegados, houve um grande progresso no sistema de ensino brasileiro no que diz respeito ao uso de materiais e métodos mais modernos (FERNANDES; CORREIA, 2012).

Em Portugal, segundo Fernandes e Correia (2012) até a primeira metade do século XIX houve “uma série de conflitos sociais, golpes e revoltas” (p.238), entremeada com as divergências políticas em torno da monarquia – a qual viria a finalizar em 1910. As iniciativas para implantar um sistema de ensino neste país não conseguiam se efetivar e entre os motivos apontados por Candeias (2005) se destacam a situação econômica muito desfavorável que obrigava Portugal a se concentrar em uma regeneração e a falta de reconhecimento da escola como promotora de uma ideia de nação, visto que Portugal já se considerava assim, diferente de suas vizinhas nações.

Enquanto o ensino e a escola iam se aperfeiçoando e sistematizando, havia o premente pensamento médico-higienista que permeava os diversos setores da sociedade francesa e de outras partes do mundo, como o Brasil e Portugal, inclusive o ambiente escolar. Para Gondra (2003) “inicialmente apresentada como arte de conservar a saúde, a higiene é definida, em um segundo momento, como a ciência que trata da saúde com o duplo objetivo de sua conservação e aperfeiçoamento” (p. 28).

A ciência tomou o viés higienista que passou a determinar as ações em diversos segmentos do cotidiano social. No âmbito da escola, ela passou a ser o pilar tanto da construção quanto do funcionamento dela (GONDRA, 2007). De acordo com Gondra, as instruções higienistas apresentadas para os professores primários franceses, e posteriormente brasileiros<sup>21</sup>, realizavam-se por manuais e palestras. O intuito era tornar os professores atores protagonistas na difusão dos preceitos higienistas.

Gradativamente, as escolas passaram a ser construídas utilizando uma arquitetura idealizada no modelo higienista como se vê na figura de uma reforma no prédio escolar na França. A figura 1<sup>22</sup> se refere à construção de uma nova escola primária na cidade de Chaource, região administrativa de *Grand Est*, departamento de Aube, na França. O comentário dela fala sobre a substituição de um velho casebre por uma casa apropriada para ser chamada escola, aos moldes arquitetônicos defendidos pelo higienismo. Esta figura é parte integrante do Relatório do Juri da *Exposition Universelle de 1900, Groupe 1* (FRANCE, 1902, p.26).

---

<sup>21</sup> Gondra (2007) relata que as conferências ministradas pelo médico francês Dr. Gallard em 1867 foram traduzidas e adaptadas para o português por Machado de Assis em 1873.

<sup>22</sup> Os direitos destas fotos pertencem a *Conservatoire National des Arts e Metiers – Bibliotheque National de France* e o uso é permitido para fins acadêmicos segundo consta no próprio documento (FRANCE, 1902, p.23).

Figura 1. Construção da nova escola primária. As fotos se referem à escola anterior e a usada naquele momento.

(Direitos autorais das fotos pertencem ao *Conservatoire numérique des Arts & Metiers* - <http://cnum.cnam.fr>)

CONSTRUCTIONS SCOLAIRES.

23

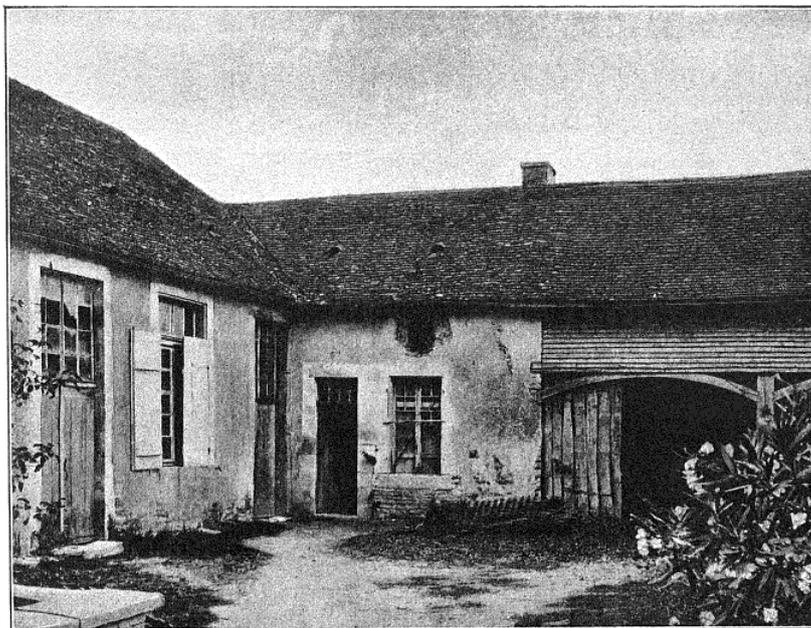


Fig. 2. — L'ancienne école à Chaource (Aube).

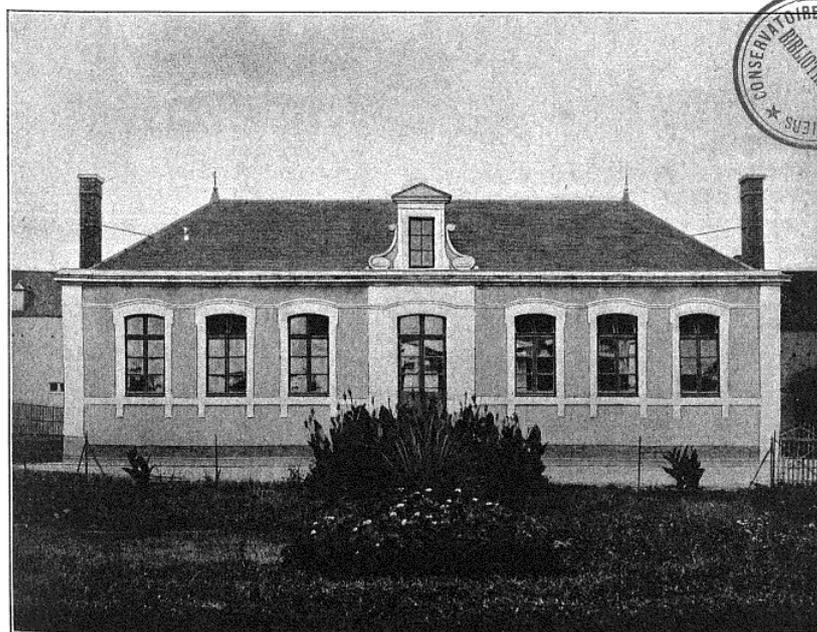


Fig. 3. — La nouvelle école à Chaource (Aube).

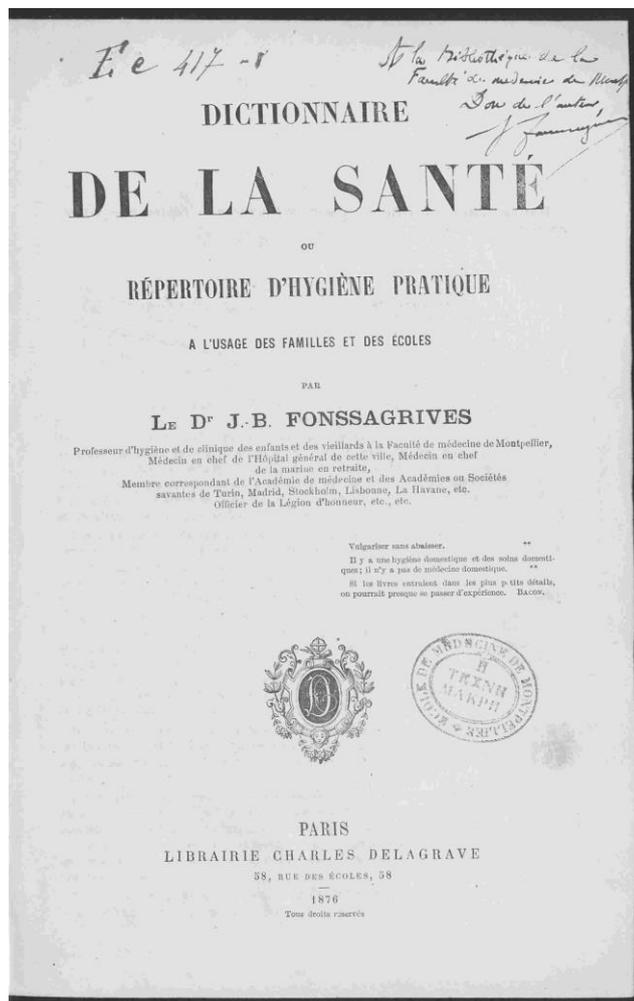
O pensamento higienista procurava moldar os professores e as professoras de acordo com seus preceitos com o intuito de disseminar uma ideia higienizadora para a população. Segundo Gondra (2007),

ao defender o rearranjo na forma de instruir o povo, a higiene escavava um ponto bem marcado para o professor primário, definido por uma obediência rigorosa às suas exigências. Deste modo, ao produzir o professor como aliado estratégico nas disputas com a fé, a higiene prometia um novo tempo, civilizando a população que ela mesma representava como rude e impura por meio de uma escola higiênica e higienizadora (GONDRA, 2007, p.181).

Ressalta-se aqui o Higienismo como mais um dos vieses de influência do pensamento francês no Brasil e em Portugal. No estudo de Gondra (2003) sobre quais eram as leituras obrigatórias dos médicos higienistas que estavam a formar-se no Brasil, ele percebeu a utilização efetiva de manuais médicos higienistas franceses. Este autor afirma que “nos trópicos, lendo franceses, buscava-se operar uma efetiva modelagem, equipando os jovens acadêmicos dos largos fundamentos da doutrina higienista” (GONDRA, 2003, p.35).

Destaca-se um destes manuais (Figura 2) de autoria do Dr J. B. Fonssagrives (1823-1884) com o título “Dicionário da Saúde ou Repertório de higiene prática para uso das famílias e das escolas” (*Dictionnaire de la santé ou repertoire d’hygiene pratique a l’usage des familles et des écoles*, 1876). Nele, o autor – que foi professor da Faculdade de Medicina de Montpellier, França – preocupa-se em trazer informações práticas sobre a higiene que pudessem ser efetuadas por pais e professores. Neste trabalho, assim como em outros do mesmo autor, havia uma “preocupação com a idade e com o sexo, aspectos integrantes e caros à doutrina higienista e intimamente entrecruzados com a questão educacional, realizada no espaço da casa e/ou no espaço dos colégios” (GONDRA, 2003, p. 29). Não há, no entanto, menção no documento sobre a cantina escolar.

Figura 2: Folha de rosto do livro *Dictionnaire de la santé ou repertoire d'hygiene pratique a l'usage des familles et des écoles*. Dr. J.B. Fonssagrives, Paris, 1876. (Direitos autorais: Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France)



Outro manual que merece destaque foi o intitulado no Brasil<sup>23</sup> de *Hygiene para uso dos mestres-escola* de autoria do médico francês Dr Théophile Gallard (1828-1887) e traduzido para o português por Machado de Assis em março de 1873. Estes exemplares foram disponibilizados para as escolas do então Império do Brasil (GONDRA, 2007).

É preciso sublinhar que esse período em que tais manuais foram escritos, a França passava pelas Revoluções de 1830, 1848, 1870-71 que causaram crises econômicas e sociais recorrentes, mas também conquistas para a sociedade, destacadamente o ensino laico e gratuito. Neste contexto, “o Estado encontra aliados privilegiados entre médicos e membros da Instrução Pública para desenvolver, além da solidificação do ‘corpo social’, o fortalecimento dos corpos, o prolongamento da vida e combater preconceitos prejudiciais à

<sup>23</sup> Nome original *Notions d'hygiene à l'usage des instituteurs primaires* publicado em 1868 em Paris.

sua execução” (NOURRISSON; PARAYDE, 2012, p. 84). Foi sob esta herança de pensamento que as cantinas escolares ganhariam destaque no século XX.

O trabalho dos pais fora do domicílio era cada vez mais comum entre as classes populares francesas na segunda metade do século XIX. Por este motivo o cuidado higiênico para com as crianças passou a ser assumido pela Escola. Os autores Nourrisson e Parayde (2012) em vosso artigo sobre a História da Educação em Saúde na Escola afirmam que

na década de 1860 nós observamos no discurso dos professores da Escola Pública uma primeira tomada de consciência de saúde. Eles se documentaram, reivindicando as instalações prometidas pelo governo por um longo tempo, chegaram ao ponto de fornecerem os próprios planos escolares. Eles se investiram [empoderaram], denunciando a lentidão administrativa e os privilégios, os quais bloqueavam as evoluções arquitetônicas e sanitárias. Finalmente eles cumpriram sua missão sanitária, como este professor que dirá: ‘A maioria dos pais sai de manhã para trabalhar, seja nos campos ou em uma fábrica, e só retornam à noite para suas casas e não se preocupam com a limpeza de seus filhos. Este cuidado é, portanto, da responsabilidade dos professores’ (NOURRISSON; PARAYDE, 2012, p. 86). (tradução da autora)<sup>24</sup>.

No relatório do júri da Exposição Universal de 1900 há uma foto (Figura 3) que mostra como era um dos modelos de balneário<sup>25</sup> escolar na França, utilizados pelos professores para a higienização dos alunos, ilustrando a fala do professor acima citado. Intrigante fato para os dias de hoje, esta era uma função que passou a ser desempenhada pelos professores na escola francesa na segunda metade do século XIX.

---

<sup>24</sup> Dans les années 1860, nous observons dans le discours des instituteurs de l'École publique une première prise de conscience sanitaire<sup>3</sup>. Ils se sont documentés, revendiquent des installations promises depuis longtemps par le gouvernement, vont même jusqu'à fournir leurs propres plans d'école. Ils s'investissent, dénonçant la lenteur administrative et les passe-droits, bloquant les évolutions architecturales et sanitaires. Enfin ils s'acquittent de leur mission sanitaire, à l'image de cet instituteur qui dira : « La plupart des parents partent le matin pour aller travailler, soit aux champs, soit dans une usine, ne retournent que le soir dans leurs maisons et ne se préoccupent point de la propreté de leurs enfants. Ce soin incombe donc aux instituteurs” (NOURRISSON; PARAYDE, 2012, p.86).

<sup>25</sup> Estes balneários eram locais adaptados ou construídos com duchas que permitiam ao professor dar banho nos alunos que necessitassem deste cuidado.

Figura 3: Primeira Instalação de uma ducha de banho em uma escola municipal em Candéran-Bordeaux.  
A diretora Madame Lafon (FRANCE, 1902, p.29)  
(Direitos autorais das fotos pertencem ao *Conservatoire numérique des Arts & Metiers* - <http://cnum.cnam.fr>)



Fig. 10. — Première installation d'un bain-douche dans une école communale.  
(Candéran-Bordeaux, M<sup>me</sup> Lafon, directrice).

Também eram construídos os chamados balneários anexos às cantinas escolares de escolas primárias em Portugal. Esta palavra, *balneário*, tinha significado nessa época de local onde se podia tomar banho<sup>26</sup> (FIGUEIREDO, 1913, p. 248). É possível se afirmar tal fato ao se observar o Decreto-lei 23.803 de 27 de abril de 1934 publicado pela Direção Geral do Ensino Primário, o qual menciona a gerência do balneário escolar.

Tendo sido extintos, pela alínea c) do artigo 194º do decreto nº 22.369, de 30 de Março de 1933, os conselhos escolares e administrativos das escolas do ensino primário elementar;

Tomando-se necessário definir a quem competem as gerências do balneário e farmácia e da cantina da escola do ensino primário elementar n.º 14, da cidade de Lisboa, que estavam a cargo do conselho administrativo da mesma escola;

[...] Art.1º É instituída na escola do ensino primário elementar n.º14 uma comissão [...];

Art. 2º A cargo dessa comissão ficam, até resolução definitiva, as gerências do balneário e farmácia e da cantina existentes na escola do ensino primário elementar n.º14 (PORTUGAL, 1933, p.558).

Grande parte das habitações domiciliares nos centros urbanos de Portugal era desprovida de locais adequados para o banho, supõe-se que por tal motivo, a construção de balneários junto às cantinas escolares fosse recorrente e nos documentos legislativos se apresentasse como parte da assistência escolar.

<sup>26</sup> A palavra não denotava banhos de mar neste contexto específico de presença nas escolas.

O modelo de escola do século XIX previa um novo modelo de aluno e um novo modelo de professor que fossem juntos consoantes à construção de uma sociedade que emergia. Educar passou a compreender mais do que só instruir sobre conhecimentos já existentes, mas também a formar cidadãos capazes de viver na sociedade que despontava.

É preciso sublinhar que ao final do século XIX, no Brasil, houve incentivos por parte dos governos provinciais e do governo Geral, para a realização de viagens ao estrangeiro por parte de professores, com o intuito de que estes pudessem ter contato com as inovações educacionais e também servirem de propaganda para o rumo educacional que vinha sendo tomado no Brasil (VIDAL; GARCIA, 2012). Daí a inevitável influência dos pensamentos internacionais, também na necessidade de cantinas escolares.

No decreto do governo português n.º 4650, de 14 de junho de 1918, o qual determinou uma reforma no Ensino Secundário, é possível verificar a importância dada pela administração da Instrução Pública às viagens pedagógicas, com fins de formar os professores em consonância aos países congêneres considerados de “mais elevada cultura intelectual” (PORTUGAL, 1918a, p. 1318).

Art. 55.º São concedidos anualmente aos professores dos liceus quinze subsídios de 600\$, especialmente destinados a viagens de estudo aos países de mais elevada cultura intelectual, como meio de aperfeiçoamento dos métodos de ensino das disciplinas dos seus grupos. A concessão destes subsídios será feita segundo as disposições prescritas no regulamento. O Estado também facultará aos professores de geografia e ciências naturais os meios indispensáveis à realização de excursões, que lhes permitam o estudo das diferentes regiões do país sob os pontos de vista que mais interessam às disciplinas que ensinam” (PORTUGAL, 1918a, p. 1318).

No Brasil, como aponta Araújo (2011), sob a influência estrangeira, as autoridades tomaram a cruzada de levar as medidas de higiene para a população infantil mais pobre no intuito de protegê-la das recorrentes doenças infectocontagiosas que assolavam a sociedade. Isso se torna muito claro quando pontuamos que diversos cargos públicos no país, na virada do século XIX para o XX, estavam sendo ocupados por médicos.

O papel da escola na formação dos cidadãos era nessa época definido como crucial. Tinha-se a convicção de que as práticas escolares poderiam formar uma sociedade tal como se idealizava. Este ideário pôde ser percebido por meio de práticas voltadas a “aquisição de modos de viver, desenhados segundo os propósitos de preservar a saúde, prevenir as doenças, conjurar a morte e moralizar os costumes” (ROCHA, 2010, p.159).

Figura 4: Sala de aula de Ensino Elementar na Comuna francesa de Creil, departamento de Oise, ao norte de Paris, datada de 1900. (Direitos autorais das fotos pertencem ao *Conservatoire numérique des Arts & Metiers*, <http://cnum.cnam.fr>)

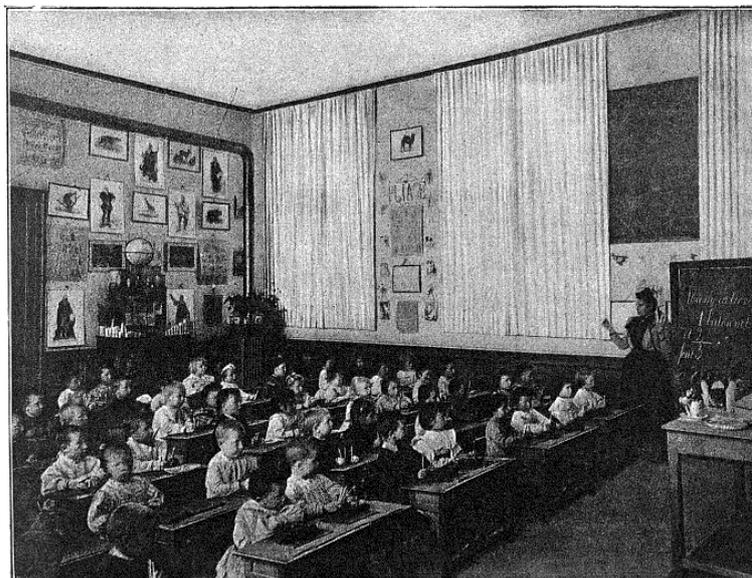


Fig. 17. — Leçon de calcul aux petits. École communale de Creil (Oise).

Nota-se na foto (Figura 4) a disposição das cadeiras, o número de alunos, a altura do pé direito. Todos estes detalhes são preconizados como moldes na educação higiênica para a construção de salas de aula adequadas segundo estes preceitos. Este ideário de educação sob o viés higienista não estava somente voltado às crianças pobres, nas quais “era preciso prevenir a tendência ‘natural’ à corrupção e à criminalidade”, mas também crianças de famílias abastadas eram disciplinadas no regime educacional vigente “por meio das rígidas regras dos colégios, como ocupações como ginástica e longas atividades escolares” (ARAÚJO, 2011, p. 179).

Os discursos de então estiveram voltados para a valorização da infância e sobre a mitificação da ciência, “tendo como foco a educação”, quando foi instituída a construção de uma “adjetivação e formas de controle a partir das quais as infâncias foram pensadas e prescritas na edificação de uma arquitetura social ordenada, pacífica e asséptica, baseada em manuais de conduta médicos e jurídicos” (CAMARA, 2011, p. 19).

Diante da complexa rede de ideais higienistas que passaram a cobrir as mais diversas áreas da vida cotidiana com seus preceitos científicos e com as certezas próprias desta virada de século (COSTA; SCHWARCZ, 2000), as escolas daí em diante seriam um lócus que seria disseminador do ideário. Sob esta conjuntura social que as cantinas escolares foram surgindo, como ver-se-á adiante.

### 1.3 Cantina escolar: necessidade da assistência alimentar

Um olhar sobre o século XIX mostra uma conjuntura de transformações geográficas, políticas e culturais que podem dar uma ideia de como a escola moldou-se ao longo do tempo e, no que se preocupa este estudo, de como esta mesma escola passou a ser a responsável pela oferta de alimentos para os alunos. Permeado de um ambiente de modificações dos hábitos, descobertas científicas sobre a saúde humana, nova rotina de trabalho fora de casa, foi que as escolas começaram a oferecer, elas próprias, refeições aos alunos, com especial atenção aos mais carentes.

O período histórico e social no qual se desenvolvem os primeiros passos da merenda escolar no Brasil e em Portugal é também apontado como um reflexo dos novos olhares sobre a infância.

Na França, até as últimas décadas do século XIX, há indícios que os alunos levavam seus alimentos para a escola e os comiam nos intervalos das aulas. Algumas cantinas eram mantidas isoladamente pela filantropia de nobres em meados do século XIX. Entretanto, os documentos consultados mostram que possivelmente somente a partir da década de 1880 ocorrem em Paris registros de cantinas escolares organizadas pelo Estado, ainda que em situações longe das ideais, do ponto de vista higiênico e da qualidade nutricional. Segundo Marchand (2014, p.312) “a origem caritativa das refeições escolares influenciou bastante seu desenvolvimento desigual na França. Mas a introdução da escolaridade obrigatória e a secularização da escola forçaram as autoridades a tomar decisões<sup>27</sup>”(tradução da autora). Mesmo assim, a ampliação de cantinas escolares foi acontecendo gradativamente.

O Jornal *Le Devoir*<sup>28</sup> assinala a necessidade de haver cantinas escolares para que as crianças carentes pudessem aprender adequadamente, visto que a assistência ao estado de carência alimentar era uma preocupação tida como mais urgente que a instrução gratuita.

Quando num acesso de humanidade ou um medo salutar – pouco importa a causa – o Parlamento vota uma lei reparadora, muitas vezes nós percebemos que ele tem negligenciado a garantia das formas e meios necessários à sua execução. Não é este o caso de 28 de Março de 1882, que torna a instrução obrigatória para todas as crianças dos 6 aos 13 anos e acredita-se colocá-lo

<sup>27</sup> Texto original: “L’origine charitable de la restauration scolaire a beaucoup influé sur son développement inégal en France. Mais l’instauration de l’obligation scolaire et de la laïcisation de l’école, a obligé les autorités à prendre des decisions” (MARCHAND, 2014, p. 312).

<sup>28</sup> O Jornal *Le Devoir: mutualité, solidarité, fraternité: association du capital e du travail* (1878-1906) era uma publicação preocupada com questões sociais, de autoria do *Familistère de Guise*, uma instituição social criada em fins do século XIX por Jean-Baptiste Godin como forma de melhorar as condições de vida dos seus operários. Ele mandou construir casas que pudessem abrigar as famílias e formar uma rede de solidariedade. Este familistério funcionou efetivamente de 1888 até 1968 com sucesso. Hoje o lugar abriga um museu (LE FAMILISTÈRE DE GUISE, site, 2018).

ao seu alcance declarando gratuidade? A instrução gratuita não assegura o pão. Querer subtrair a criança da ignorância é seguramente louvável, mas poupá-lo da fome me parece mais indispensável. Isto deve preceder aquilo. Ao mesmo tempo que o direito à instrução, é necessário o direito à assistência (LES CANTINES SCOLAIRES, 1893, p.560).

Fonte histórica riquíssima, os relatórios sobre as Exposições Universais podem fornecer muitos indícios sobre o passado. Estes eventos de grande importância podem ser entendidos como um instrumento de intercâmbio de ideias, de propagação de novas tecnologias educacionais, produtos comerciais com promessa de novas soluções. “As exposições universais passavam a demonstrar didaticamente o progresso e a imaginar o amanhã” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p.11). Os Pavilhões dos países apresentavam o que de melhor havia em suas pátrias e as ideias voavam ao vento. “Catalisando o investimento de diferentes países, as Exposições Universais ofereceram-se como vitrine a impulsionar as trocas internacionais em todas as áreas, o que, por certo, inclui a educacional” (VIDAL; GARCIA, 2012, p.211).

A *Exposition Universelle* ocorrida em Paris em 1900 foi um grande acontecimento para a época – tendo um investimento financeiro “gigantesco (120 milhões de francos, contra 11 milhões em 1855)” – tinha a função de introduzir o novo século e ostentava como vedete a eletricidade. Na cidade luz, a eletricidade brilhava e resplandecia um ar de um “futuro onírico e idealizado: um tempo de abundância e sem revolução, de alegria e de ilusão” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p.16), ignorando a miséria recorrente da população que foi escondida embaixo do tapete.

Apesar do Brasil não ter participado oficialmente da Exposição Universal de 1900, não tendo sido um dos expositores, é bem possível que o seu legado tenha feito parte das construções da sociedade brasileira de então, tão grande fora a aura e as novidades deste acontecimento. Alguns meses antes de sua inauguração em 15 de abril de 1900, o então presidente do Brasil, Manuel Ferraz Campos Salles (1841-1913) – que governara de 1898 a 1902 – estivera em Paris e visitara as obras da Exposição, afirmando que o Brasil não exporia naquele evento por razões orçamentárias (SANTOS, 2009, p.166).

O valoroso Relatório do Juri Internacional da *Exposition Universelle* de 1900 (FRANCE, 1902) foi dividido em grupos e o primeiro deles é dedicado à Educação e Ensino. Ao examinar este relatório<sup>29</sup> percebeu-se que havia sido exposto, pela primeira vez neste tipo

---

<sup>29</sup> A busca do site do Conservatoire numerique des Arts et Métiers (CNUM; CNAM) mostrou a *Exposition Universelle* de 1900 como primeiro registro da menção da cantina escolar. Mesmo assim, foi examinado pela pesquisadora o relatório anterior da *Exposition Universelle* de 1898, não havendo neste relatório expositores de cantinas escolares.

de evento, nesta *Exposition* um estande da cidade de Paris dedicado às cantinas escolares existentes nesta cidade. Foi descrito que neste estande havia muitas fotos e relatórios financeiros destas “obras auxiliares e complementares da escola” (FRANCE, 1902, p. 227). Constava também no capítulo XII de Obras auxiliares e complementares da escola um subcapítulo dedicado às cantinas escolares.

Entre as obras de assistência escolar, a mais característica de Paris é a cantina. A primeira organização remonta a 1880. O Conselho Municipal hesita antes de tudo sobre o modo de funcionamento. Diversos sistemas foram apresentados. O modo de administração direta pelas caixas escolares foi o que prevaleceu. Assim como foi o melhor. As caixas escolares têm por missão encorajar a frequência escolar; Portanto, o que é mais próprio para obter esse resultado do que para abrir uma cantina onde, a preços muito reduzidos, gratuitamente se a família não tem recursos, a criança possa tomar a refeição do meio dia.

[...] A gratuidade é facilmente acordada, muito facilmente talvez. Ela é conseguida como resultado de uma enquete ordinária feita por um delegado da caixa escolar (FRANCE, 1902, p. 293-294) (tradução da autora)<sup>30</sup>.

O relatório evidencia que o funcionamento das cantinas escolares expostas na *Exposition Universelle de 1900* era muito variado. Mas, os membros do júri opinaram sobre as experiências avaliadas pelo Grupo I – Educação e Ensino, e ressaltaram que as mais bem sucedidas foram aquelas que utilizavam as caixas escolares como mediadoras para o fornecimento das refeições.

Destaca-se o fato de que desde o início da oferta das refeições escolares na França estas eram pagas pelos alunos que assim pudessem fazer. Esta decisão ajudava na subvenção da cantina. Há neste relatório a menção sobre a oferta a preços reduzidos ou gratuitamente no caso de alunos de famílias carentes. De acordo com o documento, a gratuidade não era difícil de ser obtida.

O conjunto de figuras que se segue abaixo (Figuras 5, 6 e 7) consta no relatório do júri da Exposição de 1900 e estavam dispostas no pavilhão dedicado às cantinas escolares. O relatório detalha que diversas eram as formas de oferta das refeições escolares nesta virada do século XIX para o XX. É interessante observar que na Figura 5 a refeição é preparada do lado de fora, provavelmente no pátio da escola e então é transportada para a outra entrada e então

---

<sup>30</sup> Texto original: *Parmi les ouvres d'assistance scolaire, la plus caractéristique à Paris est celle des cantines. La première organisation remonte à 1880. Le conseil municipal hesite tout d'abord sur le mode de fonctionnement; divers systèmes furent mis en avant. Ce fut le mode d'administration direct par les caisses des écoles qui prévalut; aussi bien était-il le meilleur. Les caisses des écoles ont pour mission d'encourager la fréquentation scolaire; or, quoi de plus propre à obtenir ce résultat que d'ouvrir dans l'école une cantine où, à prix très réduit, gratuitement si la famille est sans ressource, l'enfant puisse prendre le repas de midi. [...] La gratuité est facilement accordée, trop facilement peut-être. Elle l'est à la suite d'une enquête fait d'ordinaire par un délégué de la caisse des écoles* (FRANCE, 1902, p.293-294).

distribuída aos alunos que iriam para o refeitório (Figura 6). Esta escola para meninos ficava em Amillis, cidade francesa ao leste de Paris.

A figura 7 mostra dois refeitórios da escola divididos pelas idades dos alunos. A escola municipal se situava na cidade de Cognac no oeste francês.

Figura 5: Preparação da refeição escolar e transporte para o refeitório – Escola em Amillis – França (Direitos autorais das fotos pertencem ao *Conservatoire numérique des Arts & Metiers*, <http://cnum.cnam.fr>)

*Écoles communales d'Amillis (Seine-Inférieure).*

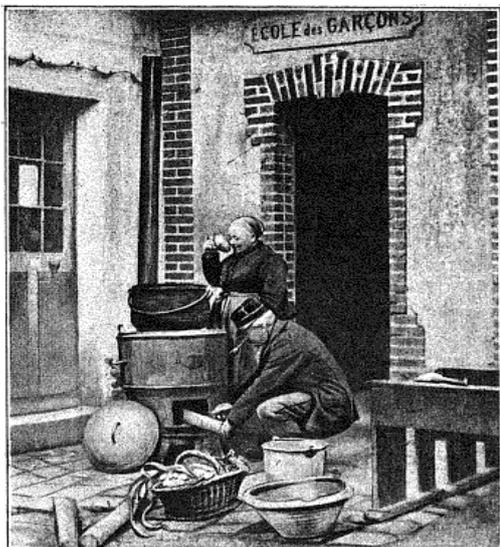


Fig. 75. — Préparation du déjeuner.



Fig. 76. — Transport au réfectoire.

Figura 6: Distribuição das porções aos meninos da escola (Direitos autorais da foto pertencem ao *Conservatoire numérique des Arts & Metiers*, <http://cnum.cnam.fr>)



Fig. 77. — Distribution des portions.

Figura 7: Refeitório de escolas em Cognac – França. Horário do almoço das crianças menores e das crianças maiores. (Direitos autorais das fotos pertencem ao *Conservatoire numérique des Arts & Metiers*, <http://cnum.cnam.fr>)

*Ecoles communales de Cognac.*

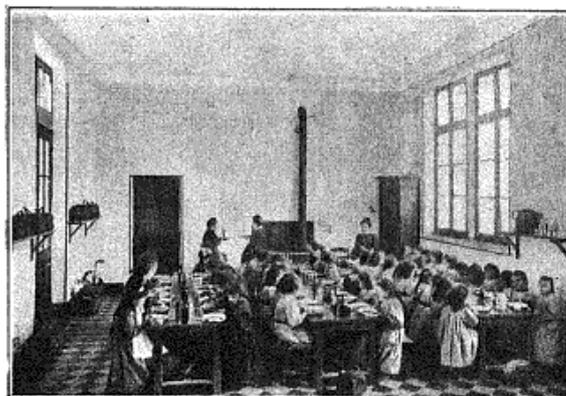


Fig. 78. — Cantines des petits.



Fig. 79. — Cantines des grands.

É possível ver o debate sobre a gratuidade da oferta das refeições escolares em Portugal em um documento (*Acção das Cantinas Escolares*) datado de 1909, quando da “Conferência de Propaganda” na instalação da Cantina Escolar de Alcântara. Seu orador, Samuel Maia de Loureiro (1874-1951) assinala<sup>31</sup>:

No paiz dos mendigos é muito perigoso fazer obras de caridade absoluta, d’essas que apenas distribuem esmolas.

Em se tratando de uma instituição para creanças, facilmente se criam parasitas, pela errada noção que se lhes dá de que alguma cousa se pôde conseguir sem trabalho.

Fui sempre contra a cantina gratuita, seja onde fôr. Mas se em alguma parte ella poderia admitir-se, em Portugal e sobretudo em Lisboa, seria uma obra

<sup>31</sup> A grafia foi reproduzida *ipsis literis* o documento original.

immoral.

Estabeleça-se uma cota variável, um preço que possa descer a ponto de estar ao alcance do mais pobre, mas adopte-se a disciplina de fazer apresentar á creança em troca d'um serviço, alguma cousa que represente um valor.

[...] Tudo isso se póde conseguir com uma senha que os paes adquiram até por um real.

Sejam as senhas todas eguaes á vista das creanças, apenas differindo no preço por que os paes as pagam (LOUREIRO, 1909, p.18).

Loureiro, esse médico português, era um ferrenho defensor das cantinas escolares e dizia que a população portuguesa sofria de desnutrição e por este motivo apresentava-se na miséria. Sendo ele um crítico ferrenho das condições impostas pela monarquia e um ardoroso defensor da República e do pensamento liberal, defendia que a instrução pública seria o caminho do desenvolvimento do país e que as cantinas escolares seriam indispensáveis para a diminuição do absentéismo escolar (LOUREIRO, 1909).

No Brasil dos oitocentos era habitual que a alimentação consumida na escola fosse mandada pelos pais ou responsáveis. No *Jornal do Commercio*, publicado no Rio de Janeiro no dia 08 de Março de 1890, há um trecho intitulado *Educação Nacional – Cidadãos membros do Governo Provisório* propondo instruções sobre o funcionamento das “escolas de Instrução Publica” que cita, entre outras coisas, o dever dos pais em enviar uma merenda aliado à assistência em caso de extrema pobreza.

– As aulas começarão às 9 horas precisas da manhã e terminarão às 2 da tarde. Os alunos entrarão tanto no estio como no inverno impreterivelmente entre 8 e ½ horas.

– Todos terão, dado por seus pais ou pela Assistencia Publica em caso de extrema pobreza, blusa e uma malazinha de couro a tiracolo, onde irão arrumados os livros, merenda e outros objectos (EDUCAÇÃO NACIONAL, 1890, p.04)

Posteriormente, é possível ver no *Jornal do Commercio* do dia 12 de Março de 1897 a longa explanação na reportagem sobre uma escola primária gratuita para meninos, fundada por um monsenhor franciscano na cidade de Petrópolis. Nesta nota o autor detalhou como a escola funcionava, com quantos alunos e que disciplinas eram ministradas. A escola era mantida com doações dos fiéis. A menção da merenda trazida de casa pode ser novamente vista.

Às 9 horas chegam os meninos à escola; alguns vêm de longe, tendo caminhado uma legua e mais. São creanças, cujos pais, pertencem a todas as classes da sociedade; filhos de brasileiros de elevada posição e de simples operários do campo; todos reunidos, identificados pela igualdade do

tratamento e exemplo dos mestres; uns vestidos e calçados com esmero, embora sem riqueza, e outros descalços, com a roupinha velha que lhes permite a pobreza dos pais. Todos, porém, se confundem nos bancos e brincão juntos em recreio, no pateo da igreja, sob as vistas do frade professor, repartindo o pão, os fructos, os doces que levarão para a merenda. A 1 hora terminão os trabalhos escolares, excepto para alumnos que só fallão alemão, os quaes têm uma aula especial de portuguez até às duas horas (INSTITUIÇÃO UTIL, 1897, p.1).

Em Portugal a importância de a escola oferecer refeições, no ponto de vista de Loureiro (1909), deveria ser associada à mesma importância de oferecer a educação escolar. Da mesma forma como afirmavam os autores da nota jornalística do *Le Devoir*.

Contra o analfabetismo fez-se uma lei d'ensino obrigatorio, como se os que constituem a massa enorme de analfabetos fossem ignorantes por prazer e não por necessidade.

Já lá vae o tempo em que os paes deixavam de mandar os filho á escola por desconhecerem a utilidade de saber ler. Se isso ainda hoje succede não é a regra, constitue mesmo a excepção rara.

O que se encontra é centenas de milhares de paes que não tem pão para dar aos filhos, nem vestidos para os cobrir, em consequencia da tribulada situação que lhes esbocei.

D'esse modo o recurso é ir para a rua mendigar, ou produzir uns miseros cobres n'um trabalho que atrophia os órgãos, ainda por formar e embrutece um espírito que nunca desabrocha porque o terreno em que se desenvolve é arido e o meio nocivo a todo o progresso intellectual. D'essa turba multa que nunca vae á escola e d'outra não menor dos que por ella passam sem se educarem, sem formarem o character, sae este paiz de barbaros, sem disciplina, sem principios, fácil de explorar por todos os traficantes, predisposto a acceitar quantas violências a astucia possa aproveitar em seu beneficio.

De que pódem servir pois as leis de ensino obrigatorio emquanto não houver pão para dar a quem tem fome?

Eis senhores a cadeia de raciocinios que me levam a apresentar como uma questão magna neste paiz a creação das cantinas escolares.

[...] Veem como tudo se conjuga para tornar tragica a situação das creanças em idade escolar. E comprehendem bem como é disparatada n'este paiz uma lei de ensino obrigatorio. Quer dizer uma lei como todas as outras que temos, uma ingenua, ou malvada theoria sem viabilidade de nenhuma ordem.

Fez-se e promulgou-se porque outros paizes a promulgaram. Imitou-se o figurino sem tratar de saber o corpo que tinha de o vestir.

Oh! a grande mentira que é a nossa civilização.

Como se illudem aquelles que pelas nossas leis pretendem estudar o nosso estado de cultura social (LOUREIRO, 1909, p.12-13).

Optou-se por trazer um extenso trecho do documento escrito por Loureiro (1909) pelo fato dele fazer eco com a narrativa já descrita pelo jornal *Le Devoir* com a nota chamada *Les Cantines Scolaires* (1893) sobre a contrariedade feita entre a obrigatoriedade escolar sem dar condições para que as crianças se mantivessem nas escolas devido à falta de condições

financeiras. Destaca-se, na fala deste autor, que “fez-se e promulgou-se porque outros países a promulgaram. Imitou-se o figurino sem tratar de saber o corpo que tinha de o vestir” (LOUREIRO, 1909, p.13). Tal afirmação coloca em evidência a implementação de propostas educacionais baseadas em modelos de outros países europeus.

Em um documento datado de 1898, *Les cantines scolaires du XIIe arrondissement*, a gratuidade também é descartada pela administração da cantina escolar do XII Arrondissement de Paris<sup>32</sup>

Este projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal que, em sua reunião de 20 de dezembro de 1880 aprovou o orçamento de 1881, conforme as propostas da Administração, para estabelecimento e organização das Cantinas Escolares, um crédito de 420 mil francos.

Em primeiro lugar, se apresentou a questão de saber se a gratuidade das distribuições de alimentos deveria ser a todas as crianças sem exceção, ou se ela seria restrita às crianças necessitadas.

A ideia da gratuidade completa da distribuição de alimentos teve que ser descartada.

Sem falar das dificuldades práticas de tal medida e os encargos consideráveis que ela faria pesar sobre as finanças municipais, reconheceu-se que haveria graves inconvenientes, do ponto de vista moral, que recairiam sobre todos, sem exceção, uma assistência que não é devida a não ser para as famílias realmente interessadas.

Retirar a carga dos pais de toda responsabilidade em relação aos seus filhos, os habituando a se desinteressar pelo dever dos seus filhos, arriscar-se-ia enfraquecer o espírito de família, com grande detrimento da moralidade das crianças e dos seus próprios pais (ADENIS, 1898, p. 6) (tradução da autora).

É interessante pensar que o discurso da gratuidade para todas as crianças seja entendido nos dois documentos, o francês de Adenis (1898) e o português de Loureiro (1909), como um processo que iria contra a moral, possivelmente refletindo um pensamento liberal de responsabilização assistencial compartilhada com a sociedade. O conceito de cidadania liberal previa que a assistência social não poderia ser a tal ponto de correr “risco de promover vícios de dependência entre aqueles que poderiam beneficiar deste direito” (RAMOS, 2004, p.552).

Parece que durante muito tempo desde o começo da oferta da alimentação escolar no

---

<sup>32</sup> Texto original: “Ce projet reçut l’approbation du Conseil municipal qui, dans sa séance du 20 décembre 1880 inscrivit au budget de 1881, conformément aux propositions l’Administration, pour l’établissement et l’organisation des Cantines scolaires, un crédit de quatre cent quatre-vingt mille francs.

Em premier lieu, se présentait la question de savoir si la gratuité des distributions d’aliments devait être étendue à tout les enfant sans exception, ou si elle serait restreinte aux enfants nécessiteux.

L’idée de la gratuité complete de distributions d’aliments dut être écartée.

Sans parler des difficultés pratiques d’une pareille mesure et des charges considérables qu’elle ferait peser sur les finances municipales, on reconnut qu’il y aurait de graves inconvénients, au point de vue moral, à prodiguer à tous, sans exception, une assistance qui n’est due qu’aux familles réellement intéressantes.

En déchargeant les parents de toute responsabilité à l’égard de leurs enfants, en les habituant à se désintéresser de leurs devoirs, on risquerait d’affaiblir l’esprit de famille, au grand détriment de la moralité des enfants et de celle des parents eux-mêmes” (ADENIS, 1898, p. 6).

Brasil, em Portugal, e mesmo na França, o objetivo foi o de proporcionar uma refeição dentro da escola com o intuito de suprir a fome e as carências nutricionais recorrentes em suas populações (em escalas diferentes em cada um dos países) que se dirigiram ao ambiente escolar. Sendo assim, os aspectos assistencialistas se faziam claros. Entretanto, é necessário dizer que, com base nos documentos consultados, a gratuidade da oferta de refeições na escola no Brasil não foi questionada. Credita-se isso provavelmente à oferta direcionada por muito tempo somente aos alunos carentes.

Na primeira década do século XX, a maior recorrência no Brasil era de alunos que levavam sua refeição ou lanche para serem consumidos no intervalo das aulas e ainda não era comum a oferta pela escola, nem mesmo aos alunos carentes. Este aspecto é tratado em uma nota do jornal *Correio da Manhã* do dia 27 de junho de 1906. O assunto principal da nota é o horário escolar (assunto este que viria a ser tratado em diversos outros momentos) e a higiene pessoal e com os alimentos. A nota escrita por Augusto Bernacchi é intitulada *REPARO NECESSÁRIO Pratica Perniciosa*.

Torna-se completamente desnecessario falar sobre a necessidade da maior divulgação possível da instrucção publica primaria, porquanto é um ponto já vencido e que faz parte da massa popular.

[...]

Do que vamos ocupar, sobre esse assumpto, é um ponto que ao nosso ver merece ser discutido, afim de saber-se ao certo, si o que está estabelecido é ou não uma pratica perniciosa.

[...]

Ora, os preceitos da hygiene infantil devem ser observados e respeitados, a alimentação deve ser sobria e sufficiente para attender e preparar o desenvolvimento do corpo e da alma dessas creanças.

Portanto, si attendermos um pouco sobre as horas disciplinares de entrada, da merenda e saída desses alumnos, notar-se-á desde logo graves inconvenientes.

[...]

Os nossos hábitos, a falta de um serviço domestico regular e demais condições não permitem facilmente que se prepare diariamente o almoço dessas creanças conjuntamente com o seu próprio preparo pessoal, até ás oito e pouca da manhã. Não se devem sacrificar os preceitos higienicos necessarios da *toilette* indispensavel, tão difficultosa nessa idade.

[...]

É na realidade um verdadeiro martyrio o que se passa todas as manhãs em casa dessas famílias, que têm os seus *petits* a enviar para essas escolas publicas municipaes.

[...]

De tudo isso resulta portanto facilmente a quase impossibilidade dessas creanças poderem almoçar convenientemente, sem appetite e sem tempo.

Graves são os prejuízos materiaes e Moraes que desta prática podem advir para o futuro desenvolvimento dessas creaturas.

[...]

Essa pobre meninada, desde muito cedo sacrificada no seu desenvolvimento, não almoça em casa e, quando o faz, é apenas na hora escolar da merenda com alimentos frios e indigestos. Creanças há que pedem á professora que lhes aqueça o alimento na lareira escolar ou então aproveitam a proximidade da escola ás suas residencias, afim de almoçarem ás pressas em casa.

Nestas condições, portanto, não é possível permanecermos nesta pratica perniciosas; o que devemos fazer é alterar um pouco a hora da entrada para a escola.

[...]

Assim, em vez de entrarem os alumnos ás 9 horas da manhã, é mais logico e higienico que entrem ás 10 horas, depois de haverem convenientemente almoçado, como se faz necessário a toda creança em via de desenvolvimento material, para o que concorre o alimento como um dos seus principaes factores (BERNACCHI, 1906, p.3).

Posteriormente, em uma entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias* publicada em 16 de fevereiro de 1911 a higiene dos alimentos e do local onde os alunos realizavam a merenda foi colocada em questão novamente. A entrevista discorria sobre diversos pontos que o então Diretor da Instrucção Pública Municipal da capital brasileira, Dr. Alvaro Baptista, deveria modificar no ano que começaria. Uma das modificações dizia respeito às refeições levadas pelos alunos.

Sabemos que na primeira reunião do Conselho Superior de Instrucção, o sr. Director de Instrucção apresentará no Conselho a proposta de modificação dos horários das aulas.

Essa providencia tem por fim permittir que os alumnos frequentem as aulas já convenientemente alimentados, evitando assim a merenda na escola e a fraqueza no alumno, com a má alimentação (INSTRUCÇÃO MUNICIPAL, 1911, p.3).

O *Jornal do Commercio* apresentou em 02 de março de 1914 uma coluna dedicada aos dados sobre o movimento escolar de 1913. Um ponto a se evidenciar desta é a criação de uma cantina escolar. De acordo com o que está escrito, parece importante ressaltar que no Brasil o logradouro anexo à escola destinado à oferta de refeições para os alunos não era denominado cantina escolar, em todos os estados<sup>33</sup>, como em Portugal e na França, mas sim Merenda Escolar, como se vê na citação.

Grupo Escolar de Rio Preto – [...] Por louvável iniciativa do ex-Director Sr. Aniceto Alcino de Medeiros, foi fundada junto ao grupo a ‘Merenda Escolar D. Maria Portugal’ mantida pelo professorado e destinada a fornecer um pequeno ‘lunch’ diario aos alumnos pobres, o que fez regularmente durante todo o anno” (JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p. 8).

<sup>33</sup> Em Pernambuco o uso da expressão Cantina Escolar era relativamente comum, já que aparece em várias notas jornalísticas ao longo do período estudado. A ligação cultural deste estado com a Europa era muito forte.

Tendo consciência da complexidade que envolvia o surgimento das cantinas escolares em Portugal e no Brasil no contexto do início do século XX, pode-se pensar que as refeições oferecidas nas escolas destes dois países estavam acontecendo de modo isolado e sob os esforços da sociedade civil e escolar do entorno das escolas. Por muito tempo, parte deste financiamento da alimentação escolar aconteceu por meio da utilização das caixas escolares mantidas por doações da sociedade e das próprias cantinas (e merendas<sup>34</sup> no Brasil) que vinham se formando enquanto instituições de assistência.

Além do mais, é preciso ressaltar que as cantinas escolares na França – mesmo dando indícios de estar em uma situação de maior desenvolvimento do que em Portugal e no Brasil – não se apresentavam de forma homogênea no contexto da virada dos séculos XIX para o XX; longe disto, estavam sendo implementadas gradativamente nas escolas deste país. Em grande parte das vezes isso acontecia por esforços da comunidade escolar e não eram ainda entendidas como uma política de estado. Além do mais, durante a Primeira Guerra e no seu reflexo imediato, a situação de estamento das cantinas escolares francesas decaiu bastante devido à crise financeira gerada pela guerra, sendo gradativamente soerguida no período entreguerras (MARCHAND, 2014).

O papel das caixas escolares na manutenção da assistência escolar e a formação particular das instituições responsáveis pela oferta de refeições adjuvantes ao processo educacional em cada um dos países estudados serão tratados nos próximos capítulos, de forma cronológica. A tentativa é que se perceba a crescente percepção social da importância da oferta de refeições escolares tanto no Brasil como em Portugal. Serão utilizados documentos que se mostraram como indícios de uma circulação de ideias entre estes dois países, os quais tinham como denominador comum intelectual, a França.

---

<sup>34</sup> Lembra-se que no Brasil o nome Merenda Escolar também era dado à instituição anexa à escola responsável pela assistência aos alunos com refeição, vestuário, livros e materiais escolares.

## CAPÍTULO 2

### ENTRE MERENDAS E CANTINAS: os rumos no Brasil e em Portugal

O estudo das feridas da história, de suas paixões e de suas febres sociais, dos estigmas que estas deixam, ainda pode nos ensinar muita coisa sobre a relação patológica que uma sociedade mantém consigo mesma. A estranheza perturbadora que emana dos fenômenos percebidos por nós (mas também pelos contemporâneos) como insensatos revela as perguntas que o corpo social formula a respeito de sua própria identidade e os perigos que tenta exorcizar segundo o registro próprio de sua época (JULIA, 1998, p.217).

A pesquisa de cunho histórico exige esforços de reunião de documentos que possam aproximar o relato da representação do passado. É necessário, como diz o historiador Grenier, que haja uma “recusa do mito da objetivação e do método científico e pela aceitação do privilégio concedido à interpretação e a reconstrução a partir de vestígios e indícios” (GRENIER, 1998, p.185).

Procurou-se neste estudo realizar uma análise documental entendida aqui como o “conjunto de princípios e de operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508).

Neste estudo, sob a preocupação na reunião de indícios, concomitante ao uso de legislações e outros documentos, foram usadas fontes jornalísticas por sua capacidade de desvelar as relações existentes na sociedade da época em que foram escritas. Mesmo que sejam acusadas de tendenciosas, são estas justamente as searas que as fazem interessantes. Entende-se que os jornais e outros periódicos das épocas históricas tratadas podem retratar as discussões a respeito das refeições escolares e como a sociedade (ao menos a que tinha mais voz) percebia o movimento das peças no tabuleiro da história. Assim, como afirmam Vieira et al. (1984, p. 48) a imprensa “veicula ideias, conceitos, propostas que são engendradas pela *práxis* social dos grupos cujos interesses defende constituindo-se, ela própria, num momento dessa prática”.

Este estudo procurou realizar uma exaustiva busca por documentos diversos e de sua análise sob o viés da História Comparada, entendendo que os “estudos comparados prometem esclarecer tanto os pontos de convergência como de divergência entre as unidades de comparação” no mesmo espaço de tempo (PURDY, 2012, p.67). Espera-se desta forma, ter-se atingido os objetivos da pesquisa e explicitar-se aqui uma trama capaz de elucidá-los. Assim,

o que se tenta é fazer jus ao que afirma Aróstegui (2006, p. 403) sobre a trama histórica: “A trama é a mediação entre os acontecimentos e certas experiências humanas universais da temporalidade. A trama é, além disso, o que une os acontecimentos em um conjunto inteligível e lhes dá sentido”.

No capítulo anterior debruçou-se sobre como a matriz de pensamento francesa, então embasada no Higienismo, esteve fortemente presente na construção do entendimento da escola e no despontar da necessidade da implementação de cantinas escolares. Esmiuçando-se mais, optou-se por investigar fundamentalmente neste capítulo sobre a particularidade da oferta das refeições escolares no Brasil e em Portugal até o fim da década de 1920, com a Grande Depressão. É possível observar semelhanças nas particularidades de cada país, bem como a presença da cooperação intelectual. É justamente a possibilidade de ver os elementos aproximadores que permite assim uma comparação, mesmo considerando que os dois países em foco apresentaram construções sociais diferentes.

O alinhavo entre a oferta das refeições escolares, brasileira e lusitana no período selecionado, foi ainda a constante influência da matriz de pensamento francesa alicerçada pela cooperação intelectual internacional controlada fundamentalmente pela França de 1924 até 1946 (RENOLIET, 1999 *apud* GOSSELIN, 2001). Considera-se que, na prática, a cooperação intelectual protagonizada pela França, por meio da ação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), aconteceu somente até 1939, quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial.

Um dos fios condutores neste estudo sobre as relações de influência francesa no Brasil e em Portugal foi a existência do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) criado pelo governo francês em 1926, tendo sido o órgão executivo da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) – agência da Sociedade das Nações (SDN). A circulação dos saberes científicos neste organismo intelectual carregava consigo uma tradição de internacionalismo cultural do século XIX (LAQUA, 2011), do qual seriam exemplares as viagens pedagógicas realizadas por professores brasileiros para conhecerem os modelos escolares no estrangeiro (VIDAL; GARCIA, 2012). Laqua (2011, p.66) ressalta que no período entreguerras os promotores da cooperação intelectual “foram inspirados em ideais de ‘aperfeiçoamento coletivo’”, entrelaçado à “importância das representações nacionais”.

Durante e logo após a Primeira Grande Guerra, os avanços em relação à criação das cantinas escolares tiveram uma brusca interrupção no Brasil e em Portugal, e ainda mais na França, assolada fisicamente pelo conflito. No esforço em sanar os estragos causados pela guerra e de reafirmar interesses diversos, foi criada durante a Conferência de Paz em Paris,

em 1919, a Sociedade das Nações, ou Liga das Nações<sup>35</sup>, a qual tinha a função fundamental de tentar instituir uma organização internacional com a finalidade de resolver pacificamente os conflitos entre os Estados (GOURDON, 2019).

Não será tratada neste estudo a atuação da Sociedade das Nações de forma ampla, mas somente uma de suas comissões, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), em especial o seu braço executivo pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI). Criada em 1922, como órgão consultivo do Conselho da Sociedade das Nações, esta comissão tivera grande influência da França em seus trabalhos. A função principal, na época da criação, era a de facilitar as comunicações e contatos entre os intelectuais dos vários países e assim fazer circular os saberes (RESENDE, 2013). Então, entre 1925 e 1926, o governo francês criou o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), que viria a ser o órgão executivo e secretaria técnica da CICI (GOSSELIN, 2001). Apesar de seu estatuto internacional, o IICI apresentava uma forte influência da França, já que foi um órgão criado e financiado (majoritariamente) pelo governo francês e que manteve, durante seus vinte anos de funcionamento, diretores franceses. Renoliet (1999) afirma que o Instituto representou a liderança francesa no campo da cooperação intelectual a qual se manteve até a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1946, quando então a influência dominante passa a ser a anglo-saxônica.

As discussões sobre a cooperação intelectual neste estudo serão focalizadas no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, pelo motivo já exposto de seu protagonismo francês. Grande parte das ações deste instituto era fundamentalmente relacionada à educação e por tal motivo suas discussões podem ter tido um papel de influência nas práticas escolares, dentro delas, a oferta de refeições.

Laqua (2011) levanta um ponto interessante no que diz respeito à França. De acordo com este autor, o pesquisador Renoliet (1999) acentuou que os representantes franceses não estavam confortáveis quando inicialmente a Sociedade das Nações pretendia criar um espaço de cooperação intelectual. Tal posição se modificou totalmente quando a França assumiu o protagonismo da cooperação no momento em que o IICI passou a ser o órgão executivo da CICI. Renoliet (1999, p.39-40)<sup>36</sup> revela uma proposição feita por Julian Luchaire, que seria o primeiro diretor do IICI, na qual ele afirmava: a França “seguindo uma antiga tradição, se

---

<sup>35</sup> A nomenclatura Sociedade das Nações e Liga das Nações é sinônima. Na França, este organismo internacional recebe o nome de *Société des Nations*, igualmente em Portugal, que o chama Sociedade das Nações. Já no Brasil é nomeado Liga das Nações, como nos Estados Unidos *League of Nations*. Optou-se por chamar neste estudo de Sociedade das Nações.

<sup>36</sup> A citação de Renoliet (1999) encontra-se em Daniel Laqua (2011, p.54).

apresenta como a nação mais bem provida para compreender o esforço intelectual de todas as outras, para servir de ponto de encontro aos seus produtos diversos, harmonizá-los e colocá-los à medida de sua genialidade, para os transformar em patrimônio comum da humanidade”.

É preciso acentuar que o Brasil mantivera-se ligado à Sociedade das Nações até 1926 – quando saiu por desavenças com os países membros a respeito das posições em assentos permanentes, algo que já vinha causando conflitos dentro da própria da Sociedade das Nações. Entretanto, assim como os Estados Unidos – que nunca se associara à Sociedade das Nações (SDN) – o Brasil continuou a sua participação na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, assim como a outras agências que eram integradas à SDN, bem como os Estados Unidos.

Foi delimitado para este capítulo 2 o estudo do período cronológico de início do século XX até 1930 para o Brasil e 1926 para Portugal, quando se delimita o fim, nos dois países, da Primeira República. Nesse período de tempo algumas características em relação à educação, as quais serão tratadas a seguir, são determinantes para uma maior demanda pela oferta das refeições escolares.

Como já mencionado, apesar de apresentar alguns dados de outros lugares, o foco das pesquisas documentais foi: no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro; em Portugal, a capital Lisboa; e Paris, para a análise francesa.

Sob um olhar particularizado sobre a oferta de refeições escolares é possível perceber dois aspectos importantes que marcaram uma grande diferença entre o Brasil e Portugal. No Brasil as refeições sempre foram gratuitas para todos os alunos que a comiam. Porém, até meados do século XX, somente eram oferecidas aos alunos que estavam em condições de vulnerabilidade até a oferta ser oficializada pelo governo federal em 1955. A partir de então, a legislação apregoou a oferta para todos os alunos do ensino fundamental, mesmo que isso não tenha acontecido na prática. A merenda escolar teria sido financiada pelas caixas escolares ou mantidas diretamente por alguma doação isolada antes desta data. É possível crer, com base nos documentos que serão mostrados adiante, que a maioria dos alunos que não estavam em situação de vulnerabilidade não participava da oferta das refeições.

No contraponto, em Portugal, a oferta das refeições inicialmente era direcionada para as crianças em situação de vulnerabilidade, que se mantinham como as principais beneficiadas, com as refeições e com outros auxílios para conseguirem frequentar as escolas. Porém, o reconhecimento da necessidade da oferta de refeições em período escolar não foi acoplado à gratuidade universal. Há indícios em que os valores cobrados aos alunos que não podiam pagar eram pequenos ou era gratuito em alguns casos, mas também podia haver a

oferta da mesma refeição aos alunos que poderiam pagar. Fato este que em muitos casos promoveu a manutenção da oferta podendo ser a própria cantina autofinanciável.

Estas peculiaridades serão tratadas nos subcapítulos que se seguem.

## 2.1. Brasil: quem vai merendar?

*“Ventre affamé n’a pas d’oreilles”*<sup>37</sup>  
(ditado popular francês)

Como já dito aqui anteriormente, no início do século XX, no Brasil as iniciativas particulares eram responsáveis pela criação de instituições anexas às escolas nomeadas Merenda Escolar ou, em poucos casos, Cantina Escolar. Algumas destas benemerências, mantidas e criadas pelas caixas escolares ou independentes, forneciam, além de uma refeição, também materiais escolares e vestuário para as crianças com carências econômicas.

A intensa ligação da merenda escolar com a vulnerabilidade se dava nos primórdios da oferta porque as crianças que comiam a refeição oferecida eram somente aquelas que tinham dificuldades socioeconômicas. Desse modo, parece possível afirmar que ao merendar o aluno assumia a condição de carência, tanto financeira como nutricional. Este perfil só mudaria teoricamente com a oficialização do programa pelo governo federal em 1955/1956, quando foi declarado que a refeição era para todos os alunos do ensino fundamental da escola pública. Na prática não foi assim linear porque a oferta se mostrou insuficiente para abranger o que preconizava na legislação (BURLANDY; ANJOS, 2007; BEZERRA, 2003; STEFANINI, 1997).

Pela documentação levantada neste estudo, é possível ver que gradativamente a presença da merenda foi se tornando um elemento importante ao sistema de ensino, e que a gratuidade permaneceu constante na oferta. Houve dificuldades em ampliar a oferta para todas as escolas e, pode-se afirmar que no período analisado, ainda que reconhecida a importância das refeições escolares, a caridade social era a única responsável. Havia uma grande diferença da qualidade entre as refeições nas escolas espalhadas pelo Brasil, mas estas não serão tratadas aqui devido à viabilidade do trabalho. Sabe-se que em grande medida, os rincões do país ficaram até quase a virada de século seguinte com uma cobertura precária. Em virtude deste contexto, é possível afirmar que a associação da alimentação escolar brasileira com o assistencialismo à infância carente era uma constante que perdura até os dias de hoje (PINHO, 2015).

---

<sup>37</sup> Tradução da autora: “Barriga com fome não tem ouvidos”.

Havia na virada dos séculos XIX para o XX uma presença irrestrita do pensamento higienista no ocidente. Como se tratou no capítulo 1, no que concerne à oferta de refeições escolares também se pode perceber claramente a influência do Higienismo para a organização e difusão desta prática na escola. Para o entendimento da difusão da oferta das refeições escolares no Brasil, é preciso se reportar ao seu processo francês. Isto porque, a França pode ser considerada um modelo que foi seguido pelo Brasil no que se refere às refeições escolares.

Ao fim do século XIX, a alimentação infantil na França havia se tornado “parte do movimento de higiene escolar” (MARCHAND, 2014, p. 322), tendo como um dos seus pensadores pioneiros o médico higienista francês Henry Méry<sup>38</sup>, o qual também foi um dos idealizadores da escola ao ar livre (MARCHAND, 2014, p. 307). Além da oferta de refeições, a educação alimentar para as crianças estava sendo esboçada como meio de difusão do conhecimento do uso racional dos alimentos para a população em geral. A alimentação escolar passou a ser alvo de preocupação médica e tratada sob a sua responsabilidade, tanto na França como no Brasil.

### 2.1.1 “Vaccinar e revaccinar”<sup>39</sup>

No despontar do novo século, a cidade do Rio de Janeiro, capital da recente República, ainda apresentava muitos problemas do ponto de vista sanitário e de saúde pública, os quais já assolavam o país mais rapidamente desde a segunda metade do século XIX. O crescimento da população era mais acelerado que as políticas públicas de saneamento (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Nesse período as práticas higienistas se mostravam autoritárias e civilizatórias.

Havia um ideário construído de que os médicos teriam a missão de sanear o país e livrá-lo das epidemias, isso incluía todos os espaços públicos como escolas, portos e igrejas. “Nenhum detalhe escapa. Prescrevem hábitos alimentares, indumentárias, costumes. Buscam a disciplina no uso de lugares públicos, pedem a educação higiênica na mais tenra idade escolar” (SCHWARCZ, 2017, p.271). O discurso radical de cura tomada pela prática médica pode ser ilustrado em um episódio contado na *Gazeta de Notícias* em 22 de agosto de 1906 sob o título “Vaccina a pulso”.

---

<sup>38</sup> Médico francês (1862-1927) participou do movimento de higiene escolar. Fundou uma escola ao ar livre em *Eure-et-Loire* e organizou a inspeção médica das escolas primárias em Paris em fins do século XIX. Ele publicou um tratado sobre higiene com Chantemesse e Mosny. Tornou-se membro da Sociedade de Medicina Pública e ingressou na Academia de Medicina em 1921.

<sup>39</sup> Trecho do relatório do Dr. Villela (GRAÇA, 1907, p. 22).

## REVOLUÇÃO NUM COLLEGIO

Foge!... Foge!... Foge!...

Em uma escola publica dos subúrbios.

A criançada, alegre, despreocupada, esperando, ansiosa, a hora do recreio, que é a da merenda, enchia as salas. A diretora, solícita, ia de uma a outra aula, fiscalizando, indagando das necessidades dos alumnos, auxiliando as adjuntas.

De súbito, sem ninguem esperar, entra na sala adentro um homem. Quem será? O único que assim penetra na escola é o inspetor escolar. Mas esse, o Dr. Fabio Luz, sempre amavel, cortez, distinto, é bem conhecido. Além disso, o Dr. Fabio Luz não entra de chapéo na cabeça: para á soleira da porta, cumprimenta, de chapéo na mão, e adianta-se.

– É um maluco!... houve alguém que disse. As crianças começaram a ter medo, empallidecem, tremem-lhes os beicinhos. Há indícios de choro.

Mas uma voz brutal rompe o silencio:

– Vim vaccinar! Vamos á vacina!... Todo o mundo vaccina!... Não admito excepções.

Ao mesmo tempo surge uma legião de mata-mosquitos.

E o delegado da directoria geral de saúde publica, no districto do Meyer, agarra, á força, a primeira criança ao alcance da mão, suspende-lhe a manga do vestidinho e fura-lhe a pelle.

Uma outra... segunda... terceira... dez... quinze, exclamam:

– Nós temos attestados. Já fomos vaccinadas! Aqui estão os attestados!

– Não admito attestados! Nada valem! Não tenho medo de ninguém! Eu sou o Dr. *Tal!* Não tenho medo do director de instrucção, nem do prefeito, nem do diabo!

As criancinhas, então, começam a chorar. Ha soluços, ha gritos, gargalhadas hystericas, entremeadas de gemidos. Ha verdadeiros gritos.

– Foge!... Foge!... grita uma alumna mais desembaraçada.

E as crianças, receiosas, allucinadas, apavoradas, correm, precipitam-se para as portas, galgam a escada do andar superior, escondem-se sob os bancos, trepando em mesas, pulam janellas.

– Foge!... Foge!...

O êxodo é geral. Os mata-mosquitos agarram alumnas e alumnos; e o medico, como um heróe em meio da batalha, debandando o inimigo, espeta os braços das crianças mais tímidas ou que não tiveram tempo de fugir.

E é assim que se espalha o terror pela vaccina, quando os médicos deviam ser os primeiros a proceder com calma, a aconselhar, a demonstrar a vantagem desse meio prophylactico, quer contra a varíola, quer contra a peste<sup>40</sup>.

O que se passou trás-hante-ontem, na escola publica do Meyer, dirigida pela illustrada professora D. Amelia Vianna, foi simplesmente indecoroso!

O delegado sanitário, encarregado de ir vaccinar os alumnos, não procedeu como um medico.

O resultado é que houve crianças com ataques, e que hontem, e, naturalmente, de hoje em diante, as crianças estão com receio, com terror, com medo de ir á escola (VACCINA A PULSO, 1906, p.2).

O evento narrado mostra como a escola foi considerada um dos espaços públicos passíveis de intervenção higienista com vistas a combater epidemias de doenças contagiosas. Também mostra como podia ser o *modus operandi* dos médicos higienistas de então. É

<sup>40</sup> A tuberculose era chamada “peste branca” nessa época (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

importante ressaltar que a Lei 1.261 de 31 de outubro de 1904 tornara “obrigatorias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola” (BRASIL, 1904). Esta lei foi assinada pelo presidente Rodrigues Alves, mas teve que ser revogada em 16 de novembro do mesmo ano após a Revolta da Vacina<sup>41</sup>, a qual foi interrompida e dissipada militarmente e com o uso de força (SCHATZMAYR; CABRAL, 2012). No texto da lei, a revaccinação foi preconizada para um intervalo de sete anos após a vacinação. Além disso, um decreto anterior (Decreto nº 1.151 de 05 de janeiro de 1904) já havia determinado o uso de medidas repressivas para o cumprimento da legislação sanitária. Todo este aparato legislativo nos faz crer que o uso da força para difundir os preceitos higiênicos era naturalizado.

No intuito de entender o que se passara neste dia na escola do Meyer, foram procuradas outras fontes documentais que pudessem mencionar o acontecido. No relatório de atividades referentes ao ano de 1906, elaborado pelo Delegado de Saúde Alvaro Graça<sup>42</sup>, responsável pelo 9º Distrito Sanitário nesta data, há a menção do responsável pelo Meyer (citado como 3ª “circunscrição” do 9º distrito sanitário) com sendo o inspetor de saúde o Dr. Arthur de Castro Lima<sup>43</sup>. Porém, ao fim deste relatório, Alvaro Graça, destacou que o episódio ocorrido na “Escola da Rua Wenceslão<sup>44</sup> n. 23” foi de responsabilidade do Dr. Carlos Villela. É, portanto, de se deduzir que deveria ser ele o “Dr. Tal” mencionado no jornal *Gazeta de Notícias*. O relatório cita a fala do próprio Dr. Villela:

Procurei ao mesmo tempo que fazia policia domiciliar, vaccinar e revaccinar contra a variola; é uma tarefa essa um tanto difficil pelo tempo que se perde em convencer paes e mães da necessidade dessa medida e onde se poderia com menos trabalho e maior proveito empregal-o era nas escolas publicas e particulares, onde se acham reunidas muitas crianças; no emtanto, é ahí justamente, onde com poucas excepções, tenho encontrado mais embaraços, oppostos pelas proprias professoras que de máo humor nos recebem, apresentando mil subterfugios para furtarem suas alumnas a esse meio prophylatico. Chegam a estabelecer certa confusão entre as crianças para dar-lhes fugida pelos fundos da casa, como tenho verificado! Deveis estar lembrado do incidente occorrido commigo na Escola da rua Wenceslão n. 23, do qual também se occupou a imprensa explorando ao sabor da professora (GRAÇA, 1907, p. 22).

<sup>41</sup> Há um vastíssimo rol de pesquisadores que estudaram este episódio histórico de suma importância no Brasil. Não se pretende tratar deste tema aqui neste estudo, devido à compreensão de sua densidade acadêmica e por se afastar do tema principal.

<sup>42</sup> Infelizmente não foram encontrados dados sobre seu nascimento e morte.

<sup>43</sup> Infelizmente não foram encontrados dados sobre seu nascimento e morte.

<sup>44</sup> No site de localização *Google maps* é possível ver que esta rua se localiza no Bairro Méier, na cidade do Rio de Janeiro. O nº 23 desta rua é um prédio comercial, porém, o nº 24 é uma casa antiga com aspecto de começo do século XX. Há indícios fortes de que este seja o lugar mencionado. Esta busca foi realizada no site *Google maps* no dia 11 de agosto de 2019.

Destaca-se ainda um trecho do relatório de Alvaro Graça sobre como estava sendo tensa a relação entre os inspetores sanitários e as escolas. A obrigatoriedade vacinal havia sido revogada, porém, a matrícula nas escolas públicas exigia o atestado de vacinação, o que garantia uma obrigatoriedade indireta (SCHATZMAYR; CABRAL, 2012). Mesmo com esta exigência legal, segundo a visão dos inspetores sanitários, havia crianças que não teriam sido vacinadas. O trecho diz “Há muito que é lei municipal a vacinação e revaccinação nas escolas publicas, e condição *sine qua non* para a admissão dos alumnos a apresentação do atestado de vaccina; entretanto, posso assegurar-vos que, em muitos destes estabelecimentos não se faz questão da exigência regulamentar” (GRAÇA, 1907, p. 22).

A estratégia da saúde pública de então para eliminar a varíola, a febre amarela e a peste branca (nome dado à tuberculose) era imperiosa e militar. Essas “batalhas profiláticas” revelavam o “descompasso vivenciado entre uma ciência determinista e homogeneizada e uma população desinformada e pouco preparada para a invasão domiciliar que então se realizava” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 119). A chamada polícia sanitária tinha permissão de adentrar lares e espaços públicos, levando diversas habitações a serem demolidas e uma importante fração da população à obrigação de lutar por sua sobrevivência e a permanecerem “destituídos dos privilégios da privacidade ou domesticidade no novo contexto republicano” (MARINS, 1998, p.134).

O panorama social da capital brasileira estava conturbado desde a chegada da República que, com ares de mudança, sofria para conseguir modificar significativamente a situação dos brasileiros. Assim, como afirma Jorge Nagle (1974), a troca de regimes “não implicou transformação mais profunda dos fundamentos sociais da sociedade brasileira. Sob o novo regime político permaneceram, praticamente, a mesma estrutura de poder, a mesma mentalidade, as mesmas instituições básicas e os mesmos interesses dos grupos” que haviam se estruturado durante o Império (p. 283).

A escola não sofreu modificações importantes, pois apesar de ter mudado o panorama político, o movimento da escolarização “continuou a ser mantido de acordo com a disciplinação formulada pela sociedade aristocrática e escravocrata que caracterizou o Império” (NAGLE, 1974, p.283).

É diante de um cenário de penúria de grande parte dos alunos das escolas públicas cariocas que a alimentação escolar foi sendo percebida como promotora da frequência escolar, bem como fator de melhoria do rendimento dos alunos. Este ideário também foi defendido pelo Higienismo e foi tomado pela responsabilidade do médico escolar, assim como vinha acontecendo nas escolas francesas.

### 2.1.2 Cantinas e caixas escolares francesas

Sob esta mesma herança de combater a carência econômica, na França, já em fins do século XIX, há indícios de que as cantinas escolares francesas que conseguiram ser implantadas estavam funcionando bem e que havia um movimento pela ampliação na oferta, ainda insuficiente para atender todos os alunos. No documento já citado anteriormente “Relatório do Júri da Exposição Universal de 1900” (FRANCE, 1902) há o relato de ampliação, em Paris, das cantinas escolares subvencionadas pelas Caixas Escolares as quais tinham “por missão encorajar a frequência escolar” (p.294).

Este relatório expôs que havia um acordo de subvenção das Caixas Escolares pela cidade de Paris<sup>45</sup>, dinheiro que permitiu a partir de 1898, segundo cifras apresentadas no documento, uma complementação menor de recursos próprios das Caixas Escolares para escolas da cidade. Tal fato do aumento da subvenção mostrada no Relatório pode indicar que a chamada “Obra das Cantinas Escolares” ganhava força com a representatividade política dos trabalhadores na Câmara Municipal de Paris (CMP). Esta constatação pode ser confirmada com a leitura de um periódico francês chamado *Le Petite Feuille Ouvrière* número 1 de fevereiro de 1900.

Foi em 1892 que o Partido Operário entrou no *Hôtel-de-Ville*. É então a partir desta data que somente vamos falar, porque antes as cantinas escolares não existiam. Os burgueses capitalistas, que precedentemente detinham o poder, nunca tinha pensado que poderia haver pequenos infelizes, para quem seus pais não puderam dar o necessário.

Ano escolar 1893-93 - O número de refeições distribuídas foi de 161.432. As despesas incorridas ascenderam a 33.721 francos.

Ano escolar 1893-94 - O número de refeições sobe para 239.691. As despesas em 43.087 francos 05 [centavos]

Ano letivo de 1894-95 - A progressão continua: 283.041 refeições são distribuídas. As despesas elevam-se a 56,894 francos 84 [centavos]

Ano letivo de 1895-1896 - O número de refeições chega a 384.233. A despesa vai para 76.873 fr. 09 [centavos]

Ano letivo de 1896-97 - São 472.562 refeições distribuídas com 103.207 fr. 19 [centavos] despesas.

Ano letivo de 1897-98 - O valor do custo é de 99,924 fr. 57 [centavos], com 496.246 refeições.

Ano lectivo 1898-99 - O trabalho das cantinas continua a florescer e 571.012 refeições – mais de meio milhão – são distribuídas. Este montante de despesas para esse ano para 122,667 francos 78 [centavos] (PARTI OUVRIER FRANÇAIS, 1900, p. 3-4. Tradução da autora)<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> O termo Vila é uma divisão administrativa francesa equivalente ao que nomeamos cidade no Brasil.

<sup>46</sup> C’est en 1892 que le Parti Ouvrier est entre à l’*Hôtel-de-Ville*. C’est donc à partir de cette date seulement que nous allons parler, car avant les cantines scolaires n’existaient pas. Les bourgeois capitalistes, qui précédemment détenaient le pouvoir, n’avaient jamais songé qu’il pouvait y avoir des petits malheureux, à qui leurs parentes ne

É sabido, pelo Relatório do Júri da Exposição Universal de 1900, que desde 1880 já havia registros sobre cantinas escolares em Paris. A afirmação de que elas não existiam antes da entrada do Partido Operário não está correta. Entrementes, os documentos são consonantes no que diz respeito ao aumento das refeições a partir de 1892. Data esta em que se deu a entrada do partido para a Câmara Municipal de Paris. O folheto citado faz parte da seleção de títulos disponível no *Gallica - Bibliothèque nationale de France* chamada Imprensa Operária. É, portanto, de se compreender seu discurso político mais enfático na criação das cantinas escolares.

Em outro trecho selecionado na mesma edição deste jornal bimestral foi percebida a importância dada pelos autores à presença das cantinas nas escolas públicas, mesmo que não se deixe de levar em consideração certo tom laudatório expresso pelo discurso.

A mais bela criação feita pelo Partido Operário é inquestionavelmente a Obra das Cantinas Escolares. Seria necessário que todos pudessem ver funcionar esta instituição admirável.

Não existe um pai nem uma mãe que não choraria - oh! De alegria - ao assistirem a uma refeição na cantina onde vemos centenas de crianças reunidas. Nas escolas maternais, sobretudo, o espetáculo é cativante.

Podem-se ver os semblantes alegres com os pratos reconfortantes que são servidos. Todos os dias os menus são alterados e os miúdos estão felizes com a variedade de refeições.

Tudo o que é dado nas cantinas é de primeira qualidade. É necessário, porque os estômagos delicados das crianças precisam, para que possam crescer normalmente de alimentos absolutamente saudáveis.

Quantos pais não podem, infelizmente! Apesar de toda a sua boa vontade e do amor que têm pelos seus queridos pequenos, dê-lhes estas coisas indispensáveis.

É porque eles sabem a situação dos trabalhadores que os socialistas queriam que com o pão do espírito, isto é, a instrução que é dada às crianças, eles também fossem assegurados o pão do corpo, isto é, a comida. E como se sabe bem, um é indispensável para o outro.

As crianças aprendem muito melhor as lições com o mestre quando não são atormentados pela fome. "A barriga faminta não tem ouvidos", diz um antigo provérbio. Todo mundo sabe que esta é a exata verdade (PARTI OUVRIER FRANÇAIS, 1900, p. 2. Tradução da autora)<sup>47</sup>.

---

pouvaient pas donner le nécessaire.

Anné scolaire 1893-93 - Le nombre de repas distribués a été de 161.432. La dépense occasionnée s'est élevée à 33.721 francs 59.

Anné scolaire 1893-94 - Le nombre de repas monte à 239.691. La dépense à 43.087 francs 05

Anné scolaire 1894-95 - La progression continue: 283.041 repas sont distribués. La dépense atteint 56,894 fr 84

Anné scolaire 1895-1896 - Le nombre de repas atteint 384.233. La dépense va à 76.873 fr. 09

Anné scolaire 1896-97 - Il y a 472.562 repas distribués avec 103.207 fr. 19 de dépenses.

Anné scolaire 1897-98 - Le chiffre des dépenses est 99,924 fr. 57, avec 496.246 repas.

Anné scolaire 1898-99 - L'oeuvre des cantines augmente 571.012 repas - plus d'un demi-million - sont distribués. La dépense s'élève pour cette année là à 122,667 fr. 78 (PARTI OUVRIER FRANÇAIS, 1900, p. 3-4).

<sup>47</sup> Texto original: La plus belle création faite par le Parti ouvrier est sans contredit l'Oeuvre des Cantines Scolaires. Il faudrait que tous pourraient voir fonctionner cette institution admirable.

É importante ser lembrado que este perceptível tom laudatório e autoral não deve esconder aqui o enorme relevo do Partido Operário em acentuar e reconhecer os benefícios do papel das cantinas escolares neste novo contexto escolar. Esta foi uma causa incorporada pelo Partido Operário que deu relevo ao assunto e promoveu o crescimento e fortalecimento das cantinas escolares.

A criação de Caixas Escolares na França multiplicou-se após a subvenção do Estado regulamentada pela Lei Jules-Ferry de 28 de março de 1882, de obrigatoriedade da escolarização. Neste início, houve dificuldades em subvencionar de maneira mais eficaz aquelas comunas as quais tinham maior número de alunos e uma demanda maior que a subvenção pudesse atender (DESSAUW, 2019). Esta lei previa a criação obrigatória de Caixas Escolares em cada comuna francesa. Posteriormente a lei de 30 de outubro de 1886 (Lei Goblet) reforçou o caráter laico e gratuito do ensino e promoveu modificações no ensino primário, obrigando a toda comuna a criar escolas públicas de oferta deste.

Consideradas inicialmente como instituições de benemerência, as Caixas Escolares, a partir de 1903, foram decretadas instituições escolares anexas, de atendimento específico para os alunos das escolas públicas. Isto aconteceu por determinação do Conselho de Estado francês. O parecer do *Conseil d'Etat* de 22 de maio de 1903 modificou a atuação das caixas escolares francesas. Nesta data foi julgado pelo Conselho de Estado que as Caixas Escolares eram então instituições escolares anexas, e não mais instituições de benemerência, as quais, a partir de então, só poderiam oferecer alimentos, vestuário e livros, além de recompensa para alunos assíduos das escolas públicas e não mais das privadas (FRANCE, 1903, p.400).

É preciso esclarecer que desde a criação oficial, em 1867, as Caixas Escolares foram consideradas estabelecimentos públicos criados pelas comunas e mantidos com recursos públicos e doações privadas com o objetivo de promover a frequência dos alunos à escola.

---

Il n'est pas un père ni une mère de famille qui ne pleurerait – oh ! de joie – en assistant à un repas de cantine où l'on voit dès centaines d'enfants réunis. C'est dans les écoles maternelles surtout que le spectacle est attendrissant.

Il faut voir toutes ces mines réjouies devant les mets réconfortants qui sont servis. Tous les jours les menus sont changés et les mioches sont on ne peut pins heureux de la variété des repas.

Tout ce qui est donné dans les cantines est de première qualité. C'est nécessaire, car les estomacs délicats des enfants ont besoin, pour qu'ils puissent se développer normalement de nourritures absolument saines.

Combien de parents ne peuvent pas, hélas! malgré toute leur bonne volonté et l'amour qu'ils ont pour leurs bambins chéris, leur donner ces choses indispensables.

C'est parce qu'ils connaissent la situation des travailleurs que les socialistes ont voulu qu'avec le pain de l'esprit, c'est-à-dire l'instruction qui est donnée aux enfants, il leur soit aussi assuré le pain du corps, c'est-à-dire la nourriture. Et qu'on le sache bien, l'un est indispensable à l'autre.

Les enfants apprennent beaucoup mieux les leçons du maître quand ils ne sont pas harcelés par la faim, “Ventre affamé n'a pas d'oreilles”, dit un vieux proverbe. Chacun sait que c'est l'exacte vérité (PARTI OUVRIER FRANÇAIS, 1900, p. 2).

Podiam ser usados os recursos disponíveis nas Caixas Escolares para alunos “indigentes” das escolas públicas e das escolas privadas. Diferente da característica destas instituições no Brasil e em Portugal que eram mantidas por doações de cunho caritativo.

É possível concluir que a partir disso, no começo do século XX, as cantinas escolares estiveram mais presentes nas escolas públicas francesas, em meio a um movimento dos médicos higienistas em prol da higiene escolar e da alimentação racional<sup>48</sup> (MARCHAND, 2014). Pode-se dizer que estes saberes estavam em construção e que bastante se veria ainda ao longo do século XX no que concerne a um apuramento das informações a respeito da utilização racional dos alimentos com o intuito de promover saúde. A utilização racional dos alimentos tomou mais força com a Primeira Guerra Mundial quando foi necessário fazer racionamento de alimentos devido ao conflito.

De acordo com Claire Marchand (2014), o projeto de implementação das cantinas escolares na França teve o apoio dos médicos escolares porque estas representaram “não somente um meio de aplicar os dados racionais da ciência da nutrição, mas igualmente de difundir estas noções pelo exemplo”<sup>49</sup> (p.308).

No ano de 1903, aconteceu em Paris o Primeiro Congresso de Higiene Escolar e de Pedagogia Fisiológica, organizado pela Liga de Médicos e da Família pela Higiene Escolar<sup>50</sup>, da qual era presidente o médico Paul Le Gendre<sup>51</sup>. No relatório do Congresso, publicado em 1904, há a menção às cantinas escolares sob o título *Comida (Nourriture)*.

Considerando que é de toda necessidade que as crianças recebam uma comida apropriada a sua idade;  
 Que os pais ignorantes dão aos filhos muita comida que eles não conseguem assimilar;  
 Que, em certas regiões, as crianças levam bebidas alcólicas para a escola maternal;  
 Que os menus das cantinas escolares não são apropriados à idade das crianças das escolas maternas, que há entrada de bacon e salsicha em excesso, legumes desidratados e não reduzidos a purê;  
 Que mesmo em muitas comunas onde as cantinas são organizadas, é a cantina da escola primária que fornece as refeições para a escola maternal;  
 O Congresso exprime o desejo que os alimentos e as bebidas trazidos pelas crianças sejam estritamente controlados;  
 Que os alimentos sejam cozidos ou requentados com cuidado;

<sup>48</sup> Deve-se esclarecer que este termo alimentação racional aparece nos documentos dos séculos XIX e XX e se refere a um conjunto de diretrizes direcionado à alimentação para que esta desempenhe uma melhor função no organismo humano no sentido de nutrir o corpo e favorecer um bom desenvolvimento físico e emocional.

<sup>49</sup> Texto original: “non seulement un moyen d’appliquer les données rationnelles de la science de la nutrition mais également de diffuser ces notions par l’exemple” (MARCHAND, 2014, p.308).

<sup>50</sup> Esta organização foi fundada aos moldes da homônima alemã a qual participou do referido Congresso.

<sup>51</sup> Não foram encontrados dados biográficos sobre o médico.

Que o leite, os ovos e o purê componham exclusivamente o menu das crianças da primeira seção (2 a 4 anos) da escola maternal;  
 Que a maior solicitude seja dada à supervisão durante as refeições (PREMIER CONGRÉS D’HIGYENE SCOLAIRE, 1903, p.82. tradução da autora)<sup>52</sup>.

A racionalização dos alimentos passou a ser uma das ocupações da ciência médica. Segundo Marchand (2014), os médicos franceses, a partir da primeira década de novecentos, passaram a orientar os passos da alimentação na escola, tanto sobre a sua oferta – inclusive com a determinação dos menus – como também sobre a inserção do tema no programa de ensino das escolas de formação de professores e nas escolas primárias e secundárias. Isto aconteceu por meio da constante promoção de eventos científicos que discutiram o tema e também pela presença destes médicos nas escolas (p. 528).

### 2.1.3 Enquanto isso no Brasil

O diretor da Escola Correccional Quinze de Novembro, o recém-formado médico Julio Oscar de Novaes Carvalho (1875-1962), no seu relatório de atividades do ano de 1904, apresentado ao então ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. J.J. Seabra, mencionou o Congresso de Higiene Escolar e Pedagogia Fisiológica ocorrido em Paris no ano anterior. Ele exaltava a discussão do uso de balneários adequados para a população e os benefícios discutidos no congresso sobre este aspecto. Isto demonstra a internacionalização das ideias que vinham sendo discutidas pela comunidade médica em Paris.

No relatório, o médico expôs a necessidade de o Ministério em questão atender às solicitações de melhorias na estrutura de saneamento da escola. Destaca-se um fato curioso presente no relatório. O seu autor questionou as ações realizadas pela Diretoria de Saúde Pública com o intuito de combater o beribéri. O Dr. Novaes Carvalho descreveu que tais ações de combate a esta doença foram realizadas como se esta doença fosse transmitida por um mosquito e que por tal motivo haveria insucesso no combate. Ele frisou “dada a hypothese

---

<sup>52</sup> Texto original: Considérant qu’il est de tout necessite que les enfants reçoivent une nourriture appropriée à leur âge; Que les parents ignorants donnent trop souvent à leurs enfants une nourriture que ceux-ci ne peuvent s’assimiler; Que, dans certaines régions, les enfants apportent à l’école maternelle des boissons alcoolisées; Que les menus des cantines scolaires ne sont pas appropriés à l’âge des enfants des écoles maternelles, qu’il y entre trop de lard et de saucisses, de legumes secs non réduits em purée; Que même dans beaucoup de communes où la cantine est organisée, c’est la cantina de l’école primaire qui fournit les repas à l’école maternelle; Le Congrès émet le voeu que les aliments et les boissons apportés par les enfants soient étroitement controles; Que ces aliments soient cuits ou réchauffés avec soin; Que le lait, les oeufs, les purées composent presque exclusivement le menu des enfants de la première section (2 à 4 ans) de l’école maternelle; Que la plus grand solicitude soit apportée á la surveillance pendant les repas.

que o vector fosse o mosquito, o que contesto, e hei de provar que não é, o expurgo feito ficou sem sentido e absurdo” (CARVALHO, 1905, p.5).

No relatório do médico ele descreveu que os engenheiros sanitários da Direção de Saúde Pública do Distrito Federal (DSP –DF) haviam ido à escola em que ele era o diretor e disseram que a proliferação do beribéri era causada por mosquitos que estariam se proliferando no terreno anexo ao prédio escolar (pertencente à escola) e pela falta de ventilação adequada nos alojamentos. O diretor então contradisse a opinião dada porque, segundo ele, a simetria das janelas fornecia ventilação adequada e que não poderia ser o mosquito o vetor da doença já que nenhuma pessoa da vizinhança toda tinha os sintomas.

Em seus argumentos, ele reafirmou a necessidade da construção de uma área de isolamento e justificou que o beribéri tinha uma causa controversa e não esclarecida pela ciência de então. O diretor utiliza o diagnóstico realizado pelo médico escolar responsável pela instituição para endossar suas providências, as quais dependiam da liberação financeira do Ministério da Justiça. As medidas requisitadas para a prevenção da propagação da doença incluía diversas maneiras, das quais se destacam as três primeiras: “A – Isolar todo o beriberico, o que importa em tratá-lo fora do foco de sua intoxicação; B – Variar, tanto quanto possível o fôr, a alimentação dos alumnos; C – Construir um banheiro com um serviço completo de duchas;” (CARVALHO, 1905, p. 15). As medidas destacadas acima tentavam abarcar as possíveis causas do beribéri, incluindo sua causa hoje determinada, a monotonia alimentar.

O beribéri é uma doença nutricional causada pela deficiência de vitamina B1 (Tiamina) que acomete essencialmente as pessoas com uma alimentação precária<sup>53</sup>. Porém, é interessante observar que, como afirma Nanci Leonzo (2012, p.88), havia no começo do século XX uma confusão em relação às causas da doença. Apesar de alguns médicos ingleses (residentes nas colônias inglesas) afirmarem que se tratava de uma anemia grave, a maioria dos cientistas de então acreditava ser esta uma “uma doença epidêmica e contagiosa caracterizada, genericamente, pela gradativa paralisia muscular”.

A presença relatada pelo médico e diretor da escola supracitada retrata que as crianças atendidas pela Escola Correccional Quinze de Novembro apresentavam os sintomas do beribéri e neste sentido, supõe-se que elas tinham uma alimentação não variada o suficiente. A doença

---

<sup>53</sup> As fontes alimentares principais são as carnes, os cereais integrais e as leguminosas. O beribéri é uma condição nosológica associada à pobreza, já que suas fontes alimentares têm valor financeiro mais elevado e necessitam ser comidos em quantidades adequadas para que supra a necessidade de tiamina. Ainda hoje, mesmo com a causa sendo indubitavelmente a deficiência da vitamina B1, a doença é de difícil diagnóstico devido aos sintomas inespecíficos no início. Ela ainda acomete a população brasileira, em especial àquela mais carente e com alimentação monótona.

era comum em asilos, orfanatos, além de tripulações que ficavam muito tempo no mar (LEONZO, 2012).

A higiene escolar tomava corpo no começo do século XX no Brasil e a matriz de pensamento francesa também era acompanhada neste campo. Em 1910, o prefeito do Rio de Janeiro, Serzedello Corrêa (1858-1932), anunciou que para atender o convite da organização francesa do III Congresso de Hygiene Escolar, que aconteceria em Paris, enviaria dois representantes como delegados, o Dr. Eugenio Guimaraes Rebello (1848-1922) e Dr. Manuel Curvello de Mendonça (1870-1914) (CONGRESSO DE HYGIENE ESCOLAR, 1910, p.1).

Este último representante, Curvello de Mendonça, no retorno da Europa escreveu uma nota em sua coluna no Jornal *O paiz* do dia 01 de setembro de 1910. Ele acabara de chegar de dois congressos dos quais foi delegado representando o Brasil, um em Paris e outro em Bruxelas. A nota foi denominada *Congressos* e explanou sobre a numerosa e diversa quantidade de congressos que vinha acontecendo naquela época, principalmente na Europa. Ele foi enfático em descrever o quão numerosos eram os eventos científicos de então e a dúvida que pairava sobre a necessidade de tantos eventos.

Os congressos de toda ordem occupam e preocupam o mundo inteiro, sobretudo o grande mundo europeu. Emquanto, neste mesmo Paris, quasi não há dia em que se não celebrem sessões solemnes de abertura ou encerramento de congressos de instrucção, de mutualidade, de transporte, de hygiene e educação popular, outras reuniões semelhantes se fazem na Belgica, aproveitando a concurrencia de sua presente exposição internacional, ainda outras se inauguram ao norte deste mesmo continente, como o congresso de assistencia e beneficencia na Dinamarca, o da paz na Suecia, sem falar nos congressos americanos e até brasileiros, cujo echo mal e apagado repercute na opinião e nas columnas da imprensa mundial.

[...] Ora, os governos arrajam-se sobrecarregados de trabalho os seus delegados aos congressos taes e taes, notificando-lhes novas e sucessivas incumbências, algumas das quaes incompatíveis pelo tempo e pelo esforço. Então, os congressistas se tornas as delicias das empresas de transporte nesta Europa aparelhada para o máximo movimento em suas linhas de navegação e viação férrea. [...]

Na verdade, não falta quem conteste a sua utilidade scientifica e administrativa para os paizes que se representam (MENDONÇA, 1910, p.1).

Ainda que contrariado, se mostrou concordante com o assunto principal que havia sido tratado no III Congresso de Higiene Escolar. Curvello de Mendonça descreveu que a preocupação dos cientistas presentes no evento estaria voltada para uma diminuição dos programas de ensino em prol de mais atividades ao ar livre e a prática de educação física regularmente.

O congresso reconheceu a necessidade para a mocidade das escolas dos diferentes grãos, de tornar a uma vida mais sã, mais favorável ao seu desenvolvimento e á sua perfeita saúde; necessidade tanto mais imperiosa quanto as taras individuais devidas a uma defeituosa hygiene, sobretudo na idade da formação do espirito e do corpo; [...]

Em resumo, o congresso de hygiene escolar de Paris traduz uma força, uma crença, uma convicção firme de que se deve e pode fazer uma pedagogia nova para resolver todos aquelles problemas: a pedagogia natural, pedagogia physiologica, que revigore a educação intelectual diminuindo o tempo consagrado ao estudo e ao ensino. Para isso, o congresso bem pediu pelo órgão de um dos seus representantes: *ar na escola! ar nos pulmões! ar nos programas!* (MENDONÇA, 1910, p.1).

Manuel Curvello de Mendonça, formado em Direito e também jornalista, foi um literato ligado ao anarquismo por causa da identificação que tinha com os ideais de mudança da sociedade, em sua obra *Regeneração* ele exaltou “o sucesso das teorias libertárias diante da oposição silenciosa da pequena burguesia” (A FICÇÃO ANARQUISTA, s/d). Os registros de sua viagem para a participação dos congressos são valiosos no sentido de mostrar os indícios da cooperação intelectual entre os países. Ele havia publicado em sua coluna no jornal *O Paiz* no dia 08 de agosto de 1910 uma nota de comparação entre as capitais do Brasil e de Portugal:

[...] a verdade é que, afastados os títulos de beleza natural que uma e outra capital gozam em seu gênero, Lisboa póde muito bem medir-se com o Rio, excedendo-o mesmo em alguns serviços urbanos, dignos de nota e geralmente reconhecidos como excellentes pelos viajantes de outros paizes europeus. Desde que, em um como no outro lado do Atlântico, as duas capitaes da língua portuguesa queiram cuidar mais da própria administração que de politicagem estéril, poderão ser contadas entre os melhores, mais bellos e sumptuosos centros urbanos do universo, orgulhosos documentos de vigor da nossa raça e das nossas tradições históricas” (MENDONÇA, 1910, p.1).

A alimentação teve lugar no discurso de abertura do referido congresso, quando o representante do Ministério da Instrução Pública da França, Dr. Louis Landouzy (1845-1917) declarou que assunto de extrema importância na pedagogia era a alimentação racional de crianças e adolescentes, sendo de extremo interesse os trabalhos produzidos tanto na França como em outros países sobre as cantinas escolares (CONGRÈS INTERNATIONAL D’HYGIÈNE SCOLAIRE 3º, 1910, p.109).

Conforme a reflexão feita no capítulo 1, a influência cultural que França exercia no Brasil e em Portugal foi muito intensa até o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo Gosselin (2001), com base nos estudos de Renoliet (1999), no período após a Primeira Guerra, em especial em 1922, após a criação da Comissão Internacional de Cooperação

Intelectual – subordinada à Sociedade das Nações – quando a França assume uma posição de destaque na influência cultural pelo protagonismo no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI). Tal instituto tinha a finalidade de assessorar tecnicamente a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual. “Essa política gera[ra] desconfiança entre os outros membros, em particular da Grã-Bretanha, que, nesta questão da cooperação intelectual no contexto da Liga das Nações, será perpetuamente a grande rival da França<sup>54</sup>” (GOSSELIN, 2001, p.135 – tradução da autora). O IICI mantinha um estatuto próprio separado da Sociedade das Nações, e apesar de ser declarado neutro, apresentava, segundo Renoliet, uma nítida influência do governo francês sobre suas ações, o qual mantinha cerca de dois terços das receitas globais do IICI e manteve diretores franceses de 1926 até 1939 (RENOLIET, 2005, *on line*).

Ressalta-se que também no ano de 1922 fora criado no Rio de Janeiro o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura (IFBAC) e posteriormente, em 1925, houve a criação também em São Paulo. Estes institutos foram decisivos na relação entre os intelectuais franceses da Universidade de Paris e brasileiros favoráveis ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil. De acordo com Petitjean (1996, p.112), foram criados diversos institutos franceses pela América Latina, porém somente o Instituto criado no Rio de Janeiro conseguiria “se aproximar do esquema teórico: verdadeiros cursos de longo período e não simples conferências pontuais; reciprocidade de viagens; seleção de universitários franceses para a unidade receptora e divisão das despesas”.

Acredita-se que a circulação das ideias em relação ao processo de oferta de uma alimentação com intuito de promover saúde ajudou a dar mais fôlego às iniciativas de oferta de refeições escolares no Brasil. Ainda que esparsas, começava a ser promovida no Brasil a denominada merenda escolar.

#### **2.1.4 Difíceis caminhos para a merenda escolar**

No Brasil, timidamente começaram a surgir algumas instituições, além das caixas escolares ou associadas a ela, com caráter de benemerência, que assistiram aos alunos carentes. A assistência cobria a merenda escolar, vestuário e materiais de estudo e se mantinha com financiamento da sociedade civil. Havia um sentimento denotado nas notas jornalísticas sobre o papel da sociedade na caridade de ofertar recursos que permitissem os

---

<sup>54</sup> Texto original: “Cette politique suscite de la méfiance chez les autres et en particulier de la part de la Grande-Bretagne qui, sur cette question de la coopération intellectuelle dans le cadre de la SDN, sera perpétuellement la grande rivale de la France” (GOSSELIN, 2001, p.135).

pobres a frequentarem as escolas. É possível ver tal sentimento em uma nota, publicada em 1908, sobre a inauguração de uma instituição criada para a assistência das crianças carentes que oferecia uma refeição no período escolar. A nota intitulada *Em favor da Infancia Pobre* foi publicada pelo jornal *O Paiz* no dia 31 de agosto de 1908.

O Dr. Estevão Pinto, Inspector escolar de Bello Horizonte, acaba de fundar naquela capital a Sociedade Protectora dos Meninos Pobres das Escolas. Tem a nova associação por fim proteger as crianças pobres das escolas, fornecendo-lhes merenda diaria, roupas com que possam frequentar os cursos primarios, e remedios e assistencia medica, em caso de molestia. O fundo para manutenção dessa utilissima sociedade será conseguido do favor publico, pelo impulso generoso dos espíritos bemfazejos, compenetrados no alto dever de proteger e encaminhar a infancia pobre. Em beneficio dessa associação, realizou-se hontem, em Bello Horizonte, um grande festival, com a collaboração de distintas senhoras e cavalheiros da capital mineira (EM FAVOR DA INFANCIA POBRE, 1908, p.2).

Ainda assim, a maioria das escolas nesse período ainda não ofertava alimentos para os alunos, sendo estes levados pelos próprios estudantes. É sabido isto, porque a qualidade dos alimentos levados e do local da realização das refeições dentro das escolas vinha sendo questionada. No periódico médico mensal chamado *Educação e Pediatria*, publicado no Rio de Janeiro, o autor veiculou em junho de 1913 (p.64) um artigo de repúdio à merenda escolar nos moldes que então se configurava. O artigo denominado *O horario nas escolas publicas municipaes* está na seção de notas e é assinado com as iniciais A.F<sup>55</sup>. Segundo a nota, o horário das escolas de ensino primário dificultava a ocorrência do almoço na casa do aluno antes de ir para a escola e permitia que este comprasse alimentos não saudáveis para comerem no recreio das aulas. O artigo diz:

Ninguem mais carece de regularidade nas refeições do que as creanças, cujos estomagos ainda não possuem a plenitude de todas as glandulas de defesa, nem as imunidades adquiridas pelos adultos. Os incommodos gastricos nas creanças, frequentemente degeneram em febres typhoidéas ou graves enterites, e, se formos assignalar outros inconvenientes da alimentação das creanças fora da immediata inspecção dos pais, teremos de referir numerosos casos de intoxicações, devido a gulodices, compradas em immundos taboleiros, no percurso da escola, porque, na pressa de sair de casa, sem tempo do escolar ingerir um nutriente almoço, a mãi amorosa deu imprudentemente alguns nickeis ou vintens, permittindo que o filho comprasse no doceiro da rua algumas guloseimas para a merenda na hora do recreio. [...]

---

<sup>55</sup> O autor desta nota parece que não queria se identificar porque no dia 15 de março de 1913 ele já havia publicado o mesmo texto no Jornal *O paiz* – RJ usando as mesmas iniciais.

A merenda na escola tem tão grandes inconvenientes de ordem moral, pedagógica e sobretudo hygienica, que não é crível que se possam admitir duvidas a respeito da sua condemnação.

As creanças devem se alimentar sob a vigilancia dos pais, com alimentos escolhidos e sadios, preparados convenientemente; é esse o unico meio de evitarmos os perniciosos vicios de alimentação, que deterioram a saude, e quando não aniquillam, deformam o organismo.[...]

A Directoria de Instrucção publica, tão inteirada está dos damnos causados por esses alimentos indigestos e nocivos, que prohibiu terminantemente que nas escolas penetrassem os doceiros para vender ás creanças, mesmo sob a inspecção da professora. Essa medida é improficua e, até certo ponto, improcedente. Por que motivo o escolar não poderá comprar o doce na ocasião do recreio, á vista da professora, e poderá fazer no trajecto da escola, embrulhando-o muitas vezes num papel sujo? [...]

Nenhum hygienista ou pedagogo será capaz de justificar a conveniencia do recreio e da merenda escolar nas condições em que é feita. [...]

Estou confiante no alto criterio e reconhecida competencia do illustrado professor Dr. Ramiz Galvão<sup>56</sup> [...] (O HORARIO NAS ESCOLAS, 1913, p.64).

Como complementação do artigo, houve uma importante nota da Redação (“N. da R”) da revista, neste mesmo número, dizendo, que após diversas especulações a respeito do horário do intervalo e a possibilidade de os alunos almoçarem antes de irem à escola, o mesmo foi modificado.

Depois de escriptas as linhas acima o Sr. Director da Instrucção Publica Municipal resolveu modificar o horario das escolas publicas. Os alumnos passaram a entrar ás 10 horas da manhã e sahir ás 2 horas da tarde. Foi supprimida a meia hora, durante o dia, para recreio e merenda. Esse novo horario foi mandado observar a titulo provisorio, dando-se ainda aos inspectores escolares a faculdade de modificá-lo, segundo as condições de cada districto. Têm-se censurado estes dois pontos: a suppressão da meia hora de recreio e merenda e a faculdade dos inspectores alterarem o referido horario. A 1ª dessas criticas parece-nos inteiramente justa. A 2ª até certo ponto. N. da R. (O HORARIO NAS ESCOLAS, 1913, p.64).

No entanto, mesmo sendo ainda raras, algumas iniciativas governamentais de oferta de refeições podiam ser encontradas. No registro encontrado no jornal *Correio Paulistano* datado de 28 de janeiro de 1913, havia a menção de uma instituição criada pelo governo do estado de São Paulo. Denominava-se *Sopa Escolar* e haveria de ter a mesma função da, então registrada em outras falas, *Merenda Escolar*. O jornal apregoava que este empreendimento público na

---

<sup>56</sup> O professor e médico Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) foi Diretor da Biblioteca Nacional e também Diretor-Geral da Instrucção Pública no Distrito Federal, cargo este que ele ocupava à época da publicação da nota. Ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras em 1928 (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, *on line*).

Escola Profissional Masculina de São Paulo era o primeiro do gênero no Brasil, mas em outra data eles se retratam dizendo que várias outras cidades têm empreendido forças na assistência dos alunos pobres. O que se ressalta é o fato deste ser uma iniciativa do governo paulista.

O ilustre Secretario do Interior, sr. Dr. Altino Arantes, creou ha dias em S.Paulo uma instituição, a primeira que apparece no Brasil neste genero, cujos propositos obedecem aos mais elevados sentimentos de philantropia: a *sopa escolar*.

Muitas crianças que frequentam as nossas escolas não podem, pela sua extrema pobreza, levar consigo o *lunch* que todas costumam tomar num dos intervallos das aulas. Assim, passam horas e horas sem alimento, enquanto que as suas companheiras, mais favorecidas pela sorte, se reconfortam com a refeição cuidadosamente preparada em casa pelas suas mães.

A ‘Sopa Escolar’ destinada a dar esse alimento ás crianças pobres, veio caridosamente lembrar-se das crueis necessidades desses pequeninos (SOPA ESCOLAR, 1913, p.6).

Em 09 de março deste mesmo ano (1913) é inaugurada a então noticiada *Sopa Escolar*. O mesmo jornal se incumbiu de noticiar como foi o evento que contou com autoridades políticas e professores, quando almoçaram 180 alunos da escola. Como o próprio nome sugere, era oferecida uma sopa preparada na própria escola pelo servente da mesma. Houve discurso de um professor e de um aluno. São destacadas as palavras do aluno Abelardo Alves.

[...] Esta instituição, além de garantir-nos o vigor da nossa saude e o desenvolvimento physico, vem, para a maioria dos meus colegas, facilitar-lhes o estudo e o apprendizado.

Assim fazem os governos amigos do povo; e, nós, filhos do povo, saberemos sempre amar e guardar na lembrança o nome dos que não se esquecem dos operários, daquelles que são a verdadeira base da pátria. Em nome dos alumnos desta escola, eu saudo o sr. dr. Altino Arantes (NA ESCOLA PROFISSIONAL, 1913, p.2).

É possível ver que a oferta de refeições, vestuário e livros estava cada vez mais associada à frequência escolar e, mais uma vez, entendida como de responsabilidade da sociedade caridosa. Na revista *Educação e Pediatria* em junho de 1913, o autor enaltece a iniciativa dos habitantes em prol da criação da oferta de merenda em escolas mineiras.

Centenas e centenas de creanças pobres que, até então, não podiam frequentar as escolas por falta de livros e de roupas estão sendo humanitaria e patrioticamente amparadas por estas caixas beneficentes.

Agora surge no Estado de Minas uma nova iniciativa, fructo espontaneo de alguns habitantes de Rio Preto, que crearam junto ao Grupo Escolar da cidade a ‘Merenda Escolar’, a exemplo da ‘Sopa Escolar’ que já existe em S. Paulo.

Esta nova instituição tem como objectivo fornecer ás creanças, na hora do recreio escolar, a merenda que ellas tanto apreciam e que nem todas podem sempre saborear.

É uma sympathica medida que contribue, innegavelmente, para o bem-estar moral e physico da criança. Quem conhece as escolas do interior, não ignora esse facto comum de na hora do recreio, verem-se creanças pobres a olhar para a merenda que outras saboreiam. Não é raro também ver-se uma criança dividir generosamente com as outras a merenda que levou para a escola, privando-se mesmo, ás vezes, da parte que seu estomago lhe exigia (“MERENDA ESCOLAR” DE RIO PRETO, 1913, p. 66).

Há todo um contexto em que cada vez mais alimentar as crianças no ambiente escolar em prol da frequência começa a transparecer no Brasil. Entretanto, de acordo com indícios da observação dos documentos, desde o começo do século XX até a criação oficial da política de alimentação escolar em 1955, fica claro que estas iniciativas, de forma alguma, são homogêneas e/ou expressam uma tomada de iniciativa governamental. É possível observar que nesse período do início do século, a alimentação dos filhos dentro da escola ainda era fruto do esforço dos pais ou da caridade alheia. As sopas, leites e ofertas de almoço começam a fazer parte do que Vidal e Schwartz (2011, p.18) chamam de fazeres do cotidiano dentro da escola, entretanto, ainda demoraria muito tempo para que as refeições escolares fossem entendidas como um direito do aluno.

### **2.1.5 Caixas Escolares no Brasil**

Com inspiração das Caixas Escolares na França, por iniciativa de Carlos Leôncio de Carvalho (1847-1912), Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, em 1879 fora decretada uma legislação<sup>57</sup> na qual, entre outras importantes (e pretensas) modificações, apresentava-se a criação de Caixas Escolares<sup>58</sup> para assistência aos alunos mais carenciados (BRASIL, 1879). Contudo este decreto não teve uma efetividade prática, nem no aumento de escolas primárias – ao qual se propunha – nem no funcionamento das Caixas (CARVALHO; BERNARDO, 2012).

Já no período republicano, estas instituições só se apresentaram efetivamente no Brasil por iniciativa dos estados durante as décadas seguintes. Em 1911, no estado de Minas Gerais, uma lei conhecida por Lei Bueno Brandão, legislou sobre diretrizes para sua regulamentação

<sup>57</sup> Esta legislação é tratada em profundidade pelo trabalho de MELO; MACHADO, 2009.

<sup>58</sup> Na busca por Caixas Escolares foi encontrado outro tipo de caixa que se denominava Caixa Econômica Escolar. Esta última era bem diferente daquelas caixas nas quais este estudo trata, pois estas eram formadas por depósitos realizados pelos pais dos alunos, uma espécie de poupança, que seria retirada quando do término dos estudos do aluno. Ambas foram tratadas no decreto expedido por Leôncio de Carvalho em 1879.

no estado mineiro. O financiamento destas caixas era realizado com recursos diversos, como “jóias e subvenções pagas pelos sócios; o produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, etc.; donativos espontâneos e legados; gratificações as quais não fariam jus os professores licenciados ou faltosos, que deviam ser solicitados pelos diretores” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147). Outra fonte de financiamento das Caixas Escolares era a soma das multas referentes aos pais que sofressem penalidade por não cumprirem com a obrigatoriedade escolar prevista na lei.

Segundo Carvalho e Bernardo (2012), eventualmente havia uma participação financeira em alguma caixa escolar advinda da câmara municipal dos municípios, mas esta participação não tinha frequência prevista em leis. Há relatos sobre esta atividade das câmaras em alguns jornais de então.

As Caixas Escolares tinham objetivos referentes a promover a “assiduidade escolar e sua atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p.147) e, na quase totalidade dos casos, estão associadas com a oferta da merenda escolar, sendo referenciadas até como condicionante da sua oferta. Era também utilizada para comprar objetos escolares e medalhas que seriam utilizadas como prêmio para os alunos mais assíduos.

A imprensa da primeira década do século XX noticiava a criação de diversas caixas escolares nos Grupos Escolares recém-formados. Era, de maneira geral, de forma entusiástica que se davam notícias sobre crianças que viriam a ser beneficiadas pela caridade da sociedade civil. Em 20 de novembro de 1913 houve um informativo do jornal *O paiz* sobre os grupos escolares e as caixas. Em um trecho o autor diz: “Os particulares vão compreendendo bem os elevados fins desta iniciativa dos poderes públicos e, com patriotismo e entusiasmo, auxilia-nos da sua tarefa com a mais franca e expressiva adesão á sua attitude em pról da remodelação social pelo ensino” (OS GRUPOS E AS CAIXAS ESCOLARES, 1913, p.9).

Destaca-se deste trecho o fato de que o autor considerou que a tarefa do poder público foi tornar obrigatória a existência de Caixas Escolares nos Grupos Escolares, enquanto a sociedade civil ao redor da escola era a responsável por manter financeiramente a instituição funcionando em prol da frequência escolar. Quanto maior a caridade, maior a efetividade da política. Este pensamento de cunho liberal era repetido em diversos jornais. Em muitas notas jornalísticas a Caixa Escolar é referenciada como fruto da benemerência social e responsável por manter a frequência escolar de então.

Ressalta-se que este tipo de instituição com caráter de assistência mútua era comum na primeira década do século XX. Como explica José Murilo de Carvalho (2002b, p. 103), a

maioria das associações em 1909, mesmo aquelas consideradas mais modernas, tinha caráter assistencial e desta forma, a “luta da liderança radical contra o assistencialismo, o cooperativismo, era árdua e frequentemente inglória”. Conclui-se que por tal razão fosse tão comum o consentimento da sociedade em coparticipar da política de aumento da frequência escolar.

Parece conveniente evidenciar que as caixas escolares eram mantidas pela comunidade ao redor da escola na qual ela serviria. Portanto havia caixas com maiores e outras com menores recursos. A ajuda para as crianças mais carentes e a premiação para aquelas mais assíduas dependia da arrecadação financeira realizada pela direção da caixa escolar, composta geralmente pelos professores e diretores da escola interligada à caixa. Um traço marcante do fornecimento das refeições escolares e das outras amenidades oferecidas nesse período histórico no Brasil foi o assistencial. Parece que a discussão sobre a ideia de proteção garantida pelo Estado, com financiamento dele, ainda era dispersa e a proteção aos alunos oferecida pelas caixas escolares era direcionada apenas aos mais pobres.

Mesmo a imprensa crítica, como o jornal *A Epoca*, ratificava a ideia de responsabilidade da sociedade civil no processo de escolarização. No dia 27 de agosto de 1915 são mencionadas ações em prol das caixas escolares. Na nota o termo merenda escolar é usado como sinônimo de refeição escolar.

Minas e S.Paulo crearam com lisonjeiro proveito para a instrução das crianças pobres, esses caridosos institutos dignos da continua proteção do commercio e das outras classes mais abastadas. Dar o vestuário ás crianças, offerecer-lhes a merenda escolar, é praticar um acto de caridade (CAIXAS ESCOLARES, 1915, p. 5).

Destaca-se ainda nesta mesma publicação o indício da influência francesa na construção da oferta da merenda escolar no Brasil. O autor da nota ressalta que tamanha seria a importância de assistir os alunos pobres que “dar o vestuário ás crianças, offerecer-lhes a merenda escolar, é um acto de caridade”. E prossegue chamando atenção para como acontecia na França. “Há dias, lemos um trabalho admirável da penna do actual presidente da Republica franceza, quando ministro da Instrucção<sup>59</sup>. Esse trabalho é um monumento de sabedoria, é um apello aos cantões em pról das Caixas Escolares” (CAIXAS ESCOLARES, 1915, p.5).

Em outra ocorrência jornalística, em novembro de 1919, a nota faz um agradecimento por evento beneficente em prol das refeições escolares, dizendo “O diretor do grupo escolar de Parahybuna foi autorizado a agradecer, em nome do governo, ás pessoas que concorreram

---

<sup>59</sup> O autor se referiu a Raymond Nicolas Landry Poincaré que era o Presidente da França na data da publicação da nota (1915). Ele havia sido Ministro da Instrução Pública naquele país no ano de 1893 (SÉNAT, 2019).

para a realização de um espetáculo em benefício da ‘Merenda Escolar’” (CORREIO PAULISTANO, 1919, p. 1). Parece novamente que a instituição destinada à assistência alimentar e de outras necessidades anexa à escola era chamada também merenda escolar, assim como a própria refeição servida na escola.

### **2.1.6 *Hygiene* escolar e merenda**

Mais uma vez destaca-se que, neste contexto histórico, a saúde e a educação apresentavam-se para os promotores destas iniciativas como “indissociáveis” (CARVALHO, 2006, p. 305), fazendo com que este pensamento promovesse um movimento político, o qual estreitou a relação entre estas duas áreas do conhecimento e facilitou a promoção de políticas sociais com o viés higienista.

A infância passou a ter um interesse especial como “objeto de conhecimento e investigação” (ROCHA, 2015, p. 372) e a Inspeção Médico Escolar foi um órgão de protagonismo neste enredo. No então Distrito Federal, foi criado o primeiro Serviço de Inspeção Médico Escolar “pelo Decreto 788 de 09 de outubro de 1910” (MORAES; LEITE, 2015, p.206), estendendo-se nesta década a criação deste órgão para outros estados.

Segundo Nagle (1974), desde a virada do século, a formação cívica e moral formaram as bases da nacionalidade, como remédio para o ambiente pessimista que “dominou o País pouco depois da proclamação da República que, de resto, significou o desgaste da ilusão República-Educadora”. Os esforços na formação de um nacionalismo mais consistente apareceram na “dimensão cívico-nacionalizadora da escolarização” em prol da “desanalfabetização da maioria do povo brasileiro, que se transforma no problema crucial da nação” (NAGLE, 1974, p. 240).

Desta forma, a elite, embasada na confiança pela ciência, atribuiu ao pensamento higienista a responsabilidade em amainar as agruras as quais vinham sendo arrastadas desde o Império e que a transformação do regime não conseguira ainda solucionar.

Como já mencionado, os médicos passaram a ocupar cargos em diversas áreas na sociedade brasileira (ARAÚJO, 2011), inclusive nas escolas. Estes profissionais tinham funções exercidas com base na higiene escolar, tanto como médicos-inspetores como na diretoria da escola.

Segundo Rocha e Gondra (2002) os médicos-higienistas procuraram definir um modelo de escola primária que estaria “alicerçado na correção e prevenção, este modelo se articulava na confluência entre os objetivos da higiene escolar e da pedagogia científica, o que justificaria a articulação entre médicos e professores na obra de vigilância constante sobre

a escola, como também sobre os alunos” (p.509). É importante chamar a atenção para o fato de também terem sido observados, do ponto de vista da higiene, os professores e os funcionários. Inclusive com a participação do “médico-inspector” nas seleções para o exercício das funções de cargos administrativos escolares e dos próprios professores (SÃO PAULO, 1917).

Parece possível destacar que mesmo com o decreto de criação do Serviço de Inspeção Médica Escolar (SIME) no Rio de Janeiro tendo sido despachado em 1910, as diretrizes para sua organização levaram tempo até serem decretadas. Em 1913 o prefeito recebeu autorização do Poder Legislativo do Distrito Federal para organizar o referido serviço. No Decreto nº 1.499 de 20 de maio de 1913 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) autorizou a prefeitura a “abrir os necessários créditos até a importância de 120:693\$648”<sup>60</sup>.

O projeto que foi apresentado na Câmara, o qual viria a ser sancionado no decreto acima citado, foi comentado no jornal anarquista *A Epoca (RJ)* no dia 07 de maio de 1913. Surpreso com a demora entre a criação do Serviço de Inspeção Médica Escolar e a sua sistematização para um bom funcionamento, o autor reafirmou a importância, vulgarizada nessa época, do órgão para a educação. A menção da importância da higiene escolar acompanhou as críticas ao então senador e médico Augusto Vasconcellos (1853-1915), membro da ala conservadora do Senado.

[...] Não sabemos como receberam os senhores edis o projecto de seu collega. Nós, é que ao termos noticia da apresentação da alludida proposta, ficámos positivamente espantados deante da inqualificável injuria dos poderes municipaes, que até agora ainda não haviam resolvido um assumpto de tamanha importancia, como, sem duvida alguma, é o serviço de inspecção medica escolar.

A ninguém poderia parecer verosimil, que o Rio de Janeiro, com uma população escolar avultada, e de mais a mais, no pleno desenvolvimento material que o vae pouco e pouco equiparando ás primeiras capitaes européas, ainda não tivesse nas suas escolas uma assistência medica que premunisse os alumnos de molestias contagiosas ou adquiriveis pela inobservancia de uns tantos preceitos de hygiene.

Felizmente, ao mesmo tempo que nos chega ao conhecimento a noticia de tamanho descaso pela saúde de milhares de creanças, sorri-nos a esperança de que em breve teremos organizado o indispensavel serviço.

Resta que os senhores intendentes não releguem o projecto em questão ao plano secundario em que costumam collocar todos os assumptos, que não entendem, diretamente com a politicagem capadoçal do seu augusto chefe, o dulçuroso senador Vasconcellos” (NOTAS AVULSAS, 1913, p. 2)

---

<sup>60</sup> Um pouco mais que 120 contos de réis.

Após algumas menções legais em 1914 (Decreto 981 de 02 de setembro) e em 1915 (Lei 1.726 de 30 de dezembro), somente em 1916 o regulamento da Inspeção Médica Escolar foi decretado no Distrito Federal. Em 29 de janeiro de 1916 foi publicado tal regulamento pelo Decreto nº 1.058.

Era designado como função do Serviço de Inspeção Médica Escolar “velar pela saúde da população escolar (alunos, mestres, serventurios), pela salubridade das praticas por elles exercidas e dos locais onde estas se exercem” (RIO DE JANEIRO, 1916). Por ser uma prática escolar, a merenda escolar, trazida pelos alunos ou fornecida pela escola, também era incluída sob a vigilância do médico escolar.

Apesar de não estar explícita a função de supervisionar a produção das refeições escolares, é possível saber desta função por meio do programa para o concurso deste cargo. No mesmo decreto de 1916 constava o programa aprovado pela prefeitura para o concurso para o cargo de médico escolar e nele era mencionada a supervisão da merenda escolar como parte das funções deste cargo. Tal programa causou alguma polêmica no que dizia respeito ao regulamento do concurso dos inspetores médicos escolares. No jornal *A Rua* do dia 17 de março de 1916 havia uma discussão, assinada por Felício Camargo<sup>61</sup>, sobre quais seriam os pontos polêmicos deste programa recém-implantado.

Outro ponto obscuro do programma é o que diz respeito á alimentação dos escolares. No capítulo – Hygiene geral das escolas lá se encontra a seguinte questão: Merendas escolares: cozinha, material. No capitulo – Hygiene colectiva dos alumnos – está outra questão: Cantinas escolares, sopa, copo de leite.

Que significa tudo isso? Apenas a pessima adaptação do programma francez. Em França, como na Inglaterra, como quase todos os paizes, a cantina escolar é uma instituição mantida pelas caixas escolares e subsidiada pelas municipalidades e tem por fim fornecer refeição ás creanças por preço infimo ou gratuitamente se fôr pauperrimo o escolar ou sómente aquecel-a se a trouxerem de casa. Para esse fim em todas as escolas ha cozinhas e refeitórios. Entre nós, nada há a esse respeito nem tão cedo haverá, se para a sua manutenção se contar com as caixas escolares sómente. Cantina e merenda escolar?! Interessante também é o ponto – sopa e copo de leite! O programma francez não cogita de sopas nem de copos de leite. Não se póde saber o que desejam com esse ponto os organisadores dessa sopa “à Julienne” que se chama programma de concurso para inspecção medica escolar (INSPECCÃO MEDICA ESCOLAR, 1916, p. 4).

Interessante ressaltar na crítica acima a comparação da oferta da merenda escolar brasileira com o programa francês no que concerne às cantinas escolares. Isto porque nesse

---

<sup>61</sup> Não foram conseguidas informações sobre este autor.

período as refeições ofertadas no Brasil se resumiam, em sua maioria, a sopas e copos de leite. Mas, há um contraponto importante a se fazer a respeito deste documento. Ao contrário da afirmação veemente do autor sobre a organização das cantinas em todos os países, sabe-se que nem todas as cantinas francesas eram mantidas pelas caixas escolares, sendo algumas instituições independentes; além disso, nem todas as cantinas eram subsidiadas pelas municipalidades nessa época, algumas conseguiam se sustentar com o valor arrecadado dos alunos pagantes – ressaltando que não era gratuita para todos os alunos – e algumas doações da sociedade civil. Apesar da reclamação, o programa foi mantido, e dezoito vagas para o cargo foram determinadas no ano seguinte.

### **2.1.7 Anarquismo e merenda escolar**

A historiadora Angela de Castro Gomes (2005) acentua que o que o “projeto anarquista almejava era uma revolução social e não apenas uma revolução política. Daí o privilégio da educação entendida como ampla formação cultural” (p.87). Isso explica a ênfase dada pelo jornal carioca *Voz do Povo*, o qual era dirigido na época da referida nota pelo anarquista e educador Orlando Corrêa Lopes (1872-1927). A escola recomendada para os filhos dos trabalhadores era a Escola Profissional Visconde de Mauá na qual o diretor era o próprio Corrêa Lopes.

#### **Estação Marechal Hermes**

Estão abertas as aulas desta escola e continuam abertas as matrículas.

É um estabelecimento da Prefeitura, mas dirigido pelo nosso camarada Orlando Corrêa Lopes.

Chamamos atenção dos nossos camaradas trabalhadores para esta Escola, onde poderão collocar os seus filhos com grande proveito.

A matrícula é gratuita e ainda o alumno não precisa de levar merenda, porque a Escola fornece diariamente uma substanciosa sopa, feita com productos da lavoura da propria Escola, em que trabalham também os alumnos sempre acompanhados pelo professor de agricultura, que não só lhes ensina os processos de cultura, como lhes dá noção de botânica.

Além do curso primario de theoria, há um curso de desenho e de mathematicas elementares com maior desenvolvimento.

As officinas estão bem aparelhadas e ali se ensinam os officios de carpinteiro, marceneiro, torneiro em madeira, entalhador e modelador, ferreiro, torneiro mecânico, ajustador mecânico e pedreiro.

De accordo com os methods americanos que, por sua vez, são aperfeiçoamentos dos processos russos, ensina-se na rua Visconde de Mauá a technica de todos os officios acima.

Livros, papel, tinta, pennas, lapis, roupa para o trabalho e almoço; tudo é fornecido gratuitamente aos alumnos.

Recomendamos esta escola aos nossos camaradas que têm filhos a educar (ESCOLA PROFISSIONAL, 1920, p. 2).

A Escola Profissional Visconde de Mauá “foi construída como parte do projeto de construção de vilas proletárias, implementado pelo Presidente Hermes<sup>62</sup>, atendendo uma demanda social da classe operária, base de apoio do seu governo” (GAZE, 2013, p. 58). Apesar deste feito porém, segundo Romanelli (1985, p. 42), neste mesmo governo, houve um retrocesso do sistema educacional, pois a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, de 1911, deu total “liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimiu o caráter oficial do ensino, o que trouxe resultados desastrosos”.

De fato esta escola atendeu ao subúrbio do Rio de Janeiro e teve grande importância nesse período. Em funcionamento desde 1915, a escola teve como diretor Orlando Corrêa Lopes, que por ser anarquista militante conhecido, presume-se que tenha recebido este cargo “pelo governo, como uma estratégia para isolá-lo, afastando-o do centro da capital federal e da militância política” (GAZE, 2013, p. 113).

Sobre a merenda escolar nesta escola é preciso dizer que o diretor Corrêa Lopes tinha a estratégia de oferecer a sopa preparada para todos os alunos e não somente aos pobres. No jornal *A noite* do dia 11 de agosto de 1917 ele havia deixado esclarecer este ponto. Esclarecia na nota que, ao contrário do que havia sido noticiado anteriormente, da oferta da sopa “participam todos os alumnos, indistintamente, pobres, remediados e ricos, justamente para que nenhum tenha necessidade de confessar a sua miséria” (LOPES, 1917, p. 5).

Esta declaração é muito interessante, visto que o mais comum, era a oferta de refeição somente aos alunos mais carentes. Prova disto é o fato do pedido de correção da nota sobre a sopa escolar publicada neste mesmo jornal no dia anterior (10 de agosto de 1917) feita pelo então diretor. Na nota era explicitado que o serviço de alimentação era para os alunos pobres, não sendo esta a realidade. Além do mais, a preocupação com o fato de os alunos não terem que “confessar sua miséria” é relevante, no entender deste trabalho, pois expressa a frequente associação da oferta das refeições com a carência socioeconômica a qual esta política arrasta por séculos.

A falha na publicação corrigida por Corrêa, no que se refere a ter dito que as refeições seriam somente para as crianças pobres, provavelmente se deveu ao senso comum da época, já que a maior parte das refeições ofertadas nas escolas de então, por meio das caixas

---

<sup>62</sup> Marechal Hermes da Fonseca foi presidente do Brasil de 1910 até 1914. No seu governo aconteceram algumas revoltas e descontentamentos com a República, tais como a Revolta da Chibata (1910), a qual reivindicava o uso, já legalmente proibido, da chibata nos castigos militares (PRIORI; VENANCIO, 2010, p.246); e a Sedição de Juazeiro (1914), revolta que derrubou o governo do Ceará – de indicação do governo federal – e que teve a participação ativa de Padre Cícero (ROSA, 2019. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/sedicao-de-juazeiro>)

escolares ou por outras iniciativas, eram direcionadas apenas aos alunos carentes. Sônia Camara (2011) acentua que a infância pobre foi alvo de atenção pela elite intelectual com projetos de assistência do Estado, especialmente de caráter médico, como forma de “profilaxia social pela proteção à infância desvalida ou doente” (p.21).

Segundo a pesquisa de Gaze (2013), Orlando Corrêa Lopes administrou esta escola profissionalizante de 1916 até 1927 com embasamento anarquista e obteve muito êxito, mesmo sendo este um período de intensa perseguição aos anarquistas. A Escola Profissionalizante foi reconhecida como uma experiência educacional muito bem-sucedida e sendo encarada como uma conquista da classe trabalhadora.

Os anarquistas insistiam na necessidade de uma educação mais efetiva e que se estendesse aos filhos dos trabalhadores. As queixas sobre as escolas desse período se concentravam no fato de serem de difícil acesso, em quantidade insuficiente e também sobre o conteúdo ensinado, que se mostrava para eles como “castrador e obsoleto”, distante da realidade científica de então (MORAES, 2009, p. 238).

Este era o período da Grande Guerra e pode ser caracterizado no Brasil pelo desenvolvimento de ideais nacionalistas. No campo da educação se pôde perceber a “ampla divulgação de livros didáticos com conteúdo moral e cívico” (NAGLE, 1974, p.44). Somava-se a este processo uma conjuntura de elevação do valor dos gêneros de primeira necessidade, desempregos e recessão econômica. Diversas manifestações de insatisfação por parte dos anarquistas aconteciam com a realização de comícios e greves. E, pode se dizer que entre 1919 e 1920 houve uma grande visibilidade do pensamento anarquista entre os trabalhadores e entre a sociedade em geral. Daí em diante uma repressão forte ao movimento, inclusive com aumento da violência policial e respaldo político e social, provocou um declínio do mesmo, sobretudo no Rio de Janeiro (GOMES, 2005, p.122 -125).

Aliou-se neste mesmo período, além da perseguição aos anarquistas, a perseguição aos estrangeiros que compunham a grande maioria da força de trabalho fabril e traziam consigo a experiência do sindicalismo. Entretanto, como ressaltam Mary del Priori e Renato Venancio (2010, p.231), a repressão não explica sozinha o esvaziamento do movimento anarquista. Existiam imigrantes que ao virem para o Novo Mundo teriam a pretensão de ascender socialmente e, assim que o conseguiram, abandonavam o movimento. Outros tantos, insatisfeitos com suas condições, retornavam aos seus países, o que ajudava a diminuir o número de militantes.

A Revolução Russa (1917) provocara uma inspiração nos revolucionários no mundo afora que acreditavam ser esta a saída para as agruras do liberalismo acirrado, os quais viram,

segundo Hobsbawn (1995, p.80), o bolchevismo absorver “todas as outras tradições revolucionárias” e as empurrar “para a margem de movimentos radicais”. A força do movimento por uma revolução mundial fora colocado nas mãos dos partidos comunistas.

### 2.1.8 A Escola Nova e a merenda

De acordo com Nagle (1974, p. 241), o “liberalismo trouxe consigo não só a mensagem como a instrumentação institucional de remodelação da ordem político-social”. Isso possibilitou o declínio de velhos valores e a permissão de maior liberdade em diversos campos sociais. Sob este eido é que, segundo este mesmo autor, foi possível que a Escola Nova florescesse, por haver nesse período um desequilíbrio entre as forças sociais que dominavam e aquelas estavam prestes a emergir.

A Primeira Guerra Mundial havia deixado um rastro de brutalidade de dimensões inéditas e, ao contrário das outras guerras que tiveram “objetivos específicos e limitados” ela se apresentou com “metas ilimitadas” e proporcionou um panorama mundial no qual “política e economia haviam se fundido” (HOBSBAWN, 1995, p. 37).

Mas apesar de viver à sombra do liberalismo, o movimento denominado escolanovismo no Brasil apresentou, segundo Kulesza (2010), um inegável atrelamento das reformas educacionais com o poder público<sup>63</sup>. Outrossim, as iniciativas de reformas, “quase que totalmente, estavam vinculadas à formação do professor primário e, portanto, deram-se no âmbito da Escola Normal”. Para este autor, havia uma lógica inegável no movimento, pois o “escolanovismo centrava a aprendizagem na criança, a qual, notadamente após a República, deveria ser educada na escola pública por professores formados pelo Estado em Escolas Normais tendo em vista a sociedade moderna” (p.6).

Havia um descontentamento por parte da sociedade que possibilitou um ambiente de mudança nos “hábitos, procedimentos e diagnósticos que orientaram diversas gerações” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.338). As historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling (2015) pontuam que o marco do processo de lutas por direitos e participação foram dois eventos ocorridos no ano de 1922. Ano este que começara o governo de Arthur Bernardes (1875-1955) que passara todo o mandato em estado de sítio (1922-1926). O

<sup>63</sup> A escola tinha um papel crucial nos princípios liberais desde suas raízes. Alfred Marshall – economista londrino que publicou, em 1920, um dos livros referenciais sobre capitalismo da época *Principles of Economics* – mesmo sendo adepto da liberdade de concorrência, era veemente em seus estudos em defender a intervenção do Estado na difusão da educação e na amenização das desigualdades causadas pelo Capitalismo. Para Mattos (2011, p. 656) “Marshall, apesar de apreciar sobremaneira o capitalismo, não era cego ao sofrimento social existente em sua época, principalmente àquele relacionado à pobreza e à indigência”, com ênfase na educação pública.

primeiro foi a Semana de Arte Moderna, que ocorrera em São Paulo, promovida por intelectuais que se reuniram em prol de uma renovação do ambiente artístico e cultural pela crítica “à importação de movimentos artísticos e teorias estrangeiras” (p.338). O ideário era valorizar a produção aos moldes de “uma dicção própria” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 339). O segundo, que reforçou o caráter de nacionalismo, foi a comemoração do centenário da Independência do Brasil.

Tendo consciência da complexidade envolvida nestes movimentos, não se pretende aprofundar nos meandros diversos que abrangem este importante período histórico no Brasil. Entretanto, um ponto que vale ser destacado em relação ao Movimento Modernista – que reforça a convicção deste estudo no sentido da influência francesa nos diversos campos do saber – diz respeito à circulação em Paris dos intelectuais e artistas envolvidos com a Semana de 22. Quando em 1912 foi criado em São Paulo o Pensionato Artístico, uma grande parte destes intelectuais foi beneficiada com bolsas de estudos as quais, segundo Camargos (2003, p.138) possibilitaram o envio de “jovens talentos paulistanos” para o *Conservatoire de Paris* e para a *Académie Julien*. Este último foi um instituto que era “destino habitual de artistas brasileiros nos séculos XIX e começo do XX” (SOCIÉTÉ D’HISTOIRE, 2005, p.21). Sendo assim, há de se concluir que suas ideias e arte eram influenciadas por seus estudos na França. O resultado disso fora que as obras produzidas pelos intelectuais formados nas escolas de arte francesas acabara sendo alvo de críticas de diversos intelectuais, como Monteiro Lobato (1882-1948) e Tarsila do Amaral (1886-1973)<sup>64</sup>. Lobato enfatizava que “o jovem estudante, ainda incapaz de realizar uma apropriação crítica do que aprendia, acabava por transformar-se num estrangeiro, com domínio da técnica, mas ignorante das características e cores americanas” (CAMARGOS, 2003, p. 138).

Aqui se faz esta ressalva quanto aos intelectuais que tanto marcaram a entrada no Brasil de pensamentos que possibilitaram mudanças na estrutura social. Isto porque os indícios apontam para que as mudanças também tenham sido consonantes às mudanças advindas do pensamento de matriz francesa e de outros países, em especial os Estados Unidos. Esta relação de influência contribui para sustentar a tese deste estudo de que a oferta das refeições escolares no Brasil, assim como a estruturação da própria escola, tiveram várias semelhanças com a estrutura de oferta francesa.

---

<sup>64</sup> Tarsila do Amaral havia sido bolsista de estudos na *Académie Julien* onde teve contato com diversos mestres da pintura que influenciaram seu trabalho. Ao longo da década de 1920, ela, o marido Osvald de Andrade e outros intelectuais brasileiros começaram a criticar a europeização das artes no Brasil e fundaram movimentos de valorização das obras que ressaltavam a cultura brasileira (TARSILA, 2020).

Gauthier (2010, p.190) acentua que diversos pensadores entre os fins do século XIX e primeira metade do XX defenderam iniciativas que contribuíram para a emergência do movimento da escola nova. Em uma “primeira onda” ao fim dos oitocentos, a expressão podia ser vista em algumas experiências importantes, das quais o autor citou três. Ferrière havia pontuado que na data de 1889, na Inglaterra, teria se originado a expressão “escola nova” pela obra de Cecil Reddie; ainda naquele século, Jonh Dewey criou a escola primária anexa à Universidade de Chicago onde ele ministrava psicologia e pedagogia; e ainda Kerschensteiner começou suas experiências nas escolas de Munique.

Na “segunda onda”, findada a Primeira Guerra, “vários europeus sentem a necessidade de reformar a educação para garantir a salvação da humanidade” (GAUTHIER, 2010, p.191). A partir daí são assistidas muitas tentativas pedagógicas das quais se destaca a criação, em 1921, da Associação para a Educação Nova e o Primeiro Congresso Internacional de Educação Nova. Todos com o foco na “oposição à educação tradicional e a concentração sobre a criança” (GAUTHIER, 2010, p.191).

É vastíssima a produção dos historiadores da educação a respeito deste importante período histórico da educação brasileira. Neste estudo, a intenção é somente contextualizar a situação em que a oferta das refeições escolares se desenvolveu e, desta forma não são aprofundadas as discussões frutíferas sobre a Escola Nova.

Acredita-se que, de acordo com as proposições de Gauthier (2010), as iniciativas brasileiras tenham tomado fôlego a partir da segunda etapa do processo de mudanças nas escolas que estava acontecendo nos países europeus e nos Estados Unidos, devido ao período cronológico em que estas ocorreram mais efetivamente. No âmbito educacional brasileiro, ressalta-se a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e todo um conjunto de congressos realizados por esta associação a partir de 1927. A ABE foi considerada pelos educadores do movimento renovador como um órgão representativo (ROMANELLI, 1985). “Nesse cenário, a disputa entre intelectuais católicos militantes e intelectuais não católicos, genericamente definidos como liberais, era mais visível” (FREITAS, 2005, p.167). O movimento pela renovação da educação ganharia, segundo a pesquisadora Libânia Xavier (2002), sua maior visibilidade com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Entre o grupo de educadores brasileiros que fez parte da criação da ABE, destaca-se para os fins deste trabalho, Antônio Carneiro Leão (1887-1966), o qual era nesta data o Diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro, onde empreendeu uma reforma educacional de 1922 a 1926. Na sua administração tentou priorizar o papel do professor, criando

“pioneiramente um curso de aperfeiçoamento para o magistério”. Também deu ênfase à higiene, aos cuidados com a assistência escolar, à saúde dos estudantes e à prática de educação física e de trabalhos manuais (ARAÚJO, 2002, p. 116). Desta forma, Carneiro Leão teve um papel importante na oferta da merenda escolar no Distrito Federal e por consequência, no Brasil.

O *Jornal do Brasil* do dia 14 de março de 1924 reproduz o expediente do dia anterior da “Direcção Geral de Instrucção Publica”. Entre os expedientes, destaca-se uma circular direcionada aos médicos escolares a qual dizia respeito à convocação de reuniões entre os médicos escolares e o Diretor Geral, Carneiro Leão. A convocação foi dividida entre os médicos agrupados por distritos sanitários (grupos de seis), com a finalidade de preparar o relatório das atividades anuais exercidas por estes profissionais nas escolas atendidas. Dentre as atividades citadas para serem esclarecidas junto ao Diretor Geral, destaca-se a de alimentação escolar. O trecho dizia: “Nesta reunião, informarão elles verbalmente ou por escripto: e) das medidas adoptadas no que se refere á merenda dos alumnos;” (DIRECTORIA GERAL, 1924a, p.13).

No expediente do dia 05 de novembro de 1924, ainda no *Jornal do Brasil* (publicação do dia 06/11/1924), a Diretoria Geral de Instrucção Pública (DGIP) noticiou a instituição do “Copo de Leite” na Escola Prefeito Alvim que se situava no Morro do Pinto, bairro de Santo Cristo, na região central do Rio de Janeiro. O informe era de que a partir do dia seguinte a Caixa Escolar iria distribuir o copo de leite “quotidianamente aos alumnos impossibilitados de conseguirem merenda” (DIRECTORIA GERAL, 1924b, p.14).

Dois dias depois era noticiada a inauguração do “Copo de Leite” da referida escola. A nota jornalística ressalta a fala do Diretor Geral de Instrucção Pública, Carneiro Leão, sobre a oferta.

É sempre para mim grande emoção encontrar-me entre crianças. Se estas são pobresinhas, desherdadas da sorte, a emoção vae, então, até as lagrimas, quando as vejo alegres e sorridentes, agradecidas á mais insignificante prova de attenção e sympathia, cuja a proporção lhes parece tão grande, não sendo mais do que o estricto dever de todos nós. Qual o spectaculo mais doloroso do que a miseria e a fome, estampadas no rosto sujo e triste de uma criancinha, enquanto milhares de homens não sabem em que gastar a fortuna que possuem? Entretanto, que applicação mais benemerita teriam para o seu capital do que fazer germinar nas faces esquálidas dos pequeninos párias o riso alegre do renascimento e da vida? [...]

Infelizmente, não temos ainda o habito da cooperação particular na obra benemerita da escola. É essa cooperação bemdita que as caixas escolares buscam conseguir pelo entusiasmo dynamico do nosso professorado. E eu não tenho cessado de encorajar essas obras, cujos fins materiaes e moraes

são imensos. É o sapato, é a roupa, é a merenda, é o copo de leite que se distribuem e com elles e nelles a instrução, a coragem, a alegria e a vida a uma multidão de sêres antes condenados á ignorancia e á fome (O “COPO DE LEITE”, 1924, p. 6).

Novamente se torna evidente a convicção inerente na sociedade desse período sobre a corresponsabilidade da mesma no sentido de oferecer meios para que as crianças pudessem frequentar a escola. O discurso de Carneiro Leão na inauguração parece apelar para a caridade dos afortunados nas obras de benemerência que abrangiam a assistência escolar, apesar dele afirmar que seria um dever dar condições mínimas às crianças. Sônia Camara (2011) reflete sobre o fato de que as políticas de intervenção social desse período estavam assentadas “na ideia de caridade” e desta forma “as práticas instituídas pelo Estado e pelos setores sociais acabaram transmutando o que seria direito” (p.24). Para participar da oferta do copo de leite, as crianças teriam que “confessar sua miséria”, assim como disse Orlando Lopes na década anterior.

É preciso esclarecer que em muitas escolas espalhadas pelo Brasil, a oferta da merenda escolar se reduzia a um mingau<sup>65</sup>, oferecido na caneca, ou mesmo o copo de leite puro. Este panorama se estendeu por muitas décadas no território brasileiro (PINHO, 2015). Na nota referida acima, o copo de leite seria oferecido a quem não pudesse levar sua merenda de casa e, portanto, estaria no lugar de uma refeição.

Pode-se afirmar que o Estado começara, mesmo que timidamente, a assumir a responsabilidade com a alimentação escolar ao se examinar uma nota publicada no *Jornal do Brasil* no dia 28 de junho de 1924. Intitulada *Notas officiaes – Presidencia da Republica*, a nota dizia que a “Directoria de Despeza Publica concedeu ás Delegacias Fiscaes nos Estados o credito de 180:000\$ para pagamento das despezas da merenda escolar dos alumnos das Escolas de Aprendizizes Artífices”. Tal fato pode ser indicativo de que a oferta das refeições escolares começava a ser entendida como uma política<sup>66</sup>.

Carneiro Leão havia começado sua trajetória em prol de modificações nos moldes escolares com um livro publicado em 1909, intitulado *A Educação*<sup>67</sup> (ROMANELLI, 1985, p.

<sup>65</sup> Mingau preparado com leite (em pó ou *in natura*) e misturado com uma farinha de cereais (trigo, centeio, aveia, cevada) e açúcar. Esta farinha inicialmente vinha dos Estados Unidos e depois dos anos de 1960 passou a ser fabricada no Brasil, com tecnologia importada (PINHO, 2015).

<sup>66</sup> A oferta de refeições também fazia parte do currículo da escola profissional feminina, como no caso da Escola Industrial Feminina Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes, onde as alunas ajudavam na preparação da refeição oferecida na escola como parte de uma oficina de frequência obrigatória denominada Artes Domésticas (SILVA; MARTÍNEZ; AMARAL, 2016).

<sup>67</sup> Este livro foi resultado de uma palestra proferida por Carneiro Leão em 1909 no I Congresso Nacional de Estudantes ocorrido em São Paulo e refletia, para além dos ideários da escola nova, as convicções científicas da época, como o aprimoramento da raça no Brasil (FÁVERO; BRITTO, 2002, p. 114).

129) e continuou imbuído destas ideias juntamente com outros educadores contemporâneos a ele. Participou ativamente das ações da Associação Brasileira de Educação, como os projetos de reforma dos ensinos técnicos e primário. Realizou reformas no ensino em Pernambuco também. Fez parte da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia Francesa (AF). Realizou muitos feitos para a educação brasileira e mantinha contato frequente com institutos de educação franceses (ARAÚJO, 2002, p. 116-118).

As influências francesas podem ser percebidas na administração de Carneiro Leão no Rio de Janeiro no tocante às refeições escolares. Uma nota publicada na *Revista da Cruz Vermelha* noticiava em sua edição semestral de julho a dezembro de 1926 a criação de uma cantina escolar adjacente à “Escola Mixta do 23º districto – Ilha do Governador” no Rio de Janeiro. A notícia falava de uma Seção Juvenil da Cruz Vermelha que havia sido criada nesta escola. É interessante ressaltar a nomeação desta instituição como cantina escolar, nome pouco frequente no Brasil, já que aqui se nomeava Merenda Escolar, Copo de Leite ou Sopa Escolar, estas instituições de assistência aos alunos. Talvez isso se deva tanto ao caráter internacional da Cruz Vermelha como das relações com instituições europeias do então diretor da Instrução Pública, Antônio Carneiro Leão, o qual estava presente na inauguração da cantina que levou seu nome.

Com a instalação da Seção Juvenil, foi também inaugurada uma “Cantina Escolar”, que tomou o nome de Dr. Carneiro Leão, em homenagem aos seus serviços em prol da assistência escolar.

A Directora da Escola, Srta. Edith Sarthou, que é uma das mais competentes e esforçadas professoras do magisterio municipal, tem trabalhado intensamente no sentido de amparar as criancinhas que frequentam a sua Escola, na Ponta do Galeão. Por meio da cantina, além de curativos e medicamentos, dá-lhes também sopa e leite, de tal modo que a frequência aumentou extraordinariamente, depois que assumiu a direção da Escola (INSTALAÇÃO DA CRUZ VERMELHA JUVENIL, 1926, p.43).

A merenda escolar brasileira frequentemente foi associada à frequência dos alunos às escolas. Novamente se recorre ao estudo de Sônia Camara (2011) no que diz respeito à infância pobre no Brasil e às formas de proteção tomadas no país na virada dos séculos XIX para XX. Camara ressalta que “caridade, filantropia e assistência constituíram-se como faces de um discurso que, objetivando minimizar os efeitos decorrentes dos males advindos da pobreza” pretendiam socorrer a infância pobre. Desta forma pode-se dizer que nesse período, “o modelo de filantropia que se processou constituiu-se por tentativas de alianças estratégicas entre as iniciativas de cunho religioso, privado e a esfera estatal” (CAMARA, 2011, p. 37-38).

Na gestão seguinte a de Carneiro Leão, é possível visualizar a continuidade do

pensamento higienista presente na escola por meio do Relatório do Director da Instrução Publica Dr. Renato Maurity Jardim (1867-1951) ao prefeito Antônio Prado Junior (1880-1955). O relatório foi publicado na íntegra no Jornal do Brasil do dia 30 de dezembro de 1926. Destaca-se a parte do relatório que tratou da alimentação escolar.

#### ASSITENCIA ESCOLAR

Mais que algures, requer aqui a clientela das escolas publicas assistência medica, dentaria e... alimentar. Impressiona o aspecto de extrema pobreza da grande maioria da população escolar. São communs ah! Crianças cujo aspecto physico denuncia aos próprios leigos o estado de doença, as que revelam, no crescimento, retardo, na physionomia apathica ou no que ellas próprias narram, a falta de alimentação sufficiente. Bocas de máos dentes ou denunciando a ausência de habito de asseio, são frequentes.

É indispensável prosseguir-se na obra da organização de assistencia dentaria, bem, e louvavelmente começada: intensificar a assistencia medica, levando-a em certos casos ao próprio domicilio do alumno, e desenvolver a “merenda escolar”, a assistência para o vestuário, assumpto esse dos mais interessantes para o Districto Federal e a proposito do qual, pelo que se ora pratica, haveria um hymno de louvores a erguer sobretudo aos professores, a expensas cuja modesta bolsa, quasi que só, se alimenta a Caixa Escolar de onde provêm os actuaes recursos para a assistencia material aos alumnos pobres (JARDIM, 1926, p. 9).

O relatório do recém-empossado Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Renato Jardim, segundo Cunha e Silva (2013), foi fruto da análise de Jardim sobre a situação da educação carioca e acabara por indicar “uma série de problemas, despertando assim a hostilidade dos ocupantes dos mais altos cargos” (p.82). No ano seguinte, 1927, Renato Jardim renunciou dando lugar a Fernando de Azevedo (1894-1974) o qual iniciou uma reforma na educação pública baseada no relatório de seu antecessor, contando com a ajuda deste (p.83). O presidente da República de então era Washington Luiz (de 1926 até 1930).

É preciso destacar uma importante fala deste relatório no que se refere ao fato da Caixa Escolar ser financiada pelos próprios professores da escola. Na última parte o autor ressalta que “haveria um hymno de louvores a erguer sobretudo aos professores, a expensas cuja modesta bolsa, quasi que só, se alimenta a Caixa Escolar de onde provêm os actuaes recursos para a assistencia material aos alumnos pobres” (JARDIM, 1926, p. 9).

É importante fazer uma reflexão a respeito do fardo que se applicava ao professor. A assistência escolar pesava sobre o professor que com seu salário (“bolsa”) promovia a possibilidade de alunos com carência socioeconômica de frequentarem as aulas. O pesquisador Antônio de Pádua Lopes (2011) acentua que “sob os docentes primários pesaram muitas esperanças de redenção e iluminação da população e muitas críticas pela frustração das

esperanças” (p.59). Pelos indícios levantados neste estudo, é possível perceber que parte destas esperanças e frustrações também eram dispendidas na oferta de refeições no ambiente escolar pelo Brasil afora.

Gradativamente as escolas do Distrito Federal sob a administração de Fernando de Azevedo passaram a ofertar a merenda, que continuava a ser financiada pela Caixa Escolar. Este indicativo pode ser levado em conta na afirmação da mensagem do prefeito Antônio Prado Júnior para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro proferida no dia 01 de junho e publicada no dia 04 de junho de 1929 no jornal *O Paiz*<sup>68</sup>. A mensagem dava conta de colocar o conselho a par dos acontecimentos administrativos do período na prefeitura. A parte que se refere à merenda escolar foi intitulada *Instrução Publica* com o subtítulo de *Assistencia Escolar* e declarava:

As instituições de assistencia escolar estão em perfeito funcionamento. Fundaram-se em quasi todos os districtos, caixas escolares que auxiliam os alumnos pobres das escolas, fornecendo-lhes merenda, o copo de leite ou prato de sopa, e ainda vestuario e livros. A merenda escolar merece cuidados especiais da inspecção medica e em poucos mezes do anno passado foram fornecidas nas Ilhas do Governador e Paquetá para cima de 16.000 refeições a creanças subnutridas (ASSISTENCIA ESCOLAR, 1929, p.7).

Importa perceber que, de acordo com o documento, as refeições estavam sob os cuidados da inspeção médica escolar e que oferta era direcionada para os alunos pobres. Deveras esta assertiva se applicava à maioria das escolas. Porém, como já afirmado, algumas não faziam distinção entre quem iria merendar como, por exemplo, a Escola Profissional Marechal Hermes que disponibilizava refeições para todos os alunos. Ao arripio do que parece indicar a nota, apesar de ser parte do relatório de atividades do Distrito Federal e estar sob os cuidados do Serviço de Inspeção Médica, o financiamento das refeições oferecidas não era realizado pelos governos, mas sim pela Caixa Escolar, mantida pela benemerência social.

A merenda também era preocupação da recém-criada Federação Nacional das Sociedades de Educação que na sua sessão de 03 de setembro de 1929 teve uma proposição denominada *Alimentação dos escolares* apresentada pelo Dr. Oscar Clark (1890-1948) – então chefe dos inspetores médicos municipais do Distrito Federal.

Por toda a parte e mui especialmente, nas grandes cidades, é elevado o numero de crianças mal alimentadas que, por isso, são indifferentes a tudo; tornam-se atrasados pedagogicos; [...]

---

<sup>68</sup> De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes (2005, p.145) este jornal *O Paiz* era tradicionalmente officioso do governo da República.

A apathia, a tristeza, a debilidade physica, o olhar inexpressivo e a magreza dessas crianças mal nutridas constituem mesmo uma das scenas deprimentes mais communs nas grandes agglomerações humanas, mas, graças á campanha tenaz de verdadeiros missionarios, sustentada nesses últimos deccenios por medicos escolares de alguns paizes civilizados, operou-se verdadeira revolução na mentalidade dos pedagogos e homens do governo que, assim, passaram a dispensar, qual nos tempos da civilização hellenica, a maior attenção ao physico dos alumnos. [...]

A merenda escolar não tem por fim nutrir, apenas, ás crianças; offerece boa oportunidade ao inspector medico para ensinar o valor dos alimentos para o desenvolvimento do organismo e aos alumnos para dar-lhes conhecimento do *custo* dos materiaes empregados em sua confecção.

Por fim, não é para dispensar o valor educativo de uma refeição em commum, durante a qual devem ser cultivados, não só os hábitos de hygiene individual, como as boas maneiras de tão grande importância em taes occasiões.

Em summa, a merenda escolar suppre a uma necessidade physiologica; é factor importante na prevenção de doenças e oferece bella oportunidade, não só para a instituição de habitos higienicos e de boas maneiras entre os escolares, como para a realização de um curso pratico sobre economia domestica (CLARK, 1929, p. 7).

O médico Oscar Clark procurava refletir sobre a atuação da medicina escolar, dando aos médicos escolares o status pela responsabilidade da campanha de sensibilização de todos os sujeitos envolvidos na Educação sobre a importância da alimentação escolar, não somente como complementação nutricional, mas também como chance de “aprender pelo exemplo” as práticas alimentares saudáveis<sup>69</sup> (CLARK, 1929, p.7). Salienta-se também o fato dele chamar a atenção para a que campanha vinha sendo realizada “nesses últimos deccenios por medicos escolares de alguns paizes civilizados”. Este modelo civilizatório vinha da Europa, em especial, da França, onde as cantinas já estariam melhor estruturadas.

Clark foi um intelectual médico que se empenhou no projeto de expansão da oferta das merendas escolares no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Trabalhou intensamente na divulgação da importância da alimentação adequada para o aprendizado infantil, publicando diversos artigos em jornais e periódicos médicos da época. E, como fruto do seu tempo, pregava a higiene como meio civilizatório. Encarou a nutrição como fundamental para a saúde e dedicou seus esforços para promover uma alimentação melhor para os escolares (SILVA, 2017, p.258).

---

<sup>69</sup> O termo utilizado por Clark (1929) “aprender pelo exemplo” vinha sendo disseminado no meio científico, em especial após a Primeira Guerra. Os médicos escolares franceses e brasileiros, referidos por Clark nesta exposição, defendiam a forma de aprender a higiene pelo exemplo, como será tratado mais adiante neste trabalho.

Um resumo do relatório de atividades do Serviço de Inspeção Médica Escolar do Distrito Federal, referentes aos meses de março, abril e maio de 1930 e preparado por Oscar Clark, foi publicado no dia 04 de julho de 1930 na *Gazeta de Notícias*. A nota relatou que as atividades realizadas correspondiam àquelas que foram propostas pela reforma de Fernando de Azevedo. Também havia a descrição das visitas escolares realizadas pelos médicos e dentistas, com detalhes do número de visitas, exames realizados em alunos, professores e funcionários das escolas, exames laboratoriais, vacinações, encaminhamentos hospitalares, consultas dentárias e os procedimentos relativos à mesma e, por fim, a distribuição da merenda escolar conforme descrito:

Pratos de sopa: 163.080; copos de leite: 151.672; chicaras de chocolate: 9.853; pratos de mingão: 14.373; pratos de cangica: 6.662; merendas diversas: 10.734; pão com banana: 5.310; pão com manteiga: 49.274; sandwicks: 6.841; arroz doce: 3.912; chicaras de café: 7.683; pratos de aletria: 922; pães com doce<sup>70</sup>: 600; Total das refeições: 440.416 (INSPECCÃO MÉDICO-ESCOLAR, 1930, p.5).

O detalhamento do tipo de refeição servida é muito interessante no sentido de qualificar que tipos de refeições eram servidos nesse período. Na busca por informações sobre o número total de matrículas no ano de 1930, só foram encontradas as informações do ano de 1933. Desta forma, apresenta-se aqui esta informação como uma base, mas sem exatidão. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 1933 o número total de matrículas no Distrito Federal foi de 225.503 alunos nos diversos segmentos e de 166.644 alunos no Ensino Primário (INE, 1936, p.327; 344). Ao se examinar estes números, é possível concluir que as refeições oferecidas no semestre referido não conseguiram cobrir todos os dias letivos dos alunos matriculados no Ensino Primário (“total de refeições: 440.416 e 166.644 alunos no Ensino Primário”). Há de se lembrar que as refeições oferecidas estavam sob as expensas da Caixa Escolar e, por conseguinte, fruto dos esforços dos professores ao apelar para a caridade da sociedade.

Às vésperas da Revolução de 1930, a administração de Fernando de Azevedo na Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro teve que enfrentar as críticas em relação ao seu processo de reforma educacional. De acordo com a ata da Reunião do Conselho Municipal do Rio de Janeiro do dia 04 de setembro de 1930, um dos conselheiros, Dormund Martins<sup>71</sup>, afirmava que Azevedo preteria outras escolas em prol de obras dispendiosas na Escola

<sup>70</sup> Provavelmente este doce se refere ao que chamamos no Brasil atualmente de geleia, posto que em Portugal ainda hoje são denominadas doces as geleias de frutas que se utilizam com pães ou bolos.

<sup>71</sup> Infelizmente não foram encontrados dados sobre nascimento e morte.

Normal, além de defenderem que a reforma não tinha um programa de acompanhamento da atuação dos professores. Mesmo com a defesa de outros conselheiros e a dúvida de outros tantos, a discussão ficara bastante acalorada.

Esta ata foi publicada no *Jornal do Commercio* no dia 07 de setembro de 1930. Nela o conselheiro crítico leu uma carta de um Inspetor Escolar anônimo que fazia parte da instrução pública desde outras administrações. Na carta, entre outras acusações ácidas, o Inspetor falou sobre “elementos perturbadores da aula”, entre eles o serviço obrigatório de sopa escolar. Para o Inspetor, um erro grave era designar o professor para tal serviço, o que comprometeria a aula. “Desviar as professoras de suas funções lectivas para forçar-as a tarefa de dispenseiras, cosinheiras e copeiras dos alumnos é insensato e revoltante”. O inspetor anônimo defendia a oferta de merendas que fossem mais fáceis de preparar, como pães com queijo ou carne e frutas, pois o horário de 4 horas e 30 minutos não seria suficiente para dar conta de todos os processos pedagógicos aliado aos outros “elementos perturbadores” como dentistas, médicos e “instructores de gymnástica” e reiterava que todo o professorado concordava neste ponto.

Além disso, ele apontou a falta de cozinhas adequadas do ponto de vista higiênico para tal oferta. Outro ponto de destaque foi a queixa do Inspetor sobre a diminuição da autoridade de sua função em relação ao médico escolar, ao qual havia sido dado “propositalmente” prestígio para “desautorização” do inspetor escolar (CONSELHO MUNICIPAL, 1930, p.24).

Esta crítica retrata a desconfiança que ocorreu por parte da sociedade frente à mudança proposta na Reforma Educacional, especificamente no Rio de Janeiro. Além do mais, também pode mostrar as dificuldades práticas – em especial de pessoal qualificado para as funções extras na escola – e a sobrecarga de funções acumuladas pelos professores. Segundo Faria Filho e Vidal (2000), Fernando de Azevedo tinha consciência da defasagem da estrutura das escolas primárias quando chegou à Direção Geral de Instrução Pública, em 1927. No entanto, o modelo arquitetônico (neoclássico) determinado por ele como o ideal para os grupos escolares foi muito dispendioso, o que lhe rendia muitas críticas, assim como esta destacada no *Jornal do Commercio*. Em relação à ata do dia 04 de setembro de 1930, havia resistência em aceitar um novo modelo de escola, o que se faz perceber quando o Inspetor Escolar anônimo declara que as aulas extracurriculares são “elementos perturbadores”.

Ao final de sua gestão (a qual foi obrigado a deixar em razão da derrubada do governo), em 1930, Azevedo havia conseguido terminar nove grupos escolares no modelo proposto, com um gasto vultoso para os cofres públicos. Infelizmente, “o plano de edificação escolar de Azevedo mostrava-se insatisfatório num momento em que se pregava a ampliação da população brasileira no interior do ensino público primário” (FARIA FILHO; VIDAL,

2000, p. 29). Sendo assim, conclui-se que parte das queixas seria verídica em relação à inexistência ou à precariedade de cozinhas capazes de fornecer uma refeição de qualidade. Outrossim, a responsabilização dos professores em produzir, servir e até mesmo custear as refeições está longe de ser uma estratégia adequada no processo de melhoria da nutrição do escolar. Em qualquer tempo.

A nova perspectiva com que se olhou para a escolarização primária no Distrito Federal pretendia ver a escola como uma instituição social e não simplesmente de caráter “humanitário”. Jorge Nagle (1974, p.214) aponta que a reestruturação do currículo, a inclusão de novas matérias e de atividade extracurriculares viriam a “transformar a natureza e as funções da ‘velha’ escola primária, bem como ampliar o seu raio de ação”. No entanto, este autor acentua que o Estado, mesmo diante de transformações sociais ocorridas desde a segunda década do século XX, colocou-se a “serviço da classe dominante” e se desdobrou para “atender às exigências e reivindicações do momento” e por fim acabou por preservar “determinada estrutura social”.

A estrutura social foi se tornando mais complexa à medida que a industrialização aumentou no decorrer dos anos de 1920. O crescimento da população trazia novas demandas e um novo perfil de urbanidade, em contraste com um crescente êxodo rural. A concentração populacional foi mais intensa nas grandes cidades. “O Rio de Janeiro seria o coração da República, São Paulo a cabeça, e anos depois viria Belo Horizonte, a cidade que a República imaginou à sua imagem e semelhança, e que se tornou a primeira urbe planejada do Brasil” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.326). Este quadro marcou a região Sudeste como eixo econômico do país.

Para a professora Mirian Waidenfeld Chaves (2006, p.111) apesar do Rio de Janeiro ter deixado de ser o centro econômico, ele continuou sendo “o centro decisório da luta política do país” isto porque “São Paulo, ao consolidar o seu parque industrial, vai precisar cada vez mais do apoio do Estado nacional, cuja organização burocrática encontra-se em solo carioca”. A industrialização ganhou força à medida que o próspero setor de exportação de café havia transferido seus lucros para o setor industrial por força da Depressão de 1929 (ROMANELLI, 1985, p.48).

A crise causada pela Grande Depressão abalou como nunca a maior parte dos países. No Brasil suas marcas foram sentidas pela “alta dos preços, o desemprego, a perda do valor de compra da moeda” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.360) e ao fim do governo de Washington Luís – que viria a ser deposto – as medidas tomadas foram ineficazes para reverter o quadro. Este então era o cenário da Revolução de 1930.

A Revolução dava poder pleno ao Executivo para modificar as configurações políticas, o que o tornara um governo “forte e centralizador” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.363). A centralização e a crescente repressão tornaram a situação política gradativamente mais complicada, até culminar em 1937 nos “longos anos de ditadura do Estado Novo” (p.374). Compartilhando de alguns traços do fascismo europeu o nome utilizado foi o mesmo da ditadura de Salazar em Portugal iniciada em 1932. O Estado Novo de Getúlio Vargas (1882-1954) contava com o consentimento da população, pois fora utilizado todo um reforço ideológico por medidas populares do governo os quais legitimavam e difundiam seu ideário político (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.376).

A merenda escolar terminava esse período recebendo mais atenção e começava a se firmar como prática escolar e povoar o imaginário da comunidade escolar. Entretanto, ainda estava atrelada à caridade e ao processo de sanar a fome e longe de ser um direito.

## **2.2 Portugal: a instituição chamada Cantina Escolar**

No início do século XX, como dissemos sobre o caso brasileiro, presenciou-se um processo de preocupação gradativa em oferecer uma alimentação adequada para os alunos que se dirigiam para as escolas cotidianamente em Portugal. Em grande medida, pode-se pensar que esse processo esteve ligado ao reconhecimento sobre as condições nutricionais bastante desfavoráveis de parte significativa das crianças em idade escolar. A refeição quente, como era chamada, serviria de complemento alimentar com o intuito de melhorar o aprendizado e as condições de saúde dos alunos.

Nas terras do além-mar, as cantinas escolares foram entendidas como necessárias para que a obrigatoriedade da escolarização pudesse se efetivar. As legislações de obrigatoriedade do ensino primário vieram ainda em período monárquico, mas mantiveram uma constante dificuldade de consolidação. Alguns autores portugueses da época da Primeira República e contemporâneos frisavam que a dificuldade de escolarização lusitana ocorria devido às precárias condições socioeconômicas da população, as quais obrigavam os pais a não preterirem o trabalho de seus filhos. Foi por meio de intenso discurso e aumento da oferta de escolas que se conseguiu aumentar a escolarização e oferecer auxílios para aqueles que não poderiam se manter sozinhos no ambiente escolar, devido à situação de vulnerabilidade econômica.

A cantina escolar portuguesa, aos moldes da francesa, não era gratuita para todos os alunos, mas também dependiam de doações financeiras para sobreviver. Algumas

experiências foram mais bem sucedidas que outras, refletindo as diferentes condições das escolas as quais as cantinas se anexavam e da localização geográfica destas.

A situação de ditadura vivida por Portugal se refletiu também nas cantinas escolares que passaram ao controle do regime e puderam ser usadas como inculcador ideológico, assim como no Brasil.

### 2.2.1 Cantinas escolares e escolarização obrigatória

A obrigatoriedade do ensino primário aconteceu em diversos países europeus no século XIX concomitante às respostas rápidas que a modernidade exigia. Os projetos políticos ligados à educação, apesar de um eixo comum, diferenciavam-se em torno da cultura própria de cada nação. A educação exercera a partir de então um papel civilizatório fundamental. Para o historiador Dominique Julia (2001, p.23) não se “trata[va] somente de alfabetizar, trata[va]-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’”.

Antes da criação de espaços destinados a ofertar refeições e assistência às crianças carentes já se podiam ver discussões sobre esta oferta associada ao ensino obrigatório. Em 1899 no jornal *Tribuna* do dia 05 de março uma nota escrita por Severino de Carvalho<sup>72</sup> discutia sobre o baixo grau de instrução dos trabalhadores operários das fábricas portuguesas desse período, o qual, segundo este autor, dificultava um melhor desempenho industrial do país. Ele defendia a existência de escolas próprias para a formação fabril e suscitou uma importante queixa dos operários de então.

Os operarios lêem ideias muito estranhas. A questão de sua instrução e educação ligam-n'a ás suas tristes condições economicas. Abordados ao Aristoteles, – d'onde isto vem! – são de parecer que para *sermos homens* devemos estar isentos das preocupações da vida material. Preferem o pão á escola. A um dos seus mentores, em seguida a uma das manifestações do 1º de maio em que se pedia a instrução obrigatória e gratuita e a alimentação e vestuário dos alumnos pelos municípios, ouvi eu, pouco mais ou menos, estes dizeres: – Decerto é muito bom diffundir pelo povo a instrução; mas convem saber se o trabalhador da cidade ou do campo, vivendo miseravelmente, forçado a deixar-se embrutecer e a deixar-se matar pelo trabalho para assegurar o pão de cada dia, pensa, deseja e pode enviar seus filhos á escola official, depois de saberem ler, escrever e contar mal ou bem, e se pode mantel-os emquanto durar o ensino: a gratuidade da alimentação e vestuario n'esse periodo, repare, não evita a que os paes têm d'auxílio a conduzirem a pesada cruz da família, e, portanto, que forçados pelas necessidades se aproveitem do concurso dos filhos pequenos, desde que estes possam d'algun modo suportar o trabalho; etc. Ora de gente assim não

<sup>72</sup> Infelizmente não foram encontrados dados de seu nascimento e morte.

ha que esperar preparação, mesmo rudimentar, para o ganha pão (CARVALHO, 1899, p.8).

No que concerne à fala de Severino de Carvalho há que se ressaltar que as condições socioeconômicas dos trabalhadores nessa época eram de muita penúria. Portugal passava por uma grave crise econômica que tomou forma no princípio do século XIX – quando o país deixou de ser uma das economias de destaque na Europa – e durou até a “década de 60 do século XX, quando começará a recuperar, e ainda assim de forma desigual, num movimento de convergência de riqueza com o Ocidente, que se arrastará até aos princípios do século XXI” (CANDEIAS, 2005, p. 487).

Severino de Carvalho foi um dos idealizadores da Escola Oficina nº 1 em Lisboa criada, em 1905, pela Sociedade Promotora de Escolas, órgão ligado à maçonaria portuguesa, a qual “foi uma das poucas que em Portugal representou de uma forma global o vasto movimento de renovação pedagógica e educativa da Europa e América dos princípios do século”. Esta escola tinha o caráter escolanovista e funcionava em horário integral. Seus anos áureos foram entre 1910-1920 (CANDEIAS, 1987, p.410) e presenciou o trabalho de professores que tinham preocupação em melhorar a qualidade da educação em oposição ao método tradicional recorrente até então, dentre os quais se destaca Adolfo Lima (1874-1943), conhecido por militar a favor de um vínculo entre a escola nova e a educação libertária (BARREIRA, 2008, p.200). Esta escola apresentou diversas formas de experiências em educação que, segundo Barreira (2008), foram muito significativas para o período e consonantes com as experiências vivenciadas em outros países europeus.

Na data da publicação da nota (1899), Carvalho estava, juntamente com seus amigos, a elaborar a criação deste tipo de escola profissional e defendia a ideia de sua importância junto à monarquia. A sua fala reflete o ceticismo de um operário frente à possibilidade de ajuda na alimentação e vestuário do filho enquanto este frequentasse a escola. Devido à grande dificuldade socioeconômica vivida pelo operariado e pelos trabalhadores rurais de então eles se questionavam como isso amainaria sua penúria e como evitaria que se colocassem as crianças para trabalhar tão logo conseguissem. Nessa ocasião, foi de suma importância a luta pela criação de escolas que fossem direcionadas aos filhos dos trabalhadores de modo que pudessem atender melhor as necessidades das crianças e oportunizar melhores condições de vida.

De acordo com a documentação levantada neste estudo, no início do século XX as cantinas escolares em Portugal começaram por iniciativas individuais da própria comunidade

escolar, das Juntas de Freguesias e por vezes do professorado e membros da elite local<sup>73</sup>. Desta forma a oferta de refeições na escola ocorreu gradativamente e com características específicas dependendo de cada região do país. Um traço, porém, após a leitura de vários documentos a respeito das cantinas lusitanas, parece ser conclusivo a respeito da estrutura da cantina em relação à escola: a cantina escolar era uma instituição anexa à escola e possuía uma gestão íntima, mas não idêntica à da própria escola. Ou seja, pareceu possível entender que ela, nesse período determinado, não fazia parte da escola, mas sim estava conjugada à mesma.

A discussão sobre a necessidade de haver mais cantinas escolares vinha sendo suscitada na Câmara Municipal de Lisboa ainda na primeira década dos novecentos. Na acta registrada na data de 21 de Janeiro de 1909<sup>74</sup>, o vereador e médico Costa Ferreira (1879-1922)<sup>75</sup> explicava o porquê da necessidade das cantinas para assistência às crianças carentes.

Lisboa, Sala das Sessões na Câmara Municipal, 21 de Janeiro de 1909. - O vereador, *António Aurelio da Costa Ferreira*.

O sr. dr. Costa Ferreira fez largas considerações sobre a assistência social, analysando as pessimas condições hygienicas em que se vive em Lisboa. Na sua clinica de pobres tem adquirido a convicção de que a ignorancia e a miseria são os principaes factores áo aviltamento da raça<sup>76</sup>, com perniciosos

<sup>73</sup>Freguesia é o nome que é dado em Portugal às menores divisões administrativas. Trata-se de subdivisões dos concelhos (cidades no Brasil) e são obrigatórias, no sentido de que todos os concelhos têm pelo menos uma freguesia (cujo território, nesse caso, coincide com o do concelho). Cada freguesia é governada por uma Junta de Freguesia, um órgão executivo que é eleito pelos membros da respectiva Assembleia de Freguesia, à excepção do presidente, (o primeiro candidato da lista mais votada é automaticamente nomeado Presidente da Junta de Freguesia). A Assembleia de Freguesia é um órgão eleito directamente pelos cidadãos recenseados no território da freguesia, segundo o método de Hondt, através de listas que tradicionalmente são partidárias, mas que se abriram há poucos anos a listas de independentes (MEMÓRIA PORTUGUESA, 2019, *on line*).

<sup>74</sup>No dia 05 de agosto deste mesmo ano, Costa Ferreira torna a tratar das cantinas escolares na sessão da Câmara Municipal de Lisboa, solicitando cumprimento das questões acordadas.

<sup>75</sup>António Aurelio Costa Ferreira “nasceu no Funchal a 18 de Janeiro de 1879 e faleceu em Lourenço Marques a 15 de Julho de 1922. Licenciado em Medicina (1905) e Filosofia (1899) em Coimbra.

Desempenhou os cargos de juiz presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Lisboa (1910 a 1911), de director da Casa Pia de Lisboa (1911), de provedor central da Assistência de Lisboa (1911 a 1912) e de ministro do Fomento no ministério presidido por Duarte Leite Pereira da Silva (1912 a 1913). Ocupou ainda o cargo de director do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra e de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi também vereador na Câmara Municipal de Lisboa (1908-1911) e deputado ao Congresso da República (1921-1922). Foi uma figura de grande complexidade intelectual, um homem da ciência e um dos introdutores em Portugal do estudo e ensino das crianças com deficiência e do ensino científico dos surdos-mudos, para além de fundar na Casa Pia o Instituto Jacob Rodrigues Pereira de ensino para esses segmentos infantis. Desenvolveu ainda estudos médicos e científicos acerca da gaguez. Veio a suicidar-se em Lourenço Marques (antigo nome da capital de Moçambique – Maputo) a 14 de Julho de 1922” (ARQUIVO HISTÓRICO SOCIAL, 2019, *on line*).

<sup>76</sup>É interessante perceber que quando o Dr. Costa Ferreira falou que a “ignorância e miséria são os principaes factores de aviltamento da raça” ele sinalizava para teorias sobre raça que circulavam na Europa e também nas Américas na virada dos séculos XIX para XX, as quais se arrastaram no novo século. Cabe lembrar que houve neste momento histórico uma correlação entre produção científica e o movimento social. O “conceito de *raça*, que além da sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social” (SCHWARCZ, 2017,

efeitos para as crianças. É pois, urgente acudir á infancia. Esta, na maioria dos casos, carece nas suas enfermidades apenas de agua e sabão e um pouco de boa vontade.

Referiu se depois aos lactários e considerou exemplar o que existe no Jardim do Tabaco, onde, além do leite ás crianças, se recebe o ensino da puericultura, tão util ás mães. Disse mais que era seu intento chamar a atenção da Camara para o estabelecimento de cantinas escolares, assumpto muito cuidado nos paizes estrangeiros. Em Portugal data de poucos mezes o estabelecimento da primeira cantina que é a da escola de S. Sebastião da Pedreira, que vive pela muita dedicação do respectivo professor e pelos protectores d'essa instituição. As cantinas representam o mais benéfico elemento de educação, porque attrahem como ultima razão, as crianças á escola.

Referiu -se tambem á campanha do “O Século” a favor da causa da infancia e em prol do estabelecimento das cantinas escolares. Em reforço das suas affirmações citou a these do dr. Gosselin e o livro de Boulanger *Luta contra a degenerescencia da Inglaterra*.

Terminando disse estar convencido de que a Camara pode conseguir muito, com o auxilio da iniciativa particular, creando uma commissão especial installadora das cantinas. Sabe que essa commissão<sup>77</sup> poderá contar com a importancia de cerca de dois contos de réis, adquiridos para esse fim<sup>78</sup> pelo jornal “O Século” (LISBOA, 1909, p.45-46).

Um ponto de destaque na fala do vereador é a sinalização da primeira cantina (Figura 8) ter sido criada em Lisboa no ano anterior, 1908, na freguesia lisboeta de São Sebastião da Pedreira (atualmente Avenidas Novas). Não foram encontrados documentos comprobatórios desta afirmativa do médico, não se podendo confirmar esse pioneirismo desta cantina em Lisboa. A seguir, como se pode perceber na Figura 8, tem-se um registro fotográfico, de 1909, do momento em que seria servida a refeição escolar no pátio da Cantina desta escola.

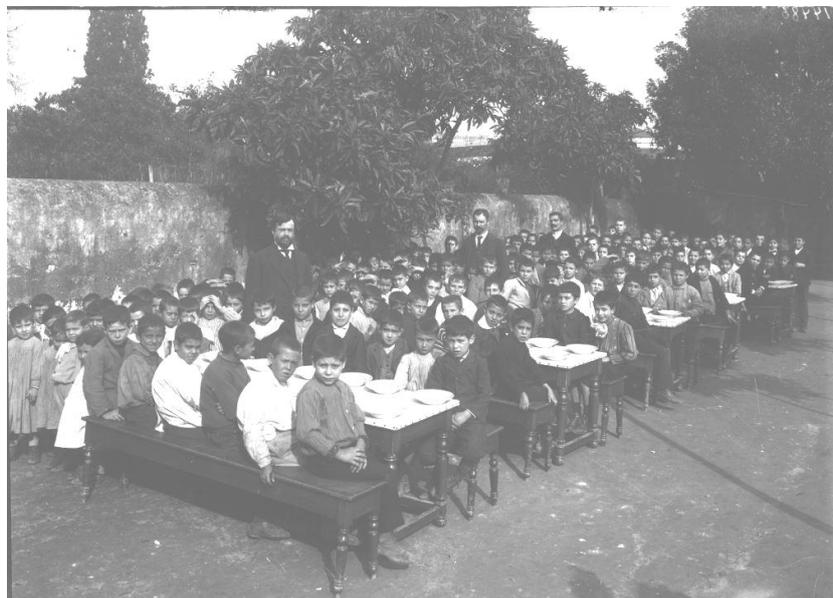
---

p.23). Este conceito, segundo Lilia Schwarcz, não se apresentava nesse período como fixo, mas estava em constante renegociação.

<sup>77</sup> Sabe-se que a referida comissão instaladora de cantinas só seria criada oficialmente em 1917.

<sup>78</sup> Os documentos utilizados nesta pesquisa falaram sobre a campanha em prol das cantinas escolares do jornal *O Século*, dizendo que pela iniciativa de doações particulares se pretendia promover a abertura de cantinas escolares no país. Este jornal era então o de maior circulação em Portugal e a campanha contou com a participação de um grupo de médicos que valorizavam a iniciativa.

Figura 8: Alunos da Escola Paroquial de São Sebastião aguardando refeição escolar da Cantina Escolar de São Sebastião da Pedreira  
(Direitos autorais do Arquivo Municipal de Lisboa, cód. refer. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002930)



É de suma importância pontuar que António Aurélio Costa Ferreira estava engajado em viagens de estudos nos diversos países europeus – e posteriormente também na América Latina – em busca do estabelecimento de relações com outros educadores com a intenção de modernizar as práticas pedagógicas portuguesas no alinhamento com a cultura pedagógica da Escola Nova. Estes contatos foram intensos e regulares durante as três primeiras décadas do século XX e tinham “num primeiro momento, a formação e a recolha de informações de carácter técnico-pedagógico, para se estenderem, posteriormente, à partilha de informações entre educadores e à realização de encontros” (FIGUEIRA, 2004, p.31). O educador é considerado, pelos que estudam a educação portuguesa, um dos sujeitos que participaram ativamente das tentativas de mudança e rompimento com o modelo de escola oitocentista em Portugal, movimento que teve representatividade significativa no país no despontar do século XX com pioneirismo (ALVES, 2010, p.171).

Ainda no ano 1909, a primeira edição do jornal mensal olissiponense *A Educação Popular*<sup>79</sup> felicitava a iniciativa do jornal republicanista *O Século* na doação de 500 mil réis (500\$000 réis) para a abertura da Cantina Escolar de Alcântara, outra freguesia de Lisboa.

<sup>79</sup> Na sua capa o jornal se definia *Educação Popular – Publicação mensal, litteraria, educativa e annunciadora*. (EDUCAÇÃO POPULAR, 1909).

Fundou-se ha pouco na popular freguezia d'Alcantara esta benemerita Associação, que tem merecido o melhor acolhimento da parte de todos os parochianos. [...] Os fins da benemerita Associação são:

Vestir e calçar as creanças reconhecidamente pobres que frequentam as escolas da freguezia; Fornecer gratuitamente livros e material escolar; Estabelecimento de um balneário e d'uma refeição diária. [...]

Esta obra grandiosa será dentro em pouco um facto, se á dedicação dos seus iniciadores corresponder a benemerencia de todos os que creem no resurgimento da Patria pela instrucção, e á Cantina Escola d'Alcantara está reservado indubitavelmente um largo futuro que a collocará decerto ao lado das instituições similares do estrangeiro que tão grandes serviços prestam á extinção do analphabetismo, que é a nossa maior vergonha e que nos coloca a par das nações mais atrazadas do mundo (CANTINA ESCOLAR, 1909, p.01).

Mais uma vez foi afirmada a ideia de que a educação da população seria fundamental para o desenvolvimento do país e a cantina escolar teria importância como promotora da frequência à escola. Há outro aspecto importante a ser dito, as cantinas escolares eram instituições onde ocorriam atividades diversas para os alunos nela inscritos, havia balneários nos seus prédios e também promoviam excursões a lugares de passeio (como praias e museus). Aponta-se também a comparação com cantinas escolares de outros países que viriam a desempenhar o papel de assistência aos alunos carentes socioeconomicamente.

Como se pode observar pela fotografia da fachada da Cantina Escolar de Alcântara (Figura 9), essas cantinas, apesar de ainda raras na primeira década dos noventa, poderiam apresentar uma robusta estrutura, seja construída ou alocada em prédios doados ou emprestados. Isto pode confirmar a importância na qual este tipo de instituição vinha tendo para o processo de recepção cada vez maior de crianças no ambiente escolar.

Figura 9: Cantina Escolar d'Alcântara (1909).  
(Direitos autorais da foto do Arquivo Municipal de Lisboa, código de referência PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001356)



Samuel Domingos Maia de Loureiro (1874-1951), médico e político, chama atenção para a incongruência e a dissonância entre a legislação e a realidade as quais ele apontava como um sério problema da sociedade portuguesa. Em um dos seus discursos na palestra de inauguração de uma cantina escolar ele diz “Como se illudem aquelles que pelas nossas leis pretendem estudar o nosso estado de cultura social” (LOUREIRO, 1909, p.13). Parece que o conferencista estava se referindo às diversas leis de obrigatoriedade do ensino primário que não conseguiam ser postas em prática, assim como a associação desta obrigatoriedade com condições mínimas de estudo para que os alunos pudessem frequentar as escolas.

Em 1901 apenas o 1º ciclo (constituído de 1ª, 2ª e 3ª classes) era obrigatório, o qual “contemplava apenas um currículo de iniciação, constituído por leitura, escrita, cálculo, doutrina cristã, agricultura, desenho e ginástica, embora os labores integrassem o currículo feminino”<sup>80</sup> (MENDONÇA, 2006, p.59). Nesta mesma data passou também a ser obrigatório o diploma normal para os professores do ensino primário (NÓVOA, 1997, p.426).

Apesar da legislação de obrigatoriedade do ensino e do aperfeiçoamento gradativo da profissão docente, a efetivação da escolarização ocorria bem lentamente em Portugal. O índice de alfabetização no país “entre 1878 e 1911 (20,4% e 29,7% respectivamente) colocavam Portugal a par dos países da Europa do sul e do leste e distante das taxas registradas na vizinha Espanha e nos países da Europa central” (FERNANDES; CORREIA, 2012, p.241). Portugal nos idos de 1911 apresentava um índice de analfabetismo de cerca de 70% da população (CANDEIAS; SIMÕES, 1999, p.170).

Algumas explicações para a não ocorrência de uma escolarização e uma alfabetização adequadas foram tratadas pelo pesquisador António Candeias (2005). Para este autor, analisando os estudos a respeito do processo de escolarização em Portugal, o governo lusitano poderia ter conseguido efetivar melhor o processo, mesmo com a dificuldade financeira advinda de uma crise econômica pós-independência do Brasil (como foi realizado na Itália e na Espanha). Candeias (2005) aponta como uma das causas da ineficiência em alfabetizar a população o fato de que Portugal não precisou de mecanismos de construção de uma ideia de Estado-nação assim como a maioria de seus vizinhos europeus com características

---

<sup>80</sup> De acordo com o Dicionário Português de 1913, o significado de *lavor* é: “*lavor* m. Trabalho manual. Labor. Ext. Trabalho. Ornato em relêvo. Obra de agulha, feita por desenho: a pequena é hábil em labores. Lavrado. \* Crystallização superficial nas salinas, que impede a evaporação e, portanto, a formação do sal. (Lat. labor)” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1175).

multiétnicas. Mecanismos estes que tinham a escola como peça central do processo civilizatório proferido pelos ideais republicanos. Além disso, devido à posição periférica geográfica e econômica em relação à Europa, os lusitanos enfrentaram menos “conflitos sociais e militares” (p.496).

No entanto, ainda como ressalta Candeias (2005, p.496), “este atraso nas formas modernas de socialização, como, aliás, nas formas modernas de economia e de legitimação política” pode ser relacionado com o passado português quando “a violência com que Portugal é ‘empurrado’ de um lugar em que, beneficiando da história e sobretudo do Brasil, se encontrava perto de um ‘centro’ ainda em formação para um lugar cada vez mais longínquo”. E nesta seara o que se colheu foi uma sociedade sofrida pela “pobreza, decadência e uma agitação permanente na busca da ‘restauração’ e de uma vida melhor”.

### **2.2.2 Escola e penúria na Primeira República**

O período denominado 1ª República em Portugal (1910-1926) foi “um regime que nascendo de forma violenta, por meio de um golpe de estado ou de uma revolução, conforme as opiniões, pôs fim a uma monarquia instaurada em 1143” (CANDEIAS, 2003, p. 161). Para António Candeias (2003) havia nesse período características liberais, mas também populistas. Sob a influência do positivismo francês a elite cultural portuguesa entendia a educação como principal forma de haver progresso em todos os setores. A situação educacional herdada da monarquia precisava ser revertida, já que o analfabetismo assolava o território. Esta ideologia fazia com que a elite se pensasse comprometida com a proteção dos mais pobres (CAMARGOS, 2003).

As cantinas escolares começaram a atuar com a assistência aos alunos carentes. A sociedade estava imersa em um período histórico conturbado, coroado com a Grande Guerra e, internamente, com a troca sucessiva de governos. Assim sendo, a Primeira República “num estado periférico e pobre” foi sentida de uma forma não cômoda, mas sim “esmagada por entre a pressão sindical e o poder do grande capital”, quando o objetivo principal era formar um cidadão aos moldes desejados (CANDEIAS, 2003, p. 163).

Por este motivo, o sistema educativo nesta fase histórica teve um papel crucial no sentido de “forjar o novo cidadão republicano e patriota” (FERNANDES; CORREIA, 2012, p.240). A reforma de 1919 efetivou as escolas primárias superiores, viabilizando o processo democrático da escolarização, mesmo não acontecendo como previsto e sendo extinto em 1926. Embora sem conseguir romper drasticamente com o regime anterior e nem tampouco possibilitar consenso entre os estratos sociais conservadores, monárquicos e católicos, havia

na Primeira República a gênese da modernidade revestida de um nacionalismo populista que viria a se aprofundar no Estado Novo (CANDEIAS, 2003, p.165).

Segundo Catroga (2010), o “factor que mais cindiu com a ordem anterior foi, a par da orientação parlamentarista e da elegibilidade do Chefe de Estado, a assunção do cariz laico ou neutro do poder político” (p.117). Para este autor, pela primeira vez na história de Portugal o poder político se separava do poder religioso, e em sua Constituição de 1911 apresentou a Lei da Separação sob a influência direta da lei francesa de 1905<sup>81</sup>.

Apesar de a legislação prever a laicidade das escolas, algumas cantinas permaneciam anexas às escolas paroquiais, como a Cantina Escolar de São Sebastião da Pedreira e várias outras. Pela razão da cantina escolar se apresentar como uma instituição de assistência aos alunos carenciados socioeconomicamente, a presença religiosa neste apoio assistencial se fazia muito forte e se entrelaçava com a municipalidade da cantina.

O destacado escritor e poeta Fernando Pessoa (1888-1935), em 1912, explorou o espírito dicotômico que pairava sobre Portugal diante do moderno e laico processo da Primeira República e da religiosidade.

Uma rápida análise, aqui eliminada, determina facilmente que o raciocínio permite profetizar que a futura criação social da Raça portuguesa será qualquer coisa que seja ao mesmo tempo religiosa e política, ao mesmo tempo democrática e aristocrática, ao mesmo tempo ligada à actual fórmula da civilização e a outra coisa nova. Inútil será apontar quão flagrantemente esta dedução vaga e precisa decorre da constatação já feita sobre o carácter fundamental, metafisicamente patente, de alma lusitana. Igualmente inútil deve ser notar quanto essa futura fórmula deve distar do cristianismo e, especialmente do catolicismo, em matéria religiosa; da democracia moderna, em todas as suas formas, em matéria política; do comercialismo e materialismo radicais na vida moderna, em matéria civilizacional geral (PESSOA, 1912, p.22).

Não se pode deixar de perceber sobre esse período histórico o fato de a Grande Guerra ter causado danos desastrosos em Portugal, e em toda Europa, exacerbando o empobrecimento crescente da população. Desta forma pareceu ser uma decorrência social a criação de cantinas escolares as quais pudessem colaborar com a assistência aos alunos carentes. Candeias (2003) acentua que, diante das análises econômicas comparativas entre países da Europa Ocidental, houve uma “incapacidade ou impossibilidade das elites

---

<sup>81</sup> Esta lei dizia respeito à separação entre as Igrejas e o Estado. Foi publicada em 09 de dezembro de 1905. O documento anunciava que a República francesa pregava a liberdade de consciência e de cultos, desde que o Estado se mantivesse laico e independente dos poderes eclesiais. Disponível para consulta em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006070169&dateTexte=20190311> Acesso em 11 março de 2019.

portuguesas dos séculos XIX e XX em tirarem melhor partido do processo de modernização” (p.169), levando o país a condições sociais miseráveis.

O projeto educacional na Primeira República portuguesa apresentou-se inicialmente por reformas que contemplaram especialmente o ensino primário e superior, ficando o secundário com menor foco. O ensino primário foi atrelado ao “sentido regenerador e patriótico” (FERNANDES; CORREIA, 2012, p.241) e tomado como solucionador do atraso educacional e social de Portugal.

A penúria alimentar e a miséria que assolavam as famílias portuguesas associadas aos ideais liberais deram papel de destaque às caixas escolares nas escolas básicas lusitanas de então, especificamente no que concerne à mentalidade liberal de divisão de responsabilidade entre a sociedade e o poder público. Para o pesquisador Justino Magalhães (2005), as caixas foram criadas na medida em que eram entendidas como uma “obrigatoriedade para contribuir para o sustento público” (MAGALHÃES, 2005, p.99). Sendo assim, as caixas que muitas vezes eram responsáveis pela gestão financeira das cantinas escolares “funcionariam a partir do contributo de alunos ricos aos alunos pobres” (PIMENTA, 2006, p.43).

A necessidade de haver uma comissão que regulamentasse as cantinas escolares que vinham sendo criadas por iniciativas particulares fora discutida por anos e, apesar de ter sido aprovada a proposta, só viria a se concretizar em 1917. Na mesma sessão da Câmara Municipal de Lisboa já citada, em 1909, o vereador Costa Ferreira completa sua fala.

Lisboa e Sala das Sessões da Camara Municipal, 21 de Janeiro de 1909. O vereador, *Antonio Aurelio da Costa Ferreira*. Tenho a honra de propor que : A Camara Municipal de Lisboa tome a iniciativa de empregar os elementos necessarios para fundação d'uma Sociedade promotora e organizadora de cantinas escolares.

O sr. Dr. Cunha e Costa declarou-se plenamente de accordo com as propostas do sr. dr. Costa Ferreira de quem faz o elogio. Citou os trabalhos que a França e a Italia teem realizado em favor da infancia e descreveu minuciosamente o que se pratica na Allemanha, o que são as suas escolas, os disvelos e os carinhos dispensados ás creanças, os cuidados higienicos que ha n'essas escolas, as suas cantinas o auxilio a ellas prestado pelos ricos. A assistência medica separou cuidadosamente as creanças rachticas, internando-as em estabelecimentos especiaes e ministra ares do campo ás que d'elles necessitam.

No estrangeiro todo o cidadão se empenha e auxilia esta obra meritória e os argentários não a esquecem nos seus testamentos. Em Portugal não succede o mesmo, porque, ao passo que lá fóra as fortunas se adquirem com intelligencia, arrojio e actividade, em Portugal a fortuna é obra exclusiva da agiotagem. Em Francfort a familia Rothschild exerce 75% das obras de philantropia ali praticadas. Continuando, referiu se tambem ao mestre de desenho, ao medico e á ama, empregados addidos a que o seu collega se referira, e emittiu a opinião de que o funcionalismo estava mal remunerado, para se lhes exigirem as responsabilidades, que os inglezes exigem aos seus

empregados, aos quaes paga bem para poder tomar-lhes toda a responsabilidade nos seus serviços (LISBOA, 1909, p.47).

É possível perceber a constante influência de instituições estrangeiras nas ideias sobre a demanda por assistência às crianças em idade escolar. Neste sentido, na seara do higienismo, segundo Heloísa Rocha (2015) em 1903 ocorreu em Bruxelas o Congresso Internacional de Higiene e Demografia e no ano seguinte o Congresso de Higiene Escolar, ambos com o intuito de firmar um acordo para que os países criassem um serviço de inspeção médica escolar. Isto mostra a influência de instituições estrangeiras nas ações dos países em estudo.

Algum tempo depois, em 1911, por meio do Decreto nº 2 do Governo Provisório da República Portuguesa de 26 de maio, é criada a Inspeção de Sanidade Escolar a qual era vinculada à *Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial* (DGISSSE). Este órgão atuava por meio dos médicos escolares que definiam as normas de higiene para os alunos, os professores e para o ambiente escolar (assim como no Brasil). Era de competência destes médicos escolares a observância e acompanhamento da saúde individual dos alunos, inclusive dados antropométricos (peso e altura), condições gerais de saúde e histórico de doenças prévias, especialmente as contagiosas. Neste decreto bem como na sua regulamentação publicada no dia 05 de agosto de 1911 não há menção da cantina escolar<sup>82</sup>. Esta atribuição seria acrescentada em 1918.

O Ministério da Instrução Pública no período republicano foi criado em 1913, marcadamente com um perfil de prolíferas reformas no ensino, mas com continuidade de seu caráter centralizador, fator que as fizeram infrutíferas (CARVALHO; SOARES, 2019, p.27).

O aparato assistencialista no qual se revestiam as cantinas escolares pode ser identificado em notas jornalísticas do *Jornal do Brasil* na seção denominada *PORTUGAL – Notícias das Províncias*. A seção trazia notícias que foram publicadas em jornais portugueses. A primeira notícia transcrita abaixo é datada como publicação original do dia 10 de Dezembro de 1913, a segunda é do dia 08 de janeiro de 1914. Ambas falam sobre a então província de Guimarães.

A Direcção da symphatica instituição “Cantina Escolar Vimaranense” resolveu em sua sessão de 30 do mez findo, admittir mais vinte crianças, elevando a 140 o número de contemplados, em virtude de haver 39 requerimentos de ambos os sexos e apenas 26 vagas a prehencher, evitando assim os reparos que podiam fazer-se sobre a difficil escolha dos mais necessários porque todos são muito pobres (GUIMARÃES, 1913, p.9).

<sup>82</sup> Em documentos posteriores cronologicamente foram encontrados relatórios destes médicos escolares discorrendo a respeito das cantinas escolares.

O sr. Bento José Ribeiro, residente no Brasil, fez, como nos annos anteriores, a importante offerta de 50 fatos para crianças pobres, divididos em partes eguaes para ambos os sexos, dentre aquellas mais necessitadas que frequentam as escolas centraes. Desta distribuição foi encarregado, pela Sra D. Rosa de Jesus Ribeiro, procuradora daquelle cavalheiro, o Sr. Alvaro da Silva Penafort que entendeu e muito acertadamente que o tal beneficio recahisse nas crianças da Cantina Escolar, por serem exactamente as mais pobres que frequentam as escolas (GUIMARÃES, 1914, p.15).

Foi motivo de júbilo e publicização os efeitos de acolhimento de uma crescente demanda de crianças carentes do ponto de vista socioeconômico. Entretanto, a alegria não escamoteia o próprio discurso do documento ao evidenciar que, apesar dos esforços empreendidos, quanto mais acessível a escola se tornara às diferentes camadas sociais maiores foram os desafios da sociedade em integrar estes novos sujeitos escolares que necessitavam de apoio para conseguirem frequentar as aulas.

A primeira ocorrência de legislação que tratou da construção de cantinas escolares encontrada por este estudo no Diário Eletrónico da República de Portugal foi em 1911, quando foram criados os Conselhos de Assistência Escolar pelo decreto com força de lei de 29 de março, despachado pelo Governo Provisório da República Portuguesa. O decreto tratava da reorganização da instrução primária. Os Conselhos de Assistência Escolar nas cidades de Lisboa e do Porto seriam implantados um em cada bairro e nos outros concelhos seria instalado um em cada. O decreto previa como funções da assistência:

Art. 73º A assistência escolar effectua-se:

- 1º Pela distribuição de vestuário, calçado, livros e material escolar, aos alumnos pobres das escolas publicas;
- 2º Pela organização de cantinas escolares, destinadas a fornecer alimento ás crianças, e jardins de recreio;
- 3º Pela installação de balneários nas escolas;
- 4º Pela consulta e socorros médicos ás crianças pobres;
- 5º Pelo fornecimento de medicamentos, nas mesmas condições;
- 6º Pela organização de colonias de ferias, campestres e maritimas;
- 7º Pela fundação de escolas ao ar livre, durante a época própria, para as crianças débeis ou doentes;
- 8º Pelo emprego de todos os meios que sejam conducentes ao levantamento physico, intellectual e moral das crianças (PORTUGAL, 1911).

Não foram encontrados documentos que dessem conta do funcionamento dos Conselhos de Assistência Escolar. Porém, os indícios apontam que o processo de criação de novas cantinas estivesse ocorrendo no período, já que em 1917, pela lei nº 821 de 08 de setembro fora criada a Comissão Central das Cantinas Escolares que funcionaria junto da

*Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública* (SGMI). Esta comissão, com autonomia administrativa e financeira, não era remunerada e tinha as seguintes atribuições:

- 1º Promover e dirigir por todo o país a instalação e manutenção de cantinas escolares;
- 2º Constituir sub-comissões, não remuneradas por qualquer título ou forma, nos bairros de Lisboa e Pôrto, nos concelhos e freguesias de todo o país que tenham dentro das respectivas circunscrições não só as mesmas atribuições, que á Comissão Central são dadas neste artigo, mas, ainda, a de administrarem, sob a superintendência da Comissão Central, as cantinas escolares por elas instaladas e os fundos exclusivos que obtiverem;
- 3º Administrar as receitas que pelo artigo 2º são atribuídos á obra das cantinas escolares;
- 4º Tomar a iniciativa de quaisquer festas, espetáculos, *quêtes*<sup>83</sup> ou subscrições e angariar donativos a favor desta obra (PORTUGAL, 1917).

Segundo a legislação, a Comissão Central receberia uma receita advinda de diversas fontes, sendo obrigada a prestar contas anualmente para o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado. Ela teria uma receita prevista no orçamento anual do Ministério da Instrução Primária que podia ser aplicada nas obras das cantinas escolares, além de poder receber donativos. No Artigo 2º da mesma lei são definidas as verbas advindas de outros lugares que não a disposta no orçamento do Ministério.

- a) O produto de aluguéis do salão, ou do Teatro de São Carlos, ou do cenário ou guarda-roupa do mesmo teatro;
- b) Quaisquer donativos, legados ou heranças;
- c) Todas as mais quantias que por diplomas especiais lhe sejam atribuídas (PORTUGAL, 1917, p.801).

As subcomissões locais teriam uma parte reservada da receita determinada pela Comissão Central de acordo com o número de alunos assistidos e poderiam obter por outros modos e esforços verbas extras (festas, quermesses e bingos são citados). É possível, diante do exposto desta legislação, concluir que as cantinas escolares, nesse período, já estavam sendo instaladas em diversos lugares do país, isto porque a necessidade de criação de uma comissão reguladora parece logicamente vinda da presença cada vez mais alargada de cantinas anexas às escolas lusitanas.

No ano seguinte, 1918, no breve governo da República de Sidónio Pais (1872-1918), ele faz publicar por meio da Secretaria de Estado da Instrução Pública, um decreto com força de lei, nº 4642 de 14 de julho, no qual é autorizada a contração de um empréstimo financeiro

---

<sup>83</sup> Esta palavra em francês pode significar uma missão para pedir esmola para os pobres (BURTIN-VINHOLES, 1964).

com a Caixa Geral de Depósitos para a criação de escolas de instrução primária e cantinas escolares em todo o país. Destaca-se que no decreto é exposto que a cantina escolar seja “gratuita para os pobres” (PORTUGAL, 1918b, p.1305).

Durante o período da Primeira República que foram publicadas as primeiras legislações sobre as cantinas escolares quando o Estado começa a tomar medidas, em conjunto com os concelhos, para proporcionar de forma mais homogênea e generalizada a oferta das refeições escolares. O papel destas cantinas como promotoras da frequência escolar foi reconhecido como fundamental nessa época.

### 2.2.3 Escola, cantina e *hygiene*

Logo em seguida ao impulso advindo dos empréstimos para a construção de escolas e cantinas, uma nova regulamentação das atividades dos médicos escolares e da Inspeção de Sanidade Escolar foi tratada, em 23 de julho de 1918 pelo Decreto-Lei nº 4.695, quando então sim é mencionada como função do médico escolar a supervisão das cantinas escolares<sup>84</sup>. O serviço passou a se chamar *Repartição de Sanidade Escolar da Secretaria de Estado da Instrução Publica*, abarcando o ensino primário, secundário e especial (e excluindo-se desta o ensino universitário) (PORTUGAL, 1918c, p.1461).

Art 9º Compete mais ao médico escolar:

[...] f) Fiscalizar a alimentação dos alunos no estabelecimento de ensino. O médico escolar poderá, quando julgar necessário, colher amostras da água e dos alimentos fornecidos aos alunos pela cantina ou pela escola e enviá-las à Delegação de Saúde requerendo a respectiva análise sob o ponto de vista higiénico (PORTUGAL, 1918c, p.1462).

É interessante destacar neste Decreto dois aspectos de preferência para a escolha do candidato para exercer o cargo de médico escolar, que entre outras, são: “Ser diplomado com curso de Medicina Sanitária” e “Ter servido mais de dois anos como professor em qualquer estabelecimento de ensino”. A valorização do candidato que era professor provavelmente acontecia porque ao médico escolar cabia a função também de palestrar aos alunos sobre a saúde geral e sobre os preceitos de higiene vigentes, sendo bem-vinda uma experiência na educação.

Em 23 de setembro de 1918 pelo Decreto-Lei n.º 4847 (PORTUGAL, 1918d) determina-se a construção em todas as escolas subsidiadas pelo fundo do orçamento do

---

<sup>84</sup> Nota-se que o decreto diz “pela cantina ou pela escola” reafirmando o fato de a cantina ser uma instituição anexa à escola.

Estado de “um anexo destinado a cantina, para alimentação dos alunos, que será gratuita para aos pobres” (p.1735). A finalidade justificada na legislação foi de fortalecer a alimentação escolar como forma de combater a evasão e o absentismo dos alunos, especialmente os mais carentes. Esta iniciativa também foi um dos passos para a que o Estado participasse da responsabilidade pelas cantinas. O pensamento higienista em Portugal, na década de 1920, deu norteamento aos procedimentos adotados na escola, inclusive influenciando a noção de tempo escolar, determinando o tempo de aula, as férias e da própria idade escolar (PINTASSILGO; COSTA, 2007). E, portanto, pode-se pensar que a construção de cantinas escolares também usou desta cartilha.

Por meio do Decreto nº 5.787 B de 10 de maio de 1919 o ensino primário foi reformulado<sup>85</sup>. Em seu artigo 1º afirmava que o “ensino primario tende a habilitar o homem para a luta da vida e a formar a consciência do cidadão”, em consonância com os ideais republicanos vigentes. As cantinas escolares foram tratadas nesta lei, cabendo à Junta Escolar exercer a assistência escolar<sup>86</sup>. No artigo 44º foi esmiuçada que tipo de assistência deveria ser esta.

Art. 44º A Junta Escolar realizará sua acção de assistência escolar:  
 1º Facilitando a frequência das escolas às crianças pobres;  
 2º Promovendo a criação de caixas e cantinas escolares;  
 3º Organizando colónias de férias;  
 4º Distribuindo aos alunos utensílios escolares, vestuário e calçado (PORTUGAL, 1919, p.1346J).

No mesmo decreto, na secção A, que regulamentou o ensino primário superior, o artigo 87º enuncia que “haverá na escola uma cantina” e determinou que esta cantina fosse administrada pelo conselho administrativo da escola no que concernia ao financeiro, mas para a parte técnica de execução da cantina seria eleita pelo conselho escolar uma comissão de três professoras anualmente (PORTUGAL, 1919, p.1346G).

A organização das cantinas escolares estava neste momento sob uma regulação governamental, mas mantinham seu caráter assistencialista com a função de facilitar a permanência das crianças pobres no processo educacional, mas também de possibilitar o consumo de refeições mais saudáveis aos alunos que podiam pagá-las. A previsão de

---

<sup>85</sup> Nesta legislação não há mais o nome instrução primária, mas ensino primário. Porém o Ministério ainda continuou a ser Ministério da Instrução Pública. O ensino primário nesta lei abrangia três níveis: ensino infantil, primário geral e primário superior.

<sup>86</sup> No Art. 41º dizia: “A Junta Escolar do concelho é composta dos vereadores dos pelouros da Fazenda e da Instrução da respective câmara municipal, de um representante das juntas de freguesia do concelho, de três professores de ensino primário eleitos pelos professores do concelho, do inspector do círculo ou seu delegado e do secretário de Finanças do concelho” (PORTUGAL, 1919, p.1346I).

donativos, heranças e outras receitas advindas de fora do Ministério da Instrução Pública também reforçava o aspecto assistencial.

Havia muitas notas jornalísticas e publicações no Diário da República sobre pessoas que doaram importâncias em dinheiro e heranças e, além disso, de festas beneficentes em prol das cantinas escolares. O jornal *O Paiz* (publicado no Rio de Janeiro) apresentava uma seção denominada *Secção Portuguesa*. No dia 16 de fevereiro de 1922 ele publicou uma nota sobre a distribuição do produto líquido proveniente das entradas do Pantheon de São Vicente<sup>87</sup> por diversos “estabelecimentos de beneficencia”, dentre os quais se destacam a Cantina Escolar de Camões, Cantina Escolar de São José e Cantina Escolar de São Miguel (SECÇÃO PORTUGUEZA, 1922, p.7). Isso mostra a contribuição para a cantina advinda de outras fontes senão as previstas pelo orçamento do Ministério da Instrução Pública (MIP), mas advindos da arrecadação pública. A ação estava prevista desde a legislação de 1917 sobre a criação da Comissão Central das Cantinas Escolares.

#### 2.2.4 Cantinas e seus periódicos de propaganda

De acordo com o estudo do grupo de pesquisa coordenado pelos professores Joaquim Pintassilgo e Marta Chagas de Carvalho, no início dos novecentos, educadores do Brasil e de Portugal se reuniram em associações nas quais foram produzidos periódicos que se ocupavam em “divulgar as atividades das associações e dos debates que em suas sessões eram desenvolvidos, como estratégias de circulação de modelos culturais e de hegemonia no campo educacional” (PINTASSILGO et al., 2009, p. 288).

Uma destas associações analisadas é a *Sociedade de Estudos Pedagógicos* que havia sido criada em Lisboa em 1910 que publicava na *Revista de Educação Geral e Técnica* artigos sobre as sessões ocorridas na associação, bem como artigos sobre o ideário educacional da época, além de divulgação de livros e revistas. Esta foi uma importante publicação pedagógica desse período histórico, segundo o grupo de pesquisa.

Com base no conceito de “apropriação de modelos culturais”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa do Professor Joaquim Pintassilgo – o qual considera “a partilha de repertórios culturais similares no processo histórico de institucionalização do modelo escolar” (p.287) – é possível pensar que esta Revista pedagógica, que teve “uma presença efetiva e constante no panorama de educação e ensino” (PINTASSILGO et al, 2009, p.292) no sentido de divulgar

---

<sup>87</sup> O Pantheon designado aqui é anexo à Igreja de São Vicente de Fora erguida no encontro do bairro da Graça e Alfama em Lisboa. Foi passada à categoria de Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910 (igreja) e estando aberta à visitação e por isso arrecadando fundos.

debates entendidos como importantes no campo educacional, pode ter influenciado algumas iniciativas de publicização das ações realizadas nas cantinas escolares do mesmo período por meio da publicação de periódicos semelhantes. Tal afirmação se baseia na observação de dois periódicos publicados sobre as cantinas portuguesas nas quais os idealizadores mantinham participação ativa.

O primeiro deles é uma revista que foi publicada pelo escritor português Adolfo Portela (1866-1923) de julho de 1912 até julho de 1917. A revista denominada *Cantina dos Pobres* tinha origem no concelho de Fundão<sup>88</sup>, hoje pertencente ao distrito de Castelo Branco, e apresentava como subtítulo o dizer “Revista de Propaganda duma obra de caridade na vila do Fundão”. Defendia o ideal liberal de participação da sociedade como parte do desenvolvimento da pátria. Com um tom poético, consoante ao seu editor, lembrava às pessoas como a miséria vinha assolando uma grande parte da população e como os mais abastados poderiam contribuir com a cantina e, conseqüentemente, com a escolarização.

O estatuto da *Cantina dos Pobres* não podia esquecer e não esqueceu os pequenos estudantes da nossa terra. Ha tambem uma fatia de pão para elles. [...] Basta que não nos esqueçamos nunca da obrigação moral em que estamos todos de recordar a cada hora os pobres que passam gemendo á nossa porta. Basta que amealhemos na caixa de esmolas da *Cantina* uma migalha das nossas economias cazeiras (CANTINA DOS POBRES, 1912b, p.2).

O professor Roger Chartier (2002a) chama a atenção em como o texto reflete indubitavelmente “o processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentidos aos textos que transmitem, imprimem e lêem” (p.62). Em virtude disto, devido ao seu idealizador e editor poeta, o jornal apresentava diversos contos e poemas sobre a república, sobre as condições de miséria do povo português, o clima que castigava os mais empobrecidos, a generosidade de alguns, a iminência da guerra e a própria guerra – A Grande Guerra.

Esta revista anunciava-se como tal dizendo: “Quem chama esta revista um jornal não vê bem o que isto é. O jornal escreve-se com o cerebro. Isto escreve-se com o coração. Faz diferença. O coração é verdadeiramente quem aqui trabalha. Se o coração não prezidisse a esta obra de propaganda, a *Cantina dos Pobres* jamais se faria” (CANTINA DOS POBRES,

---

<sup>88</sup> O concelho de Fundão havia tido no século XVIII uma intensa atividade fabril, até com a criação da Real Fábrica Escola de tecidos diversos. Tal panorama mudou em meados do século XIX quando das modificações nos tratados de comércio com a Inglaterra, que incluía tecidos. Na época da publicação da revista *Cantina dos Pobres* já se apresentava com outras atividades, de comércio, agricultura e pecuária (CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO, 2019, *on line*).

1912a, p.1). Este periódico começou a ser publicado antes da inauguração da cantina – na qual o público principal seriam as crianças que estudavam nas escolas da região, mas também atenderia outras pessoas carentes. A função deste periódico, segundo o editor, era arrecadar os fundos necessários para colocar em prática o desejo de todas as pessoas envolvidas de criar uma cantina não exclusiva para os alunos, mas para todos que tivessem necessidade de assistência. Defendiam frequentemente a ideia de que somente com a assistência adequada às crianças pobres, estas poderiam continuar a frequentar as escolas.

Coizas pequeninas...

Creio que não há, ahi, terra nenhuma de Portugal, onde o problema da instrução primaria não seja olhado disveladamente por todos quantos, directa ou indirectamente, lhe devem um pouquinho de atenção.

A nossa terra – ao menos por parte de quem superintende nestes serviços de instrução, e ainda por parte de alguns profissionais de elevadas intenções pedagógicas – não se tem excuzado a acudir ás necessidades mais instantes da instrução primaria.

Mas, ao mesmo passo que isto se verifica, o que fazem os outros? O que fazemos nós? Positivamente, nada.

Enlevados na cantata histórica de que “quem está de cima governa bem”, vamos andando, comodamente, neste regalo andar de não fazer nada, e chegamos á *perfeição* de nos considerarmos alheios a tudo quanto importa ao grande problema da nossa instrução primaria.

Os pequenos estudantes vão para a sua escola e vêm da sua escola, as mais das vezes mal vestidos e mal cuidados, e ninguém de nós pára um instante para atentar na pobreza do seu vestuario e na mesquinhez do seu trato.

Sabemos vagamente que ali, ao fundo da povoação, há uma caza de escola, e um professor, e uns pequenitos, tudo isto engaiolado durante certas horas do dia, ás voltas com o *abc*.

E não sabemos mais nada – o que é saber pouco.

E não queremos saber de nada mais – o que é não querer muito.

Ignorância? Indiferença? Egoísmo?

Não sei. O que sei é que – sem falar no problema da assistência escolar, de solução tão fácil e tão simples, e que a maior parte da gente portugueza vem solucionando duma maneira eficaz – o Fundão, este nosso Fundão a que a gente tanto quer, ainda até hoje não pensou ao menos na possibilidade de realizar uma modesta festa escolar, um festival pequenino, onde os pequeninos estudantes podessem recolher alegremente, numa hora de férias contentes, a saudação daqueles que os vêm chegar, para seguir a tarefa que nós não podemos levar a cabo.

Egoísmo? Indiferença? Ignorância?

Não sabemos responder. Falamos nisto hoje, e não é a primeira vez em que tal falamos, porque nos dóe o vêr e saber que o Fundão mal cuida de pensar nestas pequeninas coizas – nestas coizas grandes, aliás, onde o nosso coração devia andar sempre alerta, sempre vigilante, comovido sempre, porque a educação e a alegria dos seus filhos não é positivamente uma coisa banal (COIZAS PEQUENINAS..., 1917, p.3).

Pode-se perceber no discurso do editor o enredo literário que aponta para a vontade com que ele tratava como um dever cívico a participação da sociedade no cuidado e assistência para com as crianças em situação de pobreza.

O segundo periódico que se quer destacar foi lançado em Chaves<sup>89</sup>, distrito de Vila Real, no norte de Portugal, em 15 de setembro de 1913, um jornal chamado *Cantina* que abria o editorial dizendo sobre a ideia de se difundir pelo país as ações sobre as cantinas escolares e a importância destas para a educação e para o desenvolvimento do país. Ele foi publicado quinzenalmente de setembro de 1913 até janeiro de 1915 e falava de assuntos relacionados à educação, mas também da guerra. O redator e editor do jornal era Arnaldo Moita Coelho Fortes<sup>90</sup>.

Iniciamos hoje a publicação deste jornal para levarmos a vários pontos do país o resultado da obra de benemerência a que nos temos dedicado, simplesmente porque no nosso espírito pesa bem o dever que temos a cumprir para com a Patria. As cantinas escolares são focos de luz e d'amor que hão de deslumbrar a humanidade. A criação de uma cantina é um prenúncio de amor à civilização e um gesto de humanidade que dignifica e honra. Em Chaves existe já, desde 30 de junho de 1912, essa bela instituição e sua existência está consagrada pela dedicação e carinho que os flavinenses<sup>91</sup> lhe votam. Lutamos é certo com dificuldades no início da nossa tarefa mas não houve obstáculo que se não vencesse. Quem ousou opôr-se à realização do nosso plano não teve mais do que penitenciar-se do seu crime, porque criminoso e tudo mais chamamos nós a quem pretenda impedir a marcha da regeneração social pelo amor que é indispensável votar às crianças, que não dispõem de recursos para frequentar a escola. Fornecer-lhe os meios de subsistência, vestuário e objectos de estudo constitue um desideratum tão belo e generoso – que não é possível imaginar-se uma obra mais humanamente social. E não ha ninguém de coração que se não condôa perante um quadro que represente os humildes filhos do povo, em alguns dos quais, pairando já as lagrimas da orfandade.[...]

Para registrarmos a generosidade e civismo dos seus ilustres protectores, propoemo-nos a fundar este pequeno jornal em que ficarão arquivadas indelevelmente todas as provas de carinho pelas crianças (AS CANTINAS ESCOLARES, 1913, p.1).

A fala ressalta a generosidade e o civismo de quem colaborava com a criação e a manutenção de cantinas escolares como um retorno social. Assim, parece possível evidenciar a proposta deste tipo de impresso em propagar a ideia e as vantagens de se criarem cantinas escolares sob os auspícios de uma cidadania liberal pautada na corresponsabilidade entre

---

<sup>89</sup> Chaves era um dos 7 centros urbanos do Norte Interior de Portugal que na primeira década do século XX apresentava menos de dez mil habitantes (SILVEIRA et al, 2011, p.31). No censo de 2017 apresentava cerca de 40 mil habitantes.

<sup>90</sup> Infelizmente não foram encontrados dados sobre seu nascimento e morte.

<sup>91</sup> Este adjetivo pátrio se refere aquele que nasce em Chaves e tem origem no nome romano do concelho *Aquae Flaviae*.

sociedade e Estado objetivando a efetivação da escolaridade obrigatória.

Nos anos de 1920, segundo Mogarro (2006), havia um movimento de renovação pedagógica em Portugal levado a cabo por importantes pedagogos seguidores da Educação Nova, representando um grande impulso no âmbito educacional. Este movimento viria a ser desmantelado na ditadura e no Estado Novo, regimes os quais “impuseram a repressão, a censura e o autoritarismo, perseguindo, prendendo e silenciando os pedagogos renovadores e progressistas” (MOGARRO, 2006, p.234).

Infelizmente, mesmo com um movimento renovador, a alfabetização não conseguiu tomar grandes dimensões durante a Primeira República, o que pode ser visto por meio das taxas registradas de alfabetização que passaram de 32% em 1911 para 42% em 1930 na idade de 10-14 anos, faixa de idade esta que estava contemplada pela obrigatoriedade escolar (CANDEIAS, 2003, p.170). Parece ter sido com base no ideário regenerador e patriótico em mente que diversos discursos sobre as cantinas escolares se fundaram e deram sustentação para a continuidade da oferta alimentar aos alunos carenciados. Havia uma mobilização social no sentido de promover a instrução pública e, para tal efeito, a incumbência da sociedade civil na assistência aos “desfavorecidos da fortuna”<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Este termo é utilizado em 1909 pelo então Presidente da República do Brasil, Nilo Peçanha, na lei de criação das Escolas de Aprendizes Artífices para designar as pessoas carentes do ponto de vista socioeconômico (BRASIL, 1909, p.1).

### CAPÍTULO 3

#### **ENTRE DITADURAS E ENTREGUERRAS: as refeições escolares e a cooperação intelectual**

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1996, p. 535).

Este capítulo procura compreender qual o papel das cantinas escolares para a sociedade e a escola durante a Era Vargas e o começo do Salazarismo, que tinham como pano de fundo a situação internacional conturbada no plano econômico e político. O período que se estuda aqui é a década de 1930 no Brasil e de 1926 até o romper da Segunda Guerra, em 1939, em Portugal. O recorte temporal acompanha o interesse em perceber o papel do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) – órgão executivo da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e protagonizada pelo governo francês – na circulação do ideário de importância das refeições escolares.

A trajetória do IICI é traçada como uma trama ilustrada pelos sujeitos históricos os quais representaram em seu tempo a forma como a cooperação intelectual foi conduzida nos três países focalizados, Brasil, França e Portugal. Diante da complexidade dos aspectos que envolvem a interação cultural e intelectual, procura-se acompanhar a trajetória da oferta das refeições escolares por meio das redes de conhecimento que se formaram nesse período em torno do tema da educação. O recorte de tempo que trata este capítulo coincide com os trabalhos desenvolvidos pelo IICI, da sua criação em 1926 até a queda brusca de todas as suas ações com a declaração da guerra. A extinção completa seria declarada em 1946, quando suas atividades passariam a ser administradas pela UNESCO. Coincide assim, este final, com o período de declive acentuado do *rayonnement culturel* francês.

Os aspectos biográficos são valorizados neste estudo por se entender que os sujeitos históricos e suas experiências são muito relevantes para a análise dos documentos utilizados. Seus textos (discursos, notas jornalísticas, artigos, obras fictícias e acadêmicas, palestras e etc.) fazem parte dos indícios sobre como os saberes sobre educação e em especial sobre a alimentação escolar fizeram parte das ideias que circulavam entre as nações e, desta forma ajudaram a construir a realidade da oferta de refeições nas escolas brasileiras e lusitanas.

Antes de adentrar nos meandros que envolvem os sentidos, proposições e ações que fizeram parte da história da oferta de refeições dentro do ambiente escolar e as implicações que esta prática do cotidiano escolar produziu, é preciso se fazer uma ressalva sobre a riqueza de trabalhos historiográficos a respeito desse período histórico. Este trabalho almeja discutir e problematizar alguns dos aspectos relevantes ocorridos no período histórico selecionado. Certamente os limites deste estudo extrapolam o recorte temporal e também se referem à escolha dos indícios para a construção da trama contada. Seguramente diversos aspectos tão relevantes como os escolhidos aqui não puderam ser mencionados ou não foram tratados em profundidade.

### **3.1 Brasil: revoluções e reformas**

O período histórico deste capítulo (1930 a 1939) é deveras conturbado. Tanto para o Brasil, como internacionalmente. Os países ainda esgarçados pela Primeira Guerra, em especial França e Inglaterra, haviam sofrido perdas humanas e materiais as quais ainda não teriam recuperado quando já enfrentavam, segundo Hobsbawn (1995), desde 1931 a ideia inevitável da Segunda Guerra Mundial. Os intelectuais no ocidente concentraram a primeira camada social a se mobilizar contra o fascismo, alertando sobre os riscos deste tipo de ideologia, marcadamente pela “arrogante e agressiva hostilidade do nacional-socialismo aos valores da civilização como até então concebidos” (HOBSBAWN, 1995, p.151). As alianças entre os países no sentido de enfrentar a Alemanha de Hitler e seus aliados reconheciam o perigo que esta ideologia representava, mas queriam evitar a todo custo outra guerra. Pode-se afirmar que unidos pela causa comum de combater a ideologia fascista da Alemanha, os Estados-Nação, vivenciaram, por meio de um “anômalo alinhamento” o que Hobsbawn chama de “guerra civil ideológica internacional” (p.146).

Na Europa desgastada, outra guerra representava mais perdas humanas e financeiras antes de se recuperar, remexendo nos seus traumas, e nos Estados Unidos, com uma democracia liberal, representava para a população como impopulares algumas medidas antifascistas tomadas pelo governo.

Em meio ao clima de hostilidades e tentativas de conciliação, culturas dominantes se esforçavam em manter seus domínios. A influência dos Estados Unidos se fazia mais presente a cada dia, na América e no mundo, e se antes era uma proposição passava então a ser uma imposição orquestrada pela potência expoente e imperial (HOBSBAWM, 1995). O ideário de um inimigo comum comunista serviu bem aos propósitos imperialistas e “qualquer oposição

ao sistema vigente poderia ser visto como ameaça bolchevique” (LISBOA, 2014, p.4). Desde o final da Grande Guerra quando os EUA assumiram o papel de liderança nas negociações de paz, o seu poder político e econômico em ascensão pôde ser sentido. Passaram a servir de modelo para muitos setores de outros países, como o Brasil, onde o *American way of life* se disseminou por meio de esportes, música, cinema, revistas e a moda. Hobsbawn (1995, p. 101) afirma que “após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muitos aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quanto voltou a ser após a Segunda Guerra Mundial. Foi a Grande Depressão que interrompeu temporariamente essa ascensão”. A influência cultural exercida com supremacia pela França estava abalada e organizava medidas para manter sua presença nos países onde sempre esteve presente, como o Brasil e Portugal.

O final da década de 1920 trouxe uma situação que o historiador Hobsbawn (1995) coloca como sentida de fato ao nível mundial. A Grande Depressão de 1929-33 afetou, segundo o autor, verdadeiramente “todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado” (p.91). O crescimento econômico ficou diminuto, com “dramática” recessão industrial e crise na produção de alimentos os quais tiveram seus preços diminuídos pela não formação de estoques. Os agricultores que eram dependentes das exportações se viram em ruínas. “O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor” (HOBSBAWN, 1995, p. 97).

O historiador Boris Fausto (1999, p. 19) enfatiza que no Brasil a Grande Depressão de 1929 desmonta “uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziram o país à desordem e ao caos”. O que explicaria o reforço da repressão política que foi tomada desde o início do Governo Provisório. Nesse período percebeu-se “um projeto político centralizador, unitário, antiparlamentar, forjado por Getúlio e sua entourage civil e por alguns nomes da cúpula do Exército” (FAUSTO, 1999, p.20).

A França, aos olhos brasileiros anti-fascistas, exerceu papel pivô da resistência ao nazismo. Esse sentido foi significativo para uma visão internacionalista da França: seu legado de formas de defesa da democracia (HAMBURGER, 1995, p.15), contribuindo para a consolidação de sua influência.

O fim da Primeira República deixou um legado dicotômico, por um lado seria um momento marcante da rápida expansão da industrialização, da urbanização e da entrada de

imigrantes. Mas por outro, “como um período de repressão, de todo o tipo de falcatruas políticas, da aplicação de medidas racistas e da expulsão da pobreza para a lateral das cidades”. Todo este contexto gerou o início da institucionalização do Estado e a luta pelas melhorias das condições de trabalho (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 349).

Resumidamente, o período da recém-chegada República e as expectativas que trazia foram poeticamente descritos pelas historiadoras Lilian Schwarcz e Heloísa Starling.

No Brasil que nasceu dos vários projetos modernistas do início do século figuraria um mundo de ambivalências: o passado a conviver com o presente; maxixe e lundu com música clássica; cordel com literatura acadêmica; transporte acelerado com o ritmo do lombo de burro; um país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões distantes; exclusão social com processos de inclusão; clientelismos combinados a processos até então desconhecidos de institucionalização política e social (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 350).

Getúlio Vargas foi aos poucos liquidando as forças de oposição durante o Governo Provisório, manobrando as forças políticas e principalmente investindo em ter a aprovação popular. “A combinação entre censura, repressão e propaganda produziu uma tempestade ideológica que demonizou a atuação dos comunistas, infundiu terror no coração da população católica e das classes médias e altas, e consolidou um imaginário anticomunista que acompanharia a história política do país pelos cinquenta anos seguintes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.373-374).

A influência da ideologia fascista europeia na América Latina expressou-se em políticos que fizeram de seus governos regimes autoritários, com consequências internas para seus próprios países. O fato de os Estados Unidos estarem debilitados e parecerem mais enfraquecidos fez com que estes governos tomassem os fascistas como modelo de sucesso (HOBSBAWN, 1995, p. 137). Getúlio Vargas e políticos seus contemporâneos de outros países latino-americanos são exemplos disso. Desde sua participação na Revolução de 1930, Vargas criava uma mobilização das massas mais desfavorecidas com políticas controversas e era tomado como líder popular e de ação.

Em relação ao processo educacional, Romanelli (1985, p. 131) afirma que como forma de “fazer prevalecer alguns dos princípios básicos em que se fundamentava o novo regime”, foram criados os Ministérios. Entre eles o Ministério da Educação e Saúde Pública o qual tinha à frente Francisco Campos (1891-1968), cuja reforma que tomou seu nome significaria a primeira vez que se mexera na estrutura do sistema de ensino em todo o território nacional, fundamentalmente o sistema educacional que atendia as elites. Nesta reforma foram

contemplados os ensinos secundário, comercial e superior. No que concerne à merenda, a busca nos decretos referentes<sup>93</sup> à Reforma mostrou que não fora tratada a oferta de refeições.

A Primeira República deixou uma expectativa a cumprir sobre a efetividade na escolarização da população. O progresso prometido pela chegada da República, que deixaria o atraso, havia elegido a educação como “dimensão e instrumento estratégico e decisivo para se alcançar esse fim” (GOMES, 2009, p. 5). Entretanto, as mudanças ocorridas não alteraram o cenário educacional geral porque foram insuficientes e inconsistentes, dando continuidade ao perfil elitista de antes (ROMANELLI, 1985, p. 110).

A Instrução Pública do Distrito Federal logo após a Revolução de 1930 foi administrada por Anísio Teixeira, que havia acabado de publicar a tradução de dois textos de John Dewey (1859-1952), educador norte-americano, cujas ideias sobre os métodos educacionais lhe eram muito pertinentes. Dewey “foi defensor da Escola Ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno”. Seu legado foi de suma importância na propagação do modelo da Escola Nova (GADOTTI, 1995, p.148).

De acordo com as professoras Adir Almeida e Ana Maria Magaldi (2011), importantes mudanças ocorreram no âmbito educacional do Distrito Federal sob a administração de Anísio Teixeira. O educador “amplia as matrículas nas escolas primárias, cria as Escolas Técnicas Secundárias, abre espaço ao que podemos chamar de moderna arquitetura escolar, promove ações voltadas para o aperfeiçoamento dos educadores” (p. 59). Também é de se ressaltar o fato de Anísio Teixeira ter se acercado de intelectuais de renome e “detentores de múltiplos percursos” o que deu a ele a possibilidade de debater as ações por diversos ângulos do saber. Destaca-se entre estes intelectuais, Antônio Carneiro Leão, Cecília Meirelles, Lourenço Filho e Edgar Sussekind de Mendonça (p. 60).

Há indícios de relações entre Anísio Teixeira e intelectuais franceses, inclusive membros do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, que ocorreram quando ele era Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Por ocasião da Conferência para a proteção da Propriedade Literária, ocorrida no Rio de Janeiro, houve um almoço oferecido pela Embaixada da França no Rio de Janeiro. Segundo o jornal francês *Excelsior* do dia 16 de novembro de 1935, estavam presentes no almoço, além de Teixeira:

Sr. Raymond Weiss, conselheiro jurídico do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual; Stephen Valot, secretário geral da Federação

---

<sup>93</sup> Tomou-se como base os seis decretos dispostos por Romanelli (1985, p. 131) que compunham as bases legais da Reforma Francisco Campos. Os descritores usados na busca foram: merenda, refeição, alimentação, comida, refeitório, sopa, leite, caixa escolar, assistência escolar e cantina.

Internacional dos Jornalistas; o professor Ozório de Almeida, membro da Academia Brasileira; o doutor Anísio Teixeira, diretor geral da Instrução Pública do distrito federal; o doutor Carneiro Leão, diretor do ensino primário e secundário; o doutor Franklin Sampaio, presidente do Conselho de administração do Liceu Francês; Sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira da Imprensa; Sr. Agache, arquiteto do governo francês, vice-presidente da Sociedade de Urbanismo; Sr. Fallourd, adido comercial; Le Génissel, secretário(a) da Embaixada (CORPS DIPLOMATIQUES, 1935, p. 2.)<sup>94</sup> tradução da autora).

O almoço pode ser entendido como um encontro entre pessoas de diversas áreas, em especial da educação, que partilhavam do ideal da cooperação intelectual. A presença de um membro do IICI e a Embaixada Francesa como anfitriã sugerem como a influência francesa estava sendo exercitada. Miguel Ozório de Almeida tinha um papel ativo na cooperação intelectual e era “amigo e colaborador de muitos intelectuais cientistas e diplomatas franceses, como Henri Bonnet, Henri Laugier, Louis Lopicque, H. Piéron e Henri Focillon, que naquela época advogavam a favor do engajamento dos intelectuais na política” (SOUZA, 2015, p.188). Foi convidado a participar de dois eventos, em 1933, realizados pelo IICI (SOUZA, 2015) e viria a participar da vida pública em diversos cargos na década de 1930.

Mesmo na capital do Brasil, onde as novidades científicas chegavam logo, a oferta de refeições institucionalizada pela escola não andava muito depressa. As merendas escolares ainda de cunho extremamente caritativo, ficavam a cargo dos esforços individualizados de professores e beneméritos. Nesse período, a grande maioria das crianças ainda precisava levar suas refeições, trazidas de casa, para comerem no intervalo das aulas. Esse fato era considerado perigoso do ponto de vista da Higiene Escolar e causava preocupação entre os médicos escolares. Foram encontrados diversos documentos – geralmente nos relatórios destes médicos – sobre os perigos higiênico-sanitários de tal prática, aliado ao fato de não poderem muitos alunos levar nada que lhes “apaziguasse a fome” no horário escolar. Pelo fato da subnutrição ter sido cada vez mais reconhecida como um dos fatores de mau aproveitamento pedagógico cresceu a necessidade de uma padronização na qualidade, nutricional e sanitária, das refeições servidas aos alunos.

---

<sup>94</sup> Texto original: “Sr. Raymond Weiss, conseiller juridique de l’Institut International de Coopération Intellectuelle; Stephen Valot, secrétaire général de la Fédération International des Journalistes; le professeur Ozório de Almeida, membre de l’Académie brésilienne; le docteur Anísio Teixeira, directeur général de l’Instruction publique du district fédéral; le docteur Carneiro León, directeur de l’enseignement primaire et secondaire; le docteur Franklin Sampaio, président du Conseil d’administration du Lycée français; MM. Herbert Moses, président de l’Association brésilienne de la presse; M. Agache, architecte du gouvernement français, vice-président de la Société des Urbanistes; Sr. Fallourd, attaché commercial; Le Génissel, secrétaire de l’ambassade”(CORPS DIPLOMATIQUES, 1935, p. 2).

Cecília Meirelles (1901-1964), na coluna “*Página da Educação*” do *Diário de Notícias (RJ)* do dia 28 de fevereiro de 1931, entrevistou o médico Mario Olinto de Oliveira (1865-1956) que era o Inspetor de Higiene Infantil do Departamento de Saúde Pública. A entrevista tratou, entre outros assuntos, sobre o aspecto das merendas levadas pelas crianças e alfinetou ironicamente a distribuição do copo de leite, paliativo de refeição que era oferecido nas escolas.

– Estou encarregado de uns estudos sobre a merenda escolar, diz-me o dr. Olinto de Oliveira.

– A merenda escolar! Penso eu... E logo me passam pela cabeça aquelles horriveis embrulhos de jornal engordurado que a maioria das crianças leva para a escola, e de dentro dos quais escorregam de vez em quando bifes, bananas, fritadas de bacalháo, queijo de Minas com casca, rapadura amolecida, peixe com rodas de cebola, sapotis verdes, bolinhos de véspera, etc. Passaram-me tambem pela cabeça as mãoszinhas vasiaas dos pequenos que não levam nem esses embrulhos monstruosos... Lembrei-me do mirrado copo de leite que, afinal, já representa um principio de compreensão dessas coisas... E antes que lembrasse de muito mais que sei, mas não quero dizer, pergunto as linhas geraes desse estudo.

O dr. Olinto de Oliveira, porém, ainda não tem, propriamente, possibilidades de me informar a este respeito (MEIRELLES, 1931, p.7).

O médico Olinto de Oliveira havia sido eleito em 1930 para ser membro correspondente da Sociedade de Pediatria de Paris (UMA JUSTA HOMENAGEM, 1930, p. 22), ajudando assim a circular os saberes entre os dois países. Ele havia sido nomeado Inspetor pouco tempo antes da realização da entrevista e, provavelmente não havia se interado de como então ocorriam a oferta de refeições e as merendas trazidas de casa.

### 3.1.1 A cultura francesa no Brasil

“Procurando, mais do que causas, correspondências” (FRANÇA, 1983, p.823).

Aqui se faz uma ressalva quanto à influência francesa na América Latina, especificamente no Brasil. Desde o século XIX até a Grande Guerra as relações entre estes dois países sempre foram muito intensas. Porém, estudos indicam que no período compreendido entre 1914 até 1920, os intercâmbios culturais entre a França e o Brasil estiveram diminuídos em razão da devastação causada pela guerra (FERREIRA, 2005, p.228). Findada a Primeira Guerra, “a França se pergunta justamente sobre a realidade de sua influência intelectual e cultural no mundo” (LEFÈVRE, 1993, p.24). Com vistas a reverter este quadro, o governo francês monta estratégias para que a cultura francesa, juntamente com

o consumo em torno da mesma, viesse a se manter na América Latina, assim como em outros continentes.

Segundo o pesquisador Hugo Suppo (2000, p. 312), a França foi “o primeiro país a propor como estratégia de dominação colonialista o ensino da língua francesa<sup>95</sup> a partir da criação, em 1883, da Aliança Francesa”. De acordo com este raciocínio, o desenvolvimento da francofilia promoveria o consumo de produtos culturais franceses, como livros, perfumes, teatro, turismo, vinhos, e inclusive, ideias. É bem nesta seara em que se chama a atenção para a continuidade da influência de matriz francesa em relação à escola, e, especificamente, em relação à oferta de refeições em ambiente escolar. Ainda que a ideologia de supremacia norte-americana estivesse com as garras afiadas, a disputa pela influência cultural nas *terras brasilis* estava bastante ativa, onde também a Alemanha tentava reaver sua influência e mercado consumidor.

De acordo com Schwarcz (2017) a língua francesa era muito falada no Brasil da virada do século, já o inglês e o alemão eram mais raros.

O ensino escolarizado oficial do francês no Brasil começou com a criação do Colégio Pedro II em 1837, onde o francês, assim como outras línguas, tornaram-se disciplinas obrigatórias no ensino secundário. Atravessou diversas reformas educacionais tendo permanência e reforço em diversas delas, até que na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, a oferta de línguas estrangeiras deixa de ser obrigatória, passando a ser facultativa para os Estados a oferecerem. A partir de então, devido à forte e constante influência dos Estados Unidos no Brasil, a preferência da oferta foi dada ao inglês, o qual já vinha crescendo em importância mundial desde a Segunda Guerra Mundial (PIETRARÓIA; DELLATORRE, 2012).

Voltando um pouco no século, em 1907 fora criado o *Groupment des Universités et Grandes Écoles de France*, fundado por cientistas no *Collège de France* em Paris, no intuito de promover a ciência e fortificá-la frente aos outros países. O ideário, que rondava não só a Europa como também os Estados Unidos, era no sentido de que a dominação da ciência moderna significaria também a influência política e potencial industrial frente às outras potências. Petitjean (1996, p.91) aponta duas funções deste tipo de organismo de “irradiação intelectual”. A primeira função era “organizar os intercâmbios científicos, para tirar proveito mais rapidamente dos últimos progressos das ciências e de suas aplicações”, função esta que foi assumida entre as metrópoles, já que estas detinham os conhecimentos científicos mais

---

<sup>95</sup> No século XIX, quando da sua criação, o francês era obrigatório para a admissão na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

modernos. Outra função era “tecer redes de aliados políticos a partir de influência cultural e política, tanto como meio de penetração econômica, como para ter apoio desses aliados nos enfrentamentos das grandes potências”. O autor aponta esta última como sendo a função da cooperação intelectual da França com o Brasil.

Os interesses na cooperação intelectual ficam claros na carta de Paul Appell (1855-1930) e Emile Levasseur (1828-1911), fundadores do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine*. A carta foi publicada na *Revue Internationale de l'Enseignement* em 1908. Nela os autores faziam um apelo aos cientistas para que abraçassem a causa da instituição (chamado somente *Groupement*) e ajudassem a difundir a influência francesa no mundo. “A irradiação de nossa civilização é um dos elementos mais preciosos da influência francesa no mundo. Importa propagar nossa cultura e defendê-la contra seus rivais” (APPELL; LEVASSEUR, 1908 *apud* PETITJEAN, 1996, p.91).

A organização do governo francês em promover a disseminação e continuidade da influência cultural toma caráter público a partir de 1910, quando da criação do *Bureau des écoles et des oeuvres françaises à l'étranger* (Escritório das escolas e de obras francesas no estrangeiro), o qual estava subordinado ao *Ministère des Affaires Étrangères* (Ministério das Relações Exteriores). Este ministério teve muita importância nesse período histórico francês, pois veria seu orçamento de 1913 até 1938 ser multiplicado por 26. Os Liceus Franceses, aos moldes do Liceu de Paris, foram criados em diversos países com o intuito de propagar a língua e cultura francesas. No Rio de Janeiro fora criado em 1916 e em São Paulo em 1923 (SUPPO, 2000, p.327).

Em 1920, foi criada a *Maison la Presse* (Casa da Imprensa) que tinha a colaboração da intelectualidade parisiense (como jornalistas, pesquisadores e outros intelectuais) e apresentava o objetivo de “centralizar, analisar e classificar as informações recolhidas pelos serviços diplomáticos e militares, a fim de fornecer elementos de propaganda aos meios de comunicação” (SUPPO, 2000, p.313). Também foi criado neste ano o *Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger – SOFE* (Serviço de Obras Francesas nos Estrangeiro) que ficou no lugar do *Bureau des Oeuvres*. Nestes órgãos vão circular intelectuais para além do corpo diplomático, os quais teriam a missão de recolher informações que seriam analisadas e utilizadas nos planos das propagandas culturais realizadas no estrangeiro (FERREIRA, 2005).

É preciso ressaltar que o caminho inverso acontecera. A cultura brasileira também foi bastante difundida na sociedade francesa e diversos intelectuais que participaram das

“missões francesas” no Brasil escreveram sobre a cultura brasileira e contribuíram com a difusão dela na Europa (FERREIRA, 2005).

No Brasil a “missão” de difundir a propaganda cultural francesa teve a personificação de George Dumas (1866-1946<sup>96</sup>), professor da *Sorbonne Université* e influente intelectual entre a elite brasileira. De acordo com Suppo (2000, p.316), a maioria dos intelectuais envolvidos nessas missões de propagação da cultura francesa era “composta basicamente por professores franceses destacados nas universidades estrangeiras; em 1933, por exemplo, eles [eram] mais de 300, lecionando em cerca de 200 universidades e estabelecimentos de ensino superior no exterior”. Dumas teve um papel protagonista na difusão destas missões no Brasil e se encarregara de coordenar as políticas culturais francesas. Estas políticas se ramificaram na área educacional em estratégias entre as quais se encontra a criação de escolas confessionais ligadas à Igreja Católica, devido à boa aceitação que tinham na sociedade brasileira; a criação dos liceus franceses e a presença massiva dos professores franceses nas universidades brasileiras.

Em 1935, na administração de Pedro Ernesto (1884-1942) e como diretor do Departamento de Educação, Anísio Teixeira, fora criada a Universidade do Distrito Federal (UDF) que se propunha a incentivar as pesquisas nas áreas da ciência, literatura e artes, além de formar os intelectuais que governariam o país. Apesar do modelo inspirador desta universidade ter sido o alemão de Humboldt, a vinda de professores franceses para a UDF caracterizava-se por uma missão francesa acompanhada de perto por George Dumas. Parecia que seria uma experiência de sucesso, porém a Universidade passara por dificuldades políticas logo no ano seguinte a sua criação, devido a perseguições e prisões de pessoas acusadas de comunistas, como o próprio Anísio Teixeira, que fora forçado a deixar o cargo; do reitor Afrânio Peixoto e de outros professores. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, a UDF fora fechada e seu quadro de professores fora incorporado à Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil, sob a vigilância atenta da Igreja Católica (SGUISSARD, 2011, p.277).

A criação e o modelo das primeiras universidades brasileiras teve influência dos modelos francês (por exemplo, na Universidade do Rio de Janeiro) e alemão (por exemplo, na Universidade de São Paulo). É importante ressaltar que este nível de ensino estava destinado às camadas da elite brasileiras, perfil este que permaneceria por décadas a fio. A constituição de um modelo alemão de universidade, que teve sua primeira experiência no Brasil na

---

<sup>96</sup> Um curioso fato foi que George Dumas faleceu meses antes da extinção do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em novembro de 1946.

Universidade de São Paulo (USP) em 1934, dava-se administrativamente e, segundo, Maria de Fátima de Paula (2002), mostrava-se fundamentalmente pela ênfase na liberdade em relação ao Estado e na motivação maior sobre a pesquisa e não somente no ensino. Médicos alemães de importância na Alemanha entendiam que a medicina poderia ser um ponto de influência científica e cultural germânica no mundo, em especial na América Latina, onde o prestígio dos conhecimentos médicos era insigne desde antes da Grande Guerra (SÁ et al, 2009, p. 250).

Apesar deste fato, a influência francesa na USP se fez de forma massiva, uma vez que houve a presença de muitos professores franceses e do apoio do governo francês na difusão da política cultural – por exemplo, a compra de uma grande quantidade de livros em francês para a biblioteca – principalmente por intermédio de George Dumas. Além do mais, Julio de Mesquita Filho (1892-1969), um dos idealizadores da USP e redator do jornal *O Estado de São Paulo*, tinha relação pessoal com George Dumas e os dois estavam envolvidos na escolha, lá em Paris, dos professores franceses que viriam para a USP em 1934.

Este apontamento sobre a escolha dos professores marca uma diferença significativa entre as Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, isto porque na URJ os professores também eram indicados por George Dumas, mas deveriam passar pela aprovação do presidente Getúlio Vargas (1882-1954) e do Ministro da Educação, Capanema (1900-1985). Dessa forma, todos os professores franceses que vieram para a Universidade do Rio de Janeiro tinham algum vínculo com a Igreja Católica (PAULA, 2002, p.149).

Para esta autora, na Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920, a influência napoleônica era mais categórica. O modelo administrativo, mantido e dirigido pelo Estado, era focado no ensino prioritariamente e não contemplava a pesquisa como uma atividade-fim da universidade. Além disso, apresentava um perfil de formação especializada e profissionalizante. Segundo Paula (2002, p.155), “a forma de organização da URJ não garantiu o espírito universitário uma vez que esta universidade estava voltada para o ensino de um saber abstrato, distante da realidade concreta e desvinculado da atividade de pesquisa”. Então em 1937 houve a transformação da URJ em Universidade do Brasil, idealizada por Gustavo Capanema – que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde de 1934 até 1945 – já que o “Ministro valorizava sobremaneira o preparo das elites em detrimento da educação das massas, assumindo postura elitista semelhante à dos idealizadores da USP” (PAULA, 2002, p.155).

A presença de professores franceses no ensino superior brasileiro, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, foi uma das estratégias assumidas pelo governo francês como

missão de difusão da cultura francesa e, de acordo com Renoliet (1999), este interesse de aprofundar as relações com a América Latina aconteceu como tentativa de evitar a presença cada vez mais massiva dos Estados Unidos nos países latino-americanos. George Dumas poderia ser considerado nessa empreitada cultural francesa como o “elo de ligação com o Brasil” (PEIXOTO, 2001, p.483), devido as suas relações pessoais com vários intelectuais brasileiros seus contemporâneos.

### 3.1.2 A fome e a merenda

Como já mencionado, o governo francês apresentava como uma das estratégias de liderança na cooperação intelectual a direção do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), situado em Paris. A França ocupara o cargo de direção do Instituto desde a sua efetiva criação, em 1926, até a sua derrocada, em 1939. O estímulo à circulação de professores foi uma das estratégias desta cooperação intelectual. “Os professores franceses enviados ao Brasil constituem o pivô de uma estratégia baseada na utilização da influencia cultural francesa sobre as elites brasileiras, como instrumento de propaganda política, gerador de dependência cultural, com repercussões no plano econômico” (SUPPO, 2000, p. 309).

Havia sido aluno dessa escola fruto das missões francesas, e também norte-americanas, Josué de Castro (1908-1973). Este importante médico e geógrafo pernambucano formou-se na faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1929. Desde o início de sua carreira de médico e ao longo dela, preocupou-se fundamentalmente com os problemas alimentares do Brasil, em especial a fome, afirmando que este seria um problema causado não pelo desabastecimento de alimentos ou debilidades fisiológicas, mas sim por problemas econômicos e sociais. Ele mantinha contato com o *Instituto Municipal de Nutrición* (IMN) situado em Buenos Aires e chefiado pelo famoso nutricionista Pedro Escudero (BRINKMANN, 2014), o que influenciaria de modo decisivo no seu trabalho.

No *Jornal do Brasil* do dia 03 de dezembro de 1933 foi noticiada uma sessão ordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia (SMC) do Rio de Janeiro, quando foi convidado Josué de Castro – que estava de passagem no Rio em pesquisa para o governo pernambucano – para proferir uma palestra. A nota relatou que o médico proferiu sobre o tema de uma alimentação adequada para saúde, dando ênfase aos nutrientes necessários para uma boa nutrição. Após a palestra, de acordo com o autor da nota, o médico chefe do Serviço de Educação de Saúde e Higiene Escolar (SESHE), Massillon Saboia, informou aos presentes sobre “o muito que vem se fazendo na Instrução Municipal em prol da merenda escolar, tornando-a mais variada possível. Afirmou ser a mesma orientada segundo a deficiência alimentar dos alunos de cada

escola, procurando corrigi-la na medida do possível” (SOCIEDADE DE MEDICINA, 1933, p.8). Novamente se ressalta o papel de orientação e estímulo representado pelo governo, sem assumir completamente ainda a responsabilidade financeira pela distribuição da merenda escolar.

Josué de Castro foi um militante participativo, de reconhecimento internacional, sobre os problemas sociais que causavam fome no Brasil. “Numa época em que se atribuía o atraso e a pobreza às origens climáticas e étnicas, ele afirmava serem tais estigmas causados por razões sociais, estruturas impostas à sociedade” (ANDRADE, 1997, p.173). Em 1935 fora novamente para o Rio de Janeiro, a convite de Anísio Teixeira para assumir uma cadeira na Universidade do Distrito Federal. Não foi perseguido pelo Estado Novo por não ter se filiado à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e por isto, continuou a exercer suas atividades nesse período. Passou a dar aulas na Universidade do Brasil e posteriormente na Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>97</sup>.

Muitas de suas obras foram traduzidas em vários idiomas e tiveram reconhecimento frente à comunidade científica internacional. Pode-se dizer que até os dias de hoje suas obras são reconhecidas por sua expressiva relevância no âmbito da Nutrição. Sua ação política mais engajada se desenvolveu no âmbito da criação, em 1940, do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS). O médico também viria a fazer parte da FAO/ONU de 1952 até 1956 como presidente do Conselho Executivo.

Ressalta-se aqui neste estudo, uma de suas obras que foi escrita juntamente com a poetisa e escritora Cecília Meireles. O livro chamado *A Festa das Letras* foi publicado em 1937. A obra era o primeiro volume o qual fazia parte de uma coleção chamada *Alimentação* e fora encomendado pela Editora Globo de Porto Alegre. A cartilha poética era voltada para crianças em fase inicial da leitura e tinha o objetivo de promover bons hábitos de higiene e alimentares. As ilustrações foram realizadas por João Fahrion (1898-1970), pintor e ilustrador gaúcho. Em 1996 os direitos foram cedidos para a editora Nova Fronteira e então o livro foi reeditado quase idêntico à versão original (HOLANDA; OLIVEIRA, 2015; RIBEIRO, 2011).

Fez-se este destaque ao livro *A Festa das Letras* porque ele foi encomendado com o intuito de pensar em uma alimentação saudável, promotora de saúde, assim com bons hábitos

---

<sup>97</sup> De acordo com Andrade (1997, p.175), Josué de Castro “publicou vários livros, por editoras de prestígio nacional e internacional, como O problema da alimentação no Brasil, em 1933; Salário mínimo, em 1935; Alimentação e raça, em 1936; Documentário sobre o Nordeste e Alimentação brasileira à luz da geografia humana, em 1937; Science et technique, em 1938; Festa das letras, em colaboração com Cecília Meireles, em 1939, ano em que viajou para a Itália como professor visitante das universidades de Roma e de Nápoles, a fim de fazer conferências sobre os problemas de alimentação nos trópicos, assim consolidando o seu prestígio como cientista, especialista em nutrição, no plano internacional”.

de higiene, voltado para o ambiente escolar. Tal preocupação reflete uma tendência que se iniciou no Brasil em que a oferta dos alimentos não servisse ao único propósito de suprimir a fome, mas também que fosse instrumento de educação alimentar e nutricional. Nesse período a alimentação pensada e direcionada para um fim além de suprir a fome era denominada alimentação racional e o leite era um dos alimentos preferidos neste ideário de alimentos especiais. Os médicos escolares na França já vinham desenvolvendo estudos nesta área e divulgavam trabalhos de êxito na educação alimentar, como eles denominavam.

Desde a década de 1920 e especialmente a partir de 1930 tomou força nos Estados Unidos e em outros países ocidentais, e conseqüentemente no Brasil, o ideário de que o leite seria um alimento especial e que poderia ser responsável sozinho por uma nutrição adequada. A proposição tomou conta dos cientistas que passaram a estimular o consumo do leite, passando a ser um dos pilares das políticas de alimentação ao mesmo tempo em que fomentava a atividade agropecuária. A alimentação escolar baseada no leite de vaca como alimento base tomou muita força desde então, sendo o sustentáculo da oferta de alimentação no período escolar por décadas a fio<sup>98</sup> (PINHO, 2015).

Entretanto no Brasil o modelo teórico e a propaganda não conseguiam se firmar na prática. “Não seria exagero afirmar que a propaganda do leite no começo dos anos 1930, antes de mais nada, ocultava o fato de que a maioria das grandes cidades do país, a capital da nação incluída, não dispunha de oferta comercial de leite fresco apropriada para cumprir a exigência dos nutricionistas de aumentar o consumo diário” (BRINKMANN, 2014, p.3). O consumo era baixo, segundo Brinkmann, devido à falta de hábito dos brasileiros em consumir maior quantidade, a péssima qualidade do leite fresco que era acessível nesse período e o alto valor deste alimento, mesmo aqueles de qualidade duvidosa.

O leite oferecido nas escolas como complemento alimentar, na maioria das vezes direcionada somente para as crianças pobres, era misturado com farinha de cereais. As farinhas alimentares começaram a ser produzidas ainda no século XIX na Europa e eram direcionadas tanto para a alimentação infantil, tanto como substitutas do leite materno quando adicionadas ao leite de vaca, como de forma complementar à alimentação infantil. Já no

---

<sup>98</sup> O raciocínio apresentado pode dar a impressão de que a autora discorda da importância do leite de vaca na alimentação humana, mas isso não é verdade. Apesar de controvérsias que envolvem o consumo de leite de vaca, ele é um ótimo alimento e a Organização Mundial da Saúde e os órgãos envolvidos na ciência da Nutrição o recomendam por ser considerado de grande valor nutricional. É preciso ressaltar, já que se estreitou em um aspecto nutricional, que nenhum alimento isoladamente pode ser responsável ou responsabilizado por garantir uma saúde física e mental adequadas. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira em sua 2ª edição, o consumo variado de alimentos com menor grau de processamento possível, mais próximo do hábito cultural, ambiental e socioeconomicamente sustentáveis, é o caminho de uma alimentação adequada (BRASIL, 2014).

século XX, diversas empresas se empenharam em produzir farinhas que poderiam ser misturadas ao leite no intuito de melhorar as propriedades nutricionais.

Um exemplo da difusão da utilização de alimentos modificados e especiais, como as farinhas, pode ser visto na publicação do jornal *A Noite* do dia 07 de novembro de 1933, sob o título *Uma louvavel iniciativa nos collegios publicos* na qual há o relato sobre o fato dos responsáveis pelo Laboratório de Biologia Clínica Ltda que fabricavam a “Farinha Vitamina Elebecê” distribuírem em uma escola do Distrito Federal um mingau feito com a dita farinha.

A direção do Laboratorio de Biologia Clinica Limitada tomou, espontaneamente, a iniciativa de cooperar no programa alimentar infantil, que é presentemente obedecido nas escolas publicas desta capital. E pondo em pratica essa louvável resolução, aquelle estabelecimento tem promovido o que se pode denominar o: Mingáo dos escolares, cujo material – um produto de sua fabricação, a Farinha Vitamina Elebecê – é fornecido gratuitamente aos pequenos estudantes.

Coube, hontem, verificar-se a distribuição na Escola Benjamin Constant, na Praça Onze de Junho, cuja directora é a senhora Edelvira Rodrigues de Moraes. O corpo docente da mesma escola esteve todo elle presente ao acto, assim como o Dr. Brasilino Fonseca e o Sr. Antonio Pinheiro, que representavam os Drs. Mario Pinheiro e Helion Póvoa, directores do Laboatorio de Biologia Clinica. A distribuição foi farta e a creançada exultou de contentamento [...] (O MINGÁO DOS ESCOLARES, 1933, p. 7).

Não é esclarecida na nota a frequência e quantidade oferecidas pelo Laboratório para cada escola. Os diretores do mesmo patrocinaram parte da premiação de um concurso de redação pelo semanário *Tico-Tico*. A revista *O Malho (RJ)* publicou no dia 18 de julho de 1935 uma nota sobre o patrocínio de um dos prêmios do Grande Concurso Brasil do Tico-Tico<sup>99</sup>. A nota ressalta a indicação da tal farinha: “producto alimentar, polyvitaminado, indicado em todos os casos que necessitem de alimentação rica em produção de caloria, em saes mineraes e sobretudo abundante em vitaminas. ALIMENTAÇÃO INFANTIL POR EXCELLENCIA” (GRANDE CONCURSO, 1935, p.54).

Esta forma de entender a alimentação, de modo racional e modificado pela indústria, fora discutida na França, sob a influência do Higienismo desde o começo do século XX. Em uma conferência realizada na Sorbonne Université em 12 de março de 1908 pelo professor Louis Landouzy (1845-1917), ele propunha que fosse estudada “uma maneira de nos nutrirmos bem, compreendendo que a maneira de nos alimentarmos seja ensinada pela

<sup>99</sup> O *Tico-Tico* era um semanário infantil que tinha o mesmo fundador de *O Malho*, Luís Bartolomeu de Souza e Silva. O concurso promovido era de redação. Fundado em 1905, parou de circular em 1962. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tico-tico-o>

Fisiologia e não pela Gastronomia” (LANDOUZY, 1908, p.1)<sup>100</sup> (tradução da autora). Esta era a base do conceito de uma alimentação racional.

O cerne deste pensamento pode ser visto na obra *Compêndio da alimentação racional (Précis d'alimentation rationnelle)* publicada em 1911 pelo Dr. Louis Pascault<sup>101</sup>, pela editora *Bibliothèque Larousse*, em Paris. O autor fez uma proposição a qual nomeou como o objetivo do livro em que ele escreveu. Para ele, as pessoas deveriam aprender em uma linguagem compreensível como e por que se devia ter uma alimentação racional. As bases deste entendimento foram sustentadas em três pontos:

- 1º O que é necessário comer (regime);
  - 2º Quanto é necessário comer (porção);
  - 3º Como é necessário comer (distribuição das refeições, mastigação...)
- (PASCAULT, 1911, p.5 – tradução da autora)<sup>102</sup>.

No livro foram dispostos os conhecimentos sobre nutrição que eram vigentes nessa época em uma linguagem de fácil acesso e com explicações simplificadas. Apesar de não mencionar as cantinas escolares, Pascault esmiuçou as diferenças alimentares das crianças e os cuidados que deveriam ter aqueles que preparavam as suas refeições. A discussão de uma alimentação racional nas cantinas escolares havia sido tratada – como mencionado anteriormente neste estudo – pelo médico Landouzy, no III Congresso de Higiene Escolar, em 1910, quando este disse que as cantinas escolares deveriam fornecer uma alimentação racional para que as crianças tivessem um melhor benefício para a saúde. Nesse congresso, o médico Louis Landouzy estava representando o Ministério de Instrução Pública da França.

No Brasil, a discussão trazida por Josué de Castro no começo da década de 1930 também envolvia o ambiente escolar, mas é preciso afirmar que o governo não havia, nesse período, assumido a oferta de refeições escolares de maneira generalizada nas escolas. A oferta, quando havia, era destinada às crianças pobres e muitas vezes se reduzia a um copo de leite com farinhas ou sopa. Portanto não é possível entendê-la como uma alimentação racional nessa época.

Mais longe da Capital do país, em Vitória, no Espírito Santo, uma iniciativa do Grupo Escolar Gomes Cardim no ano de 1930 é digna de menção. A nota publicada no *Diário da*

---

<sup>100</sup> Texto original: “la manière de nous bien nourrir, entendent que la manière de nous alimenter nous soit enseignéepar la Physiologie et non par la Gastronomie” (LANDOUZY, 1908, p.1).

<sup>101</sup> Não foram encontradas as datas de nascimento e morte do Dr. Louis Pascault.

<sup>102</sup> Texto original: “1º Ce qu’il faut manger (régime); 2º Combien il faut manger (ration); 3º Comment il faut manger (distribution des repas, mastication...)” (PASCAULT, 1911, p.5).

*Manhã (ES)* no dia 31 de agosto, sob o título *Sopa Escolar*, fez o relato de uma reunião ocorrida no Grupo Escolar.

De acordo com a deliberação tomada pela directoria do Círculo de Paes e Professores deste estabelecimento de ensino, a sopa escolar está sendo distribuída, indistinctamente, a todos os alumnos.

Attendendo á mesma deliberação, será enviada aos srs. paes de recursos suficientes, a circular cujo assumpto é o seguinte: “Ilmo. Sr.: Estando instituído o prato de sopa no Grupo Escolar ‘Gomes Cardim’ para a distribuição a todos os alumnos, sem distincção, o que vimos fazendo quotidianamente, apelamos para os vossos sentimentos de humanidade, no sentido de contribuir, com o que estiver ao vosso alcance, cuja a quantia, embora pequenina, será recebida com agrado. Ainda participamos que, o vosso filho, ao contrario de comprar, em taboleiros, doces que, na sua maioria, são tão prejudiciais á saúde, em virtude da maneira inescrupulosa por que são vendidos, deve preferir a sopa, bastante recommendavel por ser mais substancial e economica.

Certos de que nosso appello encontrará agasalho no vosso espirito filantrópico, aguardamos, com prazer a vossa resposta, pelo que ficamos gratos”. [esta obra] é de real beneficio mormente ás creanças pobres (GRUPO ESCOLAR, 1930, p.4 – grifo da autora).

O Grupo Escolar Gomes Cardim foi o primeiro grupo escolar do Espírito Santo, instituído na capital capixaba, juntamente com outro em Cachoeiro de Itapemirim. Ambos criados no ano de 1908 (FRANCO; ASSIS, 2013). No momento histórico da nota jornalística, o Secretário de Educação do estado era o Attilio Vivacqua (1894-1964), que viria a ser um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932. “As idéias e as ações político-educacionais de Vivacqua marcaram a presença do Estado do Espírito Santo nos movimentos nacionais de vanguarda nas áreas da educação e da cultura” (SIANO, 2002, p. 170). Por este motivo optou-se por trazer o caso deste Grupo Escolar.

No ano de 1928, Vivacqua, educador conhecido pelos ideais progressistas via “a instituição escolar como fator de transformação social”, acreditava ser fundamental uma formação ampla e adequada do professor. No que concerne à assistência escolar, ele instituiu o fundo escolar (por meio da Lei estadual 1.963/1928) com a intenção de o estado manter as caixas escolares para que estas dessem suporte aos alunos carentes por meio de calçados, vestuário e da merenda escolar. Esta legislação capixaba pode ter propiciado a motivação para que o grupo Escolar Gomes Cardim passasse a oferecer a sopa escolar para todos os alumnos e não só para os mais carentes, como usual no período. É interessante o fato de que, segundo Lúcia Siano (2002, p.173) sob a administração de Atillio Vivacqua na Secretaria de Educação do Espírito Santo, o estado chegou a “possuir 25 caixas escolares, sendo que 11 fundadas na

gestão” dele. Este fato é muito peculiar, visto que o Distrito Federal não mantinha regularidade de ajuda institucionalizada às caixas escolares nesse mesmo recorte histórico.

### 3.1.3 “Percorrendo as escolas...”

Apesar de a Revolução de 1930 ter mudado as configurações políticas e educacionais no país, houve “permanente negociação com os atores educacionais”, com o intuito de o governo estabelecer uma base de apoio “seja pela aproximação com setores da Igreja católica, seja pela cooptação dos educadores vinculados ao movimento escolanovista, chamados a participar da burocracia educacional” (XAVIER, 2005, p. 108).

Na administração de Anísio Teixeira a merenda escolar no Distrito Federal obteve uma atenção especial no sentido de organização. Havia um estímulo para que as Caixas Escolares fossem criadas a fim de subsidiar as merendas em mais escolas. Na quase totalidade das escolas, as caixas eram criadas e mantidas com o esforço dos professores. Porém, em uma nota jornalística de 1932, o autor ressalta que na Escola Sarmiento situada no Distrito Federal (no Bairro Engenho Novo), o responsável pela distribuição das refeições é o Circulo de Pais. “Efetivamente são os pais que, em lugar de qualquer contribuição em dinheiro, oferecem á escola um kilo de qualquer comestível para ser utilizado nessa refeição”. O autor afirmou que a medida dera certo e que as refeições eram “gratis aos pobres e vendidas, indistinctamente, á razão de \$200 ás crianças em condições de pagar<sup>103</sup>” (PERCORRENDO AS ESCOLAS, 1932, p. 6).

Em um edital publicado no *Jornal do Brasil* do dia 18 de abril de 1934, com assinatura de Anísio Teixeira no dia 10 do mesmo mês, eram esmiuçadas as refeições que deveriam ser distribuídas nas escolas públicas municipais. As orientações, dispostas em uma tabela, apresentaram as porções *per capita*, os preços de cada refeição, a quantidade de calorias, proteínas, carboidratos e lipídeos de cada alimento. No cabeçalho se pode ver:

Srs. Superintendentes de Educação Elementar e de Educação de Saúde e Higiene Escolar:

Entre as sugestões apresentadas pela Superintendência de Educação de Saúde e Higiene Escolar, no sentido de proporcionar melhor assistência aos alunos, dentro das possibilidades materiais da escola, mereceu cuidado especial a da merenda escolar.

Estudados vários tipos de merenda, concluiu a Superintendência de Educação de Saúde e Higiene Escolar pelos tipos abaixo enumerados que são de fácil preparo, de aceitação geral das crianças e de preço reduzido em relação ao poder nutritivo, dispensando, na sua maioria, vasilhame e

<sup>103</sup> Este foi um dos poucos relatos encontrados neste estudo sobre a cobrança de um valor sobre a merenda no Brasil.

dispositivos especiais para a conservação perfeita e economizando ainda tempo e material.

Recomendamos, assim, por proposta do Superintendente-Assistente de Educação de Saúde e de Higiene Escolar, os seguintes tipos de merenda: (EDITAL, 1934, p. 23).

A tabela cita os seguintes alimentos, descritos aqui conforme se apresentam na tabela publicada. “Pão francês e queijo prato”; “Pão francês e requeijão”; “Pão francês e queijo minas”; “Pão Graham e queijo prato”; “Pão Graham e requeijão”; “Pão Graham e queijo minas”; “Copo de leite e pão doce”; “Pão com manteiga”; “Pão com bananas”; “Pão doce e pessegada”; “Pão Graham e goiabada”; “Pão francês e bananada”; “Aveia, açúcar e leite”; “Arroz, açúcar e leite”; “Farinha de milho, açúcar e leite”; “Cacáó, açúcar e leite”.

Ao final, apresentaram-se algumas observações sobre os alimentos.

- 1) O pão Graham (pão integral) é recomendável por sua riqueza em vitaminas, sais minerais, proteínas e compostos orgânicos fosforados assimiláveis.
- 2) Sempre que as condições permitirem, deve o leite ser incluído na merenda.
- 3) Nas escolas de 3 turnos, o *sandwich* é o tipo de merenda preferível (EDITAL, 1934, p. 23).

Enfatiza-se que o detalhamento das informações nutricionais é bastante importante, visto que nesse período a nutrição como ciência vinculada à medicina, ainda estava tomando forma. O superintendente-assistente da Educação de Saúde e higiene Escolar – do qual a nota se refere como autor da proposta – era, na data de abril de 1934<sup>104</sup>, o Dr. Massilon Saboia de Albuquerque (1886-1974) (PREFEITURA MUNICIPAL, 1934, p. 68). Havia na Superintendência nesse mesmo ano a presença de mais 23 médicos escolares no Distrito Federal<sup>105</sup>, entre eles Oscar Clark, já citado neste estudo por ser estimulador da ampliação da oferta da merenda nas escolas. É bem possível que as recomendações sobre as refeições a serem servidas tenham sido organizadas com a colaboração de diversos membros da equipe de superintendência.

<sup>104</sup> No relatório referente ao ano de 1935, Massilon Saboia disse que no último trimestre de 1934 e o primeiro de 1935 ele estava em viagem de estudos nos Estados Unidos e na França e por isso, nesse período foi substituído por Pernambuco Filho.

<sup>105</sup> Os outros médicos escolares que fizeram parte da Superintendência no ano de 1934, além dos dois já citados, foram: Zopyro Goulart, Joaquim Nicolau Filho, Leonel Gonzaga, Manuel Roiter, Pires Ferrão, Bueno de Andrada, Leão Velloso, Martins Pereira, Prisco Dantas, Abel Noronha, Pedro Pernambuco, Rui Carneiro da Cunha, Octacilio Dantas, Egas Ribeiro de Mendonça, Bastos D’Avila, Antonio Maria Teixeira, Annibal Prata, Sergio de Almeida Magalhães, Gilberto Gonzaga, Carlos Luiz Lima, Adolpho de Castro Barreto e Heleno Brandão (PREFEITURA MUNICIPAL, 1934, p.68).

Uma curiosa história foi contada pelo médico Saboia na publicação da sua palestra proferida no Núcleo Petropolitano dos Amigos de Alberto Torres no dia 07 de junho de 1934.

A assistência alimentar á criança na idade escolar é um problema que ha muito me impressiona tendo para isso talvez contribuído o seguinte facto que recorde sempre. Numa linda manhã do mez de Maio de 1915 fazia eu minha primeira visita como medico escolar, á uma escola de Cascadura. A velha professora, habituada a observar de perto as necessidades da população infantil, humilde e soffredora entregue a tantos annos a sua guarda, declarou-me com certo amargor, que envez de “inventar” medicos escolares a Prefeitura devia baratear os gêneros pois os seus alumnos mais precisavam de alimentação do que de medico.

Desculpei o que então me pareceu uma impertinencia, porém mais tarde, fui me convencendo de que em parte a velha educadora tinha razão, e que sua vóz era o reflexo dos soffrimentos de milhares de crianças fracas e desnutridas, silenciosas e tristes que eu fui encontrando na escola, e que um dos mais urgentes problemas era a merenda escolar [...] (SABOIA, 1934, p. 56).

Esta história contada pelo médico reflete que a reflexão sobre a necessidade de o Estado assumir o fornecimento de alimentação nas escolas estava presente no cotidiano das próprias escolas desde as primeiras décadas do século XX. Ainda que somente uma refeição não fosse capaz de garantir uma nutrição adequada, esta refeição certamente contribuiria de forma complementar para que as crianças, ainda que continuassem mal nutridas, não se veriam assoladas pela fome no momento em que estavam na escola.

O médico Massilon Saboia detalhou a sua viagem de estudos no seu relatório referente ao ano de 1935 para o então Diretor do Departamento de Educação, Mário Paulo de Brito<sup>106</sup> (1894-1974), o qual havia substituído Anísio Teixeira. Saboia viajou para os Estados Unidos e para a França no intuito de compreender como a higiene escolar era tratada nestes países. No relatório ele apresentou algumas das impressões que teve e cita alguns cientistas cujos trabalhos o agradaram. Fundamentalmente a ressalva do médico era em torno do caráter preventivo que deveria ser dado à Higiene Escolar e deixar o caráter curativo para a área da Saúde Pública. A assistência alimentar foi um tema tratado no relatório no qual o médico se referiu ao trabalho de sistematização da merenda escolar ocorrido na administração de Anísio Teixeira. Um ponto interessante para se destacar é o fato de Saboia ter mencionado o Congresso Pan-Americano da Criança ocorrido na cidade do México em outubro de 1935, no qual, segundo ele, foram deliberadas 51 recomendações para os países participantes. Uma das

---

<sup>106</sup> Segundo a professora Sonia de Castro Lopes (2009, p.615), Mário Paulo de Brito seria afastado por razões políticas pelo Estado Novo, juntamente com outros professores como Edgar Sussekind de Mendonça e José Paranhos Fontenelle.

recomendações foi a criação de “institutos adequados ao estudo dos problemas de nutrição nos aspectos especiais de cada país” (RESUMO DO RELATÓRIO, 1936, p.21).

Massilon Saboia também insistiu em um assunto controverso, de acordo com seu próprio relato, que era o denominado seguro escolar. Este seguro era uma participação financeira dada pelos alunos que, sob o ponto de vista do superintendente, poderia financiar a merenda de forma mais efetiva, promover “o mutualismo e evitar a humilhação dos necessitados” (RESUMO DO RELATÓRIO, 1936, p.21). Este assunto rendeu várias críticas que foram publicadas em notas jornalísticas do período.

Enquanto a Alemanha comunicava seu rompimento com os tratados de paz e se retirava da Sociedade das Nações em 1935 (HOBSBAWN, 1995, p.147), fazendo a iminência de uma guerra parecer inevitável, na capital do Brasil aconteciam iniciativas da sociedade civil para oferecer assistência aos alunos, em especial, a oferta da merenda escolar. É possível ver continuamente indícios deste empenho da sociedade civil para que a merenda fosse oferecida de forma mais massiva nas escolas, ainda que esta defesa se mantivesse concentrada somente nas crianças carentes. No *Jornal do Commercio* do dia 25 de julho de 1935, uma pequena nota dava conta de um evento que seria promovido pelo Rotary Club do Rio de Janeiro no Palace Hotel. O presidente do clube Álvaro Alberto<sup>107</sup> (1889-1976), receberia para palestrar o professor Ignacio Azevedo do Amaral (1883-1950), então membro do Conselho Nacional de Educação e do plano para a criação da Universidade do Brasil. O professor Amaral ocupava o cargo neste clube de presidente da Comissão de Serviços à Comunidade. Para a palestra foram convidadas as autoridades políticas de então, como o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, e o Diretor do Departamento de Educação, Anísio Teixeira, palestra cujo objetivo era lançar “as bases de uma grande campanha em prol da merenda escolar” (ROTARY CLUB, 1935, p. 6).

No ano seguinte, 1936, este mesmo grupo reunido em sessão ordinária, sob a mesma presidência de Álvaro Alberto, promoveu novamente palestra proferida pelo professor Ignacio Azevedo do Amaral que dizia já ser “praticamente uma realidade a Merenda Escolar, assunto de que vem se ocupando a sua comissão. Diz que ainda este mês, ou o mais tardar, no próximo mês de Maio começará a funcionar esse serviço, graças á cooperação do Dr.

<sup>107</sup> Álvaro Alberto da Motta foi “um destacado cientista e um dos fundadores da Academia Nacional de Pesquisas”, sua irmã, Armanda Álvaro Alberto se “distinguiu no cenário educacional com a experiência que realizou em 1921, em Duque de Caxias. A Meriti de então era uma comunidade rural” com precárias condições de habitabilidade. A Escola Proletária de Meriti (posteriormente Escola Reginal Meriti) era “particular, gratuita e sem fins lucrativos” e mantida por donativos. Nesta escola Armanda Álvaro Alberto promovia a oferta de alimentação para os alunos, massivamente pobres. A merenda escolar tinha tamanha importância para a comunidade que a escola era “conhecida na comunidade como ‘Mate com Angu’ numa alusão à merenda” (MIGNOT, 2002, p.154-155).

Francisco Campos” (ROTARY CLUB, 1936, p. 6). Sabe-se que somente em 1939 o Distrito Federal teria uma legislação aprovando a ampliação da oferta para todas as escolas públicas.

A presença do matemático Ignácio Azevedo do Amaral à frente da campanha sobre a importância da oferta da merenda escolar é um indício do envolvimento dos professores das universidades com o tema da alimentação escolar, visto que este professor era da Escola Politécnica do Rio de Janeiro a qual havia sido incorporada na Universidade do Rio de Janeiro no mesmo ano da nota acima citada.

Outra presença que circulava entre o espaço universitário foi Mario de Brito – participante do Conselho Universitário da Universidade do Rio de Janeiro e professor da Escola Politécnica nesse período – o qual durante sua gestão no Departamento de Educação do Distrito Federal realizou um tipo de pesquisa sobre as escolas que ofereciam merenda escolar, em 1936. O Edital de nº 38 deste departamento, publicado no *Jornal do Brasil* de 22 de março de 1936, mostra as perguntas que foram submetidas à direção das escolas.

Sras. Diretoras de Escolas:

Peço-vos que mandeis a este Gabinete, no máximo até fins de Março, as respostas das seguintes perguntas.

- 1) – A vossa escola tem serviço de merenda escolar?
- 2) – Qual o tipo de merenda empregado?
- 3) – Quantos alunos recebem a merenda?
- 4) – A quantos deveria ser dada?
- 5) – Qual o custo da merenda por aluno?

N.B. – Os dados podem ser referentes ao fim de 1935 (EDITAL N.38, 1936, p.29).

Os resultados da pesquisa realizada por Brito não foram encontrados *on line*. Logo no ano de 1936 ele foi afastado do Departamento de Educação devido a divergências políticas e administrativas (CAMARA, 2002, p.812). É possível que a pesquisa não se tenha concluído devido a sua saída ou que não se tenha repercutido pelo mesmo motivo, já que não foi noticiada nos jornais da época.

No mesmo ano, o médico Oscar Clark<sup>108</sup> voltou a palestrar sobre a merenda escolar, proferida na Escola Nilo Peçanha no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1936. Clark fez uma palestra bastante detalhada em relação aos preceitos nutricionais de uma boa alimentação. Trouxe os mais modernos avanços em torno da ciência da nutrição – fruto de seus contatos frequentes com os avanços da ciência na Europa – e esmiuçou sobre os nutrientes essenciais e os alimentos necessários para um bom desenvolvimento e saúde em geral, especialmente na

---

<sup>108</sup> Oscar Clark publicou em 1937 um livro chamado “*O século da criança*” no qual trata da saúde física e mental durante a infância (SILVA, 2017).

infância. A palestra foi reproduzida no *Jornal do Commercio (RJ)* do dia 06 de dezembro daquele ano, ocupando várias páginas do periódico.

Ao começar a sua fala, o médico fez uma proposição importante no sentido do apoio governamental para a oferta da merenda. Clark se refere à oferta de refeições nas escolas como “um verdadeiro milagre: a merenda escolar, oferecida pelas senhoras professoras aos alunos, sem nenhum auxílio do poder público” (CLARK, 1936, p.5). Isto porque a oferta de merenda não era entendida como uma política pública, mas como obra de benemerência. Parece certo supor que nesse período os governantes entendiam seu papel como de motivador para que a sociedade oferecesse alimentos para os escolares, não assumindo o completo financiamento das refeições. Em muitas ocasiões foram noticiados nos jornais eventos promovidos por associações, como o Rotary Club (que desempenhou um papel importante na década de 1930), ou por pessoas da elite envolvidas em obras de caridade, em favor da oferta da merenda. Os governos se dispunham em organizar as doações e as caixas escolares que eram mantidas por professores e pela sociedade civil, contribuindo de forma não sistemática.

Destaca-se outro trecho da fala no qual Clark assinala o porquê da escola ser um espaço privilegiado para difusão de uma boa alimentação, tanto pela oferta de alimentos nutritivos, como pela educação alimentar e nutricional. “A escola pública se tornou um imenso campo de acção da organização sanitária moderna. Ella abrange a quasi totalidade da população pobre de um paiz na phase mais importante da sua vida: o *período de crescimento*” (CLARCK, 1936, p.5-6).

Apesar da lucidez e precisão científica<sup>109</sup> possíveis para a época do texto, no que concerne às recomendações nutricionais proferidas pelo médico, os preceitos levantados pelo Dr. Clark em relação à escolarização são condizentes com a ampliação da escolarização, que vinha acontecendo em parte dos países europeus e nos anglo-americanos, mas ainda estavam em construção no Brasil. Quando ele se referiu em sua fala a “quasi totalidade da população pobre”, pode-se perceber uma impressão do seu tempo de que a ampliação da escolarização estava avançando em passos largos, porém, sabe-se hoje que aqui no Brasil ainda estava, nesse período, longe de contemplar uma universalização da escolarização, pública ou privada. Este ponto é válido para Portugal também, que no caso da universalização da escolarização, demorou a proporcionar melhores condições para sua população.

É importante lembrar que o período da década de 1930 foi quando houve um grande esforço por parte dos cientistas envolvidos com o estudo da Nutrição para que houvesse a

---

<sup>109</sup> Vale ressaltar que diversos conceitos nutricionais levantados como preceitos por Clark ainda hoje são consideradas na ciência da Nutrição, hoje consolidada como área do saber.

consolidação deste campo do saber. De acordo com Vasconcelos (2002, p.129-130), “estes primeiros nutrólogos brasileiros logo iniciaram o processo de produção e difusão de estudos e pesquisas sobre composição química e valor nutricional de alimentos nacionais, sobre consumo e hábitos alimentares e sobre o estado nutricional da população brasileira”. Daí por diante eles procuraram “garantir especificidade e legitimidade” de forma a estabelecer reconhecimento para esta nova ciência no país.

Oscar Clark trouxe vários exemplos bem sucedidos de países que haviam abraçado o compromisso de oferta refeições no ambiente escolar, inclusive sobre a França. “Os grandes pedagogos, desde J.J. Rousseau, aconselhavam a alimentação das crianças nas escolas. Victor Duruy, em 1868, pos-se á frente do movimento na França e já em 1880 estavam organizadas, naquelle país, as *cantines scolaires*”. Sabe-se que não foi tão linear a construção das cantinas escolares francesas, mas o movimento em prol delas foi contínuo e vitorioso. Ele dividiu sua palestra em duas “questões capitaes: a) para que se come b) por que se distribue merenda escolar nos países civilizados” (CLARCK, 1936, p.5-6).

Na explanação sobre a questão a) ele analisou os processos fisiológicos que envolvem a nutrição humana, sobre os nutrientes e alimentos fonte de nutrientes essenciais para as crianças. Na parte b) ele expôs experiências e opiniões de cientistas de diversos partes do mundo e suas descobertas no campo da nutrição. Além disso, colocou como fundamental o desenvolvimento da ciência da nutrição em prol do desenvolvimento da humanidade.

O médico falou das características dos alunos cariocas com os quais tinha contato por causa de sua experiência como Inspetor Médico-Escolar. Ele afirmou: “Os nossos escolares são, em sua enorme maioria, desnutridos. São crianças débeis, anêmicas, mal desenvolvidas, apathicas, muitas dellas tuberculosas – e tudo isso porque lhes faltam alimentos de boa qualidade e em quantidade sufficiente”. Ele indicou que a anemia ferropriva (causada pela deficiência de ferro no organismo) assolava a maior parte das pessoas carentes e afirmou “ser o ferro um dos principais fatores de civilização no Brasil” (CLARCK, 1936, p.5-6).

No decorrer de sua fala, Clark ressaltou como deveria ser a merenda oferecida: “ser de fácil preparo, de fácil distribuição e agradável ao paladar das crianças” (CLARCK, 1936, p.5-6). Ele sugeriu que fossem as refeições baseadas em leite e frutas, por cumprirem com o papel nutritivo e se encaixarem nos critérios elencados por ele. O médico foi um incansável defensor da oferta sistemática da merenda escolar nas escolas públicas por onde passou em seus cargos ocupados nos espaços público-administrativos<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> A imprensa da época noticiou várias palestras sobre higiene infantil e alimentação saudável em escolas realizadas por Oscar Clark, além de publicação de livros sobre a saúde na infância.

Deve-se salientar que os vestígios históricos apontam para o fato de os intelectuais envolvidos na defesa da merenda escolar no Brasil se referirem sempre aos casos de sucesso ocorridos nos outros países. Estes personagens eram responsáveis pela circulação de ideias entre os países desenvolvidos e o Brasil cujas ideias ecoavam o que viam e ouviam nas suas viagens, utilizaram-se muitas vezes da matriz de pensamento francesa.

O período entreguerras foi determinante na generalização das cantinas escolares na França, “foi também um período de reflexão em torno da alimentação da criança. Do número de 5.217 em 1925-1926, o número de cantinas escolares aumenta significativamente no entreguerras, chegando à cifra de 10.000 cantinas até o período do *Front Populaire*”<sup>111112</sup> (MARCHAND, 2014, p. 522).

Este, portanto, é um intervalo de tempo no qual a alimentação escolar ganhou muita repercussão na França e também no Brasil por meio dos intelectuais que circularam entre estes dois países. Destaca-se o professor Miguel Ozório de Almeida (1890-1953) entre eles. Patrick Petitjean (1996, p.106) considera que Ozório de Almeida foi o “principal animador do Instituto no período entreguerras”. O Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura fora criado no Rio de Janeiro em 1922, tendo a participação do médico na criação.

Participou ele também da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), da Academia Brasileira de Ciências, da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual e em 1935 foi Reitor da Universidade do Distrito Federal (UDF) em meio ao caos político que desencadeou no afastamento de Afrânio Peixoto do mesmo cargo e de Anísio Teixeira da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Este obscurantismo repressor causado pelo Estado de sítio decretado por Vargas em 1935 ocasionou um impasse em relação à contratação de professores franceses que iriam lecionar na UDF, os quais haviam sido contratados pessoalmente por Afrânio Peixoto em Paris (SOUZA, 2015).

Ao tomar posse da reitoria, Miguel Ozório não conseguia resolver a contratação dos professores e viu crescer as divergências entre os cargos indicados pelo atual Secretário Geral de Educação do Distrito Federal, Francisco Campos. Miguel Ozório pediu demissão do cargo alegando em carta que a contratação dos mestres franceses só teria a contribuir na universidade. Miguel Ozório deixou um legado na “institucionalização da pesquisa na

<sup>111</sup> Texto original: “Elle fut aussi une période de réflexion autour de la rationalisation de l'alimentation de l'enfant. Au nombre de 5217 en 1925-1926, le nombre de cantines scolaires augmente sensiblement dans l'entre-deux-guerres atteignant le chiffre de 10 000 cantines pendant la période du *Front Populaire*” (MARCHAND, 2014, p.522).

<sup>112</sup> O *Front Populaire* foi uma coalisão de partidos de esquerda que governou a França de 1936 até 1938. Duas conquistas para os trabalhadores franceses foram emblemáticas desse período, duas semanas de licença remunerada e a jornada de trabalho de 40 horas (no lugar de 48 horas) (Enciclopédia Larousse, verbete *Front Populaire*. Disp. [https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/Front\\_populaire/120463](https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/Front_populaire/120463) acesso em 19 out 2019).

universidade, como também na divulgação do conhecimento científico, com destaque para a elaboração de livros didáticos nesse campo e, particularmente para a formação de professores destinados ao ensino de ciências (LÔBO, 2002, p.836). Por esse motivo é suposto que ele tenha participado da promoção da importância da merenda escolar no Brasil. Além do mais, seu irmão com o qual trabalhava, Álvaro Ozório de Almeida também se dedicou aos estudos da Nutrição (VASCONCELOS, 2002).

Outro atuante de relevo no campo da Nutrição foi José Messias do Carmo (1899-1981), também defensor da merenda escolar. Na revista *A Escola Primária (RJ)* ele publicou um artigo denominado *A Alimentação e a escola* na edição de fevereiro e março de 1937. O médico atribuiu à subnutrição e à insuficiência alimentar “uma das causas mais frequentes do atraso pedagógico” e por este motivo a merenda escolar seria muito importante. Ao mesmo tempo em que afirmava ser esta uma preocupação dos educadores, também concordava com a responsabilidade da caridade social pela oferta de refeições.

Estes fatos influenciaram decisivamente no espírito dos reformadores da Escola, dando lugar à campanha vitoriosa em favor do copo de leite, da merenda, do prato de sôpa, da vitamina de frutas, laranjadas, limonadas, manteiga, cujos resultados têm sido tantas vezes exaltados. [...]

A fundação de Circulos de Páís e Mestres, congregando estes elementos, criou nova mentalidade entre páís e responsáveis, os quais se tornaram apaixonados partidários da merenda escolar, coadjuvando na formação de cooperativas escolares, organizações excelentes que permitem uma regular distribuição da merenda e de alimentos quentes, como sopas, mingãos e chocolate. As crianças têm o seu lanche garantido pela ajuda indireta dos outros alunos e dessa sorte, com a pratica do lanche escolar, ficou perfeitamente estabelecido o tipo de merenda a vir de casa e o fornecido pela escola. [...]

Os médicos escolares têm observado aqui e em toda a parte, que algumas crianças que não gostavam de leite, de pão, de verduras e frutas, por falta de costume, no convívio da escola adquirem este gosto, e o levam para casa, influenciando na modificação da rotina da família (CARMO, 1937, p. 144).

Messias do Carmo mostrava uma preocupação direta com a educação alimentar e nutricional. Como médico pernambucano, acumulou experiências de observação dos alunos com acesso à merenda mais saudável. Acreditava na efetividade da higiene escolar e da alimentação saudável pelo exemplo (CARMO, 1937), difundido também pelos intelectuais franceses. Carmo foi membro titular da Academia Nacional de Medicina empossado em 1962.

### **3.1.4 A merenda como parte da cultura escolar**

De acordo com Freitas (2005, p. 165) a Revolução de 1930 teve consequências impactantes na “consolidação do Estado como interlocutor principal da sociedade para o

encaminhamento das questões relacionadas à educação escolar”. A voz do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, sob a pena de Fernando de Azevedo, simbolizava o conclave de intelectuais em uma movimentação política que percebeu a República como incompleta e “ainda que com contradições, sinalizava que a disseminação da escola pública deveria ser considerada o dado ausente, a lacuna a ser preenchida” (p. 178).

Diversos signatários do *Manifesto* proferiram em ocasiões diversas que as refeições escolares deveriam fazer parte dessa escola pública idealizada. Longe de terem um pensamento uníssono, estes intelectuais perceberam a escola, para além do seu caráter pedagógico, como um lócus tanto de oferta de uma complementação alimentar como ambiente propício para a educação alimentar e nutricional. Tanto uma como outra característica, ainda que costurada no tecido da assistência escolar, foram parte fundamental da construção da alimentação escolar como um direito e o fornecimento dela como uma política social, fato que aconteceria muitas décadas mais tarde.

Apesar dos esforços propagandísticos dos ideólogos do Estado Novo na classificação do período de 1930 até 1937 como um primeiro passo para o golpe que iria ocorrer, Gomes (1998) afirma que não foi assim. Esse período é fortemente marcado por “conflitos e negociações, violentos e delicados, conformadores de uma ‘incerteza’” (GOMES, 1998, p.515). A crescente concentração do poder nas mãos do presidente Vargas possibilitou a ele um lugar de mediador entre os dois principais projetos para a educação no Brasil. Segundo Libânia Xavier (2005), a disputa entre um projeto de renovação da educação dos educadores em consonância ao pensamento escolanovista e o “projeto de recristianização da sociedade” defendido pelos intelectuais católicos pretendia organizar o sistema de ensino aos moldes do que cada grupo acreditava. Essa disputa “mobilizou argumentos e organizou ações políticas em defesa da aplicação de certos princípios na legislação de ensino, na organização da burocracia educacional e no funcionamento das escolas” (p.107).

Tendo em vista as discussões perpassadas neste estudo e o contato com os documentos que representavam as opiniões dadas por diversos intelectuais, a oferta da merenda escolar parecia ocupar um lugar comum entre os grupos divergentes. A distribuição de refeições no ambiente escolar realizado pela própria escola estava se tornando gradativamente, a partir da década de 1930, um ponto de concordância entre educadores. No entanto, deve-se estar atento ao fato de que o financiamento continuava a cargo das caixas escolares, e portanto de caráter caritativo, visto que na maioria das vezes as refeições eram somente para os alunos carentes.

Parece possível entender que a oferta da merenda escolar dentro do ambiente da escola se caracterizou no Brasil, após a década de 1930, como a constituição de uma prática

cotidiana escolar e por isso, parte da própria cultura escolar. Essas refeições passaram a fazer parte do dia-a-dia da escola, da relação entre alunos e professores, entre médicos escolares e professores, entre estes e os alunos, entre a escola e a sociedade e entre a sociedade e o Estado<sup>113</sup>. Dentro desse contexto histórico ainda não se podia dizer que no Brasil havia uma responsabilidade financeira do Estado na oferta de merenda, mas havia alguma responsabilidade no estímulo para a oferta e também um movimento de regulamentação das refeições, dos modos de preparo, das quantidades e das práticas educativas em relação aos hábitos alimentares. Essa afirmação é feita com base nos estudos levados a cabo até então, visto que este ponto de vista sobre a merenda não tem relevo entre os historiadores da educação.

Obviamente, como previne Dominique Julia (2001), as práticas, mesmo regulamentadas, obedecem ao comportamento humano e por isso a oferta de merenda também passou por diversas interpretações e adaptações nos diferentes lugares onde a escola se responsabilizou por dar uma refeição no momento em que a criança estava sob seus cuidados. Ressalta-se ainda que uma característica indelével do Brasil é sua extensão continental que marcadamente influenciou na oferta de refeições, desde o início, nas distintas partes do país.

Ao final da década de 1930, havia uma discussão mais clara da importância da alimentação para uma educação de qualidade. Estavam surgindo novas pesquisas em saúde pública no Brasil que apontavam para os agravos causados na população brasileira devido às carências nutricionais recentemente compreendidas pelos estudiosos do tema, como Josué de Castro, o qual pretendia entender como a fome exerce uma “ação despótica, quase determinante, na ronciosa evolução social dos grupos humanos” (CASTRO, 1984, p. 60).

O golpe do Estado Novo instaurado, logo no primeiro momento o aumento da repressão e da censura era explícito, prevalecendo um “autoritarismo desmobilizador, fundado basicamente no uso da coerção” (GOMES, 2014, p.31). Houve uma combinação entre implantação de políticas sociais e propaganda positiva do regime na qual parece a oferta da merenda escolar se enquadrar. O panorama internacional era muito conturbado devido à iminência assustadora de outra guerra mundial.

Um aspecto curioso da merenda escolar ainda nesse espaço de tempo foi ponto de discussão. No que concerne à sua distribuição nas escolas, volta-se à fala de Clark sobre ser “um milagre”. Na busca por entender como estava a relação do governo do Distrito Federal com a oferta de refeições no ambiente escolar, surge uma situação que soa dicotômica: qual

---

<sup>113</sup> Para a construção deste pensamento foi utilizado o conceito de cultura escolar trabalhado por Diana Vidal e Cleonara Schwartz (2010).

seria a responsabilidade dos órgãos oficiais de educação na oferta da merenda? O discurso assumido pela Superintendência de Educação de Saúde e Higiene Escolar, subordinada ao Departamento de Educação, em muitas ocasiões traz para si um protagonismo em relação à oferta de sopas, leite, ou outras refeições ofertadas nas escolas públicas. Porém a responsabilidade pela merenda ainda estava a cargo das caixas escolares cuja manutenção acontecia pela caridade social e era responsabilidade dos professores a manutenção da referida caixa. Havia doações financeiras do governo que contribuía para a oferta, mas ainda não uma reponsabilidade oficial.

Esta disparidade de discursos foi questionada na nota “O pauperismo escolar” publicada no jornal *O Radical (RJ)* do dia 29 de março de 1939.

Um problema está exigindo as atenções do sr. Henrique Dodsworth, merecendo ser incluído no seu plano de melhoramentos da cidade, é sem duvida o que se refere á alimentação dos nossos escolares.

É sabido que nessa epoca de idade infantil há uma phase intensa de crescimento, de grande desenvolvimento corporal.

Ora, succede que justamente nesse período há também maiores despezas na manutenção dos filhos, sendo que nas classes pobres as dificuldades são permanentes.

Foi por isso que instituíram as professoras, em nossas escolas publicas, o serviço de merenda escolar, onde graças ao seu zelo e espirito caritativo se consegue muitas vezes repetir o milagre da multiplicação dos pães.

São ellas que angariam os recursos necessários para essa distribuição, incentivando as contribuições para a Caixa escolar, conseguindo patronos para essa obra de benemerência, apellando por todas as fórmulas para a boa vontade geral.

Entretanto, ansioso de publicidade, o superintendente chefe do serviço de hygiene escolar fez incluir nos trabalhos da superintendência, os dados estatísticos das merendas distribuídas, procurando assim embair as autoridades e o publico, locupletando-se com o trabalho alheio.

O peor, entretanto, é que essa vaidade ia prejudicando seriamente a merenda escolar, pois quasi todos os mantenedores, crenes de que o serviço havia sido encampado pela Secretaria Geral [de Instrução Pública], já não mais queriam contribuir, uma vez que o prato de alimento devia estar sendo custeado pelos cofres municipaes.

Foi um custo para as directoras convencerem patronos e contribuintes vários que a superintendência medica nada tinha com o caso, sendo até raros os médicos que se interessavam pelo assumpto.

Aliás, essa seria justamente a solução peor, tal interferência, pois até hoje o prato de alimento tem sido distribuído pelas professoras regularmente.

No dia em que muita gente começar a fazer exigencias theoricas, a traçar normas scientificas de merenda integral a metter a colher, adeus sopa escolar (O PAUPERISMO ESCOLAR, 1939, p.4).

O autor da nota chama a atenção para o fato de que os dados estatísticos da oferta da merenda no Distrito Federal estavam sendo publicados nos relatórios da Superintendência de

Educação e Higiene Escolar. Tais dados vinham sendo publicados também em outros relatórios de instâncias ligadas à Secretaria Geral de Instrução Pública, Departamento de Educação, ligados ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), sob a chancela de Gustavo Capanema (de 1934 até 1945). Este estudo aponta algumas destas publicações em relação à distribuição de merendas. Realmente causa, ainda hoje, confusão de protagonismo. As merendas eram subsidiadas pelas caixas escolares, as quais eram mantidas por financiamento de mensalidades e doações esporádicas. Quando a quantidade da oferta passa a ser relacionada nos documentos oficiais do serviço de higiene escolar, tem-se a impressão de ser por este serviço oferecida. Pode-se perceber também na nota um descontentamento com a atuação dos médicos escolares.

O interventor do Distrito Federal no período da publicação da nota era Henrique Dodsworth (1895-1975) que ficara no cargo de 1937 até 1945 e o Secretário Geral da Educação e Cultura do Distrito Federal era o engenheiro José Pio Borges de Castro (1885?-1973). As discussões sobre a oferta da merenda escolar pelas escolas públicas vinham tomando maior repercussão e as ações do governo em prol da oferta eram esparsas e direcionadas ao incentivo da caixa escolar mantida pela benemerência.

No ano de 1939, Pio Borges assinou uma portaria que garantia a todos os alunos do Ensino Elementar das escolas municipais do Distrito Federal receberem merenda diariamente.

As Caixas Escolares que até aqui tinham um papel isolado no fornecimento da merenda escolar, passam a ter a ajuda do governo municipal para garantir a refeição diariamente. Apenas cinco meses após a denúncia veiculada no jornal *O Radical*, a prefeitura do Distrito Federal resolveu regulamentar a situação da utilização das Caixas Escolares como financiadoras da merenda escolar. Como pode ser observado no Diário Oficial do dia 29 de agosto de 1939, no expediente dado pelo Secretário Geral da Educação e Cultura no Boletim nº 195:

Considerando ser uma das condições primordiais para que o escolar possa aproveitar a contento o ensino, que lhe é dado, deve encontrar-se bem alimentado;

Considerando exprimir-se por avultada cifra, o número de crianças desnutridas, que freqüentam as escolas públicas da Prefeitura, sem que tenham em casa recebido refeição suficiente;

Considerando que problema da alimentação se acha muito intimamente ligado ao do ensino, cumprindo a administração cuidar ao mesmo tempo de um e de outro;

Considerando que a distribuição de merendas representa uma das formas mais valiosas de emprêgo dos recursos das "Caixas Escolares" [...]

Resolve;

- 1º) A todos os alumnos das escolas elementares da Prefeitura, seja fornecida, diaria e gratuitamente, uma merenda;
- 2º) Para colaborar na assistência á criança, em particular a manutenção do "Serviço de Merenda", consoante o dispositivo constitucional em vigor, os alunos contribuirão na medida das posses dos pais ou tutores, até 10\$000 [dez mil réis] mensais, excetuados os reconhecidamente desprovidos de recursos;
- 3º) Em cada escola, 70% no minimo da renda bruta da respectiva *Caixa Escolar* serão destinados ao Serviço de Alimentação;
- [...]
- 9º) Os recursos constantes das leis orçamentarias para os fins do Serviço de Merenda serão distribuídos por adiantamento, ás administrações de cada circunscrição, [...];
- 16º) As diretoras de escola promoverão reuniões periódicas de pais de alunos e outros moradores do lugar para informá-los dos benefícios a prestar à criança, dos benefícios prestados pela escola e do muito que toda pessoa bem intencionada pode fazer nesse sentido concorrendo ou com dinheiro ou com donativo em espécie ou com trabalho de qualquer natureza:
- 17º) Para que a criança tenha participação activa nos trabalhos da Caixa Escolar e no próprio Serviço de Merenda, para que compreenda o alcance do objectivo dessa instituição e se convença que póde colaborar na obra colectiva, qualquer que seja a sua condição econômica, fica instituído o dia no mez: "Dia da Merenda" [...] (MERENDAS DIARIAS E GRATUITAS, 1939, p. 6).

Nota-se que as considerações iniciais de tal expediente mostram claramente sua preocupação e direcionamento para as crianças desnutridas, consideradas como maior percentual dos alunos frequentadores das escolas públicas municipais, que não tenham "em casa recebido refeição suficiente". Há uma associação realizada no expediente sobre o "problema da fome" com o "problema da educação", tomando para a administração escolar a responsabilidade de contornar tal situação de má-alimentação com a evasão ou o baixo rendimento escolar.

Apesar do artigo primeiro do expediente citar que a merenda se destina gratuitamente a todos os alunos das escolas elementares, logo no artigo 2º há uma instrução para a contribuição financeira dos alunos "na medida das posses dos pais ou tutores, até dez mil réis mensais", mas ressaltando que fossem dispensados de pagamento "os reconhecidamente desprovidos de recursos". Isso significa que não era gratuita para todos os alunos como quis parecer.

O artigo 9º declarou que as verbas orçamentárias seriam enviadas no mês anterior e teriam com base o valor mínimo de uma refeição comumente oferecida. Os artigos restantes completam dizendo que o Serviço de Higiene Escolar iria recomendar o tipo de merenda a servir, que as Caixas Escolares que tivessem sobra de valores em um mês teriam que reparti-la com outras que estivessem sem recursos suficientes.

No artigo 16º foi indicada a necessidade de promover para a comunidade do entorno escolar o conhecimento dos benefícios da merenda com o intuito de favorecer uma sensibilização junto à mesma, no sentido de promover a contribuição financeira ou operacional imprescindíveis para o funcionamento do Serviço de Merenda.

Posto isso, percebe-se que apesar de ser um importante começo no reconhecimento da necessidade de o poder público assumir a responsabilidade pela oferta das refeições, esta ainda assim continuava a ser assumida pela benemerência social e pelo esforço cotidiano de pais e professores. Outrossim, o artigo 17º causou polêmica por ter a criança que contribuir, mesmo não tendo condições suficientes para isso.

Tal polêmica pode ser ilustrada por uma carta ao editor que foi publicada na Seção *Coisas da Cidade* do *Jornal do Brasil* no dia 20 de outubro de 1939. Assinada pelo Dr. Luís Mario Basto<sup>114</sup> a carta se queixava que a cobrança sobre a merenda escolar era injusta para aquelas crianças que não tinham condições financeiras para tal. O autor apontou que muitas crianças viviam em condições econômicas muito precárias e por isso não podiam contribuir. “Como se pode compreender diante disso, Sr. Redator, que vindo de casa mal alimentada ou mesmo em jejum, possa ser essa mesma criança que haja de cooperar para a melhoria de uma instituição que ‘devia’ vir em seu socorro? Onde, então, o seu mérito?” (DIA DA MERENDA, 1939, p.6). O editor transcreve três bilhetes escritos por pais que se desculparam por não enviar a contribuição obrigada na legislação.

Esta portaria do Rio de Janeiro, Distrito Federal, foi decretada quando já havia uma estrutura educacional e da alimentação escolar mais organizada. Fernandes (2012) apontam que, por ter sido a capital do país até 1960, o Rio de Janeiro se destacava “por haver na educação pessoas com interesse na alimentação escolar, dispunha de uma quantidade superior de verbas, serviços e especialistas interessados na subnutrição infantil” (FERNANDES, 2012, p.23). Completando que “por haverem maiores recursos, conhecimentos e capacidades, os escolares do Rio de Janeiro não só tiveram um padrão de atendimento melhor que em outros lugares, como o obtiveram antes” (FERNANDES, 2012, p.24), este cenário possibilitou o pioneirismo na instituição da alimentação escolar no Distrito Federal. Entretanto, ressalta-se que muitas escolas, mesmo após a regulamentação, ainda não tinham refeições para os alunos todos os dias, já que o financiamento ainda era impreciso, vindo de mensalidades das caixas escolares, de prêmios da loteria, de doações esporádicas, de doações em alimentos, de criação e manutenção de associações sociais, de festas e quermesses beneficentes, de

---

<sup>114</sup> Não foram encontrados dados sobre o autor da carta nem sobre o editor de então do *Jornal do Brasil*.

apadrinhamentos militares que mantinham as doações perto dos quartéis e, finalmente, por ajuda do poder público, caso não fosse suficiente a arrecadação até ali (PINHO, 2015).

É possível ver, nos jornais do período, queixas sobre as refeições servidas. Como na nota acima mencionada na coluna *Coisas da Cidade* sobre uma carta de Luís Mario Basto, na qual ele disse que “apesar de todas essas iniciativas que visam o fortalecimento físico do aluno, as merendas nas escolas ainda deixam muito a desejar. Não havendo uma orientação esclarecida para os responsáveis, são elas, em muitas escolas, pobres em valor nutritivo e pouco variadas” (DIA DA MERENDA, 1939, p.6).

É preciso destacar por fim, a presença de Dante Nascimento Costa (1912-1968) no estímulo à alimentação escolar de qualidade no Brasil. Dante Costa se formou em Humanidades e em Medicina no Rio de Janeiro e se especializou na Universidade de Paris. Em 1937 ele publicou a obra *As bases da alimentação racional* na qual ele explorou de forma didática as práticas alimentares consideradas adequadas à época. O livro foi reeditado em 1940 e 1949. Publicou também outras várias importantes obras para o campo da nutrição e até obras literárias, mas destaca-se aqui – por motivo de recorte temporal – a *plaquette*<sup>115</sup> editada em 1939 pela Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI) do Ministério da Educação. Denominada *Merendas Escolares* a proposta de Costa foi enumerar 25 sugestões de merendas que fossem nutritivas e práticas, “há na lista em apreço, de par com os tipos de merenda faceis de confeccionar em qualquer região, e outros organizados de acôrdo com as exigências locais das zonas em que se divide o território nacional”. No livro ele se preocupou em variar de acordo com os alimentos das regiões do Brasil e tratou tanto dos comuns “que há em todo Brasil como carnes, ovos, legumes, frutas” como daqueles típicos das regiões como “o chibé<sup>116</sup>, o guaraná e o assaí da Amazonia, a rapadura, o beijú e o requeijão do Nordeste e do Norte, o mate e o guaraná das regiões centrais, o bolo de milho das regiões em que não há pão de trigo” (AS MERENDAS ESCOLARES, 1939, p.5). Este pequeno livro foi reeditado e ampliado em 1943 pela editora do Serviço de Alimentação e Previdência Social (FOGAGNOLI, 2017, p.84).

Em 1948, Dante Costa publicou outro livro de mesmo tema com o nome de *Alimentação do Escolar* pelo Ministério da Educação e Saúde. Nele o autor trata de novo das vinte e cinco sugestões do livro anterior, afirmando que estas seriam merendas que viriam de casa, enviadas pelos pais. Ele usou a terminologia merenda para as refeições vindas de casa e

<sup>115</sup> O termo é utilizado pelo autor da nota jornalística sobre a publicação de Dante Costa. Significa um pequeno livro em formato reduzido com poucas edições. Foram cinco mil exemplares publicados da referida obra.

<sup>116</sup> Um tipo de mingau salgado feito com farinha de mandioca e água, típico da culinária tupi. Pode variar na espessura e nos temperos adicionados (MURRIETA, 1998).

o desjejum escolar, que seria aquele realizado quando o aluno chegasse à escola e seria oferecido pela mesma. Neste livro Dante também publicou os resultados de um inquérito alimentar realizado com 583 crianças com idade entre 07 e 14 anos, alunos tanto de escolas públicas como privadas (FOGAGNOLI, 2017, p.85). Para o pesquisador “as causas mais comuns do problema alimentar no Brasil eram: pobreza, escolha errada dos alimentos e falta de alimentos disponíveis para a maior parte da população” (COSTA, 1948 *apud* FOGAGNOLI, 2017, p.86).

Ao contrário que queria Dante Costa, as refeições oferecidas nas escolas continuaram a ser chamadas de merenda escolar, inclusive oficialmente nas legislações até 1979, quando passa a ser denominada “alimentação escolar”. No entanto, na prática cotidiana da escola, ainda nos dias de hoje é chamada, carinhosamente ou pejorativamente, de merenda escolar.

O Serviço de Alimentação e Previdência Social, SAPS como era conhecido, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.478 de 05 de agosto de 1940, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Era localizado no centro do Rio – posteriormente sendo chamado de SAPS central, na Praça da Bandeira – e seu objetivo era propiciar uma alimentação adequada aos trabalhadores por valores mais acessíveis do que os comumente praticados. As ações incluíam a divulgação entre empregados e empregadores das vantagens de uma alimentação saudável, abertura de refeitórios que fornecessem refeições mais baratas e nutritivas, estímulo à abertura de refeitórios nas fábricas por meio de subsídio de compra de gêneros alimentícios a valores inferiores ao do mercado (BRASIL, 1940).

O financiamento do SAPS seguia a mesma cartilha das merendas escolares. Estímulo para que se mantivesse sozinho, no intuito de que o financiamento dos cofres públicos fosse o menor possível. Como se pode ver na letra da lei:

Art. 3º A receita do Serviço será constituída pelo seguinte:

- a) renda resultante do funcionamento dos restaurantes instalados pelo Serviço;
- b) renda resultante da venda de gêneros alimentícios a empregadores que tenham em suas fábricas restaurantes próprios;
- c) aluguéis das partes dos prédios do Serviço por este não ocupadas;
- d) rendas eventuais (BRASIL, 1940).

As refeições eram pagas pelos trabalhadores a preços reduzidos, o que permitia a ajuda nos custos, além disso, as fábricas que se dispusessem a criar refeitórios para seus

trabalhadores poderiam comprar os gêneros alimentícios subsidiados pelo governo<sup>117</sup>. Aos poucos foram sendo criados mais institutos e a legislação previa que os prédios onde os SAPS foram instalados poderiam alugar suas salas ociosas, o que lhes rendia renda. Podiam aceitar doações diversas para a manutenção do serviço, assim como nas Caixas Escolares, em prol das merendas.

Dante acreditava que a oferta de refeição para aquelas crianças que não podiam tê-la em suas casas, poderia ter um papel educativo. Disse ele que “a questão alimentar da criança em nosso país não é, contudo, um problema apenas assistencial. Em alimentação pública, no Brasil, é útil assistir, mas é também muito útil educar” (COSTA, 1948 apud FAGAGNOLI, 2017, p. 89).

Devido ao recorte temporal delimitado neste estudo, não será aprofundada a atenção ao SAPS, instituto de extrema relevância para a consolidação de políticas de alimentação no Brasil, bem como para o próprio campo da Nutrição no Brasil. Dante Costa, após inquérito alimentar infantil realizado por sua equipe, promoveu a partir de 1942, nas instalações do SAPS central o que denominaram *desjejum escolar*. Nele era oferecido, segundo Stefanini (1997, p.32), “um sanduíche de carne, de galinha, ovo ou queijo, um copo de leite e uma fruta”. Para frequentar o desjejum escolar do SAPS a criança deveria ser filha de trabalhador cadastrado no SAPS<sup>118</sup>.

### 3.1.5 Modelo francófono

É preciso se atentar que as dimensões discutidas aqui sobre a influência francesa na construção de um ideal de oferta de refeições pela escola tomam fôlego quando se pensa no fator cultural como determinante nesse processo. A influência cultural francesa, não exclusivamente, mas majoritariamente, permeava a construção de uma elite intelectual brasileira e de outros países latino-americanos. Essa influência cultural escorava-se nos alicerces de um ideário de uma grandeza e glória da França e da construção do Republicanismo. Desta forma, a cultura francesa foi tomada como um modelo para a resolução de situações impostas ao mundo que quisesse se considerar moderno e civilizado. O próprio processo de obrigatoriedade da escolaridade, segundo Rui Ramos (1988, p. 1067), seguindo os moldes franceses de laicidade e gratuidade, estabeleceu-se nos Estados nacionais em meio a “longas discussões nos parlamentos e na imprensa”.

---

<sup>117</sup> O estímulo mais enfático, em forma de dedução de impostos para os empregadores que fornecessem refeições aos seus trabalhadores, só viria com o Programa de Alimentação do Trabalhador decretado pela Lei nº 6.321 de 14 de abril de 1976.

<sup>118</sup> Detalhes deste desjejum podem ser vistos no trabalho de Marcela Fogagnoli (2017).

Como já mencionado, entende-se que o fim da Primeira Guerra Mundial trouxe para a França uma certeza de que sua influência cultural, até então bem estruturada, estava a ruir. Os esforços do governo francês em fincar estacas ideológicas em países cuja influência até a *Belle époque* era indiscutível, como o caso do Brasil, marcaram no período entreguerras a circulação de ideias entre estes países. Tem-se consciência das enormes nuances e processos que envolvem entender como se desenrolam os tecidos e tece a indumentária de uma influência cultural e, por isso, a intenção neste estudo foi mostrar o alinhavo da construção da oferta das refeições escolares bem no epicentro temporal da investida francesa em manter seus domínios culturais.

A escolha de 1939 como marco final do estudo se justifica pela escolha do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual como condutor do processo de *rayonnement culturel et scientifique* da França para o Brasil e para Portugal, após a Primeira Guerra, no que concerne às refeições escolares. O Instituto teve suas atividades bruscamente interrompidas com a declaração (anunciada) da Segunda Guerra (RENOLIT, 1999), ainda que sua extinção oficial viesse a acontecer em 1946. A influência de *l'Hexagone* nos países da América Latina que é ponto pacífico no século XIX, tomou forma de uma política cultural caracterizada por um empreendimento do governo francês em propaganda cultural (RENOLIET, 1999; SUPPO, 2000; VAYSSIÈRE, 2002; KOTT, 2011).

As ações do IICI permitiram uma via de mão-dupla no que se refere à difusão da ideia positiva sobre a cultura brasileira. Desde a criação do Instituto, mas, sobretudo após 1937, quando foi instituído no Brasil o Serviço de Cooperação Intelectual o qual era vinculado ao IICI, havia tentativas de promover o conhecimento no estrangeiro sobre o Brasil. Este serviço foi promovido pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema e mudaria de nomenclatura logo em 1938 passando a se chamar Divisão de Cooperação Intelectual. Entre outras ações deste serviço, se destacam:

a revisão dos livros de História e Geografia dos principais países do mundo com a finalidade de introduzir uma imagem completa e exata do Brasil; a criação de bolsas para estudantes brasileiros que desejassem partir para o estrangeiro; a concessão de subvenções às revistas estrangeiras para que publicassem trabalhos sobre o Brasil e também a instituições que organizassem congressos científicos internacionais (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.206).

Da mesma forma, houve a sugestão por parte de Capanema em subvencionar institutos estrangeiros no Brasil, ação justificada por “razões especialmente geopolíticas”. A subvenção seria direcionada ao “Instituto Franco-brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária (1922),

o Instituto Luso-brasileiro de Alta Cultura, o Instituto Germano-brasileiro e o Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura (1934)” (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.206). Entretanto a Divisão de Cooperação Intelectual não conseguiu ter autonomia, de ação e financeira, durante o Estado Novo tendo se rivalizado com o Departamento de Imprensa e Propaganda (órgão de censura do regime). Juliette Dumont e Anaïs Fléchet (2014) apontam que o órgão permitiu que se fizesse “uma política híbrida na qual é difícil distinguir o que era relativo à cooperação internacional e o que se assemelhava à propaganda cultural: entre o modelo autoritário e a estratégia *à la française*, o Brasil não se posicionou” (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.207).

Essa política de irradiação ou influência francesa na América Latina foi bem sucedida até a Segunda Guerra, mesmo concomitante à presença crescente estadunidense. “Até a metade do século XX, a referência à influência cultural francesa na América Latina é lugar comum que nutre os discursos dos homens políticos de um lado e outro do Atlântico. Nesta época onde a França se apresenta como a mãe espiritual e a ‘protetora natural’ das repúblicas latinas do Novo Mundo” <sup>119</sup>(VAYSSIÈRE, 2002, p.163). Mas, ao final da guerra, Vayssère (2002) afirma que o modelo francês antes valorizado, dá lugar ao modelo norte-americano. E que este último, mesmo sendo seguido pelas sociedades, era também criticado pela “classe média latino-americana” (p.163).

No caso de Portugal, estando geograficamente muito mais próximo à França, mas vivendo uma situação social e econômica diferenciada dela, e parecida com o Brasil, mostra indícios de também ter sentido a influência cultural francesa na construção da oferta de suas cantinas escolares. Ver-se-á no subcapítulo seguinte os indícios desta premissa.

---

<sup>119</sup> Texto original: Jusqu'au milieu du XXe siècle, la référence au rayonnement culturel français en Amérique latine est un lieu commun qui nourrit les discours des hommes politiques, de part et d'autre de l'Atlantique. C'est l'époque où la France se présente encore comme la mère spirituelle et la « protectrice naturelle » des républiques latines du Nouveau Monde (VAYSSIÈRE, 2002, p.163).

### 3.2 Portugal: entre o desenvolvimento econômico e o “medo da subversão”<sup>120</sup>

[...] o peso das afinidades culturais, da presença, da influência e do prestígio de uma cultura nacional em determinada área do globo é, invariavelmente, resultado de um processo, de uma política mais ou menos bem-sucedida que determinará a aproximação ou o afastamento entre as sociedades (SUPPO; LESSA, 2007, p. 243).

Os anos compreendidos entre 1918 a 1932, como explica José-Augusto França (1983), foram determinantes na condução dos valores sociais e culturais dos novos tempos na Europa. Portugal se encontrava neste momento em uma profunda falta de estrutura social, com altas taxas de analfabetismo, preços dos alimentos aumentados em muitas vezes, levando a uma carestia generalizada e à formação de uma nova elite portuguesa fruto de novas conjunturas econômicas (FRANÇA, 1983, p.824).

Com o fim Grande Guerra, a inflação estava muito alta em Portugal e os gêneros alimentícios muito caros, o que gerava uma condição de precariedade da maior parte da população, especialmente a rural, a qual era a maioria (FRANÇA, 1983; LOPES, 2006).

As cantinas escolares, assim, tinham um papel de facilitadoras do processo de escolarização, já que poderiam fornecer alimentação e vestuário para aqueles alunos cujos pais passavam por dificuldades econômicas. No jornal *Estrela do Minho* publicado em Vila Nova de Famalicão<sup>121</sup> no dia 27 de fevereiro de 1921, uma nota faz referência a esta função das cantinas.

[...] a instituição das Cantinas Escolares, além de um benefício para os pobres, obviaria salutarmente ao decrescimento da população escolar e portanto diminuiria o analfabetismo.

O dever dos Governos era distribuírem da verba da Instrução a quantia necessária para as Cantinas. As crianças pobres, tendo na escola o caldo diário e o seu pão, roupa e livros, procura-la-iam com interesse e seriam outros tantos cidadãos futuros sabendo ler, diminuindo a percentagem vergonhosa de analfabetos que Portugal apresenta (CANTINAS ESCOLARES, 1921, p.2).

O autor da nota chama a atenção do leitor para o fato de que o Estado já deveria ter tomado para si a responsabilidade de oferecer as refeições escolares em um período difícil para a população lusitana. A cantina seria motivadora da frequência dos alunos mais carentes

<sup>120</sup> Esta expressão foi dita por António Candeias (2005, p.496).

<sup>121</sup> Hoje este município pertence ao Distrito de Braga, Portugal.

e poderia melhorar o nível de escolaridade da população. De acordo com o trabalho de Candeias e Simões (1999, p.166), em 1920, variava de 30 a 40% o quantitativo da população portuguesa que era alfabetizada (com idade entre 7 e 54 anos). E, como já dito, diversas legislações tentavam aumentar a escolaridade, com pouco sucesso até os anos de 1960.

Sob um cambaleante republicanismo, no dia 28 de maio de 1926 aconteceu o golpe liderado pelo general Gomes da Costa, dando fim à chamada Primeira República Portuguesa e início à Ditadura Militar. O acontecimento foi noticiado no Brasil em diversos jornais. No jornal brasileiro *A noite* na edição extraordinária do dia 31 de maio de 1926 a manchete principal dizia “*Triunphou a Revolução Militar em Portugal*”.

Após a implantação da ditadura “só faltava o ditador” que apareceria em 1928 na figura de António Oliveira Salazar que viria a se “assenhorar do Estado, desterrar a democracia e governar com mão de ferro um país onde os militares, degolada a república, tinham procurado quem fosse capaz de segurar o timão do governo, e mantê-lo fixo numa direção certa e ordeira” (MEDINA, 2000, p.311-312).

O denominado Estado Novo, de acordo com o pesquisador Fernando Rosas (1989, p.107), realizou com “êxito duradouro a síntese da experiência de sucessos e fracassos das direitas portuguesas”. Dessa forma, pode-se dizer que ele representou a “estabilização de um equilíbrio arbitrado pelo salazarismo entre as ‘duas direitas’, entre as forças de modernização e as de conservação na classe dominante, entre estas e os sectores intermédios, num compromisso ideológico e político de raiz autoritária, antiliberal e antidemocrática”. Essa convivência de elementos contraditórios caracteriza o Portugal do entreguerras entre o desenvolvimento e a estagnação econômica.

### **3.2.1 Dilemas da ampliação da escolarização**

A legitimação da escola moderna era um processo que vinha ocorrendo em diversos países. Em Portugal, “durante as três primeiras décadas do século XX, uma das estratégias adotadas para promover o contato com modelos educativos estrangeiros foram as viagens pedagógicas a países europeus de referência no campo educativo” (SILVA, 2017, p.12). Este modo de ação vinha sendo realizado mais ativamente desde a virada do século (SILVA, 2017). Segundo Carlos Manique da Silva (2017, p.15), as influências estrangeiras nas reformas educacionais da Primeira República portuguesa foram especialmente a italiana e a francesa, e, um pouco mais tarde, também a alemã. Entretanto, para este autor, a existência do Ministério da Instrução Pública, “órgão central de coordenação do sistema educativo”, que promovera o intercâmbio, mesmo tendo realizado algumas ações legislativas com ares de

modernidade, não foi suficiente para mudar a dinâmica do ensino português de então (SILVA, 2017, p.24).

Como afirma António Candeias (2005, p.494), “Portugal é uma sociedade em que a educação moderna, ou seja, a escola contemporânea, do Estado ou por ele controlada, de frequência obrigatória para classes de idade determinadas por lei, independentemente do sexo, da etnia ou da religião, é de implantação extremamente tardia” quando comparado com outros países europeus. Isso retoma o processo de utilização de modelos de países mais desenvolvidos para a construção do sistema educacional mais efetivo. É possível que junto dessas influências sobre o sistema educativo, as cantinas escolares tenham sido parte integrante como forma essencial da assistência escolar.

Este processo de internacionalização das ideias vinha acontecendo desde o século XIX, mas tornou-se mais intenso entre os educadores portugueses nas três primeiras décadas do século XX. Em 1907 há registros de ter saído o primeiro grupo de educadores bolsistas financiados pelo Estado para estabelecer relações com as novas ideias pedagógicas circulantes e as experiências bem sucedidas de reconhecidos educadores como Edouard Claparède (1873-1940), Adolphe Ferrière (1879-1960), Célestin Freinet (1896-1966), Pierre Bouvet, Jean-Ovide Decroly (1871-1932)<sup>122</sup>. Estas visitas de estudo continuariam mesmo após o golpe militar de 1926 e durante o Estado Novo (FIGUEIRA, 2004).

A escolarização no período do regime de Salazar “fez-se eco do tradicional dilema, comum ao pensamento conservador do século XIX e primeira metade do século XX” o qual considerava que a massificação da educação “coloca de um lado o desenvolvimento económico e do outro o medo da subversão da ordem tradicional que o domínio de uma ferramenta conceptual tão poderosa como a escrita possibilita, de um lado o controlo social que a educação permite e do outro a emancipação a que ela abre portas” (CANDEIAS, 2005, p.496). Outrossim, no que diz respeito ao ensino primário, caracterizaram esse período histórico português tomadas de decisão sobre a escolarização com o objetivo de limitar o saber ao mínimo necessário, aliado à diminuição de quatro para três anos a escolarização obrigatória, um grau de investimento financeiro diminuído, desvalorização do professor e forte centralização das decisões pedagógicas (CORREIA, 1998, p.74).

A criação das cantinas escolares em Portugal foi acontecendo gradativamente e noticiada nos jornais. No dia 30 de outubro de 1928 uma notícia de Portugal era apresentada

---

<sup>122</sup> Todos estes inestimáveis pesquisadores e educadores tiveram contribuições fabulosas para a Educação. Não serão tratados neste estudo, mas foram citados por terem tido contatos com os educadores portugueses que fizeram circular os ideias pedagógicos em Portugal e, muito provavelmente a ideia da presença da cantina escolar como parte deste processo educativo.

no periódico carioca *O Jornal*. Tratava-se da inauguração da Cantina Escolar de São Mamede<sup>123</sup> (Figura 10) em Lisboa que contara com uma grande solenidade como descreve a nota. “O acto foi presidido pelo general Carmona e teve a assistência dos Ministros, representantes do mundo official, professores e delegações de todas as escolas da capital” (O JORNAL, 1928, p.2).

Figura 10: Cantina Escolar de São Mamede [à esquerda] na antiga Praça do Brasil<sup>124</sup> (191?)  
(Direitos autorais Arquivo Municipal de Lisboa, Código de referência:  
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000336)



O então general (em 1947 passou a marechal) Óscar Carmona, citado na nota do jornal, foi um dos líderes do golpe de 28 de maio de 1926. Ele se elegeu Presidente da República ao afastar o militar Gomes da Costa (líder do golpe) em novembro do mesmo ano. Não saiu mais do poder desde esta data, já tendo uma relação com Salazar – que passou a ser em 1928 o Ministro das Finanças – continuou exercendo o cargo de presidente até a sua morte em 1951. Foi, portanto, Presidente de 16.11.1926 a 18.4.1951. Um quarto de século. É por isso o “Presidente da República que mais tempo permaneceu em funções, e previsivelmente continuará a sê-lo, tendo em conta a actual legislação sobre o limite de mandatos sucessivos” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019, *on line*).

<sup>123</sup> Esta antiga freguesia lisboeta de São Mamede, nas encostas do Castelo de São Jorge, foi extinta em 2012, sendo o seu território juntamente com o das freguesias de São José e Coração de Jesus se tornado a nova freguesia de Santo António (PORTUGAL, 2012, p.6455).

<sup>124</sup> Hoje denominado Largo do Rato. In: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/largo-do-rato-antiga-praca-do-brasil-7626>

A chamada Ditadura Nacional em Portugal mostrou, de acordo com Candeias (2003), o apoio da sociedade portuguesa, isto porque as “fracas classes médias urbanas encontraram no Salazarismo um compromisso conservador” que ficaria no lugar “das liberdades típicas do liberalismo”, pois o regime de Salazar “lhes fornecerá um quadro de vida estável e previsível dentro dos condicionamentos conhecidos” (p. 163). Em Portugal, o período ditatorial se estendeu desde 1926 até a criação do Estado Novo, também ditatorial, em 1933 e finalizara com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

A Primeira Guerra Mundial havia deixado marcas não só nos escombros mas também nas mentes daquela geração e o capitalismo sofrera um enorme terremoto, como conota Hobsbawn (1995). A crise que se segue, denominada Grande Depressão (1929-1933), atinge um número muito maior de países ao nível global do que a própria guerra e abala as certezas do sistema capitalista.

### **3.2.2 As relações com o “estrangeiro”**

Portugal foi um dos países membros a fundar a Sociedade das Nações e permanecer até a sua extinção – ainda que com divergência em relação as suas posições destoantes sobre suas colônias – e, por conseguinte fazia parte desde o começo do Comitê de Cooperação Intelectual. Mesmo que de maneira mais semântica do que prática, o governo português mantinha-se alinhado às propostas desta agência da Sociedade das Nações, o que leva a crer que possivelmente as relações internacionais tentavam ser mais fluidas no âmbito cultural e científico do que político.

Em relação à influência cultural francesa, é possível afirmar que ela é percebida em Portugal há séculos e mais fortemente desde o Iluminismo e a Revolução Francesa. Intelectuais portugueses da virada do século XX denominavam “estrangeirismo” tal influência, que ia além do uso de expressões linguísticas e se estendia para os vários aspectos da sociedade. François Chaubet (2016) chama a atenção para o movimento intencional da França chamado o *rayonnement culturel*, anteriormente mencionado, significava literalmente a irradiação cultural francesa para os outros países com o intuito de fortalecer e constituir vínculos culturais entre os países e a França. O intuito deste movimento era promover influência cultural com consequentes acordos políticos e econômicos. O *rayonnement culturel* pôde ser identificado até os anos de 1980, segundo Chaubet, quando então passou por mudanças advindas de novas concepções de sociedade.

Em 1926 havia sido criada, em apreciação ao acordo firmado na Sociedade das Nações, a Comissão Nacional Portuguesa para a cooperação intelectual. Esta comissão não

teve muito êxito prático devido à conjuntura política e fora reorganizada em 26 de junho de 1935 pelo Decreto nº 25.542 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por meio da Secretaria Portuguesa dos Negócios da Sociedade das Nações.

Em relação ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) há registro de que Portugal esteve presente também desde a sua criação em 1926 em Paris. No ano de 1930 a delegada representante lusitana era Virgínia de Castro e Almeida (LA COOPÉRATION INTELLECTUELLE, 1930, p.394) que teria ficado no cargo até pelo menos 1940. Neste documento há o registro sobre um Congresso de Antropologia e Arqueologia que se iria realizar em Coimbra e no Porto naquele ano, o que sugere a circulação de intelectuais entre os vários países envolvidos no IICI.

Além disso, neste mesmo documento produzido pelo IICI sobre suas atividades, é dada a notícia de que Portugal havia instituído em 09 de janeiro de 1929 a Junta de Educação Nacional pelo Decreto nº 16.381 do Ministério da Instrução Pública. No documento do IICI foram apresentados vários artigos do decreto, entre os quais se destacam: os termos que instituíam a autonomia da Junta frente ao governo; o envio de estudantes ao estrangeiro e o recebimento de outros em seu país; a divulgação das pesquisas pedagógicas em revistas a possibilidade de considerar “centro de estudos anexos à Junta, estabelecimentos científicos, literários ou artísticos, oficiais ou particulares, que quiserem colaborar com ela” (PORTUGAL, 1929, p. 123). Este último pode ser entendido como um intercâmbio entre a Junta Nacional de Educação e o próprio Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, já que também era previsto no decreto que se fizesse “Expansão cultural e Intercâmbio Intelectual” (PORTUGAL, 1929, p. 123).

O artigo 23º do decreto em questão afirmava: “Compete também à Junta promover o intercâmbio intelectual, fomentar a expansão da cultura portuguesa e dirigir serviços de informação internacional, em matéria de ensino e de actividade científica” (PORTUGAL, 1929, p. 124). Tal letra permitia que este órgão fizesse um intercâmbio direto entre os países membros do IICI e permitiam a circulação das ideias, inclusive em relação ao ensino primário para o qual geralmente era direcionada a maior parte das cantinas. Outrossim, uma das ações determinadas pelo o regulamento da Junta de Educação Nacional foi a de que a bolsa de estudos de aperfeiçoamento no exterior poderia ser fornecida a pessoas que atendessem a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos do ensino infantil, primário, secundário e profissional.

Desta forma, conclui-se que apesar do período entreguerras ser caracterizado em Portugal por penúria econômica, repressão e censura políticas, pode-se acreditar que também

fez parte deste contexto histórico um crescente movimento de inter-relações culturais realizadas entre os países europeus e de outros continentes, como o Brasil. A circulação de ideários franceses e de outros países, em relação ao ensino primário, permite supor que o estímulo para a construção de mais cantinas escolares tenha usado este caminho até Portugal. Claro que é imprescindível que se ressalve a importância de outras condições propícias para que tal motivação acontecesse. Como por exemplo, as teorias raciais, as quais se irão tratar no próximo item deste estudo.

### 3.2.3 “A cantina escolar: fator de revigoramento da raça”<sup>125</sup>

A médica escolar Branca Fernandes Rumina (1898-1988) abriu a conferência de inauguração da Cantina Escolar Voz do Operário no dia 14 de dezembro de 1930<sup>126</sup>, construída pela Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário. Rumina defendeu veementemente a existência de cantinas escolares dizendo ser este um tema de “indiscutível interesse que dê advem á nação” e para aqueles, que como ela, “se preocupam com a melhoria da sociedade, com seu aperfeiçoamento, com o acréscimo do seu bem estar” (RUMINA, 1931, p. 5).

Este evento lisboeta foi noticiado no Brasil pelo *Diário de Notícias (RJ)* no dia 27 de dezembro de 1930. A nota dizia que a Sociedade em questão, além de inaugurar a cantina escolar, comemorava seu aniversário, sendo “desde 1863 uma instituição de instrução e beneficência que pertence exclusivamente ao operariado. Nada tem com as lutas políticas ou de classes, visando apenas a educação, a instrução e bem estar dos seus associados, que carecem de recorrer ao seu generoso e profícuo auxílio” (ANNIVERSARIO DE UMA GRANDE INSTITUIÇÃO, 1930, p. 8).

O título da palestra da dr<sup>a</sup> Branca Rumina anuncia sua influência das teorias raciais que fluíam pela Europa. Juntamente com os preceitos de Higiene Escolar, a preocupação com a eugenia da raça era frequente na década de 1930. Como afirma o pesquisador Richard Cleminson (2016), diferente da eugenia nazista (que também teve representatividade lusitana), a eugenia mais influente em Portugal pode ser chamada “eugenia latina” e se caracterizava por perceber o ambiente precário e as doenças como explicação para a degeneração do povo português.

Parece, pelo documento analisado da médica Rumina, que seu foco estava na preocupação com a “higiene e o saneamento social” (CLEMINSON, 2016, p. 82) o qual

<sup>125</sup> Título da palestra da médica Branca Rumina.

<sup>126</sup> Esta palestra foi publicada em 1931 pela própria Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário.

passava pelo diagnóstico de má alimentação ao qual o povo português vinha sofrendo em grande, por causa das dificuldades econômicas e sociais que assolavam o país. A teoria higienista preconizava uma regulação do dia-a-dia a qual se concentrava na escola. Assim sendo, a regulação no ambiente escolar, não podia prescindir da alimentação.

No seu texto, a médica chamou a atenção sobre as obras e os valores da benemerência da instituição pela qual foi convidada a palestrar, ressaltando principalmente a Cantina Escolar recém-criada. Embora admirasse a Cantina criada pela Sociedade Voz do Operário, ela destacou a imperativa necessidade de oferecer refeições a todas as crianças em idade escolar para que se propiciasse “um futuro melhor” de Portugal. Ela afirmou que “a Escola é a aplicação da cultura da criança, e, com ela, se pretende, como escreveu um célebre médico francês ‘desenvolver a criança física, intelectual e moralmente’” (RUMINA, 1931, p. 10).

Branca Rumina colocava a sua convicção na importância de oferecer uma alimentação de qualidade para melhoria da sociedade portuguesa. “Encarar a sério o depauperamento físico em que vivem o operário em geral, e muito principalmente as suas crianças, é um problema da mais urgente necessidade e da máxima importância para a vitalidade da Raça e por consequência para o futuro de Portugal” (RUMINA, 1931, p. 11). Para a médica a cantina era fundamental no bom funcionamento da escola, porque “embora sejam impecáveis os métodos pedagógicos e a higiene corporal do aluno, não é isso suficiente para que o estudante prospere – é ainda necessário que êle esteja judiciosamente alimentado”.

Finalmente ela ressaltou que as cantinas deveriam ter a presença constante do médico escolar o qual seria responsável por organizá-las conforme os preceitos de higiene escolar vigentes no período, aliando uma boa alimentação com a propagação das “regras mais elementares da higiene alimentar”. Ao examinar o documento, é suposto que a médica parece acentuar uma crítica aos esforços de benemerência pelo alcance insuficiente da oferta das refeições escolares, apesar dela não ter explicitado a necessidade de ser tomada a cantina escolar como um dever do Estado. Disse, entretanto: “Instruir é humano, está bem, é o pão do espírito, mas instruir gente com fome não é caridade espiritual, é cruel ironia” (RUMINA, 1931, p. 16).

Ressalta-se que Branca Rumina havia publicado um trabalho anterior, em 1930, sobre as cantinas escolares, no qual ela detalhou minuciosamente como deveriam ser as refeições oferecidas nas escolas para que estas respeitassem os preceitos de higiene alimentar e nutricionais mais “modernos”. Foram detalhados os alimentos que deveriam ser permitidos e os que deveriam ser proibidos, assim como as formas de preparo e procedimentos na manipulação higiênica das refeições. Ressalta-se que das 35 referências de obras utilizadas no

trabalho, 26 delas eram francesas, 01 portuguesa, 02 brasileiras, 01 norte-americanas, 03 italianas, 01 espanhola e 01 alemã. Além disso, uma das referências francesas é a do médico, já mencionado<sup>127</sup> neste estudo, Paul Le Gendre que publicou trabalhos sobre as cantinas escolares francesas e defendeu as ideias de difusão das mesmas nos Congressos de Higiene Escolar e Pedagogia Fisiológica de 1903 e 1906 (RUMINA, 1930).

É interessante relevar que Branca Rumina foi uma das primeiras mulheres a se formar em medicina em Portugal. Em sua turma de formanda, no ano de 1921, só havia ela. A médica trabalhou em meio a um ambiente masculino e se destacou por diversas ações na área de saúde pública. Pouco antes de sua morte, em 1985 foi condecorada pelo Presidente da República com a Ordem de Benemerência, em reconhecimento pela sua atuação profissional (PORTUGUESE WOMEN SCIENTISTS, 2019, *on line*).

O despontar do século XX carregava consigo os ares de uma “moralização pela higiene” que se tornava parte dos pilares da sociedade laica e civilizada, nesse período a medicina se torna um dos braços fortes a sustentar tais ideais. “O conceito de decadência fisiológica da raça portuguesa torna-se pretexto para um intervencionismo político e controle social, impondo-se uma série de prescrições sobre o modo de vida geral”, inclusive, e com relevo, os hábitos alimentares (VAQUINHAS, 1992, p.381).

Os médicos escolares haviam sido agrupados na seção denominada *Sanidade Escolar* da Direção Geral de Saúde, direção esta que estava subordinada ao Ministério da Instrução Pública. Esta organização foi realizada no ano de 1926, pelo Decreto nº 12.094 de 06 de agosto, no qual se sublinhou que tal integração de todos os serviços sanitários, antes dispersos nos diversos ministérios, na Direção Geral de Saúde teria então sido “lá fora recomendada e executada em diversos países, como necessária à eficiência e simplificação da organização higiênica” (PORTUGAL, 1926). No ano de 1933, foi criada a Direção Geral de Saúde Escolar subordinada ao Ministério da Instrução Pública, voltando os médicos escolares para este ministério. Esta direção abarcaria todos os níveis de ensino, exceto as universidades. A entrada de médicos escolares no serviço era realizada por concurso público, como no Brasil. Os médicos escolares, de acordo com o decreto, precisariam estar atentos à “higiene do corpo e a higiene do espírito, higiene moral” (PORTUGAL, 1933). A regulamentação das atividades dos médicos escolares, em 1933, deixou explícita que uma das suas funções era a de fiscalizar as cantinas escolares do ponto de vista higiênico-sanitário.

A França exercia uma primazia no que concerne à influência científica também em

---

<sup>127</sup> Na página 65.

Portugal, onde desde o século XIX já exercia grande influência no cotidiano cidadão, na moda, nos costumes, na língua e na literatura. Principalmente em Lisboa a influência francesa podia ser presenciada fortemente. Carlos Malheiros Dias (1875-1941), poeta, escritor, jornalista e historiador português de grande relevância, deixou escrito seu descontentamento com a descaracterização lisboeta em *Cartas de Lisboa* de 1904.

Esta Lisboa irrequieta e boémia, que assalta as bilheteiras dos teatros, que veste à francesa, que come à francesa, que delira pelas actrizes francesas; esta Lisboa incaracterística e quase cosmopolita, que substitui as criadas pelas *bonnes*, as professoras pelas *institutrices*, as costureiras pelas *coupeuses*, o amor pelo *flirt*, tendo perdido os hábitos caseiros, desassociou-se por tal forma, que perdeu quase totalmente esse carácter mundano, que foi o orgulho das sociedades elegantes nos reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís I. Os teatros mataram os salões. Lisboa esqueceu os talentos de se divertir a si própria. Paga para que a divirtam (DIAS, 1904 apud CASCUDO, 2006, p.16).

De fato, Lisboa e o Porto eram as principais cidades propagadoras dos galicismos e da vida *à la française* que adentrou o século XX e inspirou Raul Ferrão e José Galhardo a prepararem em 1952 a música *Lisboa, não sejas francesa* imortalizada na voz da cantora portuguesa Amália Rodrigues (1920-1999).

### 3.2.4 “Uma semana de Outubro”<sup>128</sup>

No ano de 1836 foram criados os primeiros liceus portugueses os quais passaram, até o fim do século XIX, por dificuldades em relação a sua institucionalização. Na virada do século XX, após reformas sucessivas, houve um processo de modernização deste tipo de ensino pelo qual se podem perceber os moldes do ensino secundário europeu, em especial sob a forja dos liceus franceses e dos ginásios alemães, como afirmam António Ferreira e Luís Mota (2014, p.146).

Estes autores ressaltam que “paradoxalmente, ou talvez não”, durante o período da Ditadura e do Estado Novo, o ensino liceal ganhou corpo e reuniu condições “materiais e organizacionais” para se expandirem e consolidarem no ensino público português, ainda que elitizado. Os dados apresentados no trabalho de Ferreira e Mota mostram que até a Primeira República os liceus reuniam de 10 a 12 mil alunos, indo para cerca de 15 mil nos anos seguintes ao golpe de 1926 e no ano-letivo de 1934-1935 se fixou em 20.698 alunos (FERREIRA; MOTA, 2014, p.147). Apesar do aumento do número de alunos, as políticas

---

<sup>128</sup> Esta frase foi retirada do relatório escrito por Martins Sequeira em 1939 e se refere ao período de quando ele destaca uma semana de cardápios para colocar no relatório como exemplo.

educativas, incluindo as do ensino liceal, seriam marcadas na década de 1930 por descontinuidades e trocas frequentes dos responsáveis políticos pelo Ministério da Instrução Pública.

No primeiro lustro do século XX foram criados os primeiros liceus em Lisboa, dentre eles o Lyceu de Camões<sup>129</sup>, que recebera este nome em 1908 e mudara no ano seguinte para o prédio construído especialmente para abrigar a escola e onde até os dias de hoje permanece na Praça José Fontana.

No ano escolar de 1931-1932 havia sido criada a Cantina Escolar do Liceu de Camões. Um interessantíssimo e detalhado relatório realizado pelo diretor deste Liceu no ano de 1938, e publicado em 1939, fez uma análise da cantina desde a sua criação. O diretor do Liceu, F. J. Martins Sequeira<sup>130</sup> nomeou seu documento como *A Cantina dum Liceu: notícia do que tem sido nos sete anos de sua existência e do que hoje é a Cantina Escolar do Liceu de Camões*.

Far-se-á uma análise mais extensa sobre o documento, visto que suas informações são de grande interesse para este estudo devido ao detalhamento com que foi confeccionado. Todas as descrições sobre a cantina serão baseadas nas afirmativas inseridas no relatório, composto de 58 páginas, do diretor. Logo inicialmente, é interessante destacar um tipo de afirmação feita pelo diretor do liceu em relação à função da cantina naquela escola.

Já no primeiro dia houve refeições gratuitas, e o primeiro relatório publicado já registava uma verba apreciável aplicada em assistência escolar. Mas esta assistência, conquanto represente o aspecto mais simpático da instituição, não constitui o seu único objectivo, nem se realiza de modo que o sintam, nem ao de leve, os alunos que para ela contribuem. Não. A Cantina traduz-se para todo o Liceu num sem-número de vantagens, de comodidades e de benefícios que a todos aproveitam e que não vamos especificar neste momento (SEQUEIRA, 1939, p.10).

Ao contrário do que era mais frequente nesse período histórico, o diretor afirma que o papel da cantina escolar não era somente para os alunos que não poderiam pagar pelas refeições, mas para toda a escola. Reconhecia, pois, benefícios de uma boa alimentação oferecida na própria escola como além de assistência aos menos favorecidos socioeconomicamente, mas a todos os alunos. Tal fato contraria o senso comum da época de associação entre os alunos pobres e a cantina escolar.

Ilustra esta afirmação sobre o senso comum de então, uma nota publicada no dia 22 de novembro de 1931 pelo *Diário de Notícias (RJ)* na seção sobre Portugal, a qual falava sobre a

<sup>129</sup> A grafia usada na época era *Lyceu*, mas há época do documento pesquisado, usava-se *Liceu*.

<sup>130</sup> Infelizmente não foram localizadas as datas de nascimento e morte.

cantina escolar no Liceu de Chaves, norte de Portugal. “[...] Devidamente aprovada pelas repartições tutelares vae fundar-se brevemente uma Cantina Escolar que fornecerá, a preços insignificantes, uma refeição aos alumnos pobres que vivam nas aldeias vizinhas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931, p.3).

A cantina do Liceu de Camões na data narrada por seu então diretor, 1931 a 1938, dispunha de quatro seções: o refeitório, a pastelaria, a papelaria e a livraria<sup>131</sup>. Martins Sequeira descreveu sucintamente como funcionava cada seção. Em relação ao refeitório ele explicou que antes da cantina se instalar, havia uma terceirização do espaço onde eram vendidos alguns “alimentos ligeiros e poucas refeições”, devido às péssimas condições higiênicas do lugar. Após uma reforma, o espaço deu lugar ao refeitório que foi adequado ao fornecimento de refeições no ano da inauguração da cantina.

O diretor apresentou uma tabela com o número de refeições pagas e gratuitas nos anos aos quais ele tratava. “No ano escolar de 1931/32 foram fornecidas 7.937 refeições pagas e 1.954 refeições gratuitas; no ano seguinte 1932/33 foram fornecidas 31.655 refeições pagas e 7.005 refeições gratuitas; na data final dos anos de análise, 1937/38 foram fornecidas 57.785 refeições pagas e 16.128 refeições gratuitas”. É importante destacar que, de acordo com estes números e com o conteúdo do relatório, é possível concluir que a cantina escolar do Liceu, no período tratado, não só conseguia sustentar-se a si própria como também realizar outras obras e atividades dentro da escola.

Foram realizadas nesse período de sete anos, reformas no refeitório, o qual, segundo o relatório, dispunha naquele momento de duas salas de 70 m<sup>2</sup> cada, arejadas por 6 janelas. A descrição do local permite deduzir que havia uma ótima estrutura física dos refeitórios. O relatório não apresentou fotos.

Um lambrim de azulejo branco forra as paredes até quasi meia altura; daí para cima, estão elas pintadas a óleo de tom quasi branco, assim como o tecto. Nos topos, dois lavatórios de faiança e com água corrente permitem aos alunos as necessárias abluções. Num dos ângulos de cada sala, há o aparelho receptor de radiotelegrafia sobre o suporte fixo na parede. O mobiliário é constituído por um total de 42 mesas de quatro lugares e as correspondentes cadeiras, afora três aparadores. Podem, assim, servir-se simultaneamente 168 refeições, ou sejam 336 nas duas séries. A loiça é um bom serviço de porcelanas da Vista Alegre, mandado fabricar expressamente e com o monograma do Liceu: nem toda está em uso porque se adquiriu em quantidade bastante para ir substituindo a que se parte. Os talheres são de

---

<sup>131</sup> Na pesquisa de campo, foi observada que a estrutura atual das escolas liceais portuguesas visitadas é da mesma forma, exceto pela livraria. Porém, os manuais escolares começaram no ano escolar de 2018/2019 a serem oferecidos gratuitamente até o segundo ciclo da Educação básica. Programa-se que no ano seguinte a oferta valha para alunos de toda a educação básica.

metal cromado, e com lâmina inoxidável as facas. A vidraria, além de assegurar a utilização cotidiana, compõe-se também de cálices e taças que se utilizam nos banquetes festivos. As roupas de mesa são em número suficiente para se apresentarem sempre em asseio escrupuloso (SEQUEIRA, 1939, p. 26-27).

Continuando com a descrição, o diretor afirmou que uma atividade que se mantinha sob a administração financeira da cantina era o Semi-internato, estrutura de salas onde os alunos eram estimulados a estudarem por si mesmos, mas que havia dois professores por sala que lá se faziam presentes para o caso de necessidade de esclarecimentos. O objetivo descrito para este setor era o de fortalecer os hábitos de estudo.

Como mencionado, diversas benfeitorias foram realizadas e mantidas pelas expensas da Cantina, as quais seguem relacionadas conforme o relatório. Construção de dois campos de tênis, utilizados pelos alunos, pela Mocidade Portuguesa e por outras pessoas autorizadas; o subsídio para a construção de jardins no Liceu; construção de uma “alameda alcatroada”<sup>132</sup>, que quando as árvores estiverem copadas, constituirá uma frondosa área, um convidativo passeio com uns duzentos metros de comprimento” (SEQUEIRA, 1939, p.18); construção de um pomar; participação na criação de um cinema escolar educativo de 800 lugares; promoção de curso de francês que funcionava junto ao semi-internato; construção de um “campo de patinagem, pavimento cimentado com uma área de muitas centenas de metros” (p.22).

De acordo com o documento, eram distribuídos prêmios pela Cantina Escolar, anualmente, para os alunos que tiveram bom desempenho nos estudos naquele ano escolar. Os prêmios eram livros ou até coleções de obras, aos mais destacados nos exames avaliativos.

Sequeira também apresentou o cardápio de refeições escolares de uma semana do mês de outubro. Este exemplo mostrou uma diversificação de preparações e tipos de alimentos, sendo adequado do ponto de vista nutricional e da tradição culinária portuguesa. As uvas aparecem mais vezes provavelmente porque essa época do ano é a vindima.

**Segunda-feira:** Sopa Juliana

2 pães  
Bifes na frigideira  
Arroz de manteiga  
Uvas  
Café com leite

**Terça-feira:** Puré de feijão branco com hortaliça

2 pães  
Carne assada

---

<sup>132</sup> Em Portugal o asfalto tem nome de alcatrão. Deduz-se que uma alameda alcatroada deva ser asfaltada ou somente pavimentada.

Batatas fritas  
 Uvas  
 Café com leite

**Quarta-feira:** Sopa de grão com massa  
 2 pães  
 Filetes de peixe  
 Puré de batata  
 Bananas  
 Café com leite

**Quinta-feira:** Sopa de carne com hortaliça  
 2 pães  
 Arroz à Valenciana  
 Bananas  
 Chá e manteiga

**Sexta-feira:** Puré de feijão vermelho com hortaliça  
 2 pães  
 Bacalhau a Gomes de Sá  
 Uvas  
 Café com leite

**Sábado:** Canja com massa  
 2 pães  
 Galinha guisada  
 Arroz  
 Uvas  
 Café com leite (SEQUEIRA, 1939, p.45-46).

Havia 23 pessoas trabalhando na Cantina Escolar do Liceu de Camões em 1938. Sendo onze delas fixas da cantina e doze outras do quadro de funcionários do Liceu, as quais se revezavam em trabalhos relacionados à cantina. O diretor descreveu o ambiente do refeitório na hora de servir as refeições. Segundo Sequeira, todos os dias se podia sentir “o mesmo apetite, a mesma alegria esfuziante e despreocupada” (SEQUEIRA, 1939, p.47). Ele terminou o relatório discorrendo sobre a assistência escolar, a sua visão de como era importante oferecer auxílio para os alunos que não poderiam estar estudando devido a dificuldades financeiras. Martins Sequeira esmiuçou o critério do Estado para oferecer a isenção de propinas (taxas financeiras escolares) e assistência escolar como sendo alcançável somente aos alunos “extremamente” pobres, já que os valores de renda familiar seriam “nas grandes cidades quasi sinónimo de indigência” (p.54).

Por achar insuficiente a ajuda do governo, o diretor utilizava o dinheiro arrecadado pela cantina escolar para ajudar a subsidiar a assistência escolar aos alunos mais carenciados. Desta forma o diretor conseguiu oferecer propinas anuais dos alunos, as próprias refeições escolares, livros, artigos de papelaria e ajudas extras, como visitas de estudo. Tudo era

registrado e tinha validade de um ano letivo, renovável a cada ano. O autor citou 550 alunos que recebiam o auxílio da Cantina Escolar.

O diretor afirmou que a decisão sobre a ajuda financeira da cantina escolar para auxiliar os alunos que não conseguiriam sozinhos estudarem no Liceu, continuaria até que fosse proibida por órgãos superiores. Ele não especifica se havia recebido repreensão por esta atitude ou se estava se prevenindo. O autor do relatório reiterou a atitude como sendo possível de ser realizada em outros lugares.

Foram muitos alunos pobres que, servidos em igualdade com os que pagam, já têm estado capazes de dar conta dos seus estudos, em vez de depauperarem fisiológica e mentalmente. Poderá parecer prosaica esta faceta da actuação da Cantina e nas pedagogias é assunto que não vem tratado; mas só por si justifica a instituição e mereceria que, num largo gesto de maior alcance social, fôsse procurada a maneira de algo equivalente se realizar em estabelecimentos onde ainda mais necessário se torna (SEQUEIRA, 1939, p.54).

O relatório descreveu como se operava a concessão dos auxílios oferecidos aos que tinham dificuldades financeiras.

A concessão de todos esses auxílios faz-se com delicada discreção e o aluno beneficiado não tem de sentir-se vexado ou diminuído nem perante seus colegas nem perante ninguém. A regalia das refeições gratuitas, por exemplo, é estabelecida por meio de um cartão igual ao dos almoços pagos por séries, tendo apenas, e não poderia deixar de ser, escrita a palavra “grátis” no lugar onde se escreve para os outros casos o preço do cartão. Ao exibi-lo para a entrada no refeitório, o portador procede como se o houvera pago (SEQUEIRA, 1939, p.57).

A minúcia em relatar as atividades da cantina escolar apresentada pelo então diretor Martins Sequeira, ilustra o que os pesquisadores Ferreira e Mota (2014) consideram sobre o currículo liceal português do período, no qual parece possível compreender que havia uma estrutura pensada para formatar e contribuir com “a construção social de identidades adolescentes e consolidou uma gramática escolar que enforma a nossa concepção de ensino” até os dias de hoje (p.148).

### **3.2.5 Cantinas escolares e a educação salazarista**

A educação no período das ditaduras e do Estado Novo em Portugal teve a característica, segundo Correia (1998, p.71), de não promover “as capacidades de expressão do educando, mas a sua disponibilidade em relação à nação, à pátria”. Era fortalecida a função socializadora da escola primária com o condicionamento ideológico alinhado ao regime

político. O carácter religioso voltou às escolas oficiais com a Constituição de 1933 que obrigou a ter crucifixos em todas as salas de aula, lugar posteriormente onde se juntaram as fotos do Presidente Carmona e do Primeiro Ministro Salazar.

Apesar de indícios de cantinas com uma experiência bem sucedida, como a narrada sobre o Liceu de Camões, as cantinas escolares continuavam sendo entendidas como obras de benemerência as quais, assim como no Brasil, recebiam estímulo do governo para que a sociedade assumisse o papel da assistência aos alunos carenciados em prol da maior frequência à escola. Entretanto, em algumas cantinas situadas em Lisboa e no Porto, o Estado português arcava com parte das despesas de funcionamento. Um dos indícios desta afirmação veio pela observação de decretos expedidos pelo Ministério do Interior, da Direção Geral da Assistência a qual, nos anos de 1930, dando despacho sobre a determinação dos vencimentos do pessoal de algumas cantinas escolares. Exemplo disso foi, em 1934, o Decreto nº 24.727 de 04 de dezembro, no qual a Cantina Escolar da Freguesia de Santa Catarina em Lisboa teve seu quadro de funcionários e os respectivos vencimentos anuais determinados e assumidos por esta Direção.

Outra cantina que tivera seu quadro de funcionários assumido pelo Governo Português foi a Cantina Escolar da Pena. A referida cantina localizava-se no Beco São Luiz da Pena<sup>133</sup> e fora inaugurada no ano de 1928. No seu estatuto expedido pelo Governo Civil de Lisboa – assinado por João Luiz de Moura (1885-1937), então Governador Civil do Distrito de Lisboa<sup>134</sup> – na data de 20 de outubro constava também o alvará de funcionamento, tendo a cantina, a obrigação de prestar contas financeiras para a administração do Governo Civil.

No estatuto foram determinadas quais eram as finalidades da criação da Cantina, bem como seria o financiamento da mesma.

Art.2º Os fins desta instituição são:

- 1º Fornecer uma refeição em todos os dias lectivos de harmonia com o Regulamento que a Direcção elaborar, ás creanças mais necessitadas que frequentem as escolas anexas á Cantina;
- 2º Distribuir-lhes livros escolares, vestir e calçar os que forem extremamente pobres;
- 3º Instalar balneários infantis

Art. 3º Para a manutenção da Cantina recorrer-se-ha aos seguintes meios:

- 1º Cotisação anual, semestral, trimestral e mensal;
- 2º Colocação de mealheiros<sup>135</sup> em varios estabelecimentos;

<sup>133</sup> Próximo à Avenida da Liberdade.

<sup>134</sup> João Luiz de Moura foi Governador Civil do Distrito de Lisboa de 11 de junho de 1926 até a sua morte em 21 de julho de 1937.

<sup>135</sup> Mealheiros em Lisboa são os cofrinhos nos quais se junta moedas.

3º Promover festas em locais que sejam apropriados para tal fim, em benefício da Cantina, aproveitando sempre o concurso de todos aqueles que nos queiram ajudar nesta cruzada (ESTATUTOS DA CANTINA ESCOLAR, 1928, p.5-6).

As cotas referidas no documento eram pagas por pessoas que se propunham a contribuir com a Cantina, que seriam consideradas beneméritas da mesma. É interessante perceber que o estatuto dizia que qualquer pessoa poderia ser subscrita para contribuir com cota de qualquer valor, mas ressalvava que: “às mulheres casadas será exigido autorização por escrito de seus maridos e aos menores de seus pais ou tutores” (ESTATUTOS DA CANTINA ESCOLAR, 1928, p.6). Os fundos disponíveis da Cantina que porventura sobrassem das despesas mensais seriam depositadas em “casa bancária” e ficariam disponíveis para a cantina. Esta era uma prática comum entre as cantinas de então, pois foi mencionada em outros documentos. No que diz respeito à direção, a Cantina Escolar da Pena era composta por Presidência, Vice-presidência, 1º e 2º Secretários, Tesoureiro e 2 Vogais<sup>136</sup>, todos eles não receberiam gratificação pelos serviços prestados.

Outro estatuto encontrado foi o da Cantina Escolar Maximino Fernandes Cid no concelho de Cartaxo – atualmente situado no distrito de Santarém. Datado de 1933, o estatuto apresenta uma estrutura bastante semelhante ao da Cantina Escolar da Pena, com a Direção de mesma composição. O nome da cantina foi dado em homenagem ao “professor primário” que ficara 38 anos lecionando na então vila, e na data do estatuto, concelho. Ressaltam-se aqui algumas peculiaridades descritas no estatuto, como o parágrafo 2º do Artigo 1º que dizia de modo peremptório: “Esta associação nunca poderá ter fins políticos ou religiosos” (ESTATUTOS DA CANTINA, 1933, p.1). A afirmação parece querer negar o que era bastante comum nestas que eram obras de benemerência e abriam espaço para estes dois vieses.

A finalidade da cantina foi bastante mais detalhada em comparação à anteriormente explicitada. Vê-se também uma noção associativista da cantina de Cartaxo possivelmente devido à influência do ideário do Estado Novo.

Art.2º A associação tem por fim proteger e auxiliar as crianças de um e outro sexo que frequentem com assiduidade, aproveitamento e bom comportamento as escolas oficiais de ensino primário elementar<sup>137</sup> do Cartaxo e muito principalmente:

- a) Fornecer-lhes uma refeição às crianças mais pobres;
- b) Fornecer-lhes remédios em caso de doença, quando as possibilidades o

<sup>136</sup> Vogais são pessoas que têm poder de voto nas assembleias (<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-significado-de-vogal-membro-de-assembleia/29546>).

<sup>137</sup> O ensino primário desse período era dividido em dois graus: elementar e complementar.

- permitam;
- c) Fornecer-lhes livros, utensílios escolares, fato<sup>138</sup> e calçado áquelas que carecem absolutamente deste auxilio em virtude do estado de pobreza de seus pais;
  - d) Estimular entre elas o espirito associativo, de solidariedade e cooperação, interessando-as, tanto quanto possível, na vida da Cantina, como sócios e auxiliares da administração e, finalmente;
  - e) Promover excursões de estudo, colônias balneares, jogos desportivos e tudo que possa concorrer para o aperfeiçoamento moral, intelectual e físico das crianças (ESTATUTOS DA CANTINA, 1933, p.1).

Algumas diferenças são marcantes entre os estatutos encontrados. Ao contrário do que preconizava o estatuto da Cantina Escolar da Pena, este último estatuto abria espaço para que todos os alunos, além dos carenciados, e professores comessem a refeição oferecida “mediante o pagamento de uma quantia que ser[ia] fixada pela Direcção como benefício para a manutenção” da própria cantina. A previsão para a manutenção financeira apresentou a participação da Câmara Municipal, mostrando algum comprometimento governamental com a oferta alimentar na escola naquele concelho.

Art. 3º Os recursos com que esta Associação conta, para a realização dos seus fins, são:

- a) Subsídios da Câmara Municipal deste concelho e da Junta da respectiva freguesia;
- b) As quotas mensais, trimestrais ou anuais dos seus associados ou subscritores;
- c) O produto das récitas infantis e outras festas promovidas pela Direcção ou por Comissões especiais;
- d) Quaisquer outros donativos ou legados em dinheiro ou género (ESTATUTOS DA CANTINA, 1933, p.2).

No que se refere à associação à Cantina Escolar Maximino Fernandes Cid, é interessante pontuar que os alunos e alunas poderiam se associar com uma cota mínima de 10 centavos, o que permitia que todos, sem distinção de posses, poderiam ser sócios da cantina. Um último aspecto a ser sublinhado sobre o estatuto da referida cantina é o artigo que trata de como a condição de carência seria comprovada para a gratuidade e auxílio da cantina.

A prova de pobreza, para o disposto das alíneas b) e c) deste artigo [Art.2º], será feita por quaisquer meios julgados necessários pela Direcção; tendo sempre em vista que os socorros prestados, pela sua oportunidade e maior ou menor extensão, sejam reconhecidos pela população escolar como actos de justiça relativa (ESTATUTOS DA CANTINA, 1933, p.2).

Essa perspectiva da prova de pobreza é um ponto interessante que nem sempre foi

---

<sup>138</sup> Fato em Portugal significa um traje de três peças. Era utilizado como uniforme.

tratado nos dispositivos legais das cantinas. Eram mencionados os alunos pobres, mas não se tinha uma especificação de como eram selecionados os beneficiários. Sabe-se que havia um certificado que algumas crianças recebiam para identificá-las como beneficiárias da cantina, pois foi encontrada uma foto de seis alunos com tal certificado na mão em frente à cantina no Jornal *O Século* do dia 09 de junho de 1926<sup>139</sup>, sob o título “A Cantina de São José. As crianças que foram contempladas no 14º aniversário de sua fundação” (ARQUIVO NACIONAL, *on line*).

Ainda que durante o Estado Novo algumas atitudes fossem concernentes ao processo pelo qual o governo iria assumir o papel não só regulatório e fomentador, mas também responsável pelas cantinas escolares portuguesas, a efetividade desta atitude só aconteceria em 1971 com a responsabilidade da oferta de refeições pelas cantinas escolares sendo passada para o Instituto de Assistência Social Escolar (IASE), quando houve um “projeto mais amplo de dinâmicas de democratização do ensino português” (TRUNINGER et al, 2012, p. 15).

### 3.2.6 Cooperação intelectual

No âmbito internacional, a crescente tentativa de arrefecer as desavenças entre as nações e a Alemanha alimentava as reuniões da Sociedade das Nações. No ano de 1935 foi criada a Comissão Nacional de Cooperação Intelectual em Portugal que ficara no lugar da antiga Comissão Nacional Portuguesa. Esta criação atendia o que havia sido acordado em reuniões nas agências da Sociedade das Nações (SDN) e no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) para a criação destas Comissões em todos os países pertencentes à SDN. A Comissão estava subordinada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o qual determinaria seu quadro de pessoal, seu financiamento e a intermediação nas ações com as agências da SDN.

Especificamente na França, no âmbito que se pretende enfatizar, as cantinas escolares estavam ganhando relevo cada vez maior como meio de disseminação dos saberes sobre alimentação racional e direcionada para a melhoria e manutenção da saúde, em especial na infância. Como já mencionado, o período entreguerras foi prolífero para as cantinas escolares francesas (MARCHAND, 2012, p.522). A autora acentua que após a Grande Guerra a França ficou em uma situação econômica muito precária – e sob os auspícios da higiene escolar – se viu obrigada a racionalizar a alimentação de sua população. O ambiente escolar pareceu propício para ensinar sobre o assunto de forma teórica, mas também prática, o que motivou a

---

<sup>139</sup> Infelizmente não se conseguiu a licença para a reprodução da foto. Sua referência é PT/TT/EPJS/SF/001-001/0002/0711A e está catalogada na Torre do Tombo.

presença cada vez maior de cantinas escolares nas quais se pudesse estimular o “aprendizado pelo exemplo” dos saberes alimentares de forma a melhorar a saúde da população e diminuir a demanda por alimentos porventura faltosos. Há indícios que tal situação tenha ocorrido em algumas cantinas em relação à oferta de carne, um dos alimentos que tiveram o preço e oferta muito alterados. A oferta de carne passara então a ser de duas a três vezes na semana em algumas cantinas (MARCHAND, 2014, p.530).

Supõe-se que o ideário sobre a interferência da alimentação na saúde de forma decisiva, mormente na infância, tenha sido um dos fatores motivadores para que a escola abrigasse a disseminação dos saberes sobre o assunto e a oferta de refeições. Desta forma, com base nos indícios de que os intelectuais de diferentes nacionalidades – os quais eram também aqueles envolvidos nas decisões políticas e pedagógicas de seus países – estavam em frequente contato – por meio de órgãos internacionais como o IICI – acredita-se que a oferta de refeições em Portugal acompanhara o modelo do que estava acontecendo na França.

Uma situação exemplar de embricamento transnacional entre os intelectuais que estavam engajados na melhoria das condições alimentares na infância pode ser analisado pelo fato de ter feito parte da criação – em 1923 – da *Sociètè Scientifique d’Hygiene Alimentaire* (Sociedade Científica de Higiene Alimentar) Virginie Marguerite Bourgeois, a esposa de Léon Bourgeois o qual era então o presidente da Sociedade das Nações (MARCHAND, 2014, p.526). O objetivo da Sociedade Científica de Higiene Alimentar (SCHA) era de vulgarizar os conhecimentos de educação alimentar e nutricional, especialmente no que se referiam aos princípios higiênicos da alimentação, consonantes com a época. A estratégia era disseminar os saberes da higiene alimentar entre as crianças, as quais seriam os vetores para que os mesmos chegassem aos seus pais. As professoras e os professores foram considerados “os melhores propagadores para liderarem uma reforma alimentar generalizada” (MARCHAND, 2014, p.526). As cantinas escolares foram consideradas pela SCHA como de importância fundamental no desenvolvimento infantil. Essa proposição tomou proporções internacionais e certamente foi discutida entre os intelectuais de vários países que participavam do IICI e da SCHA.

A associação entre a desnutrição e suscetibilidade de contrair doenças, assim como a própria debilidade física e intelectual causada pela deficiência nutricional, trouxe para os médicos escolares franceses – e por influência cultural, médicos de outras nacionalidades – da primeira metade do século XX a certeza de que as cantinas escolares teriam um papel crucial. Não somente na generalização dos conhecimentos sobre alimentação saudável, mas também como locus privilegiado para aprender a “higiene pelo exemplo”. Isso significava utilizar a

própria oferta de refeições saudáveis na cantina escolar e utilizar o espaço ocupado por ela para explicar as funções de uma alimentação saudável no organismo, principalmente na infância.

Contrariamente ao que esperava Adolphe Ferrière<sup>140</sup>, em visita a Portugal, foi recebido pelo então Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) com demonstrações favoráveis de que seu país fizesse parte do Bureau Internacional de Educação, apesar de seu conservadorismo inerente e regime ditatorial ao qual fazia parte (ALVES, 2010, 175). O ministro atuou em períodos não contínuos compreendidos entre 1928 e 1933, intervalo de tempo quando a visita ocorreu.

Com a mudança, em 1936, do Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional (MEN), o então ministro António Carneiro Pacheco (1887-1957) alinhou a educação ao pensamento do Estado Novo. Houve mudanças nos cursos liceais com a finalidade de “servir de contributo ideológico da educação para a formação social portuguesa” pregada pelo regime (FERREIRA; MOTA, p.152). Sob este ideário, em 1938, por meio do Decreto 28.939<sup>141</sup> do Ministério da Educação Nacional, foi extinta a seção mista de alguns liceus, entre eles o Liceu de Camões, quando este se tornara somente masculino e as vagas para meninas foram limitadas para atender ao perfil ideológico de que as mulheres teriam funções junto à família e menos tempo fora de casa (PORTUGAL, 1938a).

Ainda no ano de 1936, com o objetivo de incitar os sentimentos patrióticos, foi instituída a Mocidade Portuguesa “pelo Decreto-Lei nº 26.611, de 19 de Maio de 1936, em execução da lei nº 1.941, de 19 de Abril de 1936” (PIMENTA, 2006, p.33). Esta agremiação estudantil – de inspiração fascista, caráter paramilitar e de adesão obrigatória (PINTO, 2007, p.39) – tinha o intuito de “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares” (PORTUGAL, 1936c). Inicialmente era somente para os meninos, mas em 1938 passou a ser também para as alunas, chamada Mocidade Portuguesa Feminina (MPF).

<sup>140</sup> De acordo com Luís Alberto Alves (2010, p.175), Ferrière escreveu nos seus apontamentos sobre a visita à Portugal e teria dito que esperava que o então Ministro Ramos não aceitasse as ideias do BIE.

<sup>141</sup> Vale ser destacado um trecho deste Decreto-lei 28.939/1936 quando menciona que as vagas para os liceus femininos deveriam ser controladas. Dois são mencionados no decreto, Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho e Liceu D. Filipa de Lencastre com turmas limitadas ao número atual. O trecho diz “Fixam-se as lotações dos liceus com frequência feminina, tomando por base as matrículas dos últimos anos, e não se permite exceder essas últimas lotações porque o Governo, precisamente por não descuidar o problema da educação feminina, entende não dever facilitar a entrada desordenada de raparigas em carreiras que, para grande número, não serão as mais apropriadas nem as que melhor correspondem aos interesses da instituição da Família, base da educação” (PORTUGAL, 1938, p. 1238).

O mesmo Decreto-lei de criação da Mocidade Portuguesa (MP), de maio de 1936, deu despacho sobre a nova regulamentação da já existente desde 1929, Junta Nacional da Educação, órgão pertencente ao Ministério da Educação Nacional o qual passou a agregar sob seu controle todos os órgãos consultivos sobre educação do anterior período republicano. Tinha o poder de decisão sobre materiais e livros aos quais os alunos poderiam ou não ter acesso, além de determinarem quais disciplinas e como seriam ministradas, entre outras formas de controle ideológico e político que não serão aqui discutidas.

De acordo com Correia (p.78), o sistema de ensino português funcionou “no período *reaccional*, como *interface* privilegiada para a doutrinação da população portuguesa, projectando-se, precoce e subtilmente, sobre as famílias e as comunidades”. Este processo se alinhava com o de outras instituições que na época tinham propósitos semelhantes como “tribunais, imprensa, Igreja, organizações juvenis e polícia” (p.78). Nesse contexto, nas terras lusitanas, a alimentação escolar também “contribuiu para a expansão dos aparelhos de vigilância e controlo do Estado Novo” (TRUNINGER, 2012, p.12).

A Junta Nacional de Educação passou a concentrar uma quantidade bastante grande de funções relacionadas à promoção da educação, nos diversos níveis, e da cultura. No que concerne às suas atribuições junto aos órgãos internacionais de cooperação intelectual e cultural foram esmiuçadas ações de distribuição de bolsas de estudos, de publicação de trabalhos produzidos pelos centros de investigação, “missões de estudo, em Portugal e no estrangeiro”, fazer se representar em congressos científicos e receber estes eventos em território português, com a ressalva de que houvesse a “absoluta garantia do respeito pelos princípios fundamentais da estrutura filosófica do Estado Novo”, o que mostrava o controle ideológico. No mesmo artigo explicitava a função de “promover o intercâmbio intelectual, individual ou colectivo, tanto para a expansão recíproca da cultura como para a amizade espiritual entre os povos” (PORTUGAL, 1936a).

As organizações juvenis se ocupavam com as atividades circum-escolares<sup>142</sup> em prol da padronização de códigos de comportamento e caminhavam *pari passu* com a doutrina religiosa (essencialmente católica). Este atrelamento foi deixado claro no decreto de criação da Mocidade Portuguesa, o qual afirmava: “em caso algum admitirá em suas fileiras um indivíduo sem religião” (PORTUGAL, 1936c). Juntamente com a Mocidade Portuguesa fora criada uma “associação de utilidade pública” denominada Obra das Mães pela Educação

---

<sup>142</sup> Constavam como atividades circum-escolares as associações escolares, cantinas, caixas escolares, caixas de excursões, caixas ou associações filantrópicas (PORTUGAL, 1942).

Nacional (OMEN) na qual recaíram entre outras funções atreladas à condução ideológica estadonovista, a missão de:

6º Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, pelo fornecimento de uniformes e outros artigos de vestuário, pela distribuição de livros e pelo fortalecimento das caixas escolares; (PORTUGAL, 1936b, p.981).

Vê-se no decreto que a assistência escolar – alimentar, de vestuário e de livros – aos alunos carenciados do ponto de vista socioeconômico tinha o objetivo de propiciar cumprimento da obrigatoriedade da escolaridade mínima. Esta associação, OMEN, juntamente com a Mocidade Portuguesa, feminina e masculina, tiveram um papel importante na distribuição da alimentação das refeições escolares e sobre o controle da assistência escolar. Isto porque estava previsto nas suas regulamentações que assim o fizessem. Em princípio, as organizações coparticipavam da gestão das cantinas escolares que já funcionavam, onde passaram a dividir o processo de gestão conforme o regimento anterior ao regime de Salazar. Isto ocorreu até 1942. A partir desta data, foi atribuído por lei o controle total das atividades circum-escolares, dentre as quais a cantina e a caixa escolar. Entretanto, como afirma Pimentel (1999, p.496), os objetivos das organizações, determinados por lei, foram cumpridos de forma muito escassa, como no caso da instituição de cantinas escolares que não tomaram a dimensão pretendida, apesar do aumento da oferta.

Irene Pimentel (1999) analisa a assistência social e familiar nos anos de 1930 e 1940 e afirma que as propostas de finalidade das alas femininas da organização foram anunciadas como propostas de mudança “no campo moral”, pois contavam com pouco investimento financeiro e material e se propunham a modificar o comportamento da mulher para que esta se dedicasse exclusivamente ao lar e à família. A autora pontua que apesar da firme ideologia, os propósitos não conseguiram sair da teoria. Foram elaborados alguns “cursos domésticos, em sessões de propaganda e em iniciativas de caridade”, que não tiveram os resultados práticos pretendidos: “a mulher operária não retornou ao lar; a propaganda natalista não parece ter tido grandes resultados”. Além disso, a diminuição da mortalidade infantil só foi sentida a partir da década de 1950 e não se deveu aos trabalhos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) (PIMENTEL, 1999, p.497).

Na tentativa de estimular a construção de novas cantinas pelas Câmaras Municipais, o Estado determinou na Lei 1.969 de 20 de maio de 1938 – que instituiu as novas bases do Ensino Primário – que as Câmaras Municipais promovessem a construção nas escolas

complementares de um “gimnásio coberto que servi[sse] também para a cantina” (PORTUGAL, 1938b). Em 1939, em legislação sobre o assunto cantinas, foi comentada a importância da criação das mesmas junto às escolas primárias e a recomendação da legislação do ano anterior, sobre as bases. “A cantina, forma de assistência educativa cujo desenvolvimento há-de contribuir para a frequência escolar, principalmente nos meios rurais, e para a qual a contribuição da iniciativa particular, afirmada em alguns exemplos dignos de ser imitados, deve estimular-se” (PORTUGAL, 1939).

No documento legislativo referido acima, houve a justificativa de que como as cantinas tinham “uma instalação e sustentação” dispendiosa, o “benemérito” que promovesse a sua construção e manutenção, poderia a partir de então gozar da mesma faculdade que era concedida aos doadores de edifícios escolares, ou seja, poder escolher o professor da escola a qual a cantina beneficiasse “desde que [fosse] diplomado para o magistério oficial e ali exerce[sse] funções há mais de cinco anos com exemplar conduta” (PORTUGAL, 1939). As doações ocorriam frequentemente e eram autorizadas por decretos publicados no Diário da República. Os denominados beneméritos doavam quantias suficientes para a manutenção da cantina e era acordada a contrapartida vinda do poder público, geralmente pela construção do prédio que abrigaria a cantina ou reforma do espaço destinado a ela. Exemplo disso foi em 1931, uma doação de 200.000\$ (duzentos mil réis) feita por José Rufino para a Cantina Escolar anexa à Escola Primária do Alijó (atualmente no Distrito de Vila Real). O acordo<sup>143</sup> firmava que a doação era condicionada à construção de um prédio<sup>144</sup> escolar adequado para abrigar a escola e a cantina. Na data da publicação do decreto a construção já havia começado por iniciativa da Câmara Municipal de Alijó, como é especificado no próprio decreto, sendo chamada Cantina José Rufino.

A maioria das doações descritas no Diário da República Eletrónico era realizada em dinheiro que seria aplicado em nome das cantinas e utilizado para sua manutenção, mas também foram encontradas doações de tecidos, para a produção de vestuário, sapatos e bens móveis e imóveis deixados de herança para cantina. Na maior parte dos casos, à cantina era dado o nome do benemérito ou de alguém escolhido pelo mesmo.

A escolaridade obrigatória em Portugal foi legislada pela primeira vez em 1844, sendo repetidamente reafirmada em legislações posteriores acompanhando as diversas reformas

---

<sup>143</sup> Descrito no Decreto 19.437 de 10/03/1931 expedido pelo Ministério da Instrução Pública disponível no Diário da República Eletrónico.

<sup>144</sup> O prédio foi reformado, mantendo o traçado original e desde 1991 abriga a Biblioteca Municipal de Alijó. Também há a informação no site da Câmara Municipal que o sr. José Rufino foi presidente da Câmara (<http://www.cm-alijo.pt/pagina/212>).

educacionais pelas quais passaram os lusitanos. Todavia, segundo Candeias (2005, p.495), “levará cerca de um século a tornar-se realidade”, pois somente a partir da década de 1940, “a sociedade portuguesa parece conseguir criar de forma sustentada as bases económicas, materiais e políticas para a implementação definitiva do principal mecanismo de socialização da modernidade, a escolarização”. Parece que nesse tempo a cantina escolar ocupou um lugar de destaque, pois se aliava ao processo de estímulo da frequência escolar, em especial, mas não somente, para as crianças carentes socioeconomicamente.

O tema das cantinas escolares fora tratado em diversos momentos nos ambientes internacionais. Nas Conferências Internacionais de Instrução Pública promovidas pelo Bureau Internacional de Educação (BIE) ele tem relevo em várias das recomendações. Este órgão começou em 1925 em Genebra na Suíça como uma organização privada, mas com pensamento alinhado ao discurso da Sociedade das Nações. Os diretores na criação eram Pierre Bovet (1878-1944) e Adolphe Ferrière os quais pretendiam que o Bureau tivesse “uma atitude de estrita neutralidade do ponto de vista nacional, político, filosófico e religioso, pois se pensa[va] que isto [era] um instrumento decisivo para promover a paz” (PARRAT-DAYAN, 2006, p.13). De certo, a luta destes educadores havia sido em prol da paz. Em 1929, por dificuldades financeiras, tornou-se um órgão intergovernamental de interesse público e a direção passou para Jean Piaget (1896-1980) e diretor adjunto Pedro Rosselló (1897-1970), tornando-se uma referência para os estudos de educação comparada. Com ideários em comum, o BIE e o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual organizavam algumas ações coordenadas, sempre a apregoar a “colaboração entre os povos em todos os domínios, para assegurar a compreensão internacional e a paz” (PARRAT-DAYAN, 2006, p.13).

As recomendações resultantes das Conferências Internacionais de Instrução Pública haviam sido discutidas pelos representantes de diversos países participantes e versavam sobre as melhores condições, sob o ponto de vista dos especialistas em educação, para proporcionar uma educação de qualidade considerando as peculiaridades dos países, mas também levavam em conta as informações disponibilizadas pelos setores educacionais e compiladas pelos estudiosos do BIE. Ainda que nascidas em um período histórico muito crítico devido às hostilidades crescentes do período pré-guerra, as recomendações advindas do Bureau Internacional de Educação tiveram grande repercussão em muitos países.

As recomendações, de caráter intergovernamental, não pretendiam assumir “a força de decisões” e nem mesmo “se revestirem da forma de convênios”, mas, sem dúvidas, constituíram “um conjunto de normas da mais ampla autoridade técnica e moral, por serem elaboradas com fundamento na realidade escolar dos países participantes e aprovadas, após

acurado exame, pelas autoridades superiores responsáveis pelo ensino nesses países” (CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, 1965, p.IX).

No ano de 1935, na Recomendação nº 3 – *Economia no campo da Instrução Pública* – houve a constatação pelo compilado das atividades educativas dos países participantes que alguns, devido à crise financeira, diminuíram os orçamentos no setor educacional. Diante disso foi recomendado:

d) nenhuma restrição deveria atingir as medidas capazes de contribuir para a saúde física e moral da criança: locais escolares bem conservados, cantinas escolares, praças de jogos e recreação, colônias de férias, bem como Serviços de Assistência Social, que deram nova orientação à escola de hoje e que são tão necessários em épocas de crise; (CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, 1965, p.4).

Havia, de acordo com o documento, um reconhecimento de que as cantinas escolares contribuíam com a saúde física e moral das crianças e, por conseguinte, não deveriam ser atingidas por contingenciamento de verbas.

A outra menção das cantinas foi na Recomendação nº 8 – *Organização do ensino Rural* – no ano de 1936. O ensino rural parecia ter tido uma avaliação ruim na maioria dos países, sendo esta recomendação importante para que os governos tomassem providências para resguardar este importante tipo de escola.

10. Que esforços sejam empreendidos para a criação de "escolas centrais" a fim de reduzir, na medida do possível, o número de escolas de uma só classe, e, na hipótese de serem elas mantidas para crianças de menos idade, possam também ser criadas escolas centrais para meninos e meninas de mais idade; que se organizem serviços de transporte e cantinas para atender às necessidades; (CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, 1965, p.11).

Vê-se que a cantina foi preconizada como forma de proporcionar a frequência escolar dos alunos em área rural, colocado em conjunto com a necessidade do transporte escolar adequado.

Ainda no mesmo ano de 1936, a Recomendação nº 9 – *Normas para Construções Escolares* – considerava que as construções escolares modernas deveriam permitir que as crianças e jovens desfrutassem de uma “educação viva” que não recorresse “apenas aos livros e à memória, mas também à observação do meio e às diversas atividades da criança” (p.12). Neste ponto havia a preocupação com o “desenvolvimento físico, intelectual, moral e social” e fornecendo aos alunos “suplemento alimentar necessário e procurando ensinar-lhes bons hábitos de higiene” (p.13).

8. Que, tendo em vista assegurar, em boas condições, o desenvolvimento físico das crianças, a escola disponha de refeitório ou cantina, gabinete médico com equipamento e material necessários, pátio para jogos, sala de educação física, lavatórios, banheiros, duchas (CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, 1965, p.13).

Ao mesmo tempo em que os conflitos bélicos da Segunda Guerra Mundial começaram foram deliberadas outras recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública. No ano de 1939, destaca-se a de nº 17 – *Organização do Ensino Pré-primário* – que também tratou da importância das cantinas. O item 15 da Recomendação diz: “As autoridades devem cuidar da saúde das crianças que freqüentam as instalações pré-escolares por meio de assistência médica, pelo desenvolvimento da higiene mental, pela criação de cantinas, distribuição de leite, etc.” (CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, 1965, p.27). Nota-se que as cantinas e a distribuição do leite foram entendidas como condicionantes da saúde infantil. Ressalta-se que esta recomendação data da mesma época em que a distribuição do leite, para os escolares, realizada por entidades de benemerência e por iniciativas governamentais estava muito difundida em Portugal e no Brasil.

Como mencionado, a oferta de cantinas escolares foi tratada como importante para os intelectuais participantes das Conferências Internacionais de Instrução Pública (CIIP) no período de tempo delimitado neste estudo. E posteriormente, em 1951, teve um papel de destaque porque lhe foi dedicada uma das recomendações (a de nº 33) do Bureau. O valor das cantinas era devido à promoção do acesso tanto a refeições de qualidade nutricional e higiênica como por poder proporcionar conhecimentos de educação nutricional que chegariam às famílias dos estudantes. As cantinas foram mencionadas em mais duas outras recomendações datadas de 1953 e 1955.

A análise destas Recomendações faz-se pertinente porque elas tinham um caráter internacional que mostra que as discussões no âmbito educacional, no período estudado, tinham sentido de cooperação intelectual entre os países, permitindo a circulação das ideias entre eles. Ainda que não houvesse a intenção de criar modelos universais, como acentua Matasci (2012, p.48), pode-se perceber uma rica e complexa rede de relações internacionais no domínio da educação capaz de promover a orientação de políticas públicas nacionais.

Neste sentido, Sandrine Kott (2011) pontua que a interpretação tradicional sobre os organismos internacionais os coloca como espaço de regulação das relações internacionais e de criação de normativas – as quais estariam fora das decisões dos Estados participantes – impostas como universais. Entretanto, a interpretação suscitada por seu grupo de estudos, e que aqui se acredita, entende tais organizações, nesse período histórico, como promotoras de

pesquisa e apreensão de ideias, tendo sido “espaços sociais abertos a partir dos quais é possível estudar diversas dinâmicas de internacionalização”. Para a autora, elas funcionavam como “locais de troca e circulação, interseção e interação com as redes internacionais, mas também local de encontro de grupos específicos os quais representam as diferentes sociedades nacionais e/ou locais” (p.11).

No que tangencia este estudo, é possível afirmar que as organizações internacionais parecem ter promovido uma gradativa sensibilização nos governos brasileiro e português sobre a necessidade de efetivar o processo de oferta de cantinas escolares. O “lugar de encontro” que suscitava de que maneira o acesso das crianças a uma alimentação de qualidade – mesmo sendo uma só refeição ao dia – poderia favorecer o desenvolvimento cognitivo infantil, parece ter servido de estímulo. A discordância da interpretação tradicional sobre normativas universais, nesse período histórico que foi analisada a oferta das refeições escolares, advém do fato de que ainda que as recomendações e atividades acadêmicas afirmassem que as cantinas eram fundamentais no processo educativo, o Brasil e Portugal ainda demorariam décadas até que seus governos assumissem a responsabilidade pela alimentação escolar. A França, encarada aqui como um modelo para os dois países, vinha, por meio dos seus intelectuais, indicando nos encontros internacionais, que o Estado deveria estar à frente da oferta para que esta fosse efetiva e duradoura. Novamente se ressalva de falar da influência de outros países, sem preterir de forma alguma de sua importância histórica, mas usando da lente que se escolheu para estudar.

Diversos trabalhos<sup>145</sup>, em especial franceses, estão revisitando o período histórico do entreguerras e revendo o papel das organizações internacionais que atuaram não somente na promoção da paz, não conseguida, mas também na aproximação cultural entre os povos de diferentes nações no que se refere à cooperação intelectual. As discussões são muito profícuas e não serão tomadas a fundo aqui.

Portugal fazia parte dos acordos internacionais de cooperação intelectual, bem como Brasil e França e mais 42 países que em 23 de dezembro de 1938 assinaram o *Acto Internacional relativo à cooperação intelectual*. Neste documento, ratificado e confirmado por Portugal, os países declaravam, por meio dos órgãos envolvidos na cooperação intelectual, a sua missão era “salvaguardar o património espiritual da humanidade e favorecer o desenvolvimento das ciências, das artes e das letras” (PORTUGAL, 1940). O ato colocava

---

<sup>145</sup> Não foi realizada uma extensa procura, mas podem ser apontados nesse aspecto os trabalhos de Jean-Jaques Ronoliet (1999), Hugo Suppo (2000 e 2007), Sandrine Kott (2011), Daniel Laqua (2011), Damiano Matasci (2012), Juliette Dumont (2014), Anaïs Fléchet (2014), Mônica Lessa (2007).

como valorosos os esforços da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em prol das “relações espirituais entre os povos” por meio de ações desprovidas de interesses políticos e que apresentava com o “tríplice carácter de universalidade, permanência e independência” (PORTUGAL, 1940). É bem possível que os interesses bilaterais ou acordos não tão independentes ocorressem nestes encontros internacionais, como afirma Renoliet (1999). A França, tutora do IICI, procurava no entreguerras manter Paris como o centro das atividades intelectuais, com grande poder cultural e suas ações de *rayonnement culturel* (VAYSSIÈRE, 2002).

No documento supracitado foram nomeados os delegados que representariam os países no IICI. De Portugal foi designada Virgínia de Castro Almeida – a única mulher designada delegada neste documento; do Brasil foram Elizeu Montarroyos (que ficara do início ao fim do IICI) e João Pinto da Silva; da França foram Edouard Herriot, Emile Borel, Basdevant e De Panafieu (PORTUGAL, 1940).

Portugal, na busca do ideal de que a escolarização estaria ligada ao progresso social e econômico, não apresentava na década de 1930 prédios suficientes para abarcar as crianças em idade da escolarização obrigatória. Em 1932 houve a tentativa de estimular o aumento da oferta de escolas pelo país com a legislação decretando que as escolas seriam construídas com metade da verba advinda do Estado e outra metade das autarquias que tomariam emprestado os valores com o Estado para serem pagos em vinte anos (PIMENTA, 2006, p.66).

Outrossim, as cantinas também não estavam em número adequado e se mantinham graças aos esforços mambembes de professores e pessoas da sociedade engajadas na benemerência. As experiências nem sempre eram positivas como aquela explicitada pelo relatório sobre a cantina escolar do Liceu de Camões. Uma parte significativa das crianças ainda não conseguia nem frequentar a escola até os anos de 1960 (TRUNINGER et al, 2012). Aquelas que puderam participar do processo de escolarização, mas com condições socioeconômicas desfavoráveis, podiam ser assistidas pela cantina escolar mais próxima. Quando esta existia. Diante disso, segundo o grupo de pesquisa da professora Truninger (2012), a carência alimentar não conseguiu ser suprida pela cantina devido ao fato de que nem todas aquelas crianças que necessitavam, conseguiram ser assistidas.

Em 1941, o despacho do Conselho de Ministros nº 7 indicou que o Estado não teria condições de arcar com a generalização das cantinas escolares e que por isso, estimularia a sua expansão realizando a construção do edifício anexo ao da escola em caso de haver um benfeitor que oferecesse fundos necessários para a manutenção da cantina. Continuava seu caráter de benemerência, apesar de ser assumida a construção pelo Estado e pelas autarquias.

Até o fim do período analisado neste estudo, a cantina escolar era entendida pelo Estado Português como uma “instituição não-obrigatória”. Para o entendimento do sentido dessa expressão registrada no Decreto-Lei 38.968 de 27 de outubro de 1952, recorre-se ao mesmo decreto que trata a caixa escolar como “instituição obrigatória”. As caixas escolares e as cantinas tinham finalidades semelhantes e por vezes a cantina era mantida pelo financiamento da caixa. Ambas estavam envolvidas no fornecimento de refeições, vestuário, calçados, livros e materiais escolares para as crianças carentes. Algumas vezes, como tratado neste estudo, a cantina oferecia refeições pagas que permitiam a manutenção da mesma, além de possibilitar a assistência escolar de várias formas. No entanto, a partir do decreto-lei de 1952, houve a separação das duas e diferenciação de suas finalidades. A caixa escolar mantém o caráter obrigatório (que tinha desde 1923)<sup>146</sup>, mas em cada “núcleo ou zona” e não mais em cada escola e passa a ter a finalidade de fornecer a assistência escolar, exceto as refeições. Foram-lhe garantidas verbas<sup>147</sup> orçamentárias anuais do Estado como viabilização do seu funcionamento.

O decreto-lei reforçou que as cantinas escolares, por serem “instituições não obrigatórias, ter[iam], em regra, de depender, na iniciativa de sua criação e efetividade do seu funcionamento, da benemerência particular, que o Estado, aliás, deverá estimular por todos os meios ao seu alcance” (PORTUGAL, 1952). Houve a ressalva de que em alguns casos, em cantinas de Lisboa e do Porto, o Estado as tenha assumido financeiramente.

Apesar de declarar que não poderia arcar com a responsabilidade das cantinas, o relator do decreto reconheceu a importância da alimentação para a educação de qualidade. “Os especialistas da medicina e da higiene são unânimes em reconhecer que o estado de nutrição da criança é fator essencial da sua saúde física e da sua receptividade intelectual” (PORTUGAL, 1952). Além disso, fez um apontamento interessante quando se referiu ao nome cantina escolar. De acordo com ele, este nome “em certos meios pedagógicos estrangeiros” estaria “desacreditado”, coisa que para o relator não acontecia em Portugal e, portanto, manteriam o nome. É possível que esse discurso seja porque durante a Segunda Guerra Mundial as cantinas escolares francesas tenham sido usadas para tentar amainar o processo de fome que assolou a França. Nesse período, as cantinas se esvaziaram de toda a

---

<sup>146</sup> O decreto 9.223 de 06 de novembro de 1923 constituiu obrigatória a existência das caixas escolares em cada escola. Os valores da caixa escolar poderiam ser utilizados em pequenos reparos na escola, custear excursões e passeios escolares e comprar livros e materiais escolares para os alunos carentes. Não é mencionada a subvenção da cantina escolar neste decreto.

<sup>147</sup> As verbas viriam da cobrança de multas arrecadadas pelo Estado do não cumprimento da lei de obrigatoriedade escolar.

preocupação que havia sido estruturada no entreguerras de ambiente educacional e de alimentação racional, tomando o viés urgente de sanar a fome.

Foram dispostos em uma tabela os dados sobre o número de cantinas ao longo das décadas anteriores ao decreto-lei. Segundo o mesmo, no ano escolar 1930-1931 havia em Portugal 53 cantinas que beneficiavam 7.838 alunos e na década seguinte (1942-1943) aumentaram para 266 cantinas as quais atendiam 10.683<sup>148</sup> <sup>149</sup>(PORTUGAL, 1952).

Sem mais se alongar em uma legislação que ultrapassa o limite temporal determinado para este estudo, desculpa-se por tê-la mencionado pela razão de ela ter realizado um resumo do passado das regulamentações escolares e por ela poder refletir algumas das convicções do Estado a respeito da instituição cantina escolar as quais perdurariam ainda em Portugal por muitas décadas.

Reconhecer a importância de oferecer uma refeição de qualidade para o bom desenvolvimento cognitivo foi parte essencial do processo de tomar para si a total responsabilidade, mas parece não ter sido suficiente para o Estado português o fazer nesse período. Candeias (2005, p.496) explica a situação de transição de uma modernidade restrita para uma modernidade organizada em Portugal pela construção do Estado-nação moderno realizada em um contexto de regime autoritário, o qual partia do princípio de que o povo não estava preparado para a modernidade plena e por isso “acentuou os mecanismos de bloqueio à difusão de práticas sociais autónomas, sendo a educação um caso sintomático”.

A institucionalização da cantina escolar como parte fundamental da escola e de sua prática cotidiana tomou fôlego no período entreguerras por meio de estudos científicos e etnográficos que mostraram a influência da alimentação racional e saudável na saúde das populações. A alimentação oferecida no ambiente escolar gradativamente ocupou um espaço concomitante ao espaço do conhecimento intelectual. Comer na escola passou a ser parte da cultura escolar nos três países pesquisados.

Não se esquivava de perceber que as organizações internacionais tratadas aqui possuíam intenções dos países centrais em influenciar nas decisões tomadas por outros países. Entretanto o seu papel na difusão da importância da disseminação da oferta de refeições escolares de qualidade indistintamente para todos os alunos precisa ser pontuado. Os intelectuais desse contexto histórico, preocupados com a educação e com a alimentação, juntaram um amálgama de saberes nutricionais e educacionais, de várias partes do mundo, na

---

<sup>148</sup> Em contraponto às 5.217 cantinas existentes na França no período de 1925-1926.

<sup>149</sup> No documento não é esmiuçada a razão do aumento significativo de cantinas não ter elevado proporcionalmente o número de alunos atendidos. Uma das suposições seria que as cantinas podem ter sido criadas em comunidades rurais com menor quantidade de alunos que eram atendidos.

tentativa de promover o acesso a informações tidas como comprovadas cientificamente. Houve um ensaio de divulgar a ideia de que oferecer as refeições escolares seria a oportunidade de possibilitar a vulgarização da educação alimentar e nutricional e o conhecimento sobre a higiene com os alimentos, não só para aquelas crianças e adolescentes com carências socioeconômicas, mas para todos. Os benefícios de uma refeição adequada ofertada na escola poderiam então ser vistos tanto no corpo como no desenvolvimento intelectual daqueles sujeitos sociais.

Diz-se que houve um ensaio porque quando o processo de necessidade de ofertar boas refeições escolares parecia mais disseminado, por educadores e por médicos escolares, a declaração de conflito da Segunda Guerra Mundial trouxe, para a França e posteriormente para Portugal, a brusca interrupção do discurso de alimentação saudável, dando lugar à necessária alimentação em tempos de guerra. Portugal certamente vivenciou a década de 1930 de maneira intensa e a escola presenciou momentos incertos e adversidades na consolidação do regime repressivo. Ainda sob a chancela de instituição de benemerência, as cantinas escolares portuguesas nesse período foram aumentando gradativamente e tomando importância, na maioria das vezes para amainar as condições de pobreza, mas em alguns casos (crescentes) como prática escolar fundamental no processo educativo extensivo a todos os alunos. A França, grande modelo para Portugal, caminhava no entreguerras para uma complexificação da função social das cantinas, contudo, a chegada da guerra desequilibrou os esforços para esta construção em toda a Europa que se viu envolvida com a difícil tarefa de sanar a fome e as hostilidades pela diferença.

Se o ano de 1939 marcaria não só a história da Europa e tão logo de toda a humanidade a partir de então, o ambiente escolar e todo o aparato político-cultural e institucional que o sustentava também drástica (ou mais lentamente em alguns casos) seria afetado. Isso inclui, obviamente, as prerrogativas da cultura escolar voltadas à alimentação que a partir de então se intensificaram, no caso da França e foram instituídas no caso do Brasil e de Portugal. Esta mudança gradativa, no pós Segunda Guerra, levaria ao reconhecimento do direito do estudante a ter acesso à alimentação escolar de qualidade. Assunto esse que, se não faz parte do recorte temporal desta pesquisa, não se pode dizer menos importante. Vale lembrar enfim, que a compreensão sobre todo o processo de implementação, desenvolvimento e construção da política de alimentação escolar na França, em Portugal e no Brasil se faz por uma diversidade de fatores que interagiram de forma complexa. De forma nenhuma se pretendeu que as linhas traçadas no esboço da construção desta compreensão fossem

uníssonas, apenas formam parte do traçado do entendimento do passado por meio do acesso de indícios que serviram de régua para o desenho.

## CONCLUSÃO

Que azáfama e que trabalho colossal! Neste agitado período da vida universal, os povos não se contentam com as próprias experiências nos diversos domínios de sua actividade intellectual, administrativa e social (MENDONÇA, 1910).

Ao arrepio do que o médico Curvello de Mendonça desejara, a virada dos séculos XIX para o XX marcou a vida ocidental com uma intensidade cada vez maior de circulação dos saberes. No âmbito da educação, a constante troca de conhecimentos formaria redes que moldariam a própria concepção de educar. Dentro desta percepção, foi delimitado o marco temporal inicial deste estudo – último quartel do século XIX – quando foi identificado nele uma efetiva iniciativa de oferta de refeições sob a responsabilidade da escola francesa. A análise da França como espaço de estudo onde ocorreram as primeiras iniciativas de oferecimento de refeições na escola, não exclui outros lugares nos quais talvez se percebesse progressas ou contemporâneas ações para oferecer alimentação dentro da escola. É preciso ressaltar que a demarcação foi uma escolha e que, em comparação com os outros dois países estudados, Brasil e Portugal, indubitavelmente a França fora pioneira nessa prática.

A demarcação do marco final – 1939 – fora desenhada no decorrer da pesquisa quando apareceram indícios de que a deflagração da Segunda Guerra Mundial mudara o panorama mundial de influência cultural francesa e firmara o protagonismo anglo-saxão.

Assim, no que concerne ao recorte temporal, a determinação do período histórico entre fins do século XIX e 1939 ocorreu por ter apresentado uma peculiaridade em relação à influência francesa no Brasil e em Portugal. Neste intervalo de tempo as cantinas escolares francesas se consolidaram enquanto parte importante da estrutura escolar naquele país exercendo notável influência nos processos educacionais de outras nações. A circulação dos saberes teve então uma efervescência nas diversas ciências por meio de viagens pedagógicas, de congressos nas mais diversas especialidades, do Higienismo e suas verdades, das propostas de cooperação intelectual entre os hemisférios, das disputas de interesses econômicos e culturais que culminaram em conflitos bélicos de proporções gigantes.

Os estudos levantados na dissertação de mestrado, em 2015, mostraram como a trajetória histórica da alimentação escolar no Brasil fora pautada no assistencialismo e caracterizada por uma precária e ineficiente oferta de refeições em nível nacional até o fim da primeira década do século XXI, vivendo assombrada pela memória – impressa nos sujeitos escolares – da sua associação com a pobreza. Tal experiência de pesquisa, bibliográfica e de

campo, suscitou uma indagação de como havia sido a trajetória da oferta de refeições no ambiente escolar em outros países. Para os estudos do doutoramento, foram examinados alguns países europeus dos quais a França se destacara por ser considerada como modelo educacional e civilizatório. Este entendimento foi pautado pela leitura de autores da História e da História da Educação que haviam se debruçado sobre esta temática. Foi então diante de novos indícios sobre outras realidades impressas no tempo, sua constante presença na escola, que a oferta da alimentação escolar passou a ser considerada neste estudo como inerente à cultura escolar.

Sob esta perspectiva, uma das considerações mais contundentes que se pôde fazer ao olhar para o estudo aqui realizado foi de que há uma deficiência de discussões no âmbito da História e da História da Educação sobre a importância da oferta de refeições no ambiente escolar. Esta oferta ocorrera, no Brasil, na França e em Portugal, *pari passu* com a difusão da escolarização. A alimentação escolar é, portanto, uma das práticas escolares que caracteriza a cultura escolar, mas que, em boa parte dos estudos brasileiros e portugueses das áreas destacadas, é trabalhada tangencialmente. Há de se ressaltar que existe uma diversidade muito grande de estudos sobre a alimentação escolar tratada pelas áreas da Nutrição e Saúde, exibindo entretanto um olhar superficial sobre a construção histórica do tema em detrimento de enfoques de seus interesses.

Quando foram analisadas as fontes sobre as cantinas escolares portuguesas e sobre a merenda escolar brasileira no intuito de entender como foram as primeiras ofertas, foram encontradas muitas proposições sobre as experiências francesas. A França de Luís XIV (1638-1715) tomara para si a proposição de ser um modelo, irradiando sua cultura, ditando comportamentos e impondo vontades. O modelo de modernidade, após a Revolução Francesa, tornou-se modelo de civilização republicana e continuara a influenciar outras culturas pelo seu “poder de atração”. A estratégia de seduzir por meio da influência cultural possibilitou que se formassem redes de prestígio e poder. Há indícios desta influência em diversas áreas na sociedade brasileira e portuguesa no recorte analisado, marcadamente na estruturação de uma sociedade escolarizada que viria a tomar para si a proposta de dar alimentação aos alunos carentes.

No primeiro quartel do século XX, as estratégias de manutenção das redes de influência cultural francesa eram propostas governamentais para manter seus interesses em atividade no Brasil e em Portugal, bem como em outros países. Esse ardil foi abalado durante a Primeira Guerra Mundial, quando a França foi brutalmente afetada de muitas formas. No entanto, por meio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, criado efetivamente

em 1926, ela pôde novamente exercer um papel de destaque na influência cultural e intelectual sobre os países membros da Sociedade das Nações. A supremacia cultural gaulesa veio a declinar na prática com o romper da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos, utilizando métodos diferentes dos da sedução francesa, por meio da sua peculiar coerção, passou a exercer sua vontade soberana ao fim da guerra.

Este modelo civilizacional francês pode ser percebido em diferentes aspectos que se analisem. Para este estudo, pôde-se perceber que as cantinas e merendas se principiaram como uma forma de acudir a infância carente. Ainda que na França elas logo passaram a ter a função de racionalizar a alimentação – no sentido quantitativo e qualitativo – no Brasil e em Portugal, elas continuaram a ter a característica assistencialista até o fim do período estudado. As escolas francesas, ainda na primeira década dos novecentos, agregavam o ato de se alimentar aos processos educacionais inerentes à oferta de alimentação para crianças em torno da ideia de aprender pelo exemplo, renunciando o que viria a ser um dos preceitos do que atualmente é entendido como educação alimentar e nutricional. Esta pesquisa mostrou que somente no entreguerras foi reforçada e difundida a ideia de alimentação racional e dos benefícios de uma alimentação saudável para os outros dois países, e que portanto este seria o período quando se pode afirmar que houve a maior circulação de ideias a respeito da oferta de refeições escolares entre França, Brasil e Portugal.

As semelhanças entre Brasil e Portugal no que concerne ao auxílio prestado às crianças carentes do ponto de vista socioeconômico foram bastante significativas. Ambos os países atrelaram a oferta das refeições à frequência escolar e, portanto, para a efetivação da obrigatoriedade escolar que nos dois países se arrastava para ser cumprida por décadas, em grande parte de seus territórios. No Brasil, as refeições eram realizadas quase exclusivamente pelos alunos carentes até a oficialização do programa de alimentação escolar em 1956. A refeição oferecida era simples, muitas vezes somente um leite enriquecido com cereais ou sopas. Já em Portugal, apesar de grande parte da frequência à instituição cantina escolar estar associada à assistência à infância carente, as refeições eram mais diversificadas, ainda que longe de um cardápio ideal do ponto de vista nutricional.

Além disso, a difusão das cantinas escolares aconteceu em terras lusitanas bem antes do que no Brasil e apresentou por parte dos municípios uma adesão importante, contando com a presença de alunos que escolheram fazer suas refeições na cantina, mesmo sem necessitarem economicamente. A penúria da maior parte de ambas as populações no período estudado foi crucial para a associação da alimentação escolar com a assistência à infância carente. Uma diferença marcante dos dois países analisados foi o pagamento das refeições

em caso de alunos portugueses que assim o pudessem fazer. Tal fato parece ter contribuído com uma maior oferta de refeições, pois tornou possível, em vários casos, a diversidade dos cardápios e a melhoria da qualidade por meio de autofinanciamento.

É de suma importância esclarecer que as aproximações identificadas nos três contextos geográficos diferentes, inseridos em uma historicidade concomitante, não pretenderam sobrevalorizar uma homogeneidade desses percursos sócio-históricos, mas sim a possibilidade de visualizar diferenças e particularidades na disseminação da oferta de refeições escolares tanto no Brasil como em Portugal, tendo como referência o escopo propagado pela França.

Outrossim, deve-se destacar que foi possível ter contato com textos de cientistas do período histórico que versavam sobre suas experiências e descobertas sobre os efeitos de uma boa alimentação, particularmente na infância e, em vários casos, nas observações a respeito das refeições escolares. Muitos intelectuais ligados ao processo educacional se ocupavam e se preocupavam em correlacionar os efeitos de uma alimentação de boa qualidade nutricional e, em contraposição a sua deficiência, ao processo de aprendizagem infantil. Nesse sentido, foi interessante observar como alguns dos saberes apregoados ainda hoje pela ciência da Nutrição já eram propalados no começo do século XX.

Nos três países aqui entrelaçados, os médicos escolares tiveram uma presença marcante no que concerne à difusão da oferta de refeições dentro da escola. Suas ações eram embasadas nos auspícios do Higienismo os quais se tornaram indissociáveis para a escolarização obrigatória. O processo civilizatório, de modelo francês, contava com a participação da escola como meio de regulamentar as relações entre as pessoas na nova sociedade que tomava forma. A regulação do dia-a-dia no avanço do processo educativo não podia prescindir da alimentação.

Entretanto, apesar da difusão da higiene e da alimentação racional estar assentada nas ações dos médicos escolares, os atores protagonistas, no período estudado, para a oferta das refeições e divulgação dos preceitos higiênicos, foram os professores. Inúmeras responsabilidades dos professores e professoras – concernentes à higiene e alimentação – foram identificadas nos documentos analisados, tais como: dar banhos nos alunos cujos pais não o tivessem feito; financiar com o seu salário a oferta de refeições aos alunos carentes; preparar a merenda, servi-la e proceder a posterior limpeza; divulgar para alunos e seus pais sobre os preceitos de higiene; realizar o controle vacinal de seus alunos; entre outras. As exigências paralelas ao processo educativo pareciam tornar a escola um catalizador de informações que tinham como foco a infância e, por vezes, foi possível identificar

documentos que mostraram muitas dificuldades enfrentadas pelos professores, exigidos para além de suas formações.

Há que ser lembrado que alguns sujeitos históricos, construtores de seu tempo, parecem se deslocar do pensamento comum a que estão expostos e dar partida em movimentos de mudanças. Acessa-se, aqui, o pensamento e as proposições desses sujeitos por meio de documentos, mas isso não significa acessar os ideais que levaram a sua produção, visto que nem sempre se tem num texto a dimensão de sua real intenção. A utilização de documentos oficiais deve ter este cuidado de compreender como os interesses extraoficiais podem ter levado ao cumprimento ou não do que se propôs. No que concerne às ações realizadas pelos intelectuais no espaço internacional, como o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, parece possível entender que esse órgão seria um espaço transnacional que abarcou ideários nacionais dos países participantes – que por vezes o utilizavam como espaço de propaganda – ao mesmo tempo em que se esforçava num exercício de equilibrar a cooperação intelectual entre os países.

Tal afirmação corrobora com a tese proposta por esta pesquisa de mostrar como a tomada de decisão de ofertar refeições escolares no Brasil e em Portugal pôde estar sob a influência francesa, tamanho era seu protagonismo com relação à influência cultural e à incorporação de modelo de republicanismo. Ao que tudo indica, tal influência na estrutura escolar, e por conseguinte na oferta de refeições, seria decisiva, mesmo com a presença crescente dos Estados Unidos. Portanto conclui-se que, de acordo com os documentos analisados é possível perceber que, no que se refere à alimentação escolar, a influência francesa, por meio da difusão cultural, pode ser considerada um dos elos de ligação entre Portugal e Brasil, permitindo a análise comparada entre os países pesquisados.

Por fim, há um ponto pessoal que me envolve, enquanto autora desta pesquisa. Tornei-me nutricionista finalizando a graduação no ano em que Portugal comemorou 500 anos de seus “descobrimientos” (como ainda os portugueses definem esse contexto histórico). O olhar direcionado às políticas sociais me fez virar uma curva irresistível ao campo da Educação durante o mestrado. Duas décadas depois da graduação, com o “doutoramento” tive a oportunidade de descobrir o ressignificado da minha língua materna, descobrir contextos escolares tão diferentes e tão parecidos, descobrir como enfrentar adversidades climáticas inéditas, descobrir o mundo florido, descobrir sabores sublimes, descobrir o universo de documentos lindamente arquivados e, finalmente, redescobrir a palavra saudade.

## REFERÊNCIAS

A CANTINA ESCOLAR. *Jornal A Cantina*. Dia 15 de setembro de 1913. Anno 1. n. 1. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo físico. 371(469)(054).

A FICÇÃO ANARQUISTA – classe média. Texto disponível *on line* em <https://www.unicamp.br/~boaventu/page31a.htm> Acesso em 12 setembro de 2019.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acadêmicos, Biografia, Barão de Ramiz Galvão. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia> Acesso em 08 fev 2020.

ACADÉMIE FRANÇAISE. Officiels reçus en séance privée. Site oficial *on line*. Disponível em <http://www.academie-francaise.fr/linstitution/apercu-historique> Acesso em 13 nov 2019.

ADENIS, C. Les cantines scolaires du XII<sup>e</sup> Arrondissement. Delegué cantonal – Administrateur-Trésorier de la Caisse des Écoles du XII<sup>e</sup> Arrondissement. Officier d'Académie. Paris, 1898. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k55296775.r=adenis%20les%20cantines%20scolaires?rk=21459;2> Acesso em Outubro de 2018.

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6715/1525.pdf> Acesso em 02 dez 2019.

ALMEIDA, Adir da Luz; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Uma aventura para o dia de amanhã”: o projeto do Serviço de Ortofrenia e higiene mental na Reforma de Anísio Teixeira (1930). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio (orgs.). **Práticas escolares e processos educativos**: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX). Vitória: EDUFES, 2011. p. 59-90.

ALVES, Luís Alberto Marques. República e educação: dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA – Universidade do Porto, III Série*, vol. 11, - 2010, pp. 165-180. Disponível em <https://pentaho.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3654> Acesso em 12 nov 2019.

ANDRADE, Manuel Correia. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**. Recife, Vol. 11, n.29, 1997. p. 169-194.

ANNIVERSARIO DE UMA GRANDE INSTITUIÇÃO lisboeta. Publicada no *Diário de Notícias (RJ)* no dia 27 de dezembro de 1930. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1930. Edição 201. Ocorrência ¼. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&pesq=cantina%20escolar%20+%20Portugal&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=cantina%20escolar%20+%20Portugal&pasta=ano%20193) Acesso em 27 out 2019.

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antônio de Arruda Carneiro Leão. Verbete. In: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J.M. (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC- Inep-Comped, 2002. p. 114-122.

ARAÚJO, Vânia. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei.

In: FARIA FILHO, Luciano; ARAÚJO, Vânia. (orgs.). **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 171-204.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

ARQUIVO NACIONAL da Torre do Tombo. Jornal *O Século*. Foto com código de referência PT/TT/EPJS/SF/001-001/0002/0711<sup>a</sup>. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1204428> Acesso em 20 março 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO SOCIAL, Universidade de Évora, Projecto MOSCA, Portugal. António Aurelio Costa Ferreira. Disponível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=683> Acesso em 13 de fev de 2019.

AS CANTINAS ESCOLARES. Revista Cantina dos Pobres, dir. Adolfo Portela, mês de janeiro de 1917. Acervo disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. CDU n° 061.235(054).

ASSIS, Machado de. O passado, o presente e o futuro da literatura. **Obra Completa de Machado de Assis**, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23/04/1858. Disponível em <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/28-critica> Acesso em 31 jan 2019.

ASSISTENCIA ESCOLAR. Mensagem, ao Conselho Municipal, lida, na sessão do dia 1, pelo Prefeito Sr. Antonio Prado Junior. Jornal *O Paiz* dia 04 de junho de 1929. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&PagFis=10775&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=10775&Pesq=merenda%20escolar) Acesso setembro de 2019.

AS MERENDAS ESCOLARES. *Jornal do Brasil* dia 19 de dezembro de 1939. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1939. Edição 299. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&pesq=dante%20costa%20+%20merenda&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=dante%20costa%20+%20merenda&pasta=ano%20193) Acesso 21 out 2019.

BARREIRA, Luiz Carlos. A educação libertária nas páginas da Revista Educação (Lisboa, 1913). **Revista Educativa**. Goiania, v. 11, n. 2, p. 193-219, jul./dez. 2008. Disponível em <file:///D:/Perfil/Downloads/882-2859-1-PB.pdf> Acesso em 22 nov 2019.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900). **Rev História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (8), 2000. p. 79-109.

BASTOS, Maria Helena Camara. Leitura das famílias brasileiras no século XIX: o *Jornal das Famílias* (1863-1878). **Revista Portuguesa de Educação**, 2002, 15(2). CiED, Universidade do Minho. p. 169-214.

BERNACCHI, Augusto. REPARO NECESSARIO: Pratica perniciosa. Jornal Correio da Manhã (RJ) em 27 de junho de 1906. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_01&pasta=ano%20190&pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=merenda%20escolar) Acesso em 19 fev 2019.

BEZERRA, José Arimatéia Barros. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da Política de Alimentação Escolar no Brasil (450-468). In: CAVALCANTE, M. J. M. (org.). **Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais**. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue Synthèse Historique**. Tome XLVI. Paris, 1928. Disponível em [https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101615j/f6.image.r=BLOCH%20\(Marc\)](https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101615j/f6.image.r=BLOCH%20(Marc)) Acesso em março 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BRASIL. **Lei de 15 de Outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1827. Disponível em [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html) Acesso em Novembro de 2018.

BRASIL. **Ato Adicional de 16 de Agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html> Acesso em Novembro de 2018.

BRASIL. **Sessão Imperial de abertura da 2ª sessão da 14ª Legislatura da Assembléa Geral**. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1870. Sob a Presidência do Sr. Visconde de Abaeté. Disponível em [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais\\_Imperio/1870/1870%20Livro%201ok.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Imperio/1870/1870%20Livro%201ok.pdf) Acesso em 11 fev de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em 15 agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto 981 de 08 de Novembro de 1890**. Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em Novembro de 2018.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) Acesso em Novembro de 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 7.566** de 23 de Setembro de 1909. Crêa nas capitaes as Escolas de Aprendizizes Artífices para o ensino profissional, primário e gratuito. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 maio 2013.

BRASIL. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/8/1940, Página 15173. Decreto-Lei 2478 de 05 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação e Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 21 out 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2014

BRINKMANN, Sören. Leite e modernidade: ideologia e políticas de alimentação na era Vargas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 21, núm. 1, enero-marzo, 2014, p. 1-17. Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm> Acesso em outubro de 2019.

BURTIN-VINHOLES, S. **Dicionário Francês-Português/Português-Francês**. 22. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

CAIXAS ESCOLARES. Jornal A Época dia 27 de agosto de 1915. Edição 01098. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20191> Acesso em 12 fev 2019.

CAMARA, Sonia. Infância pobre e instituições assistências no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, L.M.; ARAÚJO, V.C. (orgs.). **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 17-56.

CAMARA, Sonia. Mário Paulo de Brito. Verbete. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 809-816.

CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO. História. Disponível em <https://www.cm-fundao.pt/municipio/Hist%C3%B3ria> Acesso em 07 mar 2019.

CAMARGOS, Marcia. Uma República nos moldes franceses. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p. 134-143, setembro/novembro 2003.

CANDEIAS, António. A Escola Oficina nº 1: Esboço de análise de uma escola alternativa. **Análise Psicológica** (1987), 3 (V): 387412, Lisboa.

CANDEIAS, António. SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos nacionais e estudos de caso. **Análise Psicológica**, 1999, v.1, XVII, p.163-194. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v17n1/v17n1a17.pdf> Acesso 25 nov 2019.

CANDEIAS, António. A Primeira República Portuguesa (1910-1926): educação, ruptura e continuidade, um balanço crítico / António Candéias. **Encontros Ibéricos de História da Educação**, vol. 5º Encontro, 2003, pag. 161-192.

CANDEIAS, António. Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal. **Análise Social**, vol. XL (176), 2005, 477-498, Lisboa.

CANTINA DOS POBRES do Fundão. Publicação e edição de Adolfo Portela. 1912a. Dia 25 de agosto de 1912. Disponível no acervo físico da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível na CDU 061.235(054). Cota J. 3166//3 B. Publicado de julho de 1912 até julho de 1917.

CANTINA DOS POBRES do Fundão. Publicação e edição de Adolfo Portela. 1912b. Dia 27 de outubro de 1912. Disponível no acervo físico da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível na CDU 061.235(054). Cota J. 3166//3 B. Publicado de julho de 1912 até julho de 1917.

CANTINA ESCOLAR. Jornal *A Educação Popular*, 01 de Abril de 1909. N.1, Lisboa, Portugal. Propriedade da Bibliotheca da Sociedade Promotora de Educação Popular. Disponível em [http://purl.pt/24415/4/1814605\\_PDF/1814605\\_PDF\\_24-C-R0150/1814605\\_0000\\_1909-1910\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/24415/4/1814605_PDF/1814605_PDF_24-C-R0150/1814605_0000_1909-1910_t24-C-R0150.pdf) Acesso em 12 dezembro 2018.

CANTINAS ESCOLARES. Publicada no jornal *Estrela do Minho* dia 27 de fevereiro de 1921. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1921. Edição 1324. Ocorrência 10/39. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=890626&pesq=cantina%20escolar&pa sta=ano%20192> Acesso em 26 out. 2019.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARMO, José Messias. A alimentação e a escola. *Revista A Escola Primária (RJ)*. Ano XX, n. 11 e 12. Fevereiro e março de 1937. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1937. Edição 11-12. Ocorrência 5/7. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097497&PagFis=5593&Pesq=merenda%20escolar> Acesso em 19 out. 2019.

CARVALHO, Severino de. Nota jornalística (sem título) de 05 de março de 1899. Jornal Tribuna. Anno I, n.10, p.8. Hemeroteca Digital Portuguesa. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Indice/IndiceA.htm> Acesso em 16 nov 2018.

CARVALHO, Julio Oscar Novaes de. Relatório da Escola “Quinze de Novembro” apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra (Ministro da Justiça e Negócios Interiores) pelo Director Julio Oscar Novaes de Carvalho. Fevereiro de 1905. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873837&PagFis=7371&Pesq=congresso%20de%20higiene%20escolar> Acesso em 03 setembro de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

CARVALHO, José Murilo de. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? **Revista Rio de Janeiro**, n. 8, p. 101-114, set./dez. 2002b.

CARVALHO, Luís Miguel. Desafios na fronteira da história comparada da educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.) **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) **História Social da Infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Rosana Areal; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012.

CARVALHO, Maria João; SOARES, Teresa. Evolução histórico-legal do regime de gestão e administração da escola pública portuguesa: dos descobrimentos até a Primeira República. **Revista História da Educação (Online)**, 2019, v. 23: e80154 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/80154>.

CASCUDO, Teresa. Paris en Lisboa: ecos periodísticos de un salón musical de *la belle époque*. **Revista Temas & Matizes** - Nº 10 - Segundo semestre de 2006. Disponível em <http://saber.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/1486/1206> Acesso em 29 out 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002a.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2.ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Miraflores, Portugal: Difel, 2002b.

CHAUBET, François. *L'action culturelle française dans le monde: 150 ans d'expériences*. Palestra proferida no *Comitê d'histoire du Ministère de la Culture*. Jornada de Estudos, 16 de janeiro de 2016. Disponível em <https://chmcc.hypotheses.org/2725> Acesso em 29 out 2019.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. O papel da educação escolar na formação de novos hábitos culturais no antigo Distrito Federal dos anos 30. **Revista Contemporânea de Educação**, 1(1), 2006, p. 107-126. Disponível em <https://doi.org/10.20500/rce.v1i1.1480> Acesso em 14/10/19.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. As escolas católicas de prestígio no Rio de Janeiro: as razões da distinção. In: LOPES, Sonia de C.; CHAVES, Miriam W. **A história da educação em debate**: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p.141-154.

CLARK, Oscar Castello Branco. Federação Nacional das Sociedades da Educação. Publicada no jornal **O Paiz** do dia 13 de setembro de 1929. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1929. Edição 16399. Ocorrência 7/7. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&PagFis=39589&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=39589&Pesq=merenda%20escolar) Acesso em setembro de 2019.

CLARK, Oscar Castello Branco. A merenda escolar. Palestra proferida no dia 17 de outubro de 1936 na Escola Nilo Peçanha do Rio de Janeiro. Publicada no **Jornal do Commercio** dia 06 de dezembro de 1936. Edição 058. Ocorrência 27/40. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&PagFis=45749&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&PagFis=45749&Pesq=merenda%20escolar) Acesso em 16/10/2019.

CLEMINSON, Richard Mark. Between Germanic and Latin eugenics: Portugal, 1930-1960. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2016, vol.23, suppl.1. p.73-92. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702016000900073&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900073&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 28 out 2019. ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702016000500005>.

COIZAS PEQUENINAS... Revista Cantina dos Pobres, dir. Adolfo Portela, mês de janeiro de 1917. Acervo disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. CDU nº 061.235(054).

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS de Instrução Pública. Recomendações 1934-1963. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Brasília, 1965. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002529.pdf> Acesso 08 nov 2019.

CONGRÈS INTERNATIONAL D'HYGIÈNE SCOLAIRE 3º, (03, 1910). Paris, 2-7 août 1910. Conferência proferida pelo Dr. L. Landouzy. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k135066m?rk=42918;4> Acesso em setembro de 2019.

CONGRESSO DE HYGIENE ESCOLAR. Correio Paulistano dia 22 de março de 1910. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&PagFis=17838&Pesq=congresso%20de%20higiene%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=17838&Pesq=congresso%20de%20higiene%20escolar) Acesso em setembro de 2019.

CONSELHO MUNICIPAL do Rio de Janeiro. Ata do dia 04 de setembro de 1930 publicada no *Jornal do Commercio* do dia 07 de setembro de 1930. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 214. Ocorrência 1/5. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&PagFis=5265&Pesq=merenda%20escolar%20+%20fernando%20azevedo](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&PagFis=5265&Pesq=merenda%20escolar%20+%20fernando%20azevedo) Acesso setembro de 2019.

CORPS DIPLOMATIQUE. Nota publicada no jornal *Excelsior: journal illustré quotidien, informations, littérature, sciences, arts, sports, théâtre, élégances* no dia 16 de novembro de 1935. Gallica - Bibliothèque nationale de France. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4610812g/f2.item.r=ansio%20teixeira.zoom> Acesso em 23 nov 2019.

CORREIA, Luís Grosso. “Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação”. O sistema educativo no Estado Novo. **Ler História**. N.35, 1998, p. 71-107.

CORREIO PAULISTANO. **Notas**. 08 de novembro de 1919. N. 20.241. São Paulo. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&PagFis=51084&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=51084&Pesq=merenda%20escolar) Acesso em 12 de fev de 2019.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. Coleção Virando séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA E COSTA, José Soares. **O povo francez**. Conferência realizada no Theatro da República na noite de 12 de Dezembro de 1911. Lisboa: Livraria Correia Pinto Editora, 1912.

CUNHA, Marcus Vinícius da; SILVA, Tatiane da. Concepções políticas e educacionais de Renato Jardim na década de 1930. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 53, p. 78-91, out2013 – ISSN: 1676-2584. p. 78-91. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640194/7753> Acesso em 18 de março de 2019.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DESSAUW, Guy. **Caisses des Écoles**. Paris, [2019?]. Disponível em: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/peri-caisse-des-ecoles.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DIA DA MERENDA ESCOLAR. Seção: Coisas da Cidade. Publicado no *Jornal do Brasil* do dia 20 de outubro de 1939. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1939, Edição 249. Ocorrência 24/26. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=14634&Pesq=francisco%20campos%20+%20merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=14634&Pesq=francisco%20campos%20+%20merenda) acesso 20 out 2019.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS dia 22 de novembro de 1931. Seção Portugal: Continente e Ultramarino. p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&pesq=cantina%20escolar&pasta=ano%201931](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=cantina%20escolar&pasta=ano%201931) Acesso em 20 março de 2019.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Revista Caligrama**. Belo Horizonte, 12:129-148 dezembro de 2007. p. 129-148. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/185/137> Acesso em 28 out de 2019.

DIRECTORIA GERAL de Instrução Publica. *Jornal do Brasil* dia 14 de março de 1924 (1924a). Hemeroteca digital Brasileira. Ano 1924. Edição 0064. Ocorrência 2/18. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&pesq=carneiro%20leao%20+%20merenda&pasta=ano%201924](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=carneiro%20leao%20+%20merenda&pasta=ano%201924) Acesso em 24 de setembro de 2019.

DIRECTORIA GERAL de Instrução Publica. *Jornal do Brasil* dia 06 de novembro de 1924 (1924b). Hemeroteca digital Brasileira. Ano 1924. Edição 0269. Ocorrência 4/18. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&PagFis=28115&Pesq=carneiro%20leao%20+%20merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&PagFis=28115&Pesq=carneiro%20leao%20+%20merenda) Acesso em 24 de setembro de 2019

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Trad. Neide Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/ 2003. p. 29-45. (Este artigo foi publicado originalmente em francês na revista *Éducation et Sociétés*, n.5, p.43-57, 2000/2001).

DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946)*. Paris: ed. D'IHEAL, 2014. Disponível em <https://books.openedition.org/iheal/567> Acesso em 10 nov 2019.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 203-221 – 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a10v34n67.pdf> Acesso 20 out 2019.

EDITAL. Publicado no *Jornal do Brasil* do dia 18 de abril de 1934. Edição 0091(1). Ocorrência 20/69. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=42513&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=42513&Pesq=merenda%20escolar) Acesso 15/10/2019.

EDITAL N.38. Referente ao Departamento de Educação, Expediente do dia 21 de março de 1936. *Jornal do Brasil* publicado no dia 22 de março de 1936. Ano 1936. Edição 069(1). Ocorrência 28/69. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=62752&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=62752&Pesq=merenda%20escolar) Acesso 15/10/2019.

EDUCAÇÃO NACIONAL Cidadãos membros do Governo Provisório. *Jornal do Commercio* - Rio de Janeiro, 8 de Março de 1890. Hemeroteca Nacional Digital Ano 1890, Seção 067. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_08&pesq=merenda&pasta=ano%20189](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=merenda&pasta=ano%20189) Acesso em 17 de outubro de 2018.

EM FAVOR DA INFANCIA POBRE. *Jornal O Paiz*. Dia 31 de agosto de 1908. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_03&pagfis=17020](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pagfis=17020) Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

ESCOLA PROFISSIONAL Visconde de Mauá. Nota publicada no jornal *Voz do Povo* no dia 15 de março de 1920. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 0038. Ocorrência 1/2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720003&PagFis=134&Pesq=merenda> Acesso em setembro de 2019.

ESTATUTOS DA CANTINA Escolar da Paróquia da Pena. Lisboa: Tipografia Celestino da Luz, 1928. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa.

ESTATUTOS DA CANTINA Escolar Maximino Fernandes Cid. Lisboa: Tipografia Freitas Brito Ltda, 1933. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa.

FOGAGNOLI, Marcela. **Alimentar é também educar**: a merenda escolar no Brasil (1940-1960). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2017. Orientador Prof Dr Gilberto Hochman.

FAMILISTÈRE DE GUISE, site oficial. Disponível em <https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/le-trophee-du-devoir-le-journal-du-familistere> Acesso em novembro de 2018.

FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006. p. 328-375.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, Nº 14 . p. 19-34. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03> Acesso setembro de 2019.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERNANDES, Ana Gabriela de Souza. Alimentando o saber: o perfil das merendeiras, suas percepções em relação ao ofício e as possibilidades para a educação. **Dissertação**. 116 p. Orientador Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Produção e circulação do conhecimento pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino no Brasil e em Portugal (1880-1930). In: SOUZA, Donaldo Belo; MARTÍNEZ, Silvia Alicia (orgs.). **Educação comparada: rotas de além-mar**. São Paulo: EJR Xamã editora, 2009. p.221-236.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. CORREIA, Luís Grosso. Uma abordagem comparada do ensino primário na Primeira República no Brasil (1889-1930) e em Portugal (1910-1926). In: LOPES, Sonia de C.; CHAVES, Miriam W. **A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 229-254.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha; PINTASSILGO, Joaquim. A influência alemã e a construção da modernidade pedagógica em Portugal: o exemplo da revista Froebel (1882-1885). **Comunicações**. Repositório da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/4032> Acesso em março de 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro. Ano XI, n.43, p.227-246, abr/mai/jun, 2005.

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís. Diferentes perspectivas de um ensino conservador: o ensino liceal em Portugal durante o Estado Novo (1936-1960). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 145-174, jan./mar. 2014. Editora UFPR

FIGUEIRA, Manuel Henrique. A Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n.15, 2004. p. 29-52.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1913.

FRANCE. Ministère du Secrétaire d'état au département de l'instruction publique. **Loi Guizot 28 Juin 1833**. De l'instruction primaire et de son objet. Disponível em <http://www.education.gouv.fr/cid101161/loi-sur-l-instruction-primaire-loi-guizot-du-28-juin-1833.html&xtmc=rapport&xtnp=7&xtr=125> Acesso em outubro de 2018.

FRANCE. Ministère de l'instruction publique et des beaux-arts. **Loi Jules Ferry 28 Mars 1882**. Disponível em <https://www.senat.fr/evenement/archives/D42/1882.html> Acesso em outubro de 2018.

FRANCE. Ministère du commerce, de l'industrie, des postes et des télégraphes. **Exposition Universelle Internationale de 1900 à Paris**. Rapports du jury international. Groupe I. Éducation et enseignement. Première Partie. Classe 1. Paris : Imprimerie nationale, 1902 . Disponível em <http://cnum.cnam.fr/CGI/redir.cgi?8XAE562> acesso em Maio de 2018.

FRANCE. Conseil d'État (1799-....). Recueil des arrêts du Conseil d'État. 1903. Bibliothèque nationale de France. Gallica. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57372894/f11.image> Acesso em agosto de 2019.

FRANÇA, José-Augusto. Sondagem nos anos 20: cultura, sociedade, cidade. **Análise Social**, vol. XIX (77-78-79), 1983 (3º, 4º, 5º), p. 823-844. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465370A7xXH8fa1Gg53HG5.pdf> Acesso em 20 março de 2019.

FRANCO, Sebastião Pimentel; ASSIS, Elezeare Lima. Considerações sobre o Grupo Escolar Gomes Cardim no contexto da Educação Primária no Espírito Santo da Primeira República. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, 2013, p. 65-76

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Vol. III, século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 165-181.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GAUTHIER, Clermont. Da pedagogia tradicional à pedagogia nova. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (orgs.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2010. p.176-202.

GAZE, Isabella Paula. ORLANDO CORRÊA LOPES: a gestão de um anarquista na Escola Profissional Visconde de Mauá (1916-1927), Dissertação de mestrado. PPG em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora Angela Maria Souza Martins. Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org.); SCHWARCZ, Lilian Moritz (org. vol.) **Historia da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em

[http://multimediasignstudio.com.br/demo/uploads/files/1534015346\\_2145b2a8c9bd168f7c76c2d809eea0f.pdf](http://multimediasignstudio.com.br/demo/uploads/files/1534015346_2145b2a8c9bd168f7c76c2d809eea0f.pdf) Acesso em 16 out 2019.

GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.9 n. 25, p.1-136, maio-ago. 2014. Disponível em [http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa/Revista\\_SSociais\\_25web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa/Revista_SSociais_25web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa) Acesso em 16 out 2019.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em Agosto de 2018.

GONDRA, José Gonçalves. Entre o Cura e o Médico: higiene, docência e escolarização no Brasil Imperial. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 183-204, Maio/Ago 2007  
Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe> Acesso em Agosto de 2018.

GOURDON, Vicent. Nassaice de la Société des Nations. Encyclopaedia Universalis France. Disponível em <https://www.universalis.fr/encyclopedie/naissance-de-la-societe-des-nations/>. Acesso em 05 agosto de 2019.

GOSSELIN, Guy. Compte rendu de RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)* Paris, Publications de la Sorbonne, 1999, 352 p. **Études internationales**, 32 (1), 134–138. Paris, 2001.  
<https://doi.org/10.7202/704272ar>

GUIMARÃES. Jornal do Brasil dia 26 de dezembro de 1913. Seção Portugal – Notícias das Províncias. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_03&PagFis=22630&Pesq=antina%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&PagFis=22630&Pesq=antina%20escolar) Acesso em 21 fev 2019

GUIMARÃES. Jornal do Brasil dia 08 de fevereiro de 1914. Seção Portugal – Notícias das Províncias. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_03&PagFis=22630&Pesq=antina%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&PagFis=22630&Pesq=antina%20escolar) Acesso em 21 de fev de 2019

GRAÇA, Alvaro. Relatório anual dos trabalhos executados no 9º Districto Sanitario. Rio de Janeiro, 1906. Edição 03. (p.398/612) Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873837&PagFis=11806&Pesq=districto%20sanitario%20+%20meyer> Acesso em 09 agosto de 2019.

GRANDE CONCURSO Brasil do Tico-Tico. Revista *O Malho* dia 18 de julho de 1935. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1935. Edição111. Ocorrência 5/5 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&PagFis=83076&Pesq=laboratorio%20biologia%20clinica%20+%20farinha%20vitamina> Acesso outubro de 2019.

GRENIER, J.Y. A História Quantitativa ainda é necessária? In: BOUTIER, J.; JULIA, D. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1998. p.183-192.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 290-300.

GRUPO ESCOLAR “Gomes Cardim”. Sopa Escolar. Nota publicada no jornal *Diário da Manhã* no dia 31 de agosto de 1930. Edição 2419(1). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=Dumas%20+%20merna&pasta=ano%20193> Acesso em outubro de 2019.

HAMBURGER, Amélia Império. “**A ciência nas relações Brasil-França**”: interações do presente trazem cem anos de história. Palestra proferida sobre o lançamento do livro de organização da autora de mesmo tema, no dia 08 de novembro de 1995. Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/hamburgerbrasilfranca.pdf> Acesso em outubro de 2019.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO; GIMENEZ (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP-IFCH, 2000. p.15-62

HÉBRARD, Jean. Por uma Bibliografia Material das Escritas Ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – Séculos XIX e XX). **Revista Brasileira de História da Educação** n°1 jan./jun. 2001. p.115-141.

HISTOIRE pour tous, François Ier (Roi de France 1515-1547). Disponível em <https://www.histoire-pour-tous.fr/histoire-de-france/2971-francois-ier-1494-1547.html> Acesso em 01 fev 2019.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n° 55, novembro/2001, p.30-41.

HOLANDA, Silvio Augusto de Oliveira; OLIVEIRA, Thiago Azevedo Sá de. *A festa das letras* e os anagramas instrutivos da brincadeira. **Revista Contexto**. Vitória, n.28, 2015/2.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Demerval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 219-252.

INSPECÇÃO MEDICA ESCOLAR. Jornal *A Rua* dia 17 de março de 1916. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236403&pesq=cantina%20escolar&pasta=ano%20191> Acesso em fev 2019.

INSPECÇÃO MÉDICO-ESCOLAR. Os serviços medico-dentários escolar durante o 1º semestre do corrente anno. Publicado na *Gazeta de Notícias* do dia 04 de julho de 1930. Ano 1930/Edição 156. Ocorrência 1/3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_06&pesq=Dumas%20+%20mrenda&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=Dumas%20+%20mrenda&pasta=ano%20193) Acesso outubro de 2019.

INSTALAÇÃO DA CRUZ VERMELHA JUVENIL na 3ª Escola Mixta do 23º Districto. Revista da Cruz Vermelha. Julho a Dezembro de 1926. Hemeroteca Digital Brasileira.

Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=141216&pesq=cantina%20escolar&pasta=ano%20192> acesso em 09 março de 2019.

INSTITUIÇÃO util, Jornal do Commercio - Rio de Janeiro, 12 de Março de 1897. Ano 1897, Edição 071 (1). Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_08&PagFis=24182&Pesq=merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=24182&Pesq=merenda) Acesso em 17 de Outubro de 2018.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Ano II-1936. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>

INSTRUÇÃO MUNICIPAL, *Gazeta de Notícias* dia 16 de fevereiro de 1911. p.3. Ano 1911/edição 0047. Ocorrência 888/2367. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_04&PagFis=21954&Pesq=%22m%c3%a1%20alimenta%c3%a7%c3%a3o%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=21954&Pesq=%22m%c3%a1%20alimenta%c3%a7%c3%a3o%22) Acesso em out 2019.

JANICOT, Daniel. **La dimension culturelle du Grand Paris**. Rapport au Président de la République. Collection des rapports officiels. Direction de l'information

légale et administrative. ISBN : 978-2-11-009313-4. Paris, 2013. Disponível em

[www.ladocumentationfrancaise.fr](http://www.ladocumentationfrancaise.fr) acesso em dezembro de 2019.

JARDIM, Renato. Relatório sobre a Instrução Publica no Districto Federal. Jornal do Brasil dia 30 de dezembro de 1926. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20192) Acesso em 15 março de 2019.

JONES, Colin. **Paris**: biografia de uma cidade. 6.ed. tradução José Carlos Volcato e Henrique Guerra. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

JORNAL DO COMMERCIO, anno de 1914, Edição 059. **Dados de movimentação dos grupos escolares** – Minas Geraes. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_10&PagFis=22385&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=22385&Pesq=merenda%20escolar) Acesso em 12 fev 2019.

JULIA, Dominique. A Violência das Multidões: é possível Elucidar o Desumano? In:

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). **Passados Reconstituídos**: Campos e Canteiros da História. Tradução Marcella Mortara; Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 217-232.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de**

**História da Educação**, nº 1 jan./jun. 2001. p. 9-43. Tradução de Gisele de Souza do artigo de Julia: “La culture scolaire comme objet historique”, *Paedagogica Historica*. International journal of the history of education (Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995, pp. 353-382).

KOTT, Sandrine. Les organisations internationales, terrains d'étude de la globalisation. Jalons pour une approche socio-historique. **Revue Critique Internationale**. v.3, n.52, 2011. p.9-16. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2011-3-page-9.htm> Acesso em 30 out 2019.

KULESZA, Wojcieh Andrzej. Genealogia da Escola Nova o Brasil. **Revista Educação em foco UFJF**. Juiz de Fora. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/061.pdf> Acesso em 10 set 2019.

LA COOPÉRATION INTELLECTUELLE/ Société des Nations. Institut International de la Coopération Intellectuelle. Paris, 1930. Bibliothèque Nationale de France – Gallica. Disponível em <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb327225275> Acesso em 28 out 2019.

LANDOUZY, Louis. **L'alimentation rationnelle**: conférence faite à la Sorbonne, mars 1908 / par le professeur L. Landouzy. Éditeur Masson, 1908. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9600167s> Acesso em outubro de 2019.

LAQUA, Daniel. Internationalisme ou affirmation de la nation? La coopération intellectuelle transnationale dans l'entredeux-guerres. **Revue Critique Internationale**. v.3, n.52, 2011. p. 51-67. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2011-3-page-51.htm> Acesso 30 out 2019.

LE FAMILISTÈRE DE GUISE. Site. Disponível em <https://www.familistere.com/fr/decouvrir/cent-ans-d-experimentation-sociale>. Acesso em novembro de 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

LEFÈVRE, Jean-Paul. Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. In: Vingtième Siècle, **Revue d'Histoire**, n°38, avril-juin 1993. pp. 24-33; Disponível em doi : <https://doi.org/10.3406/xxs.1993.2677> Acesso setembro de 2019.

LEITE, Juçara Luzia. Intelectuais e professores pensando a paz no período entreguerras. In: LEITE, J.L.; ALVES, C. **Intelectuais e História da Educação no Brasil**: poder, cultura e políticas. Vitória: Edufes, 2011. p.303-332.

LEONZO, Nanci. A propósito do Beribéri. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, v.5, n. 2, 2012. Disponível em <file:///D:/Perfil/Downloads/Dialnet-APropositoDoBeriberi-4807266.pdf> Acesso em 03 setembro 2019.

LES CANTINES SCOLAIRES, Journal Le Devoir. Tomo 17. Janvier- Décembre 1893. Disponível em [www.cnum.cnam.fr](http://www.cnum.cnam.fr) , Cote: CNAM-BIB P 1132 (17)

LIMA, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.3 p.129-191 jan./dez. 1995.

LISBOA, Acta da Câmara de Municipal de Lisboa, dia 21 de Janeiro de 1909. P. 46-47. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/ActasSessoesCML.htm> Acesso em 13 novembro 2018.

LISBOA, Karen Macknow. Entre o passado europeu e o futuro americano: dois ensaios sobre o Brasil da década de 1930. **Revista de História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Número 21(1). p. 1-15. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386134010020> Acesso em setembro de 2019.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Profissão docente, formação de professores e instituições escolares. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (orgs.). **História da profissão docente no Brasil**. v.7. Vitória: EDUFES, 2011. p.59-78.

LOPES, Orlando Corrêa. Nota publicada no jornal *A noite* no dia 11 de agosto de 1917. Edição 2030. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_01&PagFis=11182](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=11182) acesso em setembro de 2019.

LOPES, Policarpo. **A modernidade Alimentar**: In(E)volução Simbólica do Acto Alimentar. Lisboa: Edições Colibri/CEOS – Investigações Sociológicas, 2006.

LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. p. 597-619.

LORENZ, Karl M.. A influência francesa no ensino de ciências e matemática na escola secundária brasileira no século XIX. Congresso Brasileiro de História da Educação II, 2002. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0306.pdf> Acesso em 30 Sept. 2019

LOUREIRO, Samuel Maia de. **Acção das Cantinas Escolares**: Conferencia de Propaganda da Cantina Escolar de Alcantara. Realizada a pedido de sua Comissão Installadora. Lisboa: Instituto Geral da Artes Graphics, Junho de 1909.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MAGALHÃES, Justino. Memória activa e transformação social: a educação na construção histórica da escola básica portuguesa. **Cadernos de História da Educação**, nº. 4, 2005.

MANGORRINHA, Jorge. A Lisboa republicana. **Cadernos do Arquivo Municipal**. Arquivo Municipal de Lisboa, 1ª série n. 09, 2007, p.115-145. Disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/95.pdf> Acesso em 06 fev 2019

MARCHAND, Claire. Le médecin et l'alimentation: Principes de nutrition et recommandations alimentaires em France (1887-1940). Université François-Rabelais de Tours. École Doctorale « Sciences de l'Homme et de la Société ». Orientação: Jean-Pierre Williot. Tours, France, 2014. Disponível em <http://www.theses.fr/2014TOUR2007> Acesso em 21 nov 2016.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F. A. (org. coleção); SEVCENKO, N. (org. volume). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b. p.513-619.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia (2016). Brazilian school food policy: Social representations and marks from the past. **Education Policy Analysis Archives**, vol.24, nº 66, 1-34. Doi:<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2241>.

MARTINS, António Coimbra. **Eça e Paris**. s/d. Disponível em [file:///D:/Perfil/Downloads/rev9\\_10\\_art4\\_paris.pdf](file:///D:/Perfil/Downloads/rev9_10_art4_paris.pdf) Acesso em 06 de fev de 2019.

MATASCI, Damiano. L'éducation, terrain d'action internationale: le Bureau International de l'Enseignement Technique dans les années 1930. **Revue Relations Internationales**, n.151, 2012/3. p. 37-48. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-relations-internationales-2012-3-page-37.htm> Acesso em 13 nov 2019.

MATTOS, Laura Valadão de. Alfred Marshall, o capitalismo e sua utopia social. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 637-659, dez. 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182011000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000300007) Acesso em setembro de 2019.

MEDINA, João. A democracia frágil: a Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000. p. 297-312.

MEIRELLES, Cecília. Justiça social para a criança brasileira! Coluna “*Página da Educação*” do *Diário de Notícias (RJ)* publicado no dia 28 de fevereiro de 1931. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1931. Edição 260. Ocorrência 5/14. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=4125&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=4125&Pesq=merenda%20escolar) Acesso 20 out 2019.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a História da Educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.294-305, jun.2009 - ISSN: 1676-2584. p. 294-305.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A.. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (org.); SCHWARCZ, Lilian Moritz (org. vol.) **Historia da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658.

MEMÓRIA PORTUGUESA, Portugal em pormenor. Divisões administrativas. Freguesia. Disponível em <http://www.memoriaportuguesa.pt/geo:freguesia> Acesso em 13 fev 2019.

MENDONÇA, Alice Maria Ferreira. **A problemática do insucesso escolar a escolaridade obrigatória no Arquipélago da Madeira em finais do século XX** (1994-2000). Tese de doutorado. Universidade da Madeira. 2006. Orientadora Prof. Doutora Teresa Rodrigues Veiga. 583p. disponível em <http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/publica/Tese.pdf> acesso em 17 fev 2019.

MENDONÇA, Curvello de. Duas capitaes. Jornal *O Paiz* dia 08 de agosto de 1910. Hemeroteca Digital Brasileira. Ocorrência 5/48. Edição 09438. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pesq=Curvello%20Mendon%20A7a%20+%20alimenta%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20191](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=Curvello%20Mendon%20A7a%20+%20alimenta%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20191) Acesso em setembro de 2019.

MENDONÇA, Curvello de. Congressos. Jornal *O Paiz* dia 01 de setembro de 1910. Hemeroteca Digital Brasileira. Ocorrência 2/5. Edição 09462. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pesq=congresso%20de%20higiene%20escolar&pasta=ano%20191](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=congresso%20de%20higiene%20escolar&pasta=ano%20191) Acesso em setembro de 2019.

“MERENDA ESCOLAR” DE RIO PRETO, *Revista Educação e Pediatria*, Anno I, N.I, junho de 1913, p.66. Rio de Janeiro. Directores proprietarios: Franco Vaz (director da Escola Premunitoria 15 de Novembro) e Dr. Alvaro Reis (médico do Hospital de crianças do Rio de Janeiro). Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305774&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20191> Acesso em 12 de fev de 2019.

MERENDAS DIARIAS E GRATUITAS para todos os alumnos das escolas municipais. Importante medida tomada pelo Dr. Pio Borges. Publicada no dia 30 de agosto de 1939 na *Gazeta de Notícias*. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1939. Edição 206. Ocorrência 18/20. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_06&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20193) Acesso 20 out 2019.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Armanda Álvaro Alberto. Verbete. In: FÁVERO, M.L.A; BRITTO, J.M. (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC- Inep-Comped, 2002. p. 154-163.

MOGARRO, Maria João. Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos: circulação e apropriação de modelos culturais. In: PINTASSILGO, J. (org.) et al. **História da escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri, 2006. p. 233-260.

MORAES, José Damiro de. Educação e trabalho: reflexões anarquistas na Primeira República. In: MARTINS, Angela Maria Souza; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs.). **Trajetórias históricas da Educação**. Rio de Janeiro: Rovelte, 2009. p. 233-246.

MORAES, Margarete Farias de; LEITE, Juçara Luzia. Os dissensos nos discursos médicos sobre a saúde do escolar: o caso das inspetorias escolares no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Dimensões*, vol. 34, 2015, p. 204-227. ISSN: 2179-8869.

MOTTA, Marly. Pereira Passos. **Verbetes** do Dicionário da Política Fluminense. Coordenação: Alzira Alves de Abreu/FGV. Site da Fundação Getúlio Vargas *copyright* 2016. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/pereira-passos> acesso em 05 fev 2019.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*. [online]. 1998, vol.41, n.1 [cited 2019-10-21], pp.97-150. Available from:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77011998000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000100004&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0034-7701. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011998000100004>.

NA ESCOLA PROFISSIONAL masculina. *Correio Paulistano* dia 09 de março de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&PagFis=28275&Pesq=so%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=28275&Pesq=so%20escolar) Acesso em 15 de fev 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU/Ed.USP, 1974.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano**: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. p. 14 a 44.

NOTAS AVULSAS, Jornal *A Epoca (RJ)*, dia 07 de maio de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=2385&Pesq=inspec%20medica%20escolar> Acesso em 23 agosto de 2019.

NOTICIARIO, jornal *Diario do Brazil (RJ)*, 5 de dezembro de 1882. Edição 276. p.3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225029&pesq=caixa%20escolar&past=a=ano%20188> Acesso em 15 de agosto de 2019.

NOTICIAS DE PERNAMBUCO. Publicado no *Jornal do Brasil* de 18 de outubro de 1938. Edição 244 (1). Ocorrência 21/26. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=87755&Pesq=fra%20ncisco%20campos%20+%20merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=87755&Pesq=fra%20ncisco%20campos%20+%20merenda) Acesso em outubro de 2019.

NOURRISSON, Didier; PARAYRE, Séverine. Histoire de l'éducation à la santé à l'école : une lente et complexe ascension (XVIIIe-XXIe siècles). In: **Spirale. Revue de recherches en éducation**, n°50, 2012. Les éducations à... : quelles recherches, quels questionnements ? pp. 81-94; doi : <https://doi.org/10.3406/spira.2012.1091> Disponível em [https://www.persee.fr/doc/spira\\_0994-3722\\_2012\\_num\\_50\\_1\\_1091](https://www.persee.fr/doc/spira_0994-3722_2012_num_50_1_1091)

NÓVOA, António. Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). **Análise Psicológica**. 3(V), 1987. p. 413-440. Disponível em [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987\\_3\\_413.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf) Acesso em jan/2019.

NÓVOA, António. Modelos de análise em educação comparada: o campo e o mapa. In: SOUZA, Donald Belo; MARTÍNEZ, Silvia Alicia (orgs.). **Educação comparada**: rotas de além-mar. São Paulo: EJR Xamã editora, 2009a. p. 23-62.

NÓVOA, António. **Professores**: Imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009b. Disponível em

<http://www.colegiosantanna.com.br/formacao/downloads/Professores%20imagens%20do%20futuro%20presente%20-%20Leitura%20Congresso%202015.pdf> Acesso em 14 nov 2019.

OS GRUPOS E AS CAIXAS ESCOLARES, Jornal *O paiz* dia 20 de novembro de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pesq=caixa%20escolar%20+%20merenda&pasta=ano%201911](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=caixa%20escolar%20+%20merenda&pasta=ano%201911) Acesso em 16 agosto de 2019.

O “COPO DE LEITE” nas escolas municipais. *Jornal do Brasil* dia 08 de novembro de 1924. Ano 1924/edição 269. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_04&pasta=ano%201922&pesq=%22Se%20estas%20s%C3%A3o%20pobresinhas,%20desherdadas%20da%20sorte%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%201922&pesq=%22Se%20estas%20s%C3%A3o%20pobresinhas,%20desherdadas%20da%20sorte%22)

Acesso em setembro 2019.

O HORARIO NAS ESCOLAS publicas minicipaes. **Revista Educação e Pediatria**, Anno I, N.I, junho de 1913, p. 64. Rio de Janeiro. Directores proprietarios: Franco Vaz (director da Escola Premuntoria 15 de Novembro) e Dr. Alvaro Reis (médico do Hospital de crianças do Rio de Janeiro). Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305774&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%201911> Acesso em 12 de fev de 2019.

O JORNAL (RJ). Portugal. Dia 30 de outubro de 1928. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 03045 (1). Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&PagFis=40056&Pesq=ca%20ntina%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&PagFis=40056&Pesq=ca%20ntina%20escolar) Acesso em 08 março 2019.

O MINGÃO DOS ESCOLARES. Publicado no jornal *A noite (RJ)* de 07 de novembro de 1933. Edição 07887 (1). Ocorrência 8/8. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_03&pesq=escola%20+%20far%20inha%20vitamina&pasta=ano%201933](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=escola%20+%20far%20inha%20vitamina&pasta=ano%201933) Acesso em outubro de 2019.

O PAUPERISMO ESCOLAR. Jornal *O Radical* dia 29 de março de 1939. Ano 1939/edição 2134. p.4. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=%22o%20pauperismo%20escolar%22&pasta=ano%201939> Acesso em julho 2019.

PARTI OUVRIER FRANÇAIS. Section (Roubaix, Nord). Auteur du texte. **La Petite feuille ouvrière** : ["puis" Parti ouvrier français (U.S.R.), Section roubaisienne "puis" Section roubaisienne du Parti socialiste de France (P.O.F.)]. 1900-02. 1er février 1900. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. Disponível em

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32837810v/date1900>

PASCAULT, Louis. Précis d'alimentation rationnelle. Paris: Bibliothèque Larousse, 1911. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9675466w.texteImage> Acesso em novembro de 2019.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 14(2), 2002. P.147-161.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e Norte-americanos nas ciências sociais brasileiras: 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. p. 477-531.

PERCORRENDO AS ESCOLAS do Distrito Federal. *Página da Educação do Diário de Notícias (RJ)* do dia 12 de novembro de 1932. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1932. Edição 872. Ocorrência 8/14. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=4125&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=4125&Pesq=merenda%20escolar) Acesso 20 out 2019.

PEREIRA, Rui Pedro. Espaço e tempo Revelar LX. **Arquivo Municipal de Lisboa**. Disponível em <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=1270> Acesso em 01 de fev. de 2019.

PESSOA, Fernando António Nogueira. Textos de Crítica e de Intervenção. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1980: 45. 1ª publ. In: “**A Águia**”, 2ª série, nº 9, 11 e 12. Porto: Set., Nov. e Dez. 1912. Disponível no Arquivo Pessoa. Acesso em 12 março 2019. <http://arquivopessoa.net/typografia/textos/arquivopessoa-3101.pdf>

PETITJEAN, Patrick. Entre Ciência e Diplomacia: a organização da Influência Científica Francesa na América Latina, 1900-1940. In: HAMBURGER, Amélia Império et al. (orgs). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996. p. 89-120.

PIETRARÓIA, Cristina Moerbeck Casadei; DELLATORRE, Sasha Kiyoto Watanabe. O ensino do francês no Brasil. **Revista Odisseia**, Natal, RN, n. 09, p. 97-124, jul.-dez. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/10971/7747> Acesso outubro de 2019.

PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira. A Escola Portuguesa: do “Plano dos Centenários” À Construção da Rede Escolar no Distrito de Vila Real. **Dissertação** Mestrado. Orientação do Prof. Dr. Alberto Filipe Ribeiro de Abreu Araújo. Universidade do Minho. Portugal, 2006.

PIMENTEL, Irene Flunser. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. **Análise Social**, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.º-3.º), p.477-508.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Os viajantes e a instrução no Brasil oitocentista. In: SÁ, E.F.; SIMÕES, R.H.S.; GONÇALVES NETO, W. (orgs). **Circuitos e fronteiras da história da educação**. Vitória: EDUFES, 2015. p.135-168.

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. **Merenda escolar brasileira: marcas da história na adesão e nas representações sociais**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, RJ. Orientação Profª Drª Silvia Alicia Martínez, 2015.

PINTASSILGO, Joaquim; COSTA, Rui Afonso. A construção histórica do tempo escolar em Portugal (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX). **La escuela y sus escenarios**, p. 105-130, 2007. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/4011>>

PINTASSILGO, Joaquim; CARVALHO, Marta Maria Chagas; NERY, Ana Clara Bortoleto; MOGARRO, Maria João; TODELO, Maria Rita de Almeida. Movimento associativo, circulação de impresso e apropriação de modelos pedagógicos em Portugal e no Brasil na primeira metade do século XX: uma contribuição para estudos da educação comparada. In: ARAÚJO, Marta Maria de (org.). **História(s) comparada(s) da Educação**. Brasília: Liber Livro/UFRN, 2009. p. 285-318.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. 2007. p. 25-49. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Antonio\\_Pinto6/publication/264881042\\_O\\_Estado\\_Novo\\_portugues\\_e\\_a\\_vaga\\_autoritaria\\_dos\\_anos\\_1930\\_do\\_seculo\\_XX/links/53fcb9070cf22f21c2f3fb4c.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Pinto6/publication/264881042_O_Estado_Novo_portugues_e_a_vaga_autoritaria_dos_anos_1930_do_seculo_XX/links/53fcb9070cf22f21c2f3fb4c.pdf) Acesso em 14 nov 2019.

PORTUGAL. **Constituição de 1822**. Constituição Política Da Monarquia Portuguesa. Decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes Reunidas em Lisboa no ano de 1821. Disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7511.pdf> Acesso em 29 jan 2019.

PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. **Lei 821**. De 08 de setembro de 1917. Diário Eletrónico da República, 08/09/1917, p. 801. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/497620/details/normal?sort=whenSearchable&sortOrder=ASC&q=cantina> Acesso em 12 de fev de 2019.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Instrução Pública - Repartição de Instrução Universitária. Diário do Govêrno n.º 157/1918, 2º Suplemento, Série I de 1918-07-14. **Decreto nº 4650**. Reforma os serviços de Instrução Secundária. (1918a). Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/244523/details/normal?q=4650%2F1918> Acesso em fev 2019.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Instrução Pública. Repartição do Gabinete. **Decreto nº 4642** de 14 de julho de 1918. Autoriza um empréstimo para construção de escolas de ensino primário e cantinas escolares. (1918b) Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/244515> Acesso em 14 março 2019.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Instrução Pública. Repartição do Gabinete. **Decreto nº 4.695** de 23 de julho de 1918. Remodela os serviços de Sanidade Escolar. Diário da República Eletrónico. (1918c) Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/169611> Acesso em 18 fev 2019.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Instrução Pública. Repartição de Sanidade Escolar. **Decreto nº 4867** de 23 de setembro de 1918. Cria o Fundo das Construções escolares e obrigatoriedade da construção de cantinas escolares. Diário da República Eletrónico. (1918d) Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/176559> Acesso em 20 set 2018.

PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. **Decreto 4787B** de 10 de maio de 1919. Reorganização do Ensino Primário. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/275064> Acesso em 21 de fev de 2019.

PORTUGAL. Ministério da Instrução Publica. **Decreto n.12.094** de 06 de agosto de 1926. Integra os serviços sanitários dispersos ao Ministério da Instrução Pública. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/162981> Acesso em 02 nov 2019.

PORTUGAL. Ministério da Instrução Publica. **Decreto n. 16.381** de 09 de janeiro de 1929. Cria a Junta de Educação Nacional. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/356366> Acesso em 28 out 2019.

PORTUGAL. Direção Geral do Ensino Primário. **Decreto-lei 23.803** de 27 de abril de 1934. p.558. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/673424> Acesso em 13 março 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Secretaria Geral. **Decreto 26.611** de 19 de maio de 1936. (1936a). Diário da República Eletrónico. Regulamentação da Junta Nacional de Educação. p. 536-547. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/362693> Acesso em 15 março 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Secretaria Geral. **Decreto 26.893** de 15 de agosto de 1936. (1936b) Diário da República Eletrónico. p. 536-547. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/358684> Acesso em 18 março 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Secretaria Geral. **Decreto 27.301** de 04 de dezembro de 1936, regulamenta a organização nacional Mocidade Portuguesa. (1936c) Diário da República Eletrónico. p. 536-547. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/323935> Acesso em 08 novembro 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Direção Geral do Ensino Lical. **Decreto-lei n. 28.939** de 24 de Agosto de 1938. (1938a). Revisão de turmas dos Liceus mistos. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/348339> Acesso em 23 março de 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. **Lei 1.961** de 20 de maio de 1938 (1938b). Determina as bases da reforma do ensino primário. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/367428> Acesso em 08 nov 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Direção Geral do Ensino Primário. **Decreto-lei n. 29.807** do dia 05 de agosto de 1939. Diário da República Eletrónico. Promulga várias disposições atinentes a regular o funcionamento das escolas do ensino primário elementar que passaram a funcionar como oficiais e uniformiza a situação dos professores das referidas escolas. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/200051/details/normal?q=29807> Acesso 08 nov. 2019

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna. **Carta de Confirmação e Ratificação do Acto Internacional relativo à cooperação intelectual**. Inscrita no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 10 de Agosto de 1939. Publicada no Diário da República no dia 11 de abril de 1940. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/194231> Acesso em 10 nov 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Secretaria Geral. **Decreto n. 32.234** de 31 de agosto de 1942. Integra nos centros escolares da Mocidade Portuguesa todas as associações escolares, cantinas, caixas escolares, caixas de excursões, caixas ou associações filantrópicas existentes nos liceus, nas escolas de ensino técnico profissional, nas escolas práticas de agricultura, nas escolas de regentes agrícolas e nos estabelecimentos de ensino particular correspondentes, com todos os direitos e obrigações que actualmente lhes cabem. Diário da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/337626/details/normal?q=decreto+32234> Acesso em 09 nov 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. Secretaria Geral. **Decreto n. 10.515** de 26 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas das cantinas escolares da MP e da MPF.

PORTUGAL. Assembléia da República. **Lei nº 56/2012** de 08 de novembro de 2012. Reorganização administrativa de Lisboa. Diário da República 1.ª série — N.º 216 — 8 de novembro de 2012. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/11/21600/0645406460.pdf> acesso em 09 março 2019.

PORTUGUESE WOMEN SCIENTISTS, Branca Fernandes Rumina (1898-1988), portuguese physician. Disponível em <https://debategraph.org/Details.aspx?nid=400665> Acesso em 25 nov 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL. Diretoria Geral de Instrução Pública. Rua de São Christóvão, 18. Superintendente de Educação de Saúde e Higiene Escolar. Publicado no anuário *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*. Ano de 1934. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1934, edição 090. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=112574&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso 15/10/2019.

PREMIER CONGRÈS D'HYGIÈNE SCOLAIRE et de pédagogie physiologique (1er et 2 novembre 1903), organisé par la Ligue des médecins et des familles pour l'hygiène scolaire. Rapports et communications. Publicado em 1904. Paris, França. Disponível em <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30905915n> Acesso em 02 de setembro de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Portuguesa. Site oficial da presidência. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=28> Acesso em 13 março 2019.

PRIORI, Mary del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Ed Planeta do Brasil, 2010.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/59> Acesso abril 2020

QUEIROZ, Eça. **Cartas Familiares e Bilhetes de Paris**. 1896. Disponível em <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/eq000003.pdf> Acesso em 12/09/2019.

RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. **Análise Social**, vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), 1067-1145.

Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>  
Acesso em 25 nov 2019.

RAMOS, Rui. Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, vol. XXXIX (172), 2004, p. 547-569. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0003-25732004000400002&script=sci\\_arttext&tlng=en#1](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0003-25732004000400002&script=sci_arttext&tlng=en#1) Acesso em 20 março de 2019.

RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)* Paris, Publications de la Sorbonne, 1999.

RENOLIET, Jean-Jacques. Palestra proferida na “Conferência 60 anos da História da UNESCO”, 16-18 de novembro de 2005. UNESCO, Paris. Disponível em [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=30323&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=30323&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html) Acesso 19/10/2019

RESENDE, José Armando Zema. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)**: dinâmicas de um processo. Dissertação de Mestrado em História. Orientadora Profa. Dra. Albene Míriam Menezes Klemi. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

RESUMO DO RELATÓRIO apresentado em fevereiro de 1936 ao Dr. Mário Brito, Diretor do Departamento de Educação, pelo Dr. Massilon Saboia, Superintendente Geral de educação de Saúde e Higiene Escolar. *Jornal do Brasil* dia 19 de março de 1936. Ano 1936. Edição 066 (1). Ocorrência 26/69. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=62752&Pesq=renda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=62752&Pesq=renda%20escolar) Acesso 15/10/2019.

RIBEIRO, Clementina de Fátima Bidarra Pinto de Castro. **Reaportuguesar Portugal: o sentido patriótico em Eça de Queirós**. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Orientadora: Professora Doutora Ana Nascimento Piedade. Universidade Aberta. Lisboa, 2008.

RIBEIRO, Gabriela. **Algumas letras para falar da “Festa das Letras” de Cecília Meireles e Josué de Castro** / Campinas, SP: [s.n.], 2011. Orientadora: Norma Sandra de Almeida Ferreira. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 72p.

RIO DE JANEIRO. Diário Oficial da União. **Decreto 1.058 de 29 de janeiro de 1916**. Dá regulamento ao serviço de inspeção medica escolar. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&PagFis=6285&Pesq=inspec%c3%a7%c3%a3o%20medica%20escolar> Acesso em agosto de 2019.

RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial da União**. Dia 29 de agosto de 1939, no expediente dado pelo Secretário Geral da Educação e Cultura no Boletim nº 195, Seção 2, p.10, 1939.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Cultura escolar e práticas de higienização da infância na escola primária paulista. In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara M. (orgs.) **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p.159-195.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.371-390.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. GONGRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.02, p.493-512, jul./dez. 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROSAS, Fernando. A crise do Liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal. **Revista Penélope**. Fazer e desfazer História. n.2. 1989. p. 97-114.

ROTARY CLUB do Rio de Janeiro. Nota publicada no *Jornal do Commercio* dia 25 de julho de 1935. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1935, edição 252 (1). Ocorrência 5/9. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&pesq=Dumas%20+%20merenda&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=Dumas%20+%20merenda&pasta=ano%20193) acesso em outubro de 2019.

ROTARY CLUB do Rio de Janeiro. Nota publicada no *Jornal do Brasil* no dia 5 de abril de 1936. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1936. Edição 081(1). Ocorrência 7/26. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=14634&Pesq=francisco%20campos%20+%20merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=14634&Pesq=francisco%20campos%20+%20merenda) Acesso em outubro de 2019.

RUMINA, Branca. **Cantinas Escolares**: trabalho original, impresso especialmente como título de candidatura à médica escolar. Lisboa, 1930. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

RUMINA, Branca. **A cantina escolar**: fator de revigoração da raça. Edição da Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário. Lisboa, 1931. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

SÁ, Magali Romero; BENCHIMOL, Jaime L.; KROPF, Simone; VIANA, Larissa; SILVA, André Felipe Cândido da. Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan.-mar. 2009, p.247-261. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386138041015.pdf> Acesso em outubro de 2019.

SABOIA, Massilon. Palestra proferida no Núcleo Petropolitano dos Amigos de Alberto Torres no dia 07 de junho de 1934. Publicada na *Revista A Escola Primária (RJ)*. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1934. Edição 03-04. Ocorrência 3/7. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097497&PagFis=4947&Pesq=merenda%20escolar> Acesso em 19/10/2019.

SAMPAIO, J. Salvado. Insucesso escolar e obrigatoriedade escolar em Portugal. **Análise Psicológica**, II, 19-22, 1978. Disponível em <[http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1921/1/1978\\_1\\_9.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1921/1/1978_1_9.pdf) > Acesso em 29 jan 2019

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações. **Dissertação**. Mestrado em Ensino e História das Ciências da Terra da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Profa. Dra. Maria Margaret Lopes. 2009.

SÃO PAULO. **Lei n. 1.541 de 30 de dezembro de 1916**. Diário oficial. Dia 11 de janeiro de 1917, p.131. Remodela a Inspeção Medica Escolar. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/norma/65745> Acesso em agosto de 2019.

SCHATZMAYR, Herman G.; CABRAL, Maulori Curié. **A virologia no Estado do Rio de Janeiro: uma visão global**. 2a Edição - Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em [http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livro\\_Virologia\\_nova\\_edicao.pdf](http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livro_Virologia_nova_edicao.pdf) Acesso em agosto de 2019.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Das normas prescritas às práticas escolares: a escola primária paulista no final do século XIX. In: GONÇALVES NETO, W.; MIGUEL, M.E.B.; FERREIRA NETO, A. **Práticas Escolares e Processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (Séculos XIX e XX)**. Vitória, EDUFES, 2011. p. 23-58.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. 15ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SECÇÃO PORTUGUEZA. Assumptos varios. Jornal *O Paiz* RJ do dia 16 de fevereiro de 1922, p.7. Edição 13633. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=cantina%20escolar&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=cantina%20escolar&pasta=ano%20192) Acesso em 20 de fev de 2109.

SÉNAT, *um site a service du citoyens. Anciens sénateurs IIIème Republique. Poincare, Raymond*. Disponível em [https://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/poincare\\_raymond1024r3.html#1889-1940](https://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/poincare_raymond1024r3.html#1889-1940) Acesso em 19 agosto 2019.

SEQUEIRA, F. J. Martins. **A Cantina dum Liceu**: notícia do que tem sido nos sete anos de sua existência e do que hoje é a Cantina Escolar do Liceu de Camões. Lisboa, (s.n.), 1939. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Código: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/722061>

SERRA, Marta Sebastião Ramires. **Lisboa: expansão e política habitacional do Século XX**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade Lusíada. Orientador: Prof Dr. Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha. 2011. Disponível em <http://hdl.handle.net/11067/3685> Acesso em 06 de fev de 2019

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A. (org. coleção); SEVCENKO, N. (org. volume). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 07-48.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmo e ritos do Rio. In: NOVAIS, F. A. (org. coleção); SEVCENKO, N. (org. volume). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b. p.513-619.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília. **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: INEP, 2011. p. 275-290.

SIANO, Lúcia Maria França. Attilio Vivacqua. Verbete. In: FÁVERO, M.L.A; BRITTO, J.M. (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 114-122.

SILVA, Álvaro Ferreira da; MATTOS, Ana Cardoso de. Urbanismo e modernização das cidades: o "embellazamento" como ideal, Lisboa, 1858-1891. **Scripta Nova**. Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 69 (30), 2000.

SILVA, Daniela Gonçalves da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. A dupla missão formativa da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” (1947-1956): apreciações sobre currículo e cultura escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 270-300, set./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723817352016270>

SILVA, Manique Carlos da. A Primeira República portuguesa recria o Ministério da Instrução Pública: um esforço de aproximação aos sistemas escolares europeus. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378 Curitiba, Brasil, v. 1, n. 1, p. 6-25, janeiro/abril de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i1.44625>

SILVA, Henrique Mendonça da. **A higiene escolar além das palavras**: Oscar Clark e o tratamento médico escolar. Campinas, 2017. Orientadora Profª Drª Heloísa Helena Pimenta Rocha. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SILVEIRA, Luís Espinha da; ALVES, Daniel; LIMA, Nuno Miguel; ALCÂNTARA, Ana; PUIG-FARRÉ, Josep. Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. **Revista LER história**. N. 61 Dossier: Novas Perspetivas na História dos Transportes p. 7-37

SOCIEDADE DE MEDICINA e cirurgia do Rio de Janeiro. Sessão Semanal. *Jornal do Brasil* dia 03 de dezembro de 1933. Ano 1933, Edição 0287 (1). Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&PagFis=38624&Pesq=josu%c3%a9%20de%20castro%20+%20merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=38624&Pesq=josu%c3%a9%20de%20castro%20+%20merenda%20escolar) Acesso outubro de 2019.

SOCIÉTÉ D’HISTOIRE et d’archéologie Le vieux Montmartre (Paris). Le Vieux Montmartre. Société d’histoire et d’archéologie des IXe et XVIIIe arrondissements... **Bulletin mensuel**, Juin 2005. Paris. Gallica BnF. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96034240/f23.image.r=tarsila%20do%20amaral?rk=21459;2> Acesso em setembro de 2019.

SOPA ESCOLAR. **Correio Paulistano** dia 28 de janeiro de 1913. p.6. Edição 17786. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=sopa%20escolar&pasta=ano%20191](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=sopa%20escolar&pasta=ano%20191) Acesso em 15 fev 2019.

SOUZA, Donaldo Belo; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. O estado do conhecimento em educação comparada Brasil-Portugal. In: SOUZA, D.B.; MARTÍNEZ, S.A. **Educação comparada**: rotas de além-mar. São Paulo: EJR Xamã editora, 2009. p.167-218.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953). Tese de doutorado – Rio de Janeiro: s.n., 2015. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17749/2/212.pdf> Acesso em 12 ago 2019.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. **Merenda Escolar**: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças. Tese de doutorado. Orientadora Profª Drª Sophia Cornbluth Szarfarc. Univ. de São Paulo, São Paulo, 1997.

SUPPO, Hugo. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. **Revista de História**, n. 142-143,2000. p. 309-345.

SUPPO, Hugo. LESSA, Mônica Leite. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. **História das Relações Internacionais**: teoria e processo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p.223-251

TARSILA, site oficial Tarsila do Amaral. Disponível <http://tarsiladoamaral.com.br/biografia/> Acesso em 08 fev 2020.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. História comparada sobre a institucionalização da disciplina Desenho nas escolas imperiais luso-brasileiras. In: SOUZA, D.B.; MARTÍNEZ, S.A. **Educação comparada**: rotas de além-mar. São Paulo: EJR Xamã editora, 2009. p.295-316.

TRUNINGER, Mônica; TEIXEIRA, José.; HORTA, Ana; ALEXANDRE, Silvia; SILVA, Vanda A. **A evolução do sistema de refeições escolares em Portugal** (1933-2012): relatório de pesquisa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

UMA JUSTA HOMENAGEM. *Brasil-Medico*: semanário semanal (Sodré & Cia Editores). Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1930. Ano 64, n.5. p.22. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1930/edição 5. Ocorrência 17/28. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081272x&pesq=%22sociedade%20de%20pediatria%20de%20paris%22&pasta=ano%20193> Acesso em junho 2019.

VACCINA A PULSO, Revolução num collegio. Jornal Gazeta de Notícias dia 22 de agosto de 1906. Edição 234. Ocorrência 39. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_04&pasta=ano%20190&pesq=merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=merenda) Acesso em junho 2019

VAQUINHAS, Maria Irene. O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX). **Revista de História das Ideias**. V. 14. 1992. p. 365-388. Universidade de Coimbra. Portugal.

Disponível em

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33341/1/Conceitododecadenciafisiologicadara%c3%a7aedesenvolvementododesporto.pdf>. Acesso em 29 out 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-138, Aug. 2002. Disponível [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732002000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732002000200001&lng=en&nrm=iso); <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732002000200001>. Acesso out 2019.

VAYSSIÈRE, Pierre. Entre rêve pluridisciplinaire et rayonnement culturel : « Les États généraux de la recherche et de l'enseignement sur l'Amérique Latine en France », Paris, mai 1983. Revue **Caravelle**, n°78, 2002. pp. 163-178; <https://doi.org/10.3406/carav.2002.1355> Disponível em [https://www.persee.fr/doc/carav\\_1147-6753\\_2002\\_num\\_78\\_1\\_1355](https://www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_2002_num_78_1_1355) Acesso em 22 out 2019.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 3, 1984.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. **História da Educação**, 25, 2006, p. 153-171.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre a cultura escolar e a história da educação: questões para debate. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 13-36.

VIDAL, Diana Gonçalves; GARCIA, Inára. Missões ao estrangeiro: a circulação de pessoas e modelos pedagógicos no final do Oitocentos. In: LOPES, Sonia de C.; CHAVES, Miriam W. **A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 209-228.

VILLELA, Heloísa de O. S. Punir ou vigiar? Formando professores “pacíficos, esclarecidos e humanos” na Escola Normal do século XIX. In: LOPES, Sonia de C.; CHAVES, Miriam W. **A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 101-120.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

XAVIER, Libânia Nacif. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. **Revista Educação**. Santa Maria, v.30, n.02, 2005. p. 105-120.

XAVIER, Libânia Nacif. A profissão docente em contextos de transição democrática: Brasil e Portugal nas décadas de 1970-80. In: LOPES, Sonia de C.; CHAVES, Miriam W. **A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 255-271.